

Castelo de Alenquer: ensaio sobre a Colecção Hipólito Cabaço

Raquel Dang Caçote Raposo

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Tese corrigida e melhorada após a sua defesa pública

Junho, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação
científica do Senhor Professor Doutor André Pinto Teixeira

Nota:

O texto desta dissertação não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Às minhas filhas,

Beatriz e Helena

AGRADECIMENTOS

Mostra-se tarefa difícil reconhecer em tão breve referência todos quantos, ao longo do nosso percurso, nos têm mostrado a sua estima e apoio nestas *guerras* de perscrutar os tempos de antanho. Assim, e de uma forma geral, queremos agradecer empenhadamente a todos aqueles que, de um ou outro modo, contribuíram para a realização desta dissertação.

Ao nosso Orientador, Professor Doutor André Pinto Teixeira, um agradecimento especial pelo estímulo, pragmatismo e diálogo com o qual permitiu consolidar e enriquecer a nossa reflexão com as suas pistas e sugestões.

À Câmara Municipal de Alenquer, nas pessoas dos Srs. Dr.es Rui Costa e Filipe Rogeiro, pelo acesso a documentação e a material arqueológico em posse, respectivamente, dos Arquivo Histórico e Museu Municipal de Alenquer, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Aos familiares do Senhor Hipólito Cabaço, por toda a disponibilidade e informações prestadas. Uma alusão especial aos seus filhos, Sr. Domingos† e Sr^a. D. Idalina Cabaço, e aos seus netos, Srs. Maria Carolina e António Cabaço, pela constante tarefa que continuam a desempenhar na salvaguarda do legado do seu progenitor.

Ao Dr. José Luís de Matos e ao M.e José Leitão Lourenço, pelo seu imenso préstimo, através da estimulante troca de informação, e por terem colocado à nossa disposição o seu conhecimento e os dados de que dispunham.

Uma palavra de apreço às Dr.as Fernanda Torquato, da Direcção-Geral do Património Cultural; Ana Melo, do Museu Nacional de Arqueologia; Françoise Le Cunff, da Direcção dos Serviços de Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência; e Sónia Tavares, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, pela sua receptividade, presteza e todo o auxílio dispensado no processo de pesquisa documental levada a cabo nesta investigação.

Um penhorado agradecimento ao Doutor Guilherme Cardoso, que volvidos dezanove anos desde o primeiro contacto no curso de Licenciatura continua a ser um exemplo de prontidão. Por todo o contributo que nos dispensou, nomeadamente através da cedência de bibliografia e na ajuda em algumas datações difíceis, como sejam as das

contas; mas acima de tudo pela crença que nos confere de que devemos sempre fazer aquilo que nos dê prazer e nos valorize pessoal e profissionalmente, mesmo no presente, quando se mostra árdua a tarefa de produzir ciência e assegurar a preservação do nosso património. Ao Doutor Guilherme Cardoso, a nossa mais elevada gratidão.

Ao M.e Tiago Gil, pelo precioso contributo que nos deu na leitura e reconhecimento das moedas.

Os últimos agradecimentos vão para a nossa família, nossos pontos cardeais, por tudo quanto nos tem proporcionado.

Aos meus pais, sempre presentes, pela sua disponibilidade, incentivo e apoio incondicional nesta fase do nosso percurso académico. Aos meus avós, pelo ânimo, amor e sabedoria. O vosso exemplo de conduta e perseverança, que fizeram de nós o que somos hoje, serão o guia que procuraremos seguir toda a vida.

Ao meu marido, por tudo. E às minhas filhas, pelo tempo que não lhes pude dedicar durante a realização desta dissertação. Todas as palavras serão poucas para vos gratular.

E porque nem só de laços de sangue se faz a família, uma palavra especial cabe à Amiga Maria José Reis, pelo encorajamento e valiosa ajuda que nos deu nesta etapa, cedendo bibliografia, relendo aturadamente o nosso texto, dando-nos sugestões e, mais ainda, por todas as suas palavras e actos que não cabem aqui elencar. A sua bondade, justiça e postura séria serão sempre um modelo que procuraremos praticar.

A todos os amigos que nos acompanharam nesta jornada.

A todos quantos, involuntariamente, não se nomeou, o nosso muito obrigado.

CASTELO DE ALENQUER:
ENSAIO SOBRE A COLECCÃO HIPÓLITO CABAÇO
Raquel Dang Caçote Raposo

RESUMO

Erguido estrategicamente no topo de um monte com um claro fito militar, nomeadamente para defesa e vigilância do território, o castelo de Alenquer cumpriu certamente, à semelhança dos seus congéneres, funções de carácter civil, políticas e administrativas.

Os trabalhos arqueológicos ali levados a cabo por Hipólito Cabaço, no decurso das décadas de 20 e 30 do século XX, permitiram recolher um interessante conjunto artefactual deixado na sua maioria inédito até aos nossos dias. Nele, o presente estudo permitiu reconhecer uma larga diacronia cronológica balizada entre o 1º/2º quartel do III milénio a.C. e a época contemporânea, identificando importantes testemunhos das vivências quotidianas das populações pretéritas que ocuparam, de forma contínua ou ininterrupta, aquele *Sítio*.

O castelo de Alenquer e as suas muralhas exercem, *per si*, o simbolismo da superioridade socioeconómica e autoridade dos seus senhores sobre os habitantes do interior da cerca ou das zonas envolventes. São memória de cerco e de ataque, de atacantes e sitiados, de choques ou comunhão entre culturas coexistentes; de rotinas específicas nas esferas feminina e masculina, de práticas comuns como comer ou orar nos diversos estamentos sociais, sejam eles prestigiados ou desfavorecidos.

Conquanto se conheça pouco acerca da evolução da fortificação e dos seus quotidianos, a presente dissertação procura, a partir do estudo sistemático do espólio exumado no local, e de uma tentativa de reconstituição das intervenções arqueológicas que ali decorreram, mormente por iniciativa de Hipólito Cabaço, interpretar o *Sítio* como uma unidade dinâmica, acrescentando conhecimento sobre a Alenquer de outros tempos.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia, Castelo, Alenquer, Medieval, Moderno.

ALENQUER CASTLE:
ESSAY REGARDING THE HIPÓLITO CABAÇO COLLECTION

Raquel Dang Caçote Raposo

ABSTRACT

Strategically built atop of a mount with an evident military purposes, especially for territorial defense and surveillance, Alenquer Castle has certainly fulfilled, in the same manner and resemblance as with its counterparts, a civil, political and administrative component.

The archaeological works carried out on-site by Hipólito Cabaço, during the 20's and the 30's of the twentieth century, allowed to recover an interesting set of artefacts, in its majority unprecedented until the present day. This way, the present study allowed to recognize a wide chronological diachronic beacon between the 1st/2nd quarter of the 3rd millennium B.C. and the contemporary era, identifying important testimonies of the everyday experiences of past populations who inhabit, in a continuous or unstoppable way, that place.

Alenquer Castle and its walls singlehandedly exert the symbolism of social economic superiority and its lords superiority over the inside walls inhabitants and ones from the surrounding areas. They are a memory of siege and attack, of attackers and the besieged, of clashes or alliances between coexisting cultures; of specific daily routines in male and female domains, of common practices such as eating or praying in different social stratum, whether prestigious or disadvantaged.

Although we know little about the fortification evolution and its everyday routines, this dissertation seeks, from the systematic study of the estate exhumed in the place, and of an attempt of reconstitution of the archaeological interventions that there passed, chiefly for initiative of Hipólito Cabaço, to interpret the Site as a dynamic unit, adding knowledge regarding the Alenquer of the past.

KEYWORDS: Archaeology, Castle, Alenquer, Medieval, Modern.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO.....	III
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
1. HIPÓLITO CABAÇO – VIDA E OBRA	8
1.1. Hipólito Cabaço – Proprietário, Arqueólogo e outras coisas mais	8
1.2. Descobertas e recolhas. Casualidade, método ou o poder do pêndulo?	11
1.3. A proximidade do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto	18
1.4. De uma arqueologia fecunda no campo e acanhada em público	21
1.5. Um Museu particular e os seus materiais franqueados	25
2. O SÍTIO E OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS.....	29
2.1. O espaço.....	29
2.2. Enquadramento historiográfico.....	34
2.3. Síntese histórica.....	37
2.4. Os trabalhos arqueológicos	41
2.4.1. As intervenções de Hipólito Cabaço nas décadas de 20 e 30 do século XX.....	41
2.4.2. Outros trabalhos	43
3. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	48
3.1. A Colecção	48
3.1.1. Proto-História	50
3.1.2. Pré-Romano/Romano.....	51
3.1.3. Alta Idade Média.....	53
3.1.4. Séculos X-XIII	53
3.1.5. Tardo-Medieval/Moderno.....	55
3.1.6. Época Contemporânea	78
3.1.7. Cronologia Indeterminada.....	81
3.2. Ensaio sobre a colecção	82
CONCLUSÃO.....	87
BIBLIOGRAFIA.....	91
ANEXOS	125
CATÁLOGO DE MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	162

LISTA DE ABREVIATURAS

AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses

AHMA – Arquivo Histórico Municipal de Alenquer

CACMA – Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer

CIGEOE – Centro de Informação Geoespacial do Exército

CMA – Câmara Municipal de Alenquer

CMP – Carta Militar de Portugal

CNS – Código Nacional de Sítio

DG – Diário do Governo

DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DR – Diário da República

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

JNE – Junta Nacional da Educação

MMHC – Museu Municipal Hipólito Cabaço

MNA – Museu Nacional de Arqueologia

Nº. INV. – Número de Inventário

Øc. – Diâmetro cabeça

C. – Comprimento

d. – Dente

E. – Espessura

L. – Largura

L.M. – Largura máxima

F. – Face

f. – Fuzilhão

ct. – Conta

cz – Cruz

INTRODUÇÃO

Os objectos falam-nos de hábitos, comportamentos, valores, crenças, rituais e tradições. São restos deixados pelo Homem atrás de si e perpetuam histórias de gentes e de espaços – e seus diversos processos de ocupação, contínua ou ininterrupta, e organização –, do quotidiano e do privado, em diferentes formas de estrutura social, de relações interculturais e assimilações.

Testemunhos identitários de um passado – próximo ou remoto, onde a comunicação não se assumia por grafia mas por sinais, ideogramas ou mnemónicas –, não devem ser olhados como coisas estáticas, sem vida, carecendo ser resgatados e inseridos numa leitura global e contextualizada nas dimensões política, económica, social e cultural das comunidades do passado. Por tudo isto, propomo-nos falar a *linguagem das coisas*. História feita a partir de objectos, utensílios, artefactos que, não sendo mudos, comunicam acerca de gentes, seu *modus vivendi* e realidades pretéritas, na certeza do evocado por Gordon Childe, de que fazer Arqueologia é uma forma de fazer História¹.

Sendo um dos nossos pressupostos, quando nos propusemos a esta tarefa, o querer tratar um tema relacionado com a ocupação humana de Alenquer ao longo das distintas eras históricas – porquanto nos ligam a essa povoação laços de criação e vivência desde sempre –, e achando-se inédito, na sua maioria e essência, um interessante conjunto artefactual exumado no castelo dessa vila, nas décadas de 20 e 30 do século XX, por Hipólito Cabaço², dispusemo-nos a dar o nosso contributo na sua análise, o mais completa e actual possível.

Não perdemos de vista estarmos a incidir o nosso trabalho num *Sítio*³ que, hoje em dia, nada corresponde à realidade para a qual foi construído, tanto em forma como em funcionalidade que, como se sabe, são definidas por conjunturas e necessidades específicas, que se vão alterando e redefinindo ao longo dos tempos. Não obstante não serem conhecidas bases que nos permitam aferir dos estágios e configuração

¹ Gordon Childe apud Luís Raposo e António Carlos Silva, *A Linguagem das Coisas. Ensaios e Crónicas de Arqueologia*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1996, p. 16.

² Hipólito Cabaço (1885-1970), pioneiro autodidacta e precursor da arqueologia na região de Alenquer.

³ Entenda-se por *Sítio* o Castelo de Alenquer (CNS 4008), classificado como Imóvel de Interesse Público desde 20/10/1955 pelo Decreto n.º 40361, DG, I Série, n.º 228, p. 915 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1955/10/22800/09140915.pdf> (consultado em 08/01/2015)].

precedentes desta fortificação, supõe-se que o formato inicial lhe tenha sido dado pelos muçulmanos, que terão fortificado a povoação. Essa é uma ideia perfilhada por alguns autores, que aventam a possibilidade da muralha ter sido erguida durante o domínio islâmico⁴. Outros situam-no em época antecedente, defendendo a sua existência no século VIII “quando teve lugar a invasão dos moiros”⁵, designadamente uma fundação visigótica⁶.

Alguns dados remetem-nos para uma ocupação desse espaço em períodos anteriores. Há notas da descoberta, por Hipólito Cabaço, de “instrumentos polidos, de rocha ase” em vários lugares do monte onde se erguia o castelo, e de “Diversos fragmentos de vasos campaniformes com desenhos incisos” por baixo da muralha da Porta da Conceição⁷. Registe-se também a notícia de, em 1782, ter sido encontrada, nas suas proximidades – na antiga Quinta do Padre Pedro Taveira –, uma pedra inscrita de “enigmáticos (...) caracteres gravados”⁸, e a descoberta de “muitas moedas romanas dos imperadores Trajano, Adriano, Antonio[sic] Pio” aquando da reforma do castelo, com “algumas obras de terra com que se pensou fazer rosto á invasão franceza” de 1810⁹.

O castelo de Alenquer foi uma importante fortaleza de defesa da margem direita do Tejo na região a Norte de Lisboa durante os tempos medievos¹⁰ e, segundo o

⁴ É o caso de João Pedro Ferro. Vide João Pedro Ferro, *Alenquer Medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*, Patrimonia Historica, Cascais, 1996, p. 41.

⁵ Inácio de Vilhena Barbosa refere que o castelo já existia quando foi tomado pelos muçulmanos, a quem se deverá a sua reforma e ampliação. Cf. Inácio de Vilhena Barbosa, *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d’armas*, Typografia do Panorama, Vol. I, Lisboa, 1860, p. 13 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://archive.org/details/ascidadesevillas01barb> (consultado em 02/02/2015)].

⁶ Guilherme João Carlos Henriques defende uma fundação visigótica do castelo de Alenquer. Cf. Guilherme Henriques, *Alenquer e Seu Concelho*, Fac-símile da edição de 1873, arruda editora, 2005, p. 145.

⁷ João José Fernandes Gomes, “Um vaso campaniforme de Alenquer”, in *Setúbal Arqueológica*, Vol. IV, Assembleia Distrital de Setúbal, 1978, pp. 65 e 62. O autor faz, ainda, referência a um machado polido recolhido por Francisco Caldas em terrenos anexos à Calçada do Castelo (p. 65).

⁸ Bento Pereira do Carmo apud “Alenquer Histórica”, in *O Alenquerense*, nº 57, 07/02/1889. Desconhecemos onde se localizaria a quinta referida por B. Pereira do Carmo porquanto se perdeu, entretanto, esse microtopónimo.

⁹ Bento Pereira do Carmo apud Guilherme João Carlos Henriques, *A Vila de Alenquer*, Fac-símile da edição de 1902, arruda editora, 2002, p. 37.

¹⁰ Pela sua posição estratégica entre Santarém e Lisboa, assegurando, durante as campanhas militares cristãs, a recuperação dos territórios da Península Ibérica ocupados pelos muçulmanos, e a sua manutenção. Ao longo do Tejo encontram-se duas linhas de detenção quase paralelas: uma primeira formada pelas praças-fortes onde se incluía Alenquer, a par de Ródão, Belver, Abrantes, Almourol, Zêzere, Cardiga, Santarém, Povos, Vila Franca de Xira, Lisboa; e uma segunda, localizada mais a Norte, que integrava os castelos de Sarzedas, Ceras, Tomar, Torres Novas, Alcanede e Óbidos – in Miguel Gomes Martins, *Guerreiros de Pedra. Castelos, Muralhas e Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média*, A Esfera dos Livros, Lisboa, pp. 63-64.

veiculado por Fr. António Brandão, é concebível que à altura da conquista aos muçulmanos as muralhas já existissem e fossem possantes, porquanto D. Afonso Henriques terá gasto dois meses na sua tomada¹¹. Alenquer viria a ser conquistada pelas forças cristãs em 24 de Junho de 1148, em processo posterior à tomada de Lisboa, Almada, Sintra e Palmela, revertidas para o domínio português em 1147¹².

Actualmente poucos vestígios materiais do castelo subsistem conservados uma vez que, ao longo da sua história, sofreu cataclismos humanos (destruição dos cunhais ordenada por D. João I por altura da crise de 1383/85) e naturais (terramoto de 1 de Novembro de 1755), bem como as agruras do tempo e a incúria dos Homens¹³. Hoje apenas existem alguns troços de muralha, a Porta da Conceição (restaurada parcialmente pela DGEMN¹⁴ em 1940, em pleno período ideário do Estado Novo), vestígios de cinco torres¹⁵ e, do lado Norte, extra-muros, a Torre da Couraça.

Muito embora reconhecendo-o como um local de elevado interesse científico, partimos conscientes das limitações, determinadas pela natureza dos registos existentes e, até, pelo estado actual do nosso saber. Não obstante ter sido palco de efemérides que se encontram circunstanciadas em estudos historiográficos e outros – mormente potenciado por ter sido integrante do território sucessivamente doado às Rainhas –, o castelo de Alenquer permanece, pela manifesta ausência de intervenções arqueológicas no terreno, como um dos menos estudados, o que impossibilita um conhecimento mais amplo da evolução da fortificação e dos seus quotidianos.

¹¹ “Seguiu-se a tomada de Alenquer [...], em cujo cêrco dizem nossas histórias que gastou el-rei dois meses, e deviam de ser notáveis os feitos em armas que então se obrassem”, in António Brandão apud João Pedro Ferro, *op. cit.*, 1996, p. 41.

¹² Sobre esta temática veja-se, sem prejuízo de outros, a tese de Inês Lourinho, *1147. Uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1776> (consultado em 23/12/2016)].

¹³ “A torre e toda esta parte da muralha desapareceu quando se alargou a praça e a rua em consequência da edificação dos novos Paços do Município, e hoje o sitio d’ella deve estar alguns metros para dentro do actual muro de suporte da rua e praça.”, in Guilherme João Carlos Henriques, *op. cit.*, 2002, p. 20.

¹⁴ Acerca da primícia dos monumentos nacionais e a actividade da DGEMN poderá consultar-se, sem prejuízo de outros, Lúcia Rosas, “A Génese dos Monumentos Nacionais”, in *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010* (coord. Jorge Custódio), Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 2010, pp. 41-46; Maria João Baptista Neto, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.

¹⁵ Sobre a planta da fortaleza aos nossos dias vide Márcio André Vidal Beatriz, *O Castelo de Alenquer. O contributo da arqueologia da arquitectura*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://run.unl.pt/handle/10362/13634> (consultado em 10/10/2014)].

Tal como a maioria dos sítios arqueológicos localizados no concelho de Alenquer, o castelo não pode ser dissociado do nome de Hipólito Cabaço, a quem se deve um vasto trabalho, maioritariamente de prospecção, que levaria à identificação de largas dezenas de estações arqueológicas. Em muitas delas somente efectuaría recolhas de superfície, mas noutras viria a realizar explorações no subsolo, como é o caso, entre outros, do castelo de Alenquer, de onde recolheu o conjunto artefactual que nos cabe, neste âmbito, estudar.

Contudo, Hipólito Cabaço nada publicou, *per si*, dos resultados obtidos no decurso das suas explorações. O que chegou até nós são referências feitas pela mão de outros autores, nomeadamente análises de espólio. Naquilo que a este *Sítio* diz respeito permitimo-nos destacar Luciano Ribeiro, José Luís de Matos e João José Gomes¹⁶. Mais recentemente, em 2000, alguns instrumentos “Pera Guerrejar” foram incluídos numa exposição dedicada ao armamento medieval no espaço português (séculos IX-XV), patente no Museu Nacional de Arqueologia e na Igreja de Santiago do Castelo de Palmela, da qual resultou um roteiro com valioso catálogo¹⁷.

Hipólito Cabaço marcou, a partir do seu legado¹⁸, o panorama da arqueologia local e nacional na primeira metade do século XX, nomeadamente do *Sítio* aqui em estudo. Inserindo-se a sua prática arqueológica num contexto sociocultural específico – pautado por um excessivo peso de personalidades e iniciativas individuais sobre um ainda fraco enquadramento institucional –, pensamos ser fundamental incluir neste ensaio uma parte dedicada à sua vida e obra¹⁹. Assim, e considerando que dificilmente se compreenderá o seu legado se não se conhecer a sua actividade, depois desta introdução, uma primeira parte aborda a figura de Cabaço, a sua inserção social, os seus métodos e conceitos arqueológicos.

¹⁶ Luciano Ribeiro, *Alenquer. Subsídios para a sua história*, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer, Fac-símile da edição de 1936; José Luís de Matos, “Notícia de uma Coleção de Cerâmica Medieval do Museu Hipólito Cabaço de Alenquer”, in *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970), Vol. II, Ministério da Educação Nacional/Junta Nacional da Educação, Coimbra, 1971, pp. 571-576; e João José Fernandes Gomes, *op. cit.*, 1978, pp. 61-66.

¹⁷ Mário Barroca, João Gouveia Monteiro e Alvaro Soler del Campo, *Pera Guerrejar: Armamento Medieval no Espaço Português (séc. IX-XV)*, Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Palmela, 2000.

¹⁸ Do seu trabalho resultou um espólio de mais de 15.000 objectos distribuídos por várias cronologias e categorias (incluindo mineralogia e paleontologia). A sua colecção viria a ser comprada pela Câmara Municipal de Alenquer em 1944, servindo de base à instalação de um Museu Municipal, cuja abertura ao público ocorreu, após um processo moroso, em 06/04/1975.

¹⁹ Sobre a história da arqueologia portuguesa veja-se Carlos Fabião, *Uma História da Arqueologia Portuguesa. Das origens à descoberta da Arte do Côa*, Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, CTT Correios de Portugal, 2011.

Uma segunda parte do corpo do texto foi dedicada ao *Sítio* e aos trabalhos arqueológicos ali levados a cabo. Recorrendo à bibliografia existente, consideraram-se os dados sobre o espaço e o território no estado actual da investigação e, através de pesquisa documental, procurámos reconstituir a intervenção de Cabaço, não descurando outras acções ulteriores. Perscrutámos o seu epistolário e, ainda, os arquivos do Museu Nacional de Arqueologia, da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência e da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lamentavelmente, essa procura mostrar-se-ia pouco fecunda para este propósito, na medida em que nenhuma da documentação sondada alude à acção de Cabaço no castelo²⁰. Igualmente silenciosa é a imprensa local da época, também consultada.

À falta de registos suficientes, desconhecemos em que locais precisos do castelo Hipólito Cabaço interveio, bem como os contextos com que se terá deparado. É impossível determinar se tinha caderno de campo e se, de alguma forma, fez alguns registos dado que, a terem existido, não chegaram até nós. Mas se a ausência de registos estratigráficos nos impede de ter uma leitura precisa sobre as condições de depósito, os testemunhos artefactuais exumados naquele espaço não devem, a nosso ver, deixar de ser olhados como fontes históricas.

Assim, uma terceira parte deste trabalho apresenta os materiais arqueológicos recolhidos por Hipólito Cabaço no castelo, e o ensaio sobre a colecção.

O espólio, heterogéneo, encontra-se marcado na sua quase totalidade, muito embora não conheçamos os critérios basilares da organização do MMHC, os quais estiveram na base da gestão das suas colecções, especialmente da que se encontra aqui em apreço. A esse propósito, ressalve-se que a colecção reunida por Cabaço sofreu uma série de vicissitudes posto que, depois de adquirida pela CMA em 1944²¹, esteve armazenada por longo período até que um grupo de pessoas, uma “**equipa** de boas vontades” reunida por deliberação camarária para a reorganização do material, conseguiu reestruturar o espólio e organizar uma exposição permanente, possibilitando

²⁰ Segundo a informação oral que nos foi prestada pela Dr^a. Françoise Le Cunff, tal poderá ser justificado pelo facto de parte do arquivo da Junta Nacional de Educação ter sido perdida e outra abatida.

²¹ A aquisição da colecção fez-se com a participação da então Junta de Província da Estremadura. Cf. *A Verdade*, nº 1198, de 14/02/1943 e *A Verdade*, nº 1205, de 04/04/1943.

que o MMHC abrisse ao público em 06 de Abril de 1975²²; realidade que nenhum estudo poderá desconsiderar.

Devido às más condições oferecidas pelo edifício onde se encontra alocado, o museu encontra-se encerrado desde 2010; e, desde 2014, em fase de realojamento para novo local, circunstância que influenciou claramente o trabalho que iniciámos em Setembro de 2014. Por contingências de logística e gestão local, o acesso ao material foi-nos disponibilizado parcelarmente: uma primeira parte em Março de 2015, e uma segunda parte em Dezembro de 2016; não tendo sido possível, pelo processo museográfico em curso, aceder à totalidade do material, *e.g.* aos grilhões recolhidos numa das torres da fortaleza.

Observaram-se directamente todas as peças e fragmentos, e procedeu-se à sua inventariação e catalogação, reconhecendo-se peças que apresentam paralelo em cronologias muito vastas o que, numa colecção totalmente desprovida de contexto arqueológico como esta em apreço, dificulta o seu enquadramento em grandes momentos cronológicos. Assim, o material arqueológico é apresentado em grupos que nos permitem, indubitavelmente, atestar algumas etapas de ocupação do *Sítio*, e outros que, muito embora não tendo datações seguras, não podem ser descartados, deixando em aberto algumas questões quanto à ocupação do espaço, dado tratar-se de material residual.

O espólio é agregado pelos grupos funcionais reconhecidos, e na sua análise indicam-se paralelos e cronologias. Fotografado na sua totalidade, o mais representativo foi selecionado para desenho arqueológico, apresentando-se em catálogo anexo.

Tivemos em conta um cruzamento tão coerente quanto possível das informações contidas no epistolário de Hipólito Cabaço, dos dados disponíveis sobre o povoamento e ocupação humana na região de Alenquer e outros que se revelaram pertinentes para o assunto em apreço. Partindo de testemunhos artefactuais e da interpretação dos dados disponíveis procurámos obter respostas sobre a ocupação daquele espaço, em que épocas e com que funcionalidades.

²² Em 1978, João José Gomes, membro da citada comissão diretiva do museu, divulgou ser “difícil, ou mesmo impossível, descrever, por palavras, o estado em que se encontravam as colecções. (...) amontoado absolutamente caótico de milhares de espécimens arqueológicos, mineralógicos e geológicos, arrumados (?) numa pequena sala, sem luz, cujas portas deixavam penetrar, além da humidade, a poeira e até pequenos animais.”, in João José Gomes, *op. cit.*, 1978, p. 61.

Estudar espólios antigos pode mostrar-se um verdadeiro desafio, atendendo às problemáticas que nos oferece. Felizmente hoje dispomos de novos conceitos, informações e contributos que nos permitem uma *visão holística*²³, integrante das sociedades humanas e do meio ambiente em que estavam inseridas. Este é o ensaio que almejamos fazer e que se espera cumpra os seus propósitos. Um ensaio onde o *Sítio* não é concebido como uma unidade isolada, mas antes dinâmica, provida de interpretação histórica e sociológica, onde se consideram as difusões culturais, as continuidades e descontinuidades, na procura de hipóteses pertinentes que, atendamos, permitam abrir acesso a um melhor conhecimento sobre a Alenquer de outros tempos.

²³ Rosa Varela Gomes, “A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas”, in *O Arqueólogo Português*, série V, 2, Lisboa, 2012, pp. 13-75 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL:http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_5/volume_2/a_arqueologia.pdf (consultado em 16/05/2016)].

1. HIPÓLITO CABAÇO – VIDA E OBRA

“Nunca perdi esta alegria de achar. Só tenho pena de não poder continuar por mais tempo. Se fosse necessário, voltaria ao princípio.”

Hipólito Cabaço, 1969²⁴

1.1. Hipólito Cabaço – Proprietário, Arqueólogo e outras coisas mais

Hipólito Falcão Toar e Athayde Barreto de Almeida da Costa Cabaço (Paiol, Alenquer, 20 de Setembro de 1885 – Carregado, 12 de Fevereiro de 1970) dedicou grande parte da sua vida à actividade que lhe permitia a “alegria de achar”: a Arqueologia.

Nascido no seio de uma família tradicional, de proprietários fundiários ligados à agricultura e ao comércio de vinho, Hipólito Cabaço mostrou desde pequeno o gosto pelas “pedras” que ia encontrando nas Quintas da casa, inclinação que o pai procurou dissuadir ao mandar enterrá-las de novo²⁵. Predestinado a seguir os negócios dos seus pai e avô, fixou-se em 1901 em Bordéus, com a finalidade de se especializar em enologia. Permaneceu em França por dois anos, período que se mostraria decisivo para a modelagem do seu espírito e orientação. Ali, inebriado pelo contacto com uma Europa culta e insigne em tempos de crescente consciência da valorização do passado e dos seus vestígios materiais, Cabaço “passava mais tempo nos museus do que nas adegas, porque neles encontrara maravilhado o que seria a sua vocação”²⁶.

Regressado a Portugal, deu início às suas primeiras explorações arqueológicas, principalmente no concelho de Alenquer, mas ainda noutras áreas geográficas, como Azambuja, Salvaterra de Magos, Cadaval, Peniche, Caldas da Rainha, Santarém, Abrantes e Elvas. Assumiu a arqueologia como a sua verdadeira paixão prolongando-a, paralelamente a outras, até quase ao final da sua vida.

²⁴ Hipólito Cabaço apud Maria Amélia Horta Pereira, “Hipólito Cabaço”, in *Arqueologia e História*, 9ª Série, Vol. II, Lisboa, 1970, p. 8. Neste artigo, que se constitui do elogio proferido durante a homenagem que foi prestada a H. Cabaço logo após a sua morte, na sessão mensal da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses ocorrida em 25/02/1970, Maria Amélia Pereira pretendeu compilar todos os locais localizados e explorados pelo arqueólogo alenquerense.

²⁵ Informação oral da Sr^a. D. Idalina Cabaço (filha).

²⁶ Hipólito Cabaço apud Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970, p. 9.

Nela envolveu os seus filhos, cabendo exclusivamente aos rapazes as tarefas de campo mais árduas, ao lado de trabalhadores pagos à jorna²⁷. A todos cabia o tratamento do material, nomeadamente lavagem e colagem. Apenas o restauro tocava, especialmente, à sua filha mais velha, Maria da Piedade, sua estreita colaboradora.

Em termos profissionais, teve Sociedade nas Termas do Vimeiro, onde possuía um quarto vitalício; dirigiu trabalhos ligados às pesquisas de hidrocarbonetos no Casal d'El-Rei e no Moinho do Conde. Criou o “Vitaminol”, um produto fitoterapêutico feito à base de algas, que se vendeu na Farmácia Estácio, em Lisboa. Crente nas radiações energéticas e na comunicação entre o Homem e aquilo que o cerca, aplicou métodos radioestésicos no seu quotidiano, através do uso do pêndulo²⁸.

Patrimonializador de espírito colecionista, prospectou territórios e recolheu materiais tangíveis e intangíveis: minerais e fósseis; “antiguidades”²⁹ e demais vestígios deixados pelo Homem; histórias e memórias. Criou, de forma afectiva e com recursos próprios, o seu Museu, “bem conhecido em todo o mundo da arqueologia.”³⁰, e procurou, através do seu esforço pessoal, em livros da especialidade – comprados³¹ ou emprestados – ensinamentos, em busca de respostas sobre “a influência que a igualdade de necessidades exercidas sobre homens de diferentes latitudes e nas mais diversas regiões do globo, tenha determinado a criação de culturas senão iguais pelo menos afins.”³².

Para além da extensa obra deixada em matéria de arqueologia, Hipólito Cabaço preocupou-se, ainda, com o património natural, nomeadamente com a paleontologia (e.g. descoberta de restos fósseis mesozóicos de *omosaurus* em Pedras Moitas/Baleal, estudado por Georges Zbyszewski); e com o património cultural material e imaterial,

²⁷ Vide, a este propósito, o anexo 1, um manuscrito de H. Cabaço com notas da exploração arqueológica, provavelmente em Vila Nova de São Pedro, de 20 a 30 de Outubro de 1936, com indicação do trabalho executado, espólio exumado (elencado avulso), nomes de trabalhadores e valores auferidos.

²⁸ Do seu espólio pessoal fazem parte pêndulos, e no seu arquivo pessoal encontram-se dois recortes de jornal acerca desta temática: “Les Miracles du pendule évoques à Lausanne au congrés des radioesthésistes modernes sourciers” e “Le congrés à Lausanne des radioesthésistes modernes sourciers”. Encontram-se no MMHC e AHMA, respectivamente.

²⁹ Expressão utilizada pelo próprio, in Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta}, 1934 Outubro 24 {a} (Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior?) {Manuscrito}, AHMA.

³⁰ Luciano Ribeiro, *A Verdade*, Ano 40, n° 2043, 1959.

³¹ “por este mesmo correo y en paquetes separados, se le envian los ejemplares del Anuario de Prehistoria Madrileña que tenia interesados.”, in Rafael Salazar Alonso, Alcaide Presidente del Ayuntamiento de Madrid, {Ofício} 1935 Abril 10 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA.

³² J. R. dos Santos Júnior, {Ofício} 1936 Abril 21 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA.

sendo notória uma derivação nas suas ocupações e campos de trabalho, prática comum a outros investigadores contemporâneos.

Conheceu uma breve incursão na vida política local quando, em 24 de Fevereiro de 1927, foi evocado a presidir à primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, indigitamento que podemos inferir fundamentado “pelo seu nobre espírito e inteligência”³³. Anos mais tarde, em 17 de Julho de 1937, foi nomeado Vogal da Comissão de Arte e Arqueologia do Concelho de Alenquer, um órgão de consulta municipal cujas competências, previstas no Código Administrativo de 1936, passavam pela protecção, conservação, defesa e valorização dos monumentos naturais, artísticos, históricos e arqueológicos³⁴. Fez, também, parte da Comissão Organizadora das Festas do Espírito Santo a realizar em Maio de 1945, em Alenquer³⁵.

O grosso da actividade arqueológica de Cabaço situa-se naquela que foi designada como a “pretensa “Idade do Ouro” da arqueologia portuguesa”³⁶ – a primeira etapa da arqueologia nacional –, que se estende dos meados do século XIX até, sensivelmente, meados da década de 50 do século passado. Do perseverante trabalho que efectuou – às suas custas e ao longo de mais de 50 anos de exercício – restou um rico e numeroso espólio material, parcialmente estudado por distintos investigadores desde a primeira metade do século XX a esta parte. No entanto, subsistem muitas dúvidas e lacunas, porquanto desconhecemos, com precisão, os locais por si intervencionados, os métodos utilizados e os decorrentes contextos observados.

É a partir de algumas notas restritas e informação contida no seu epistolário que nos permitimos compreender a realidade da sua actividade, o seu modo de “fazer” arqueologia e as relações com os seus pares. Desse conjunto não constam cadernos de

³³ Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, {Acta} 1927 Fevereiro 24 {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial). A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer foi nomeada pelo Governo da Ditadura Militar após o pronunciamento militar nacionalista de 28 de Maio de 1926, que viria a pôr fim à Primeira República Portuguesa.

³⁴ Câmara Municipal de Alenquer, {Ofício} 1937 Julho 17 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (N.º 521). Desconhecemos até que ano exerceu essa função. Contudo, um ofício datado de 24/05/1940 permite-nos inferir que, a essa data, ainda assumia o cargo (Comissão Concelhia das Comemorações Centenárias em Alenquer, {Ofício} 1940 Maio 24 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA). Sobre a criação das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia vide o Decreto-Lei n.º 27424, DG, Série I, n.º 306, de 31/12/1936, p. 1787 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://dre.pt/application/file/a/331697> (consultado em 04/12/2016)].

³⁵ Comissão Organizadora Festas do Espírito Santo, {Carta} 1945 Abril 2 {a} Coronel Linhares de Lima, Presidente da Junta de Província da Estremadura {Dactilografado}, AHMA.

³⁶ Carlos Fabião, “Um Século de Arqueologia em Portugal – I”, in *Al-madan*, IIª Série, n.º 8, 1999, p. 107.

campo, croquis ou outros registos gráficos ou fotográficos, que nos possibilitem aferir as realidades e estratigrafias atestadas, mas restam testemunhos da sua prática que viabilizam um melhor conhecimento do homem e da sua obra.

1.2. Descobertas e recolhas. Casualidade, método ou o poder do pêndulo?

Hipólito Cabaço fez as suas duas primeiras grandes descobertas em propriedades próprias, ambas em Ota³⁷, nas Quintas do Espírito Santo³⁸ e do Vale das Lajes³⁹. A partir de 1919, aproveitando o facto de passar a residir por largos períodos do ano nessa última propriedade, dedicou-se com maior constância à exploração de vários locais nessa freguesia – *e.g.* Caverna da Moura –, não sem antes ter concretizado achados noutras lugares dos concelhos de Alenquer⁴⁰ e de Azambuja⁴¹.

³⁷ Os primeiros vestígios pré-históricos conhecidos na freguesia de Ota (Alenquer) devem-se aos trabalhos realizados, entre 1864 e 1885, por Carlos Ribeiro - “pai da pré-história portuguesa” -, a quem se deve a projecção do lugar a nível mundial, com a designação de *Otaniense* para designar uma suposta fase do Terciário. Não obstante, a maioria das estações arqueológicas identificadas nessa freguesia deve-se a Hipólito Cabaço.

³⁸ Arqueossítio localizado em 1903 (Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970, p. 9). Os materiais daí recolhidos encontram-se contemplados em Henri Breuil e Georges Zbyszewski, “Le Paléolithique de la collection de M. Hipolito da Costa Cabaço, a Alenquer”, in *Damianus a Goes*, nº 4, Lisboa, 1943, pp. 97-153; e João José Fernandes Gomes e José Batista Barreto Domingos, “Sítios Arqueológicos representados no Museu Municipal de Hipólito Cabaço (Alenquer). 2. Complexo Arqueológico de Ota”, in *Actas das V Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1993), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1994, pp. 7-15. Vide, também, Maria Miguel Lucas Simões, *As regiões de “Torres” e “Alenquer” no contexto do calcolítico da Estremadura portuguesa*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994; e Maria Gertrudes Branco, *A Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da Colecção Hipólito Cabaço*, Trabalhos de Arqueologia 49, Instituto Português de Arqueologia, 2007, pp. 128 e 134 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/shop/catalog/asset/trabalhos-de-arqueologia-49-a-pedra-de-ouro-alenquer-uma-leitura-actual-da-colecao-hipolito-cabaco/> (consultado em 15/11/2014)].

³⁹ Arqueossítio localizado em 1925 (Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970, p. 10). Os materiais daí recolhidos encontram-se contemplados em Henri Breuil et al., *op. cit.*, 1943; Afonso do Paço, “Paleolítico de Alenquer”, in *Brotéria*, Vol. LXXXII, Lisboa, 1966, pp. 243-246; e João José Fernandes Gomes et al., *op. cit.*, 1994. Vide, também, Maria Miguel Lucas Simões, *op. cit.*, 1994; e Maria Gertrudes Branco, *op. cit.*, 2007, pp. 128 e 135. Nesta estação arqueológica Cabaço identificou uma sepultura, publicada por António Augusto Esteves Mendes Corrêa, “A sepultura neolítica do Vale das Lajes e os eólitos da Ota”, in *Bulletí de la Assoc. Catalana d’Antrop., Etnolog. I Prehistoria*, Vol. III, Barcelona, 1925, pp. 117-146.

⁴⁰ Queimado, Quintas do César e do Chacão (Carregado), terraços da Ribeira de Alenquer, Casal do Concelho (Camarnal), Vale da Golfã (Cadafais) e Vale do Trabum (Abrigada). Cf. Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970, p. 9.

⁴¹ Sabugosa e Charneca do Sabugosa (Vila Nova da Rainha). Cf. Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970, p. 9 e, ainda, a entrevista dada por Hipólito Cabaço ao *Correio do Ribatejo* na qual, entre outros, refere: “Na Charneca da Sabugosa, (...) perto da extrema da charneca da Gorda, (...) e no antigo caminho que de Alenquer se dirigia a Azambuja, foi encontrado uma ânfora romana; e, na Sabugosa, na vertente para o Tejo, foram achados vários machados e uma enxó, de dioríte, da época eneolítica e ainda machados

O território de Ota era, ademais, bem conhecido por si. Ali fez um intenso trabalho de prospecção do qual resultou numeroso espólio recolhido, por exemplo, no Casal do Buteco, Quinta da Moita, Espinhaço de Cão⁴², que frequentemente disponibilizou aos seus pares⁴³.

Num percurso que nunca conheceu institucionalização, Cabaço foi recolhendo tudo quanto pôde com o intuito de salvar o que estivesse ao seu alcance, não se vissem “todas essas velharias perdidas como em tantos locais tem já acontecido”⁴⁴. Foi, aliás, nesse contexto que, em 1934, ao ter conhecimento que o terreno onde sabia implantado o povoado da Pedra de Ouro⁴⁵ ia ser arroteado, explorou, parcialmente, o local, exumando dali vasto espólio. Refira-se, *e.g.*, um ídolo feminino, apresentado por Afonso do Paço em 1940 ao Congresso do Mundo Português⁴⁶. Foi Ernani Barbosa

paleolíticos do Acheulense.”, in Pontes, “Azambuja nos tempos e na vida – Breves apontamentos sobre pré-história”, in *Correio do Ribatejo*, Santarém, 19/03/1960.

⁴² Para além destes lugares, no MMHC existe, em depósito, material recolhido por Cabaço, e deixado somente com a aposição toponímica Ota e Serra de Ota. Cf. Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970, p. 23.

⁴³ “Meu Exm^o e prezado amigo Uma vez mais mto. obrigado pelo seu presente. Não posso examinar as rochas, porque cheguei tarde e a luz está péssima. Levo-as para o Laboratório, onde mando fazer preparações, depois direi o que sôbre elas descobrir. Os sílex de Ota são muito bons. (...) Se se lembrar era favor dizer-me as condições em q foram encontrados. (...). P.S. - Estimo muito que bom proveito tire nas caçadas, pois com as suas saídas muito tem a lucrar a arqueologia.”, in Rui de Serpa Pinto, {Carta} 1931 Setembro 04 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

⁴⁴ Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta}, 1934 Outubro 24 {a} (Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior?) {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

⁴⁵ “Cabeço das Eiras – Pedra d’Oiro -> Castro ou estação eneolítica? Fica situado num cabeço em forma de península de encostas abruptas menos do lado do istmo, no qual ainda existem as fundações de uma muralha bastante larga, feita de grandes blocos de pedra sem argamassa. Este cabeço fica sobranceiro á aldeia da Pedra d’Oiro, d’este conselho e a uns 3 a 4 kilometros a poente de Alenquer. Já há alguns anos que tinha descoberto esta estação e por umas cavadelas que ali dei quando da descoberta achei sílex e cerâmica que me persuadiram ser de pedra polida; por falta de tempo e saúde não pude ali voltar para melhor identificação. Agora soube que o dono do terreno iria arrotea-lo este inverno. Como dahi resultará a destruição de tudo, resolvi ir ali ver se poderia salvar algo e melhor identificar a época da estação. Assim fiz e da pequena área escavada e crivada, uns 300 m² mais ou menos achei o que se segue”, in Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta}, 1934 Outubro 24 {a} (Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior?) {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial) – Vide anexo 2.

Sobre esta estação arqueológica, e sem prejuízo de outros, vejam-se: Ernani Barbosa, *Alenquer nas épocas Pré e Proto-históricas*, dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1955; Ernani Barbosa, “O Castro da Pedra de Ouro (Alenquer)”, in *O Arqueólogo Português*, III, 2^a série, Lisboa, 1956, pp. 75-85 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_2/volume_3/pedra_ouro.pdf (consultado em 25/01/2015)]; Afonso do Paço, *op. cit.*, 1966; João José Fernandes Gomes, “Loiças ante-campaniformes do Museu Municipal de Hipólito Cabaço – Alenquer”, in *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1978, pp. 115-124; João José Fernandes Gomes et al., *op. cit.*, 1994, pp. 7-15; José Batista Barreto Domingos e João José Fernandes Gomes, “Objectos Histórico-Arqueológicos de Alenquer no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses”, in *Actas das V Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1993), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1994, pp. 229-237; e Maria Gertrudes Branco, *op. cit.*, 2007.

⁴⁶ Afonso do Paço, “Figurinha de barro da Pedra de Ouro”, in *Congresso do Mundo Português – Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal* (I Congresso), Vol. I, Lisboa, 1940, pp. 221-231.

quem, em 1956, publicou os primeiros dados acerca da identificação de alguns fundos de cabana, um *tholos* e, de forma geral, do interessante material arqueológico dali recolhido. Desse, um conjunto artefactual cedido a Afonso do Paço⁴⁷ para estudo encontra-se no Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa).

Identicamente, na sequência de terem aparecido, aquando de um arroteamento de terras em Paredes, Alenquer, fragmentos de cerâmica que identificou como sendo de época romana, visitou o local. Ali confirmou a existência de mais de dez sepulturas que “não apresentavam revestimento algum, e apenas se distinguiam pelos restos de ossos calcinados, cinzas, etc. que continham.”⁴⁸. Identificou, assim, uma necrópole, de onde recolheu “um (...) *dolium* contendo à mistura com cinzas e ossos humanos calcinados um vaso e um prato de *terra sigillata*, dois vasos ou taças de vidro, uma elegante taça de barro com figuras mitológicas vários unguentários”⁴⁹, e outros objectos de bronze. Das “sondagens praticadas nas proximidades”⁵⁰ não foram publicados os respectivos resultados circunstanciados.

Descobriu, casualmente, no Moinho do Raposo, uma espada de lingueta, de bronze, classificada como pertencendo ao grupo das de Micenas e do Mar Egeu, apresentando paralelos com outra congénere recolhida no lugar de Fonte de Marcos, Porto de Mós⁵¹.

⁴⁷ Afonso do Paço, “Castelo da Pedra de Ouro”, *Separata dos Anais*, 2ª Série, vol. 16, Lisboa, 1966, pp. 117-155. A estação arqueológica da Pedra de Ouro encontra-se classificada como Monumento Nacional desde 17 de Julho de 1990, Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, p. 2972 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1990/07/16300/29722974.pdf> (consultado em 08/01/2015)].

⁴⁸ Hipólito Cabaço e Eugénio Jalhay, *Estela Funerária de Alenquer*, separata da «Revista de Arqueologia», tomo 2º, fasc. IV, Lisboa, 1935, p. 3.

⁴⁹ Hipólito Cabaço e Eugénio Jalhay, *op. cit.*, p. 3. O espólio exumado na necrópole de Paredes foi estudado por Maria Amélia Pereira, que o enquadra no século I d.C. (cf. Maria Amélia Pereira, “O Dolium Cinerário, com Skyphos vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer)”, in *Conimbriga*, IX, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1970, pp. 45-74). Desse local foram, ainda, exumados por H. Cabaço uma estela funerária (cf. Hipólito Cabaço e Eugénio Jalhay, *op. cit.*, 1935) e outros monumentos epigráficos, cujo estudo incorpora o catálogo epigráfico do MMHC (cf. Maria Manuela Dias (coord.) e Catarina Gaspar, *Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer) [Epigrafia do Território Português I]*, Centro de Estudos Clássicos/Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001). A necrópole de Paredes encontra-se contemplada no estudo de João Manuel Ferreira Abreu, *Necrópoles Romanas do Território Português*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://dited.bn.pt/30754/1741/2190.pdf> (consultado em 10/01/2015)].

⁵⁰ Hipólito Cabaço e Eugénio Jalhay, *op. cit.*, 1935, p. 3.

⁵¹ Eugénio Jalhay e Hipólito Cabaço, “A espada de bronze do Moinho do Raposo (Alenquer): Subsídio para o estudo da época do bronze em Portugal”, in *Boletim de la Comission de Monumentos Historicos e Artísticos de Orense*, 14, Orense, 1944; Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 17; e Susana Fernández García, “Los Puñales tipo “Porto de Mos” en el Bronce Final de la Península Ibérica”, in

Induzido pelo topónimo Casal da Moura descobriu, em 1932, o povoado fortificado de Ota⁵², que explorou parcialmente em 1934. Os trabalhos no vulgarmente designado de Castro de Ota foram publicados mais de duas décadas depois por Ernâni Barbosa, que descreveu os vestígios identificados, nomeadamente duas ordens de muralhas, vários fundos de cabanas circulares e rectangulares, além de numerosos materiais. Este arqueossítio apresenta uma larga diacronia de ocupação, do neolítico ao período islâmico⁵³.

Impelido pelo topónimo Castelo, Cabaço realizou, em 1936, o povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro⁵⁴ (Azambuja), já referenciado por José Leite de Vasconcelos em 1929. Ali, e às suas expensas, Cabaço procedeu à abertura de trincheiras no local, das quais, sem preocupação metodológica, retirou vasto espólio, que assim ficou descontextualizado⁵⁵. Mais tarde participou das campanhas ali dirigidas por Eugénio Jalhay e Afonso do Paço, tendo chegado a proceder à

Complutum, 8, 1997, pp. 97-124 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/viewFile/CMPL9797120097A/29803> (consultado em 20/01/2015)].

⁵² Sobre este arqueossítio cf. Ernani Barbosa, *op. cit.*, 1955; Ernani Barbosa, “O Castro de Ota (Alenquer)”, in *O Arqueólogo Português*, III, 2ª série, Lisboa, 1956, pp. 117-124 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_2/volume_3/castro_ota.pdf (consultado em 02/02/2015)]; Maria Amélia Pereira, “6 machados do Castelo da Ota e 1 lâmina de punhal de S. João de Abrantes ou as Culturas do Cobre e do Bronze na bacia do Tejo”, in *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 1969, pp. 239-270; Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 10; João José Fernandes Gomes, *op. cit.*, 1978b, pp. 115-124; e João José Fernandes Gomes et al., *op. cit.*, 1994.

⁵³ Ali foram recolhidos “machados polidos, alguns muito antigos e de grandes dimensões, cerâmica e pontas-de-seta eneolíticas de incisões profundas, objectos de cobre ou bronze, ferro, e finalmente, cerâmica romana aretina, denários da República e placas de barro decoradas e até moedas árabes, segundo informações do descobridor do castro, mas que não fazem parte do espólio actualmente na posse do Museu Municipal de Alenquer, com o restante material.”, in Ernani Barbosa, *op. cit.*, 1956b, p. 117. Sobre este arqueossítio vide André Texugo Lopes, *O 4º e o 3º milénios a.n.e. no sítio da Ota (Alenquer). Perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/25959> (consultado em 18/01/2017)], que reconheceu fases de ocupação entre o 4º e 3º milénio, Bronze Final, Romano Republicano e Imperial e Medieval.

⁵⁴ Classificado como Monumento Nacional desde 22/11/1971 pelo Decreto n.º 516/71, DG, I Série, n.º 274, p. 1798 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1971/11/27400/17981799.pdf> (consultado em 09/01/2015)]. Sobre os trabalhos arqueológicos levados a cabo neste povoado fortificado vide, sem prejuízo de outros, Maria Ribeiro e João Luís Cardoso, “Três décadas de escavações em Vila Nova de São Pedro (1937-1967)”, in *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2013 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL https://congressoaap.files.wordpress.com/2016/12/artigo_004c.pdf (consultado em 05/03/2015)]; e Maria Ribeiro, *O povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda*, dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 2013 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2685> (consultado em 20/02/2015)].

⁵⁵ Cf. anexo 1.

reconstituição de objectos dali recolhidos. Numa comunicação apresentada à 7ª sessão do Congresso Luso-Espanhol (Porto, 1942), Paço refere: “vasilha de grandes dimensões, cheia de terra, algumas pedras e ossos (...) que não se encontrava intacta (...) mas sim muito partida, em fragmentos de grandes dimensões (...). Enfaixada com tiras de pano e ligada convenientemente, (...), conseguiu-se depois leva-la para Lisboa, onde, não sem paciência, Hipólito Cabaço e sua Exm^a Filha D. Piedade procederam à sua reconstituição, colando os fragmentos.”⁵⁶.

É-lhe, ainda, devida a identificação dos povoados da Curvaceira/Amaral⁵⁷ e do Alto da Peça.

O gosto pelas “antiguidades” e “velharias” levou-o, por diversas vezes, junto de obras em curso. É o caso das que se realizavam junto ao claustro do antigo Convento do Espírito Santo e na Calçada do Espírito Santo, Alenquer, onde descobriu duas matrizes sigilares⁵⁸ e “dois silos romanos (...) muito interessantes, mas que a picareta dos trabalhadores reduziu a nada”⁵⁹. Refira-se também a abertura de colectores em Vila Franca de Xira, onde recolheu materiais arqueológicos, que terá depositado no Museu/Biblioteca⁶⁰ daquela cidade ribatejana e que, à luz de um documento do seu epistolário, se pode deduzir que incluíssem alguns numismas⁶¹.

⁵⁶ Afonso do Paço, “Uma vasilha de barro, de grandes dimensões, do “castro” de Vila-Nova-de-São-Pedro”, *Congresso Luso-Espanhol* (1942), Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Imprensa Portuguesa, Porto, 1943, pp. 132-143.

⁵⁷ Em estudo no âmbito do Projecto FETE – Indígenas e Fenícios no Estuário do Tejo (PTDC/EPH-ARQ/49012012), cujo objecto central é a investigação da ocupação oriental e/ou orientalizante no antigo estuário do Tejo [Disponível em WWW: <URL <http://www.uniarq.net/projecto-fete.html> (consultado em 10/01/2015)].

⁵⁸ Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 12. Cf. Luciano Ribeiro, “Duas matrizes sigilares encontradas em Alenquer”, in *Arqueologia e História*, série 6, Vol. 10, Lisboa, 1932, pp. 95-101. Anos mais tarde recolheu, noutros locais – no quintal de sua casa, antiga Cerca do antigo Convento de Santa Clara, no castelo de Alenquer e na Serra da Aboboreira, Turcifal/Torres Vedras -, outras três, identicamente estudadas por Luciano Ribeiro, in Luciano Ribeiro, “Três matrizes sigilares”, in *Revista de Arqueologia*, t. I, fasc. IX. Lisboa, 1934, pp. 281-284.

⁵⁹ Identificados na Calçada do Espírito Santo. Cf. Luciano Ribeiro, *op. cit.*, 1932, p. 96.

⁶⁰ Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 16.

⁶¹ “Exm.º Sr. Hipólito da Costa Cabaço (...) Cumpre-me agradecer a V. Ex^a a forma cativante como se dignou acolher-me na sua Casa-Museu e as indicações que me facultou sobre numismática que, ultimamente, tem interessado o meu espírito, no desejo de dotar a Biblioteca desta Vila com uma pequena colecção de moedas. (...) aproveitando a sua oferta, fico contando que V.Ex^a nos cederá alguns exemplares repetidos do seu medalheiro, os quais viriam enriquecer, extraordinariamente, a nossa referida colecção.”, in Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, {Ofício} 1947 Abril 8 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (transcrição parcial).

Explorou parcialmente – sem nunca publicar resultados – as jazidas arqueológicas que identificou na orla do Camarnal (Casal do Concelho, Casal da Prata⁶², Casal do Alvarinho e Camarnal⁶³).

Em 27 de Agosto de 1941 – indigitado por Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas, e pela DGEMN –, orientou os trabalhos de transladação dos presuntivos restos mortais de Damião de Goes e da sua esposa, da Igreja de Santa Maria da Várzea para a capela construída para o efeito, na Igreja de S. Pedro, ambas em Alenquer. Desse trabalho não se conhece nenhum escrito senão uma espécie de “auto de inumação”⁶⁴ redigido por Luciano Ribeiro que, mais tarde, deu a conhecer os resultados desse trabalho⁶⁵.

Uma investigação realizada em 2002 veio a pressupor que “Hipólito Cabaço não terá conseguido distinguir a diferença entre a argamassa e a cal mortuária que cobriria o corpo e terá, literalmente, atravessado Damião de Goes, porque o que ele esperava encontrar era um esqueleto e nessa altura Damião de Goes seria já, seguramente, um rendilhado ténue de osso meio difuso no âmago da cal.”⁶⁶. É, ainda, acrescentado que “Naquela época não existiam meios para se proceder a uma escavação arqueológica com um corpo naquelas condições.”, pelo que, “Sob

⁶² O Casal da Prata foi alvo de sondagens arqueológicas em 1994. Dirigidos por Ana Cristina Araújo, os trabalhos arqueológicos decorreram enquadrados no âmbito de um protocolo celebrado entre o então existente IPPAR e a Transgás, S.A., para salvaguarda de locais de interesse arqueológico detectados durante a construção do gasoduto nacional. Cf. Ana Cristina Araújo, “Casal da Prata (Camarnal, Alenquer)”, in *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação*, Trabalhos de Arqueologia 39, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2004, pp.37-43 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/trabalhosdearqueologia/39/3.pdf> (consultado em 15/03/2015)].

⁶³ Muito embora a jazida do Camarnal já houvesse sido identificada por Carlos Ribeiro no século XIX (Carlos Ribeiro, *Descrição do solo Quaternário das Bacias Hydrographicas do Tejo e Sado*, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1866), Rui de Serpa Pinto felicita Cabaço pela descoberta tendo, por interesse científico, visitado o local com o alenquerense: “Meu Exmº Amigo Demorei as minhas felicitações pela descoberta do Camarnal por querer enviar-lhe provas de duas fotografias aí tiradas. Estou com o interesse que bem deve compreender; (...) Já efectuou nêlê mais algumas pesquisas? Agradeço-lhe muito a sua notícia e a amostra que fez o obséquio de enviar. (...) Diga-se de passagem que a sua posição me pareceu na carta a réplica da dos concheiros de Muge.”, in Rui de Serpa Pinto, {Ofício} 1931 Agosto 31 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial). Viria a ser objecto de escavações arqueológicas em 1991, sob direcção de Manuel Farinha dos Santos e José Manuel Rolão. Vide Manuel Farinha dos Santos e José Manuel Rolão, “Paleolítico Superior Tardio da Jazida do Camarnal (Alenquer)”, in *Actas das V Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1993), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1994, pp. 25-30.

⁶⁴ Cf. Fernando Rodrigues Ferreira *et alii*, *Causas de Morte de Damião de Goes*, Câmara Municipal de Alenquer, Soartes – artes gráficas, lda, 2006, pp. 22, 24 e 25.

⁶⁵ Luciano Ribeiro, “Damião de Góis e a sua sepultura em Alenquer”, in *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, série 2, nº 9, 1945, pp. 197-203.

⁶⁶ Fernando Rodrigues Ferreira *et alii*, *op. cit.*, p. 70.

supervisão de Hipólito Cabaço, a terra, a argamassa e a cal terão sido arremessadas à pazada, de dentro do túmulo para fora”⁶⁷.

Para além dos já enunciados, explorou outros locais de onde retirou vasto e variado espólio arqueológico que, deixado inédito, serviram de suporte a estudos levados a cabo por distintos investigadores. É o caso do castelo de Alenquer, em apreço neste ensaio, e de que nos ocuparemos em capítulo próprio; da Gruta de Refugidos, da qual retirou espólio osteológico estudado por Alfredo de Athayde⁶⁸; do Monte do Pedregal de onde, associado a cerâmica e líticos pré-históricos, retirou espólio osteológico, estudado por Leopoldina Paulo⁶⁹.

Todavia, deve referir-se que grande parte do espólio do MMHC, cuja base é a colecção que Hipólito Cabaço criou, ainda se encontra por estudar. É, pois, crível que muitas das cronologias atribuídas quer a materiais arqueológicos, quer a arqueossítios, possam não ser as mais exactas, carecendo de uma leitura actual⁷⁰. Considere-se, *e.g.*, a este propósito, que as diligências de Maria Miguel Lucas e de Maria Gertrudes Branco possibilitaram actualizar as cronologias e caracterizar de modo fidedigno as ocupações das estações Quinta do Espírito Santo e Quinta do Vale das Lajes⁷¹.

Perante trabalho tão laborioso, podemos questionar-nos: tratavam-se de acasos, perspicácia ou da aplicação sistemática de métodos? Merece referência o rascunho de uma carta sua sobre os trabalhos que vinha realizando no povoado da Pedra de Ouro, onde Cabaço referiu “por umas cavadelas que ali dei (...) da pequena area escavada e crivada, uns 300 m² mais ou menos achei”⁷², a que se segue um rol de objectos e vestígios ali encontrados, acrescidos de comentários que denotam a frugal

⁶⁷ Idem, *ibidem*, pp. 70-71. A investigação liderada por Rodrigues Ferreira permitiu aferir que os presumíveis restos atribuídos a Damião de Goes e à sua esposa eram, afinal, pertencentes a vários indivíduos, adultos e crianças.

⁶⁸ Alfredo Athayde, “Ossadas pré-históricas da gruta dos refugidos”, in *Homenagem a Martins Sarmiento*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1933, pp. 31-36.

⁶⁹ Leopoldina Paulo, “Restos humanos pré-históricos do Monte do Pedregal”, in *Congresso do Mundo Português – Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal* (I Congresso), Vol. I, Lisboa, 1940, pp. 653-665.

⁷⁰ Esta opinião é defendida por Miguel Costa, que perfilhamos. Vide Miguel Costa, *Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia*, dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, p. 18 [Em linha] [Disponível em WWW: <URL <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18169> (consultada em 18/03/2015)].

⁷¹ Maria Miguel Simões, *op. cit.*, 1994; e Maria Gertrudes Branco, *op. cit.*, pp. 128 e 134, que dá conta da existência, no MMHC, de material depositado datável do neolítico final/calcolítico, provenientes dessas estações arqueológicas.

⁷² Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta}, 1934 Outubro 24 {a} (Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior?) {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial). Cf. anexo 2.

cientificidade do seu discurso. Este é um dos raros documentos em que são apresentadas “informações completas sobre pesquisas que estava fazendo”⁷³.

No mesmo documento, Cabaço lamentava: “Ainda ali queria fazer mais umas pesquisas mas os homens de Lisboa, por uma notícia vinda no Diário de Notícias, pela coscovilhice d’um correspondente que não conheço oficiaram administrador daqui para me aplicar o art. 10 da Lei que rege estas coisas, felizmente o homem era conhecido e me escapei, mas tive de parar por agora. (...) Enfim, gente que não faz nem deixa fazer.”⁷⁴. Ressalve-se que em 12 de Outubro de 1933 fora criada a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, sendo a Associação dos Arqueólogos Portugueses nomeada como órgão consultivo em exclusivo⁷⁵, passando a arqueologia a assumir-se como uma actividade científica que impunha proficiências adequadas, a que Cabaço parecia querer furtar-se.

Exponha-se, ainda, a propósito de métodos, que integram o seu arquivo pessoal várias cartas militares onde, anotado a lápis, se lê “a pesquisar”, ou anotações de resultados, *e.g.*, “póvoa visigótica”, na Quinta do Falcão⁷⁶.

O cruzamento dos dados disponíveis indicia uma prática não sistemática e pouco metódica – na realidade, pouco dissonantes para a época –, conhecimentos científicos, registos e divulgação insuficientes. Possuidor de um conhecimento intuitivo, Cabaço não seguiu um conjunto de paradigmas da cientificidade, o que nos leva a enfatizar que, indubitavelmente, se incluiu nos bastidores da arqueologia portuguesa de seu tempo.

1.3. A proximidade do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto

Homem de espírito voluntarista e prático, Hipólito Cabaço desenvolveu, a par das suas pesquisas no concelho de Alenquer, intensa actividade no termo de Salvaterra de Magos, sobretudo na freguesia de Muge. Ali, sob influência indirecta de Rui de

⁷³ Idem, *ibidem*.

⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁵ No arquivo da AAP existe uma carta de Afonso do Paço dirigida ao Ministro da Educação a solicitar autorização para “pesquisas e escavações” na gruta do Vale de Alpendurada e outras, na vertente oriental da Serra do Montejunto, em regime de co-coordenação com Joaquim Fontes, Eugénio Jalhay, Alves Costa e Hipólito Cabaço [Afonso do Paço, {Carta} 1938 Fevereiro 02 {a} Ministro da Educação, {Manuscrito}, AAP (transcrição parcial)]. Vide anexo 3.

⁷⁶ Miguel Costa, *op. cit.*, p. 22.

Serpa Pinto⁷⁷ – assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e um dos colaboradores do Prof. Mendes Corrêa nas explorações que o Instituto de Antropologia daquela Universidade vinha a realizar na região de Muge –, descobriu inúmeras estações arqueológicas, de que são exemplo Ponte e Pinhal do Coelho, Malhadinha, Vale de Semeia Cevada, Telha Formosa, Cabeço da Mina⁷⁸, entre outras propaladas por António Augusto Mendes Corrêa, em 1940, no Congresso do Mundo Português⁷⁹. É sugestiva a forma como se terá dado o primeiro contacto, com Serpa Pinto a mostrar “dois picos do litoral minhoto a H. cabaço, pedindo-lhe para verificar se existiria ali algo de semelhante”⁸⁰.

A Hipólito Cabaço se deve a descoberta do concheiro do Cabeço dos Morros, no Paúl dos Magos, comunicada na 27ª Sessão de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, de 19 de Dezembro de 1935, por intermédio de Afonso do Paço⁸¹, que lhe mereceu felicitações pelos seus pares: “É uma bela colheita. Precisamente no género dos de Muge. Esta sua descoberta é sem dúvida notável. O sr. Prof. Mendes Corrêa está disposto a ir ou mandar alguém cá do Instituto, proceder a escavações no concheiro do Paúl de Magos, (...). É necessário evitar que se perca o

⁷⁷ Ignoramos desde quando H. Cabaço se relacionaria com R. de Serpa Pinto, mas sabemos que a conexão entre ambos se encontra inscrita no epistolário do arqueólogo alenquerense desde Agosto de 1931.

⁷⁸ “materiais das estações paleolíticas dos terraços da margem esquerda do Tejo, recolhidos por H. Cabaço e J. F. Cadete, uma das quais – o Cabeço da Mina – com interesse estratigráfico. Mendes Corrêa dirigiu ali escavações arqueológicas – as primeiras que em Portugal se fizeram numa estação paleolítica de ar livre.”, in João Luís Cardoso, “O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, III Série, vol. 2, Lisboa, 2011, p. 257 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6115> (consultado em 28/03/2015)].

⁷⁹ A. A. Mendes Corrêa, “Novas estações líticas em Muge”, in *Congresso do Mundo Português - Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal* (I Congresso), Lisboa, 1940, pp. 111-127. Essas estações arqueológicas encontram-se contempladas em Henri Breuil et al., *op. cit.*, 1943. Cf. Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 11, 13-16; e Raquel Caçote Raposo, “Hipólito Cabaço e a arqueologia no concelho de Salvaterra de Magos: um contributo à luz do seu acervo epistolar”, in *Magos*, Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos, n.º. 2, 2015, pp. 51-69.

⁸⁰ Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 11. A autora faz essa referência baseada num inédito de H. Cabaço, “*Minha História do Paleolítico*” (Abrantes, 1963), segundo a própria, em sua posse.

⁸¹ «foi apresentada, por intermédio do sr. Tenente Paço, uma comunicação do sr. Hipólito Cabaço acerca da descoberta de vários concheiros na margem esquerda do Tejo. O sr. Hipólito Cabaço localizou, até agora, os seguintes cinco concheiros: um no Cabeço de Magos de Cima, outro no cabeço junto da barragem que se está construindo no Paul de Magos, o terceiro no Cabeço da Cova da Onça, um outro no Cabeço do Monte dos Ossos, e finalmente o quinto no Cabeço dos Mouros, próximo da Costa (?). (...) O sr. Padre Jalhay manifestou muito apreço pelo assunto da comunicação» - Sessão de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, {Acta} Sessão n.º. 17, 1935 Dezembro 19 {Manuscrito}, Associação dos Arqueólogos Portugueses [Lisboa (PT/AAPP/ACTA/UIO192/0006, de 1934 a 1938)] (transcrição parcial), in Raquel Raposo, *op. cit.*, p. 61-62.

pouco que resta do concheiro.”⁸². A propósito, foi durante este período áureo de descobertas que foi proposta a sua admissão à Associação dos Arqueólogos Portugueses, a qual se veio a concretizar sendo Consócio nº 96 e Sócio Correspondente nº 1294⁸³.

A descoberta do Cabeço dos Morros, em 1935, suscitou o interesse do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, que mostrou vontade na sua exploração: “Agora uma pergunta: que ha sôbre projectos de exploração dêsse e dos restantes concheiros? O meu bom amigo tomou compromissos com o Tenente Afonso do Paço e rev.Jalhay a tal respeito? (...) Se realmente teem esse propósito, o Instituto de Antropologia limitar-se-á aos concheiros de Muge, em que tem trabalhado. Se não o teem, então poderíamos combinar a exploração dos novos concheiros.”⁸⁴.

De facto, Cabaço acabou por se associar às explorações do Porto em Muge. No final de 1937, Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior enviou um postal a Hipólito Cabaço, onde faz referência à frutuosa campanha de verão em Muge: “Meu Prezado Amigo Imagino como terá sido frutuosa a sua campanha arqueológica dêste verão. Da Universidade do Porto ninguem me escreveu mas soube indirectamente q a colheita em Muge foi bôa.”⁸⁵.

A manutenção dos contactos de Cabaço com o Instituto fez-se através de Serpa Pinto e, depois da morte prematura deste, por intermédio de Santos Júnior, que refere o arqueólogo alenquerense com lisonja: “Sempre que recebo cartas suas e vejo o enorme entusiasmo que o meu amigo manifesta pelas coisas da arqueologia tenho imensa pena que Alemquer não seja mais perto do Porto, porque em si, a Sociedade de Antropologia teria um excelente colaborador.”⁸⁶.

O registo existente do último contacto com aquela Instituição data de 04 de Novembro de 1946 e trata-se de um ofício assinado por Mendes Corrêa, enquanto

⁸² J. R. dos Santos Júnior, {Ofício} 1936 Abril 21 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial), in Raquel Raposo, *op. cit.*, p. 55.

⁸³ Vide anexo 4.

⁸⁴ J. R. dos Santos Júnior, {Ofício} 1936 Maio 6 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (transcrição parcial), in Raquel Raposo, *op. cit.*, p. 56.

⁸⁵ J. R. dos Santos Júnior, {Postal} 1937 Outubro 31 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial), in Raquel Raposo, *op. cit.*, p. 58-59.

⁸⁶ J. R. Santos Júnior, {Ofício} 1936 Junho 1 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (transcrição parcial).

Director, agradecendo a “valiosa oferta de instrumentos líticos pré-históricos”⁸⁷, e “Esperando que V. Ex^a continuará sempre revelando tão prestantes disposições, não esquecendo a função dêste Museu”⁸⁸. Para ali enviou, por diversas vezes, remessas de material conforme adiante se verificará.

1.4. De uma arqueologia fecunda no campo e acanhada em público

«Eu limito-me a salvar o que posso. Eles tem mais sciencia e sabedoria
que eu mas mais amor e carinho por estas antiguidades não tem.»

Hipólito Cabaço, 1934⁸⁹

De modo autodidacta, Hipólito Cabaço prospectou, explorou, recolheu e colecionou, sem nunca se centralizar, ou “especializar”, numa área específica⁹⁰. Amava o acaso da descoberta e tudo quanto o ligava ao passado, a outras culturas e civilizações⁹¹; mas certo da modicidade do seu conhecimento, procurou resguardar-se na sombra de nomes prestigiados no panorama da arqueologia portuguesa do seu tempo, dos quais António Augusto Mendes Corrêa, Afonso do Paço e Eugénio Jalhay são bons exemplos.

Recebia, com frequência, convites para participações sociais: *e.g.*, do Presidente da Câmara Municipal de Alenquer convidando-o, e à sua Família, a assistir à conferência “Algumas mulheres célebres que passaram por Alemquer”, por Magnus Bergström, em 28/07/1940⁹²; da edilidade de Alenquer, invitando-o a estar presente no

⁸⁷ A. A. Mendes Corrêa, {Ofício} 1946 Novembro 04 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA [Proc. 1/27, N.º. 402 (transcrição parcial)].

⁸⁸ Idem, *ibidem* (transcrição parcial).

⁸⁹ Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta}, 1934 Outubro 24 {a} (Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior?) {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

⁹⁰ Cedo mostrou eleição pela pré-história, especialmente pelo período paleolítico. Maria Amélia Pereira é da opinião que “Legou a Portugal a mais extensa e coerente obra de prospecção e exploração dentro dos domínios da Pré-história, realizada na primeira metade do século XX, sobretudo nesse sector ingrato, difícil e controverso que é o Paleolítico.”, in Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 8.

⁹¹ “Gostava muito de descobrir, se possível, onde esta gente está enterrada, muito me obsequiava pois disendo-me como eram enterrados e que disposição e forma tinham os túmulos d’esta época, e em estações semelhantes onde era o local preferido para esse fim, se dentro do recinto do castro, se fora, em que horientação, que distancia, etc e todos os mais dados que julgue interessantes.”, in Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta}, 1934 Outubro 24 {a} (Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior?) {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

⁹² Presidente da Câmara Municipal de Alemquer, {Convite} 1940 Julho 16 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA.

almoço em honra do “Exm^o. Snr. Dr, Gustavo Barroso, ilustre Delegado do Brasil á Exposição do Mundo Português”, a ter lugar em 28/07/1940⁹³; do Instituto de Sintra, convidando-o para a inauguração da II Exposição de Sintra, no Palácio Valenças⁹⁴. Era, no entanto, em sua casa que gostava de receber os seus amigos, conhecidos e todos aqueles que tivessem interesses em torno de um denominador comum: a Arqueologia.

De carácter desprezioso, Cabaço nunca prezou a exposição pública⁹⁵, nomeadamente no tocante à divulgação dos seus achados, deixando essa tarefa para outros, doutos, com “mais sciencia e sabedoria”⁹⁶.

⁹³ Câmara Municipal de Alemquer, {Ofício} 1940 Julho 26 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA {Nº 808} (transcrição parcial).

⁹⁴ Instituto de Sintra, {Ofício-Convite} 1948 Agosto 12 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA.

⁹⁵ São excepção à regra a carta que dirigiu ao jornal local *A Verdade*, em 1950, dando conta de um achado arqueológico em Cabanas de Torres, para a qual pediu publicitação (cf. *A Verdade*, nº 1597, Alenquer, 15/10/1950), assim como as entrevistas que aceitou conceder às gazetas *A Verdade*, em 1959 e *Correio do Ribatejo*, em 1960, portanto já numa idade avançada.

⁹⁶ Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta}, 1934 Outubro 24 {a} (Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior?) {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial). São vários os exemplos que denotam essa postura: “Meu Exm^o Amigo Junto o recorte da notícia da sessão da Sociedade de Antropologia em que o Snr. Prof. Mendes Corrêa se referiu à sua valiosa descoberta do Cabeço dos Mórros, no Paul de Magos.” (J. R. Santos Júnior, {Ofício} 1936 Maio 6 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (transcrição parcial), in Raquel Raposo, *op. cit.*, p. 56); “começou o sr. Padre Jalhay por se referir aos importantes achados de indústria lítica do tipo asturiense (...) realizadas por Hipólito Cabaço na região da ribeira da Glória, visinhanças de Muge. (...) O sr. Padre Jalhay prometeu publicar em breve uma notícia mais circunstanciada do achado, (...). Seguidamente mostrou o sr. Tenente Paço numa carta da região da ribeira de Muge e da glória, onde indicou os locais dos últimos concheiros descobertos por Hipólito Cabaço” (Sessão de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, {Acta} Sessão nº. 24, 1937 Fevereiro 18 {Manuscrito}, Associação dos Arqueólogos Portugueses [Lisboa, PT/AAPP/ACTA/UIO192/0006, de 1934 a 1938 (transcrição parcial)], in Raquel Raposo, *op. cit.*, pp. 62-63); “Seguidamente, o sr. Tenente Paço comunica que o novo consócio Hipólito Cabaço lhe pediu para informar acêrca de novos achados de materiais de tipo asturiense, na região de Muge, (...), no Vale da Raposa, (...), na Boavista e em João Boieiro. Resolveu-se officiar a Cabaço, agradecendo e felicitando.” (Sessão de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, {Acta} Sessão nº. 25, 1937 Abril 22 {Manuscrito}, Associação dos Arqueólogos Portugueses [Lisboa, PT/AAPP/ACTA/UIO192/0006, de 1934 a 1938 (transcrição parcial)], in Raquel Raposo, *op. cit.*, p. 63); “o sr. Tenente Paço comunica as novas descobertas de asturiense feitas por Hipólito Cabaço no “Vale dos Amieiros” e “Arneiro dos Moinhos”, em Muge, e os “Ramalha”, no Paul de Magos, com o que se ampliou muito o ambito do asturiense na região.” (Sessão de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, {Acta} Sessão nº. 30, 1938 Abril 22 {Manuscrito}, Associação dos Arqueólogos Portugueses [Lisboa, PT/AAPP/ACTA/UIO192/0006, de 1934 a 1938 (transcrição parcial)], in Raquel Raposo, *op. cit.*, p. 63. Estes novos concheiros foram noticiados por Afonso do Paço no XVII Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Prehistóricas (Bucareste), e num artigo publicado Revista Brotéria – Afonso do Paço, “Novos concheiros do Vale do Tejo”, in *Brotéria*, vol. XXVII, fasc. 1, Lisboa, p. 66, nt. 1. Vide, também, Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 14-16). Também María Francisca de Jauregui relatou as descobertas de Cabaço no Seminario de Historia Primitiva del Hombre, em Madrid, mostrando particular interesse pela Necrópole de Paredes, especialmente pela “taza augustea de barro vidriado” [María Francisca de Jauregui, {Ofício} 1947 Janeiro 23 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial)] e pela estela, de uma tríplice sepultura, dedicada a *Caius Iulius Capito, Maela Longinie e Rufus Silonis Filius* (In Hipólito Cabaço e Eugénio Jalhay, *op. cit.*, 1935 e Maria Manuela Dias (coord.) e Catarina Gaspar, *op. cit.*, 2001, p. 15-17. Essa estela encontra-se consultável em *Hispania Epigraphica Online* [Em linha].

Na Academia, as suas relações mais próximas foram com António Augusto Mendes Corrêa, da Universidade do Porto, através dos já mencionados discípulos Rui de Serpa Pinto e Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior. De resto, essas relações estão bem explícitas no epistolário do arqueólogo alenquerense, pela reiterada troca de informação, registos de oferta de material arqueológico e visitas a Cabaço. Familiarizou-se com Henri Breuil, a quem coube a classificação da parte paleolítica da sua colecção, publicada conjuntamente com Georges Zbyszewski⁹⁷; com Afonso do Paço, a quem confiou a comunicação, de novas jazidas por si descobertas em Muge, à AAP, e com quem assinou a publicação dedicada ao *Paleolítico das Caldas da Rainha*⁹⁸; com Eugénio Jalhay, com quem subscreveu as publicações *Estela Funerária de Alenquer*⁹⁹ e “A espada de bronze do Moinho do Raposo (Alenquer): Subsídio para o estudo da época do bronze em Portugal”¹⁰⁰; com Luciano Ribeiro, a quem cumpriu a publicação das cinco matrizes sigilares¹⁰¹, e através do qual tomamos conhecimento da informação relativa aos trabalhos de Hipólito Cabaço no castelo de Alenquer¹⁰².

Como já referimos, nunca publicou *per si*. Mas deixou inédito algum material escrito, nomeadamente *Minha História do Paleolítico*¹⁰³, *Materiais para a Arqueologia de Alenquer e Seu Concelho*, que Rui de Serpa Pinto creu se poderiam “editar meia dúzia, ou uma dezena de opúsculos, com novidades de primeira ordem. (...) uma “mise-au-point” do problema do mioceno (...); o neolítico do Vale das Lages; as grutas sepulcrais; calcolítico do Castelo de Ota; e o romano infundável”¹⁰⁴, e

[Disponível em WWW: <URL http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=alenquer&rec=20915 (consultado em 18/02/2016)].

⁹⁷ Henri Breuil e Georges Zbyszewski, *op. cit.*, 1943.

⁹⁸ Afonso do Paço e Hipólito Cabaço, “Paleolítico das Caldas da Rainha”, in *Brotéria*, vol. LXXVIII, Lisboa, 1964, pp. 158-165, estudo esse, patrocinado pelo Instituto de Alta Cultura, que terá nascido com um intento: “Recebi a sua carta e já tenho os paleolíticos em casa. Creia que os acho muito interessantes e há de facto duas técnicas: uma a do clássico paleolítico, outra a do que outrora se chamava asturiense e que o Breuil classificou também de paleolítico. Vou redigir uma nota, que será publicada com o nome de ambos e servirá para: 1. Indicar que as grandes descobertas de Paleolítico começaram com o meu amigo, nas Caldas da Rainha, a partir da sua ida para lá em 1937. 2. Indicar que, tendo o meu amigo dado a conhecer os achados, outros foram lá atrás de si e trouxeram toneladas de material para o Museu de Belém. É isto rigorosamente verdade?”, in Afonso do Paço, {Carta} 1963 Abril 18 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

⁹⁹ Hipólito Cabaço e Eugénio Jalhay, *op. cit.*, 1935.

¹⁰⁰ Eugénio Jalhay e Hipólito Cabaço, *op. cit.*, 1944.

¹⁰¹ Luciano Ribeiro, *op. cit.*, 1932; e Luciano Ribeiro, *op. cit.*, 1934.

¹⁰² Idem, *op. cit.*, 1936.

¹⁰³ Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 11. A autora faz essa referência baseada num inédito de Cabaço, “*Minha História do Paleolítico*” (Abrantes, 1963), segundo a própria, em sua posse.

¹⁰⁴ Rui de Serpa Pinto, {Ofício} 1931 Agosto 31 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (Transcrição parcial).

Paleolítico de Abrantes, que Afonso do Paço questiona se “Já está publicado? Foi dado a conhecer?”¹⁰⁵, registando que “Se não foi também podíamos fazer uma nota sobre ele. Está de acordo?”¹⁰⁶. Nestas circunstâncias podemos questionar o que teria escrito e dado a conhecer a outros, sem que disso tivesse chegado, aos nossos dias, conhecimento.

E o que quedaria, também, por divulgar das suas pesquisas em Monte dos Ossos, Cova da Onça, Bicas, Porto Sabugueiro, entre outros¹⁰⁷; sobre *Aritium Praetorium* e *Aritium Vetus*, referenciada por Eugénio Jalhay¹⁰⁸; e dos “Estudos que há anos fiz num algar, que por falta de meios próprios tive de abandonar”¹⁰⁹? Quantos arqueossítios terá reconhecido sem que deles tivesse informado da sua descoberta, como é o caso do “Castelo Velho” do Caratão¹¹⁰, que viria a ser, em meados dos anos 40 do século XX, identificado por João Calado Rodrigues?

Por tudo quanto se infere podemos afirmar que, no mundo da arqueologia científica, Hipólito Cabaço actuou como uma espécie de arqueólogo “de bastidor”, ao lado de investigadores do seu tempo. Apesar de não ser nitidamente sua vocação ao longo da vida, os seus registos, já em idade avançada, demonstram com clareza que o conhecimento adquirido ao longo de tantas descobertas acabaram por o impelir a passar à escrita, embora de forma tardia e sem consequência.

Porém, como bem refere Carlos Fabião, “Ao lado destas (...) figuras maiores, (...), existiu todo um grupo de homens que poderemos definir como voluntaristas e práticos, que constituíram o grupo mais fecundo e produtivo, se preferirmos, a

¹⁰⁵ Afonso do Paço, {Carta} 1963 Abril 18 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁷ Num manuscrito datado de 17/01/1937, Hipólito Cabaço deixou algumas notas sobre “Estudo o que até à data escavei sobre arqueologia na area compreendida na carta nº 18-C – esc. 1/50.000”. Vide anexo 5.

¹⁰⁸ “*Aritium Praetorium* que, (...) deve ser procurado a uma distância média entre Alter do Chão e a margem esquerda do Tejo (região de Almeirim-Alpiarça). Havia dois *Aritium*, um *Vetus* (velho), que é a actual Alvega, outro que era talvez a residência do pretor que estava em Mérida. Este deve colocar-se a uns 20 quilómetros ao sul de Alvega, em sítio não muito distante de Ponte de Sôr, para NO, entre 10 e 15 quilómetros. Estes pormenores (...) Condizem êles com as suas descobertas?”, in Eugénio Jalhay, {Carta} ? Agosto 14 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

¹⁰⁹ Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta} s/d {a} Ministro da Guerra {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

¹¹⁰ ““Castelo Velho” do Caratão. (...) Aí por volta de 1937 a 1938 fui a Mação por causa duma prospeção de ouro. (...) Nessa ocasião um pastor disse-me que havia ali proximo um cabeço a que chamavam o “Castelo Velho”. Como devem calcular fui até lá. Simples prospeção de superfície, vi que era um castro ou por outra um local fortificado.”, in Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta}, 1946 Julho 10 {a} Afonso do Paço (?) {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial). Vide anexo 6.

“verdadeira face” da arqueologia portuguesa dos segundo e terceiro quartéis do século XX”¹¹¹. É, pois, neste quadro que inserimos a figura em questão.

1.5. Um Museu particular e os seus materiais franqueados

No intuito de criação de um museu regional onde estivessem patentes colecções de antiguidades locais, Hipólito Cabaço foi, às suas expensas, criando uma “coleção de calhaus e cacos”¹¹²: “As poucas coisas que tenho coletado estão em lugar seguro, todos as podem ver e estudar e o seu destino será o Museu Regional se o fizerem, ou caso contra, outro qualquer do Estado, o que sempre é bem melhor que serem destruídas sem proveito para alguém.”¹¹³.

E, efectivamente, assim aconteceu. Sempre franqueou a sua casa a todos aqueles que quisessem visitar e estudar a sua colecção, ali recebendo nomes prestigiados da arqueologia nacional e internacional, como o Abade Henri Breuil, Georg e Vera Leisner, H. N. Savory, do National Museum of Wales, J. Martínez Santa-Olalla, da Universidad Central de Madrid, entre tantos outros¹¹⁴. Cabaço é, aliás, um dos arqueólogos portugueses que têm relação com o acervo epistolar do casal Leisner que, de forma carinhosa, elogiaram o trato recebido no seu “museu”: “Já faz

¹¹¹ Carlos Fabião, *op. cit.*, 1999, p. 126.

¹¹² Expressão do próprio, numa nota manuscrita, in Hipólito Cabaço, {Rascunho de carta} s/d {a} (?), AHMA (transcrição parcial). Na verdade, a sua preocupação com a existência de um espaço onde a contemplação de objectos do passado se articulasse com um incremento da qualidade de vida dos cidadãos encontra-se bem plasmada no projecto que produziu durante a sua curta permanência na política local, para a criação de um museu municipal. Vide anexo 7.

¹¹³ Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta} 1934 Outubro 24 {a} (?) {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

¹¹⁴ “Muito reconhecido agradeço a V. Ex^a. a delicadeza com que me recebeu na sua casa e a amabilidade que pôs ao nosso serviço (...). A riqueza do Museu de V. Ex^a”, in António Machado de Faria, {Ofício} 1935 Janeiro 26 {Manuscrito}, AHMS (transcrição parcial); “Fui a Lisboa, ha cerca de um mez, e pensei parar no Carregado, mas como ía com guias da Faculdade, isso não me era permitido. Dessa forma não tive o prazer de o ir abraçar e ver as placas de argila gravadas em que me tem falado e que tinha o maior interêsse em ver Ficará para outra oportunidade.”, in J. R. dos Santos Júnior, {Ofício} 1936 Junho 1 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (transcrição parcial); “Os nossos amigos Capitão Afonso do Paço e Padre E. Jalhay já combinaram com V. Ex^a a possibilidade da nossa visita a Alenquer com o fim de vêr as vossas interessantíssimas colecções. Lhe seríamos infinitamente obrigado, se V. Ex^a tiver a amabilidade de mostrar-nos o seu Museu.”, in Georg Leisner, {Carta} 1943 Dezembro 19 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial); “Cumpre-me agradecer a V. Ex^a a forma cativante como se dignou acolher-me na sua Casa-Museu”, in Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, {Ofício} 1947 Abril 8 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (transcrição parcial); “I still remember with pleasure my visits to Alemquer in 1936-7 and the important collection which you had already amassed at that time from Vila Nova de São Pedro.”, in H. N. Savory, {Ofício} 1963 Setembro 13 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (transcrição parcial).

anos desde os dias tão agradáveis que passamos na sua casa! (...) nunca esquecíamos aquela semana de estudo na sua casa e o carinhoso acolhimento que ali encontramos. Gostaríamos imensamente voltar a ver V. Ex^a e trocar as novidades arqueológicas.”¹¹⁵.

De igual forma, depois de adquirida pela CMA, a colecção de Cabaço seguiu a merecer destaque de interessados e investigadores, como os “sábios arqueólogos e catedráticos da Universidade de Barcelona, Professôres drs. Luis Pericot e Martin Almagro.”¹¹⁶.

Não raras foram as vezes em que, de forma isolada e dispersa, ofereceu material arqueológico: “Muito obrigado em nome do Museu pelas esplêndidas remessas que teve a gentileza de nos fazer. Chegou hoje o caixote com o livro e com as peças em quartzite e sílex.”¹¹⁷; “Em nome do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto venho apresentar a V. Ex^a os mais sinceros agradecimentos pela valiosa oferta de instrumentos líticos pré-históricos com que se dignou enriquecer as colecções do Museu dêste Instituto.”¹¹⁸; “It was very kind of you to remember me after so many years and send the interesting flints picked up at Leigh-On-Sea.”¹¹⁹.

Fez, similarmente, doações ao então Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos¹²⁰, actual Museu Nacional de Arqueologia, e ao Museu D. Lopo de Almeida¹²¹, em Abrantes. Depois da sua morte – tudo indica sem qualquer critério em particular –, alguns materiais recolhidos nas Caldas da Rainha, e que ainda se

¹¹⁵ Georg Leisner e Vera Leisner, {Carta} 1944 Dezembro 29 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial). Depositado na Biblioteca de Arqueologia da Direcção-Geral do Património Cultural, o acervo epistolar do casal Leisner encontra-se em linha. [Disponível em WWW: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/recursos/arquivos-dgpc/arquivo-leisner/> (consultado a 05/01/2015)].

¹¹⁶ Hipólito Cabaço, {Rascunho de carta} s/d {a} (?), AHMA (transcrição parcial). Lamentavelmente, desconhecemos as datas de tais visitas.

¹¹⁷ J. R. dos Santos Júnior {Ofício} 1936 Abril 21 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

¹¹⁸ A. A. Mendes Corrêa, {Ofício} 1946 Novembro 4 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA [Proc. 1/27, N.º. 402 (transcrição parcial)].

¹¹⁹ H. N. Savory, {Ofício} 1963 Setembro 13 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (transcrição parcial).

¹²⁰ Ali depositou material proveniente das estações arqueológicas de Muge. Cf. Hipólito Cabaço, {Carta}, 1938 Abril 24 {a} Manuel Heleno {Manuscrito}, Arquivo MNA (APMH/5/1/113 – APMH-1/54/CO/CX2/113); Manuel Heleno, {Ofício} 1938 Maio 10 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (Of. N.º. 4.753); e Manuel Heleno, {Ofício} 1938 Maio 31 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (Of. N.º. 4764), in Raquel Raposo, *op. cit.*, p. 65-66.

¹²¹ “nos meados de 1969 doava ao Museu D. Lopo de Almeida perto de 100 quartzites lascadas, provenientes das freguesias do Pego, São Miguel do Rio Torto, Rossio ao Sul do Tejo, Rio de Moinhos e Bemposta, além dos terraços da Ribeira de Coalhos.”, in Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 17.

guardavam na sua residência, foram oferecidos ao Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, actual Museu Geológico, e ao Museu Arqueológico do Carmo¹²².

A criação do MMHC, na esteira do propósito da criação de museus regionais para salvaguarda do património material – na sua maioria largamente esquecidos das outras distintas funções museológicas, de ordem científica, pedagógica, didáctica –, não se fez sem dificuldades: por um lado a inexistência de um espaço físico, só providenciado na década de 70, por outro, o estado das colecções reunidas por Cabaço. Disso nos dão conta dois documentos, onde se referenciam várias dificuldades: dispersão de materiais, falta de inventário e marcação de peças, algumas delas sem menção do local de proveniência¹²³.

Podemos, pois, dizer que a obra de Hipólito Cabaço, situada nas primeiras décadas do século XX, se baseia, essencialmente, num notável trabalho de prospecção, firmado pelos inúmeros arqueossítios que identificou, dos quais retirou milhares de materiais desprovidos de referência ao seu contexto arqueológico. Ao longo de 50 anos de exercício, e de forma autodidacta, não materializou um discurso científico, reflexivo e sistemático. À falta de cadernos de campo ou de registos que, a terem existido não chegaram até nós, ignoramos quais os seus métodos de trabalho. É a partir de algumas informações contidas no seu epistolário que podemos entender melhor a sua *praxis* arqueológica, as suas relações com os outros, o seu lugar na arqueologia do seu tempo.

Homem de espírito voluntarista e laborioso, Cabaço manteve largo contacto com investigadores contemporâneos, com os quais procurou ampliar o seu conhecimento e a quem divulgou e partilhou as suas pesquisas e achados. Associou-se a organizações dedicadas ao património cultural, como a Associação dos Arqueólogos

¹²² Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 14.

¹²³ “O Museu Hipólito Cabaço vai ser legalmente criado, (...) Todavia, dois problemas se levantam: - O Ten. Coronel Afonso do Paço tinha em casa muito material, que vou tentar reaver. Pode saber-me ao certo o que era? – E parece que também tinha ainda coisas de Abrantes. É verdade? (...) sou a intermediária com a viúva. Um terceiro problema: como talvez se recorde, há lá 3 cestas vindimas com material que não está inventariado. Que fazer a isso? E o restante, embora em boa exposição, devido à humidade do sítio, já largam algumas etiquetas. Lembrar-se-á (...) da proveniência? (...)”, in Maria Amélia Pereira, {Carta} 1969 Janeiro 21 {a} Maria da Piedade Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial); “Objectos que estavam em poder do Ten. Coronel Afonso do Paço: 1 figurinha de barro do Castro da Pedra de Ouro, diversos objectos em pedreneira e bronze também do castro da Pedra de Ouro. E pode ser mais algumas peças que o meu pai não se lembra. De Abrantes já não tinha nada já que os picos que lá estavam são os que deu a V. Ex^ª”, in Maria da Piedade Cabaço, {Carta} s/d {a} Maria Amélia Pereira {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

Portugueses, e foi membro da Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Pre-historia e do Instituto de Sintra¹²⁴.

O seu labor prático foi reconhecido por muitos estudiosos e científicos da sua época. Mas, de um modo geral, a comunidade em que estava inserido tinha-o como um homem fora do comum, que se perdia a olhar para as *pedras e calhaus* e gostava de dar *cavadelas* à procura de *antiguidades*. Foi, aliás, numa linha antiquarista que tratou a grande maioria do material que recolheu, restaurando-o como melhor sabia e marcando-o, muitas das vezes, com etiquetas. Preencheu verbetes onde anotava a numeração atribuída à peça, sua identificação e cronologia atribuível e, de forma genérica e sem precisão geográfica, o local do achado. Foi prospector, recolector, colecionador e amador de arqueologia. Muitas das suas descobertas parecem dever-se a acasos, fruto de um conhecimento intuitivo. Mas é certo que, para além do trabalho de campo, havia uma preparação em gabinete.

Foi criando, às suas expensas, um museu particular, um “lugar seguro” para as suas colecções que todos “podem ver e estudar”, na perspectiva que o seu destino final fosse o Museu Regional ou “outro qualquer do Estado”¹²⁵. Em 1944 viu-se, por questões económicas, obrigado a vender a sua colecção à Câmara Municipal de Alenquer, que a adquiriu com o intento de contribuir para a criação de um museu municipal, cuja concretização se efectuará, após um longo processo, em 1975¹²⁶. Essa não seria a sua única venda de material arqueológico. Numa outra altura viu-se constrangido a vender moedas à Casa Molder, em Lisboa¹²⁷.

Hipólito Cabaço não encarou os dados arqueológicos como documentos históricos. Não seguiu um conjunto de paradigmas que lhe possibilitassem investigar os sítios arqueológicos como um todo, como *loci memoriae*; e de entre as dezenas de locais arqueológicos em que tal sucedeu permitimo-nos destacar o castelo de Alenquer, sobre o qual nos debruçaremos no presente ensaio. Aqui procuramos tomar cada fragmento como pedaço de tempo e memória, estabelecer diálogos e resgatar

¹²⁴ “Hipólito da Costa Cabaço, da Associação dos Arqueólogos portugueses e da Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Pre-historia. Alemquer, 6-Janeiro-1947”, in Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta} 1947 Janeiro 6 {a} Ministro da Guerra {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial); “Tenho a honra de convidar V. Ex^a, como membro deste Instituto”, in Instituto de Sintra, {Ofício-Convite} 1948 Agosto 12 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (transcrição parcial).

¹²⁵ Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta} 1934 Outubro 24 {a} (?) {Manuscrito}, AHMA (transcrições parciais).

¹²⁶ Encerrada ao público há alguns anos, a Instituição encontra-se actualmente em fase de realojamento.

¹²⁷ Informação oral da Sr^a. D. Maria Carolina Cabaço (neta).

memórias com fundamento nos inúmeros vectores que, esperamos, permitam uma reflexão e um debate sobre a expressividade histórica desse *Sítio*.

2. O SÍTIO E OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

2.1. O espaço

Ajustada à topografia natural do terreno por quesito geo-estratégico, a fortificação medieval de Alenquer desenvolvia-se em dois recintos: um superior sito numa colina com 108 metros de altitude¹²⁸ – parte mais elevada da acrópole de Alenquer –, onde se localizava a alcáçova, ou o castelo propriamente dito – hipoteticamente de planta oval –, com a torre de menagem¹²⁹; e um inferior, onde se desenvolvia a cerca para defesa do núcleo urbano primitivo, que se estendia até junto da margem do rio, onde se ergue a Torre da Couraça¹³⁰.

O *Sítio* em apreço situa-se na malha urbana da vila de Alenquer, na actual União de Freguesias de Alenquer, concelho de Alenquer, distrito de Lisboa, e encontra-se cartografado na Carta Militar de Portugal n.º 376 (esc.: 1:25 000).

Localizada a Noroeste de Lisboa¹³¹, a vila de Alenquer enquadra-se numa zona de transição entre a metade Centro Litoral do Portugal Litoral Médio e o Portugal Meridional¹³², e “compõe-se de duas partes: uma parte alta construída na colina e

¹²⁸ Aldo Paviani, “Alenquer, aspectos geográficos de uma vila portuguesa”, in *Finisterra*, Vol. VIII, n.º 5, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1968, p. 42 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2512/2140> (consultado a 05/11/2014).]; e Márcio Vidal Beatriz, *op. cit.*, p. 18.

¹²⁹ Sobre a localização da torre de menagem, partilhamos da opinião de João Pedro Ferro que, baseado numa gravura oitocentista de Ribeiro Christino (vide anexo 10), a localiza em sítio próximo onde hoje existe uma estação elevatória de água. Cf. J. P. Ferro, *op. cit.*, p. 49. Os dados apresentados por Márcio Beatriz também permitiram assertar que esta torre, “a que se situa mais a sul da área definida como a alcáçova de Alenquer, e a que marca um dos limites do patamar superior.”, tenha sido potencialmente destruída pela construção dessa estrutura do século XX, corroborando essa hipótese - in Márcio Beatriz, *op. cit.*, p. 66.

¹³⁰ Vide anexo 11.

¹³¹ Tal como se disse atrás, Alenquer situa-se entre as cidades de Lisboa e Santarém. Segundo João Pedro Ferro, “a cerca de 37 km da capital e a 46 km de Santarém. A uma distância de cerca de 8 km do rio Tejo, Alenquer situa-se no meio do eixo fluvial Santarém-Lisboa, factor que foi importante na história da vila medieval”, in J. P. Ferro, *op. cit.*, p. 15.

¹³² Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau, *Geografia de Portugal. I - A posição geográfica e o território*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 1987, pp. 119-160; e Márcio Beatriz, *op. cit.*, p. 18.

assentando principalmente em grés argilosos, havendo só uma pequena parte, como a Câmara, nos calcários; e uma parte baixa, junto à ribeira, assente nas aluviões e nos grés”¹³³. Assente sobretudo em terrenos Terciários, todo o concelho apresenta características geológicas variáveis, da planície aluvial do Tejo aos Complexos Pteroceriano do Jurássico – inclui calcários de Ota, Alenquer e Silveira – e de Cheganças – formado principalmente por arenitos, argilas e calcários –, numa “relativa diversificação estrutural que colaborou na individualização da paisagem de Alenquer e sua periferia”¹³⁴.



Fig. 1 – Excerto da C.M.P. n.º. 376, com particularização da localização do *Sítio* (esc.: 1:10 000, adaptado a partir da fonte¹³⁵).

Orograficamente, a estrutura do concelho de Alenquer é dominada, a Norte, pela Serra do Montejunto (666 m) que se prolonga, a Oeste, pelas Serras Galega (354 m) e Alta (360 m). A Sul dominam as cumeadas do Monte Redondo (212 m) e da Serra de Ota (167 m) e, ainda, o Cabeço de Meca/de Santa Quitéria (279 m) e das

¹³³ F. L. Pereira de Souza apud Aldo Paviani, *op. cit.*, p. 33.

¹³⁴ Aldo Paviani, *op. cit.*, p. 33. A propósito desta diversidade vide o anexo 12.

¹³⁵ Centro de Informação Geoespacial do Exército [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://www.igeoe.pt> (consultado a 06/01/2015)].

Coteinas (218 m). De mencionar, igualmente, as colinas do Falgar (228 m), Cabreira (217 m) e Amaral (290 m)¹³⁶.

Sob ponto de vista hidrográfico, a vila é atravessada por um rio – outrora descrito como “derivado de vários veios de água subterrâneos, muito ameno e abundante em pescaria, flanqueado de arvoredo em ambas as margens, que produz sombras agradáveis”¹³⁷ – ao qual atribui designação – Alenquer –, e que desagua no Rio Tejo. Foram-lhe atribuídas propriedades medicinais, confluindo para ele pequenos cursos de água, como sejam as ribeiras da Madalena, Prezada, do Casco, do Porto e do rio Mouro, na sua margem esquerda, e as ribeiras das Ceroulas e de Ribafria, na margem direita. Paralelamente, há assinalar o Rio de Ota e as Ribeiras de Santana da Carnota e do Rio Grande da Pipa, de caudal sazonal, e também eles afluentes do Tejo¹³⁸; assim como inúmeras fontes e nascentes, demonstrativas da riqueza da região nesse bem fundamental e inseparável da vida humana que é a água. Pode, pois, afirmar-se que o rio de Alenquer serviu outrora como limite defensivo natural, importante recurso alimentar da população e “Juntamente com o relevo, (...) serviu à escôlha e ao condicionamento do *Sítio* de Alenquer”¹³⁹.

Pelo que antes se expôs se pode verificar um conjunto de factores determinantes para a fertilidade dos solos desta região, à qual não é alheio um clima favorável às culturas mediterrânicas, como os cereais, a vinha e o olival. De cariz eminentemente rural, durante a época medieval complementavam o leque das principais produções agrícolas alenquerenses os legumes e as frutas, importantes para as necessidades da economia interna e para exportação, principalmente para Lisboa¹⁴⁰. Abonem-se, igualmente, as áreas de mata, bosque e floresta, essenciais à caça e ao

¹³⁶ Câmara Municipal de Alenquer [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-alenquer.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=320ebbee-fa9d-42c0-b2b1-c5a413e718d2> (consultado a 06/01/2015)].

¹³⁷ Damião de Goes in *Urbis Olissiponis Descriptio*, 1544 apud José Henrique Leitão Lourenço, *A Indústria na Vila de Alenquer (1565-1931)*, dissertação de Mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, p. 13 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3559> (consultado a 02/04/2015)]. Actualmente essa não é uma realidade.

¹³⁸ Câmara Municipal de Alenquer [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-alenquer.pt/Catalogs/ListEntities.aspx?category=22> (consultado a 06/01/2015)].

¹³⁹ Aldo Paviani, *op. cit.*, p. 34.

¹⁴⁰ São, aliás, conhecidos alguns hortelãos no final do século XIV e no início do Século XV. Vide João Pedro Ferro, *op. cit.*, p. 137.

fornecimento de madeira e pastos para o gado; e a extracção mineral, de pedra, barro e sal¹⁴¹.

O concelho apresenta-se repleto de outros recursos naturais, renováveis e não renováveis, dos quais podemos elencar argilas comuns e margas, areias e saibros, grés, rochas sedimentares (calcário) e eruptivas (basalto), ferro e cobre (?)¹⁴² ou o carvão¹⁴³. Estes recursos foram, ao longo dos tempos, importantíssimos para o assentamento humano, o desenvolvimento da comunidade e da sua estrutura económica, valor que se encontra bem exposto na sua toponímia: Areal, Atouguia das Cabras, Beco dos Fornos, Casais Pedreira do Lima, Mata, Pedra de Ouro, Pereiro, Rua das Minas, Rua das Olarias, Rua dos Olhos de Água, Silveira, Telhada, Vale de Figueira, entre outros tantos; alguns deles, entretanto, desaparecidos, *e.g.* Fornos¹⁴⁴.

O concelho de Alenquer possui uma boa rede de comunicação terrestre. As redes viárias foram, aliás, em toda a extensão cronológica, motores de dinâmicas ocupacionais e de sistemas de povoamento, fixações e interacções. A este propósito verifique-se, *e.g.*, que foi observada no território de Alenquer a rede viária antiga que estabelecia ligações entre as principais cidades da idade do ferro e de época romana; a ligação supra-regional entre os povoados de Pragança e do Amaral/Curvaceiras, entre tantas outras; itinerários de grande percurso com origem antiga – romana ou pré-romana¹⁴⁵ –, de que é bom exemplo a estrada *Olisipo-Scallabis*¹⁴⁶, sobre cujo itinerário se firmou a estrada medieval:

¹⁴¹ Vide João Pedro Ferro, *op. cit.*, pp. 123-147.

¹⁴² G. Zbyszewski apud Miguel Costa, *op. cit.*, p. 16.

¹⁴³ “haverá vinte annos que junto desta villa, aonde foi o adro dos Judeus, se principiarão a abrir duas minas e nellas se achou carvão de pedra, metal branco, e metal amarello, que vi, e ha quem diga que se descobriu ouro e prata”, in José Eduardo Ferreira Martins, *Alenquer 1758. O Actual Concelho nas Memórias Paroquiais*, arruda editora, 2008, p. 56.

¹⁴⁴ João Pedro Ferro, *op. cit.*, p. 200.

¹⁴⁵ Cf. Miguel Costa, *op. cit.*, pp. 12, 72 e 78, obra de consulta essencial sobre a temática das redes viárias de Alenquer.

¹⁴⁶ A propósito dos inúmeros vestígios de época romana reconhecidos na região de Alenquer, especialmente na área de Paredes, Sete Pedras e Quinta do Bravo, *e.g.* o miliário de Adriano (*CIL* II 4633); e o miliário da Quinta de Santa Teresa (Paredes, Alenquer) alguns autores defenderam, por longo tempo, a localização de *Ierabrica* - a segunda *mansio* da estrada *Olisipo-Scallabis* referida no Itinerário Antonino -, em Alenquer (em detrimento da sua localização em Povos, Vila Franca de Xira). Vasco Mantas define uma área de cerca de 8 ha onde situa *Ierabrica* (onde inclui Paredes e restantes locais atrás citados), e que, segundo o próprio, “Tudo leva a crer tratar-se de um *vicus* viário”. Cf. Vasco Gil Mantas, “A estrada romana de *Olisipo* a *Scallabis*. Traçado e vestígios”, in *Cira Arqueologia Online. CIRA-ARQUEOLOGIA I – Atas Mesa Redonda “De Olisipo a Ierabrica”*, Câmara Municipal Vila Franca de Xira/Museu Municipal Vila Franca de Xira, 2012, p. 13 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: http://www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/895/Cira_Arqueologia_N_1.pdf (consultado a 25/03/2015)]. A recente investigação arqueológica leva a situar *Ierabrica* no Monte dos Castelinhos, numa elevação sobranceira à Vala do Carregado (Alenquer) – mas, administrativamente, pertencente ao

Embora sejamos levados a pensar que, nos tempos medievais, eram escassas as estradas e os caminhos e reduzido o tráfico terrestre, tal não acontecia na realidade. Ligando os principais centros urbanos encontrava-se uma rede viária cuja base eram as estradas e os caminhos legados pelos romanos e muçulmanos. Além dessas, mais importantes, outros caminhos havia, comunicando vilas, aldeias e casais. Largas e bem traçadas, ou simples azinhagas, ínvias e mutáveis, todas correspondiam às necessidades da circulação medieval¹⁴⁷.

As deslocações viárias far-se-iam, então, maioritariamente a pé ou no dorso de animais. Durante a época moderna era possível percorrer, em condições favoráveis, o percurso Lisboa-Alenquer, por estrada, num dia e meio. Esse percurso, que conhecia maior dificuldade durante os meses de Inverno, só viria a ser simplificado com a chegada do caminho-de-ferro, por meio da entrada em serviço do troço Lisboa-Carregado, inaugurado em 28 de Outubro de 1856. Ressalve-se, no entanto, que uma das vias privilegiadas de deslocação até Lisboa, antes e depois da chegada do comboio, foi o Tejo. A este propósito, relembre-se a existência de um porto fluvial em Vila Nova da Rainha (Azambuja) – situado numa zona de confluência entre da ribeira de Alenquer com o Tejo - por onde, *e.g.*, em finais do século XIX, se escoavam pessoas e mercadorias até Lisboa e, dali, para outros destinos¹⁴⁸.

Combinaram-se trajectos terrestres e fluviais, descritos por variados autores de distintas épocas. Esses escritos, “literários ou mais prosaicamente ligados às realidades e às necessidades do quotidiano”¹⁴⁹, mostram-se de enorme monta para percebermos as dinâmicas das comunicações e acessibilidades, como igualmente todo um conjunto de funções conexas à vivência humana que requer, contínua e perduravelmente, ser provida.

concelho de Vila Franca de Xira – que dali foi transferida, no Século I, para a área de Paredes, Alenquer. Cf. Vasco Gil Mantas, “O Miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados”, in *Cira-Arqueologia*, N.º. 5, Câmara Municipal Vila Franca de Xira/Museu Municipal Vila Franca de Xira, 2016/17, p. 77 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <https://www.cm-vfxira.pt/frontoffice/pages/2492> (consultado a 17/09/2017)].

¹⁴⁷ João Pedro Ferro, *op. cit.*, p. 192.

¹⁴⁸ Jorge Gaspar, “Os portos fluviais do Tejo”, in *Finisterra*, V, 10, 1970, pp. 153-204 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2440/2077> (consultado a 09/09/2016)].

¹⁴⁹ Vasco Gil Mantas, *op. cit.*, 2012, p. 7.

2.2. Enquadramento historiográfico

A importância da vila de Alenquer, o seu papel na história de Portugal e a circunstância de ter servido de palco a efemérides relevantes da mesma fazem com que vários autores, com maior ou menor incidência, a consagrem na sua obra.

A Alenquer e à sua estrutura de fortificação – reconhecida como importante fortaleza durante a época medieval – é dada particular relevância desde logo no círculo da produção cronística. Na *Crónica de D. João I*, redigida em 1443 por encargo de D. Duarte, o cronista Fernão Lopes ilustra que a fortaleza da estrutura defensiva, aliada à posição geográfica do *Sítio*, tornavam Alenquer numa praça militar quase incontestável; e nas *Crónica de D. Afonso Henriques* e *Crónicas de D. Sancho I e D. Afonso II*, Fr. António Brandão dá nota da robustez das muralhas da vila numa referência circunstanciada da tomada de Alenquer em 1148¹⁵⁰. Ambos arrolam episódios de cercos e assaltos, vitórias e derrotas, transições de domínio e fidelidades.

Coube a Damião de Goes, historiador e humanista português natural da localidade, menção à existência da fortificação na obra *Vrbis Olisiponis Descriptio*, dada à estampa em Évora, em 1554. Na sua *Laudes Urbium*, e sob forma literária ao gosto do Renascimento, Goes assinala a sua existência sem dela apresentar qualquer descrição, facto expectável numa obra cujo intento era verter, por vias da escrita, um elogio ao cosmopolitismo da Lisboa Quinhentista¹⁵¹.

É durante a centúria de setecentos que surgem as primeiras descrições alusivas ao seu estado de conservação. Em 1712, ao compilar as notícias de que dispunha sobre inúmeras localidades portuguesas, o P. António Carvalho da Costa dá conta do seu elevado estado de ruína¹⁵². De carácter corográfico, a obra do P. Carvalho da Costa serviria de modelo a trabalhos do mesmo género, como seja a de Augusto de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, de 1873, que se mostra assaz descritiva no que toca

¹⁵⁰ João Pedro Ferro, *op. cit.*, pp. 41-42.

¹⁵¹ Raul Machado, *Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa*, (texto latino de Damião de Góis), Livraria Avelar Machado, Lisboa, 1937.

¹⁵² António Carvalho da Costa, *Corografia portugueza, e descripçam topografica do famoso reyno de portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares [...] & outras curiosas observaçoens* (2ª ed.), Tomo III, Typ. Domingos Gonçalves Gouvea, Braga, pp. 53-54 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: http://purl.pt/434/4/hg-1067-v/hg-1067-v_item4/hg-1067-v_PDF/hg-1067-v_PDF_24-C-R0150/hg-1067-v_0000_capa-671_t24-C-R0150.pdf (consultado a 10/04/2015)].

ao amuralhamento do primitivo núcleo urbano, suas portas e postigos. Pinho Leal acrescenta conhecimento, evidenciando cercos e conflitos em que esteve envolvido¹⁵³.

Resultantes das respostas obtidas ao inquérito lançado pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, pela necessidade da Coroa fazer um ponto de situação após o grande e destrutivo terramoto de 1 de Novembro de 1755 (quer a nível do edificado, quer da natureza e da população), a todos os Párocos do país, as *Memórias Paroquiais de 1758* assumem-se como fonte de inquestionável importância para o conhecimento do espaço em apreço. Dando-nos a saber, num registo apelidável de “fotográfico”, o estado geral do concelho de Alenquer nesse tempo interessa-nos, particularmente, desse conjunto, o que se historia do castelo e cerca urbana, episódios militares e acontecimentos destacados da história da fortificação medieval, seu estado de conservação¹⁵⁴.

Em 1860 Inácio de Vilhena Barbosa trata, em *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d'armas*¹⁵⁵, das possíveis origens da onomástica da vila. Refere a conquista cristã em 1148 por D. Afonso Henriques e novos cercos: em 1184 por forças muçulmanas e, *a posteriori*, por D. Afonso II e D. João I. Vilhena Barbosa relata que o castelo já era existente no século VIII quando foi tomado pelos muçulmanos, a quem se deve a sua renovação. Este autor menciona a existência de duas portas maiores – a da Vila e a do Carvalho, ou de Santo António – e de três menores, ou postigos; e de várias cisternas.

Determinados episódios cristalizaram na memória, dando lugar a repetida entrada em dicionários e corografias, como os de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*, de 1904; Ávila e Bolama, *A nova carta chorographica de Portugal*, de 1909, que pouco acrescentam, mostrando pouco avanço no processo de investigação¹⁵⁶.

¹⁵³ Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionario*, vol. 1, Mattos Moreira & Companhia, 1873, pp. 92-111 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: https://archive.org/stream/gri_33125005925538#page/n95/mode/2up (consultado a 11/04/2015)].

¹⁵⁴ José Eduardo Ferreira Martins, *op. cit.*, pp. 30, 49-51 e 53-55.

¹⁵⁵ Inácio de Vilhena Barbosa, *op. cit.*

¹⁵⁶ E. Pereira e G. Rodrigues, *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*, Vol. 1, João Romano Torres, Lisboa, 1904; e Marquez D'Avila Bolama, *Nova Carta Corográfica de Portugal*, Vol.1, Typ. Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1909.

Em 1873, na sua obra *Alenquer e seu Concelho*, e em 1902, em *A Vila de Alenquer*, Guilherme João Carlos Henriques compila a história da povoação de Alenquer e seus aspectos sociais, económicos e históricos. O autor, que defende a fundação do castelo em período visigótico, narra as principais ocorrências vividas na fortificação até à sua decadência, que situa no início da Dinastia Filipina. De cariz memorialista – e ainda, aos nossos dias, obra de referência da história local –, a obra de Guilherme Henriques apresenta-nos uma descrição completa do castelo, suas muralhas e torre de menagem em finais do século XIX-inícios do século XX, e uma preocupada postura relativamente ao seu estado de conservação¹⁵⁷.

A compilação dos dados historiográficos sobre o castelo é, ainda, contemplada nas monografias de Luciano Ribeiro, *Alenquer. Subsídios para a sua história*, de 1936; de Fernando Luso Soares, *A Vila de Alenquer – Ensaio Historiográfico*, de 1941; António Melo, António Rodrigues Guapo e José Eduardo Martins, *O Concelho de Alenquer I*, de 1984; de Luís Rucha Venâncio, *Alenquer – Concelho Multissecular e Monumental*, de 1983, que aventa uma possível planta da fortaleza; de João Pedro Ferro, *Alenquer Medieval (séculos XII-XV) – Subsídios para o seu estudo*, de 1996; e de Filipe Rogeiro, *Alenquer – Presépio de Portugal*, de 2005¹⁵⁸.

Ressalve-se o trabalho de João Pedro Ferro, que se revela uma ferramenta essencial para um melhor entendimento da povoação e dos seus estruturantes espaços públicos nesse tempo, da cerca urbana fortificada – suas portas e postigos – aos arrabaldes, detendo-se nos mais variados aspectos sociais, económicos, políticos. Com base em Luís Venâncio, Ferro apresenta uma planta da vila assaz pertinente para um acertado entendimento dos espaços comuns – lugares de actividades colectivas, convívio, trocas entre as gentes que, de forma heterogénea, compunham a sociedade urbana nessa época –, da esfera privada e dos isolados, unos e exclusivos de grupos minoritários, judeus e muçulmanos que, muito embora podendo circular livremente no espaço físico do concelho e do Reino, estavam obrigatoriamente apartados.

¹⁵⁷ Guilherme Henriques, *op. cit.*

¹⁵⁸ Luciano Ribeiro, *op. cit.*, 1936; Fernando Luso Soares, *A Vila de Alenquer – Ensaio Historiográfico*, Tip. Couto Martins, Lisboa, 1941; António Melo *et alii*, *O concelho de Alenquer 1. Subsídios para um roteiro de arte e etnografia*, Câmara Municipal de Alenquer, Alenquer, 1989-1991; Luís Venâncio, *Alenquer – Concelho Multissecular e Monumental*, Sporting Clube de Alenquer, 1983; João Pedro Ferro, *op. cit.*; Filipe Rogeiro, *Alenquer – Presépio de Portugal*, Ferraz & Azevedo, Lda, Mem Martins, 2005. Para um estado da arte que passe em revista toda a bibliografia referente a Alenquer e ao seu castelo veja-se Márcio Beatriz, *op. cit.*, pp. 9-12.

Há, ainda, a assinalar *Pera Guerrejar: Armamento Medieval no Espaço Português (séc. IX-XV)*, da autoria de Mário Jorge Barroca *et alii*, onde se apresentam alguns materiais arqueológicos provenientes da área do castelo de Alenquer¹⁵⁹. Também sobre armamento, registe-se a obra de Paulo Jorge Agostinho onde se documenta algum do armamento utilizado durante o cerco a Alenquer, em 1384¹⁶⁰.

Mais recentemente, em 2016, Miguel Gomes Martins dá à estampa *Guerreiros de Pedra. Castelos, Muralhas e Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média*, obra fundamental para melhor se perceber as fortificações medievais e as suas características arquitectónicas, e onde o autor aduz alguns episódios militares e acontecimentos marcantes da fortaleza de Alenquer que, segundo o próprio, tudo indica tenha sido erguida pelos Almorávidas possivelmente durante a 1ª metade do século XII¹⁶¹.

2.3. Síntese histórica

Através do levantamento biblio-historiográfico sistemático em que Alenquer e o seu castelo foram objecto de estudo, podemos verificar que a escolha do «Monte do Castelo» para a fundação de um espaço militar terá obedecido especialmente, e para além de condicionalismos topográficos, a motivações geopolíticas.

A fundação da fortificação é avançada por uns como sendo obra dos Alanos, povo oriundo do nordeste do Cáucaso; e por outros como criação dos visigodos, povo germânico originário do leste europeu, ambos invasores da Península no contexto das grandes migrações do século V, conhecidas como invasões bárbaras, e que viriam a precipitar a queda do império romano do Ocidente. Outros autores consideram-na obra dos muçulmanos que, em 711 d.C., sob comando de Tárique, penetraram na Península Ibérica vencendo o último rei visigodo, e que foram, nos séculos seguintes, conquistando territórios no designado *al-Ándalus*, que governaram por quase oito séculos. Há, ainda, quem a situe no século XII como obra dos Almorávidas, nómadas

¹⁵⁹ Mário Barroca *et alii*, *op. cit.* 2000.

¹⁶⁰ Paulo Jorge Agostinho, *Vestidos para matar: o armamento de guerra na Cronística Portuguesa de Quatrocentos*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

¹⁶¹ Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, 2016.

provenientes do Sahara que, sob interpretação rigorosa do Islão, incorporaram no seu domínio a Península Ibérica.

Tenhamos presente a descoberta de testemunhos de épocas anteriores no «Monte do Castelo». Mencionem-se as referências aos objectos polidos; à presença da cultura campaniforme por baixo da muralha da Porta da Conceição; à pedra com enigmáticos caracteres gravados achada nas suas proximidades; e ao grande número de moedas romanas dos imperadores Trajano (98-117), Adriano (117-138) e Antonino Pio (138-161). Todos estes elementos nos remetem para uma longa diacronia na utilização daquele espaço físico, para o que concorreu, certamente, a sua condição geomorfológica.

Situado no ponto mais elevado da vila de Alenquer, do «Monte do Castelo» se tiraria partido das vantagens militares do sítio, da defensabilidade natural e da sua ampla visibilidade. Seria, sem qualquer dúvida, um elemento primordial para controlo de uma região naturalmente rica, em posição estratégica; a qual viria a integrar o Património das Rainhas por costume introduzido pelo rei D. Sancho I. Por morte desse monarca, D. Sancha recebeu, por ordem testamentária de seu pai, o castelo de Alenquer e o resto do termo da Vila, com todos os rendimentos aí produzidos, atribuindo-lhe, em 1212, o 1º Foral:

*Em nome do Padre, Filho, e Espírito Santo, Amen. Saibam todos que eu a rainha D. Sancha, filha d'el rei D. Sancho, que foi filho de Affonso I, rei de Portugal, pela graça de Deus, senhora do castello chamado Alemquer, de minha espontanea vontade, bom animo e intimo amor do coração, dou e concedo ao sobredito castello e a todos os seus habitantes tanto presentes como futuros, bom foral, segundo o qual me serão pagos a mim e aos meus successores, por vós e vossos successores, os direitos reaes abaixo designados.*¹⁶²

¹⁶² Excerto do Foral de D. Sancha (1212), in António de Oliveira Melo *et alii*, *O Concelho de Alenquer: subsídios para um roteiro de arte e etnografia*, Alenquer, Vol. 4, 1987, p. 309.

Foi tomada pelas forças cristãs em 24 de Junho de 1148, e conhecem-se os seus alcaides desde 1183 a 1497¹⁶³. “Vila das Rainhas” desde D. Sancha, Alenquer manteve-se largos períodos na posse da Coroa¹⁶⁴.

A prática da guerra terá, com toda a certeza, contribuído para a alteração da estrutura defensiva de Alenquer.

Sofreu cercos em 1184 (forças muçulmanas); em 1211/1212 (D. Afonso II), no contexto do conflito testamentário entre D. Afonso II e as Infantas suas irmãs – D. Sancha, D. Teresa e D. Mafalda -, por motivo da recusa de monarca em cumprir as prerrogativas deixadas em testamento pelo seu pai, D. Sancho I, as quais passavam pela entrega do castelo de Alenquer e de Montemor-o-Velho a D. Sancha e D. Teresa, respectivamente. Aquando da crise de 1383/85, por ser praça-forte fiel a Juan I e D. Beatriz, sofreu, em Janeiro de 1383, um cerco pelas hostes de D. João I de Portugal, levantado pela aproximação das tropas castelhanas; e em finais de 1384 novo cerco imposto pelas hostes do Mestre de Avis, que durou seis semanas e levou, por falta de água, à capitulação da fortificação de Alenquer, motivando a construção da cisterna.

Durante essa investida de D. João I e Nuno Álvares Pereira contra Alenquer, que ocorreu antes da alvorada, encontra-se documentado o recurso a armas de mão e de haste, de arremesso e de sítio¹⁶⁵. Sabe-se que também ali, na fortaleza de Alenquer, foram usados virotões e armamento “pesado”, mormente trabucos, levado do *almazém* de Lisboa para Alenquer em Novembro de 1384¹⁶⁶.

Sobre o transporte de engenhos pesados para Alenquer em finais de 1384 indica-nos Miguel Martins que foram “levados em barcas desde Lisboa até às imediações daquela vila, para onde foram, então, rebocados por bois e, já na fase final de aproximação ao alvo, puxados por vários homens com o recurso a cordas.”, mostrando que a proximidade com o Tejo assumiu importância em diversas valências¹⁶⁷.

No final do século XV perde o essencial da sua função militar, não se adaptando à pirobalística, quando as estruturas militares encetam a adaptação ao tiro com recurso a armas de fogo.

¹⁶³ João Pedro Ferro, *op. cit.*, p. 258.

¹⁶⁴ D. Leonor de Lencastre possuiu o senhorio de Alenquer até 1525. Idem, *ibidem*, pp. 223 e 255.

¹⁶⁵ Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, pp. 196, 275 e 294.

¹⁶⁶ Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, pp. 158 e 244.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 236.

As manobras militares, sejam elas de cerco e/ou ataque, e os mais diversos actos de barbaridade sempre associados –, onde se incluem roubos, violações, cativoiro, escravatura, assassinato, destruição gratuita – são, eles próprios, causadores do arraso de testemunhos. Além da destruição de casas e restantes bens como simbolismo de supremacia dos atacantes face aos sitiados, sabe-se que um “Momento fundamental da conquista de uma praça-forte, em particular quando se tratava de um inimigo de diferente credo ou religião era a apropriação e conversão dos seus templos.”¹⁶⁸. Isso terá ocorrido em Alenquer quando, após a tomada do castelo pelas forças cristãs, D. Afonso Henriques ordenou a construção de um templo devotado a Santo Estevão no lugar onde se encontraria erguida a mesquita islâmica, e que foi o único templo cristão intra-muros até ao século XVI¹⁶⁹.

Sofreu a destruição dos vários terramotos que assolaram o país em 1435, 1531 e, especialmente o de 1755; e igualmente transformadoras e destrutivas têm vindo a ser as acções humanas.

Não esqueçamos as “obras de terras” que sofreu aquando da Guerra Peninsular - invasão francesa de 1810 -, a que alude Guilherme Henriques, baseado em Bento Pereira do Carmo¹⁷⁰, não se encontrando provada a sua utilização militar nessa altura; e as alterações urbanísticas concretizadas a partir de finais do século XIX, como seja o alargamento da rua e praça para a construção dos novos Paços do Concelho e a abertura à variante por dentro da vila (no final da antiga Rua dos Muros, junto à Porta da Conceição), que levaram à destruição da Porta do Carvalho, seu arco e torres, ao que restava de uma torre rectangular e parte da muralha junto à Porta da Conceição.

Também a construção de habitações particulares com recurso ao uso das pedras do castelo contribuíram grandemente para a sua perda.

É sabido que o seu ponto mais alto – denominado *Jogo da Bola* – foi utilizado como local de recreio no decurso dos séculos XIX e XX, continuando a ser utilizado como parque de merendas ainda aos nossos dias.

¹⁶⁸ Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, p. 317.

¹⁶⁹ Guilherme Henriques, *op. cit.*, 2002, p. 87.

¹⁷⁰ Bento Pereira do Carmo apud Guilherme João Carlos Henriques, *op. cit.*, 2002, p. 37.

2.4. Os trabalhos arqueológicos

2.4.1. As intervenções de Hipólito Cabaço nas décadas de 20 e 30 do século XX

As primeiras intervenções de índole arqueológica levadas a cabo no castelo de Alenquer decorreram por iniciativa de Hipólito Cabaço durante as décadas de 20 e 30 do século XX.

Com efeito, a 20 de Fevereiro de 1927, Cabaço descobriu “No meio do local ocupado pela Alcaçova do Castelo, e sob metro e meio de entulho e terra, (...) a boca da cisterna, ou por outra, o buraco na abóbada, onde em tempos assentava a boca, ou bocal.”. Sobre as circunstâncias do achado contou o próprio que ter-se tratado de uma questão intuitiva, avaliando da pertinência da existência de uma, ou mais, cisternas na fortaleza¹⁷¹.

Numa altura em que o arqueólogo alenquerense iniciava uma passagem momentânea pela cena política local como Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, é nas actas da CACMA que encontramos exarada a descoberta e a autorização para a sua desobstrução, que Cabaço viria a realizar dias mais tarde¹⁷². Desse processo resultou a descoberta de moedas e outros objectos, cuja relação é apresentada, a par da descrição do reservatório de águas, na *Breve notícia sobre a Cisterna do Castelo de Alenquer e Descrição das moedas e mais objectos ali encontrados quando da limpeza a que se procedeu após a sua descoberta, em vinte de Fevereiro de Mil Novecentos Vinte e Sete*, lavrada na acta de 03 de Março de 1927 sob cópia de um original manuscrito datado de 28 de Fevereiro de 1927, entregue ao Município de Alenquer pelo próprio, e que se guarda no AHMA¹⁷³. De entre o variado material, Cabaço dá a conhecer ter exumado, do fundo da cisterna, moedas da Dinastia de Avis (D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. João III e D. Sebastião) e, do entulho que tapava a parte superior, moedas da Dinastia de Bragança (D. João V).

¹⁷¹ Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, {Acta} 1927 Março 03 {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

¹⁷² Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, {Acta} 1927 Fevereiro 24 {Manuscrito}, AHMA.

¹⁷³ Vide anexo 8.

Contudo, os trabalhos de Cabaço no castelo de Alenquer não se cingiram unicamente à cisterna. No decurso da terceira década do século XX escavou em diversos pontos desse *Sítio*. Desses trabalhos deu conta, numa primeira instância, Luciano Ribeiro na sua *Alenquer. Subsídios para a sua história*, em 1936, que relata que os trabalhos decorreram da combinação dos esforços da CACMA e de Cabaço; aventando haverem sido postas a descoberto, perto da alcáçova, construções fernandinas e pré-fernandinas¹⁷⁴.

É, pois, no trabalho de Ribeiro que podemos encontrar a datação relativa e a aferição dos resultados feitas à altura, em consideração do contexto “observado”¹⁷⁵: objectos em quantidade notável, entre eles restos de enxergas queimadas, gargantilhas e objectos em osso, dos quais nomeia furadores, dados, entre outros.

Luciano Ribeiro informa, ainda, que foram identificados “dois pisos correspondentes a duas épocas: O superior correspondente à 2ª dinastia, o inferior à 1ª dinastia”, e que a sua identificação foi feita por moedas, cujo número contabilizou em cerca de trezentas; e concluiu que a alcáçova deveria ficar um pouco mais a noroeste da área que havia sido explorada¹⁷⁶.

Também entre as missivas emitidas a Hipólito Cabaço por Luciano Ribeiro encontramos uma datada de 23 de Dezembro de 1934, em que o referido Professor enfatiza o interesse em obter a planta do Castelo – “Diga-me: não me pode arranjar a planta do Castelo? Tinha o maior empenho e urgência.”¹⁷⁷ –; desenho esse em que se representa tudo quanto à época havia sido colocado a descoberto, e que Ribeiro juntou, em boa hora, ao seu trabalho¹⁷⁸. Da sua análise se verifica o registo da localização de três silos, e de uma cisterna, que se deduz seja a explorada por Cabaço em Fevereiro de 1927.

Um ofício datado de 04 de Julho de 1938, dirigido pelo Presidente da Câmara Municipal de Alenquer ao Presidente da 4ª. Secção da Junta Nacional de Educação, dá conta de que os trabalhos decorridos na Alcáçova da Vila, por iniciativa de Cabaço, contaram com o auxílio da Câmara, e que os mesmos não foram continuados devido

¹⁷⁴ Luciano Ribeiro, *op. cit.*, 1936, p. 64. Vide a planta no anexo 13.

¹⁷⁵ Segundo José Luís de Matos, Luciano Ribeiro “acompanhou de perto” essas escavações. Cf. José Luís de Matos, *op. cit.*, p. 572.

¹⁷⁶ Luciano Ribeiro, *op. cit.*, p. 64, 66 e 67.

¹⁷⁷ Luciano Ribeiro {Carta} 1934 Dezembro 23 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

¹⁷⁸ Luciano Ribeiro, *op. cit.*, 1936, p. 64.

aos terrenos serem pertença de um particular que se recusou a autorizá-los¹⁷⁹. Nesse documento, emitido em seguimento de um ofício emitido pela JNE¹⁸⁰ – onde se pedia notícia sobre a continuação dos trabalhos, dos resultados obtidos e cautelas tomadas para a conservação do monumento¹⁸¹ –, se comunica que tudo vem elencado na obra de Luciano Ribeiro, fazendo dessa obra uma das mais importantes fontes primárias para o estudo em apreço, atentando a que apresenta um conhecimento pessoal directo do evento e, portanto, mais próximo da origem da informação.

Também Maria Amélia Pereira faz alusão aos trabalhos levados a cabo por Cabaço no castelo da Vila de Alenquer no ano de 1932 e, posteriormente, na alcáçova e “masmorras”, de onde informa haverem sido recolhidos cerâmica, marfins e metais, mormente na Porta da Conceição¹⁸². Esta informação haverá, certamente, servido de base ao veiculado por Filipe Rogeiro que, em 2005, menciona esses mesmos dados¹⁸³.

2.4.2. Outros trabalhos

À semelhança de tantos outros exemplos do património arquitectónico e arqueológico nacional, também a fortificação medieval de Alenquer foi alvo de intervenção pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no quadro da acção protagonizado pelo Estado Novo nos anos 40 do século XX.

Caracterizados, como sabemos, por “uma política de depurações e restituições que não hesitou entre a conservação sistemática e diferenciada do construído e a criação de um núcleo de singularidades com vista a reforçar uma leitura dirigida da História.”¹⁸⁴, os trabalhos levados a cabo pela DGEMN no *Sítio* em consideração passaram pela demolição da capela existente por cima da Porta de Nossa Senhora da

¹⁷⁹ Câmara Municipal de Alenquer, {Ofício} 1938 Julho 04 {a} Presidente da 4ª Secção da Junta Nacional de Educação {Dactilografado}, AHMA (Nº. 604), (transcrição parcial).

¹⁸⁰ Junta Nacional de Educação, Ofício C/190 de 17 de Junho de 1938.

¹⁸¹ Câmara Municipal de Alenquer, {Ofício} 1938 Junho 28 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, AHMA (Nº. 569), (transcrição parcial). Vide anexo 9.

¹⁸² Maria Amélia Pereira, *op. cit.*, 1970b, p. 11.

¹⁸³ Filipe Rogeiro, *op. cit.*, p. 15.

¹⁸⁴ Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o país, o regime e as artes «restauração» e «celebração»*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Vol. 1, Lisboa, 1991, p. 7.

Conceição e pela reconstrução da muralha junto à mesma¹⁸⁵. Há, ainda, indicação dessa Porta ter sido “limpa por várias vezes”, em data precedente às Comemorações dos Centenários¹⁸⁶. Foi, pois, uma acção circunscrita a um pequeno sector da cerca da vila, um troço da fortificação medieval mais próximo do aglomerado urbano, deixando-se ao abandono o sector cimeiro da alcáçova.

Terá sido nessa altura que Hipólito Cabaço – Vogal da Comissão Concelhia das Comemorações Centenárias em Alenquer –, acompanhando de perto essa acção, haverá recolhido material campaniforme por baixo da muralha da Porta da Conceição. Dessas porções, que classificou como “Eneolítico” no verbete n.º. 3125, não especificou as condições de depósito. Os fragmentos, num total de 29, foram alvo de estudo por João José Gomes em 1978, que identificou “uma «caçoula acampanada», na nomenclatura de A. do Paço (4), com excelente decoração a pontilhado preenchido a pasta branca (...) do tipo clássico de Alapraia”, referindo também que “Do estudo de todos os fragmentos, podem-se determinar a existência de, pelo menos, 7 vasos, todos eles atribuíveis ao período campaniforme”¹⁸⁷.

Nesse estudo, o autor faz referência à descoberta de instrumentos polidos no monte onde se ergue o castelo, pondo em hipótese que os objectos recolhidos na Porta da Conceição pertençam a um povoado que ocupou o cimo ou uma das vertentes do referido monte¹⁸⁸.

Volvidos mais de trinta anos sobre a sua recolha, é dada a conhecer por José Luís de Matos, no II Congresso Nacional de Arqueologia decorrido em Coimbra em 1970 uma breve notícia sobre parte do material recolhido por Cabaço junto da Alcáçova pré-Fernandina do Castelo de Alenquer e na denominada Porta da Conceição da mesma Vila¹⁸⁹. O espólio referenciado pelo autor considera 120 peças de cerâmica comum, entre os quais se contam jarros de uma e duas asas, copos, taças, pratos, escudelas, potes e púcaras, bilhas, almotolias, um castiçal, um unguentário, malhas de jogo, lâmpadas de iluminação e trempes, integrados, latamente, na época

¹⁸⁵ Dados do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (Consultável em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6265). O processo de restauro ficou inacabado, assim permanecendo aos nossos dias. Entre 1999 e 2002, foram realizados trabalhos pontuais de consolidação do troço de muralha a Poente da Rua Pêro de Alenquer, de construção de muro de protecção à base do troço de muralha junto à Porta da Conceição, e em frente à Torre da Couraça.

¹⁸⁶ João José Fernandes Gomes, *op. cit.*, 1978a, p. 65.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 62.

¹⁸⁸ Idem, p. 65.

¹⁸⁹ José Luís de Matos, *op. cit.*, 1971, p. 571-572.

medieval, dada a escassez de paralelos conhecidos à época para aquelas peças¹⁹⁰. Refira-se a este propósito que o próprio autor refere – e bem – a dificuldade de, à altura, se fazer de forma segura a identificação tipológica das peças, pela escassez de paralelos.

Não percamos de vista que até aos anos 70 do século XX o que se conhecia de arqueologia medieval em Portugal era baseado em recolhas pontuais, e que a prática arqueológica se centrava maioritariamente nas áreas da Pré-História e no período Romano. Aliás, o ensino em Arqueologia em Portugal somente foi iniciado em 1975 quando, na Universidade de Coimbra, se possibilitou a especialização na área aos alunos dos últimos anos do curso de História¹⁹¹.

Durante o período em que estive a estudar o espólio supra mencionado, José Luís de Matos solicitou ao Ministério da Educação Nacional autorização para proceder a sondagens arqueológicas no terreno, considerando-as necessárias à prossecução dos estudos¹⁹². Depois de um curto processo burocrático – pedido do plano de pesquisas¹⁹³ com vista à devida apreciação pela Junta Nacional de Educação – a JNE, por intermédio da 1ª Subsecção da sua 2ª Secção, emite parecer de autorização à sua realização em 20 de Junho de 1970¹⁹⁴. Esses trabalhos não chegaram, no entanto, por razões várias, a ser realizados.

Fortes chuvadas ocorridas nos inícios de 1984 levaram ao desprendimento de parte da encosta poente do Castelo de Alenquer, na zona da Bezerra. Persuadido por um particular, que descobrira uma antiga moeda portuguesa no meio das terras do aluimento, João José Gomes – à altura responsável pelo Museu Municipal Hipólito Cabaço – deslocou-se ao local, observando outros vestígios de interesse arqueológico, nomeadamente fragmentos de loiça rejeitada de produção local, em antigas olarias situadas no interior da cerca¹⁹⁵. Na Primavera desse ano, através de uma sondagem de

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁹¹ Isabel Cristina Fernandes, “Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação”, in *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXVI, 2005.

¹⁹² José Luís de Matos, {Carta} 1970 Maio 08 {a} Director Geral do Ensino Superior e Belas Artes {Manuscrito}, DGPC.

¹⁹³ Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, {Informação} 1970 Junho 02 (JN9/1(24)) {Manuscrito}, DGPC; Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, {Ofício} 1970 Junho 04 {a} José Luís de Matos {Dactilografado}, DGPC.

¹⁹⁴ Ministério da Educação Nacional/Junta Nacional da Educação, {Parecer} 1970 Junho 12 {Manuscrito}, DGPC; Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, {Ofício} 1970 Junho 20 {a} José Luís de Matos {Dactilografado}, DGPC.

¹⁹⁵ Guilherme Cardoso *et alii*, *op. cit.*, 2001, p. 1.

emergência, procedeu-se à recolha sistemática de materiais arqueológicos, dando-se notícia dos trabalhos na *Informação Arqueológica*. Gomes relata que apesar de não se observar qualquer estratigrafia, o espólio era muito abundante, fazendo-se constituir maioritariamente por fragmentos cerâmicos (obra acabada e tripés), moedas em grande número, selos sigilares de chumbo e alfinetes metálicos. Dá conta de que a grande porção do material é Quinhentista e Setecentista¹⁹⁶.

Os materiais, inventariados e guardados no Museu Municipal, foram estudados *a posteriori* ao abrigo de um protocolo firmado entre a CMA e a Assembleia Distrital de Lisboa, e demonstram que parte do material cerâmico é proveniente da estrutura de um ou mais fornos de cerâmica malagueiros, para vidrados plumbíferos, corados artificialmente a verde e melado. De entre os diversos fragmentos observaram-se os seguintes tipos: pratos, malgas, escudelas, almofarizes, bilhas; pote; assobios e bonecos¹⁹⁷. Guilherme Cardoso *et alii* aludem, no seu estudo sobre a produção de cerâmicas vidradas em Alenquer durante o século XVI, a um conjunto de evidências arqueológicas sobre a prática oleira: trempes e uma rela de oleiro (Nº. Inv. 5036)¹⁹⁸.

Foi ainda com base nesse conjunto de material identificado em 1984 que se deu recentemente à estampa um estudo sobre a produção de cerâmica vidrada em Alenquer durante o século XVI, integrada na produção oleira renascentista da bacia hidrográfica do baixo Tejo. O reportório formal, pastas, chacotas e vidrados são demonstrativos de que nos finais do século XV/inícios do XVI, a exemplo do que sucedia noutras olarias da região do baixo Tejo, também em Alenquer se produzia loiça vidrada a chumbo sobre pastas claras.

Do ponto de vista formal, o estudo de Guilherme Cardoso e outros permite, igualmente, confirmar que as olarias localizadas neste território estariam a produzir tipos cerâmicos em tudo idênticos às produções do Sul de Espanha, nomeadamente às das oficinas sevilhanas. Não obstante não se saber até quando a olaria do interior do castelo terá produzido, aventa-se a possibilidade de poder ter laborado, pelo menos,

¹⁹⁶ João José Gomes, “Alenquer. Encosta do Castelo de Alenquer”, *Informação Arqueológica*, nº. 6, 1984, p. 54.

¹⁹⁷ Cf. Guilherme Cardoso, João J. F. Gomes e Severino Rodrigues, “Aspectos da Produção de Cerâmicas Vidradas, em Alenquer, durante o Século XVI”, in *Catálogo da Exposição Temporária “Arqueologia no Distrito de Lisboa. Alenquer, Cadaval e Cascais”* (7 a 30 de Novembro de 2001, Lisboa), Assembleia Distrital de Lisboa, Lisboa, 2001, p. 3.

¹⁹⁸ Cf. Guilherme Cardoso *et alii*, *op. cit.*, 2001, p. 3.

até aos inícios do século XVII, fundamentação permitida por paralelos identificados para os apitos e para as tigelas em forma de calote¹⁹⁹.

O recente levantamento de campo efectuado por Márcio Beatriz no âmbito da arqueologia da arquitectura permitiu identificar a fundação deste espaço militar na torre IV, localizada no centro da colina, e que aventa poder presumivelmente tratar-se de uma torre de vigia. Beatriz refere, ainda, que foi dessa estrutura – potencialmente relacionável com os avanços da fronteira cristã, que atinge a linha do Tejo em 1093 e se estabelece de forma concludente em 1147 – que outras foram sendo construídas, aproveitando-se, na fase 1, a construção pré-existente (islâmica), que se viu reforçada.

O autor dá, igualmente, nota de que foi na fase seguinte que se delimitou a alcáçova, com a construção das torres I e II, e os troços de muralha 2 e 4; fase em que surge o castelo propriamente dito, aventando que em épocas anteriores apenas se trataria de uma torre de vigia. É durante esta fase que se terá dado a construção da torre de mensagem, potencialmente na segunda metade do século XII-último quartel dessa centúria. A fase 2 terá conhecido o seu fim em finais do século XV.

Na fase 3 ter-se-á dado o reforço da estrutura militar com a construção dos troços de muralha 1 e 3, bem como as torres II e V. Beatriz refere que foi nessa fase que se definiu a segunda área da alcáçova, que permitiu a sua divisão em duas zonas, e que esta fase poderá corresponder ao período de obras operadas por D. Afonso IV, D. Pedro ou D. Fernando.

Numa 4^a., e última fase construtiva, ter-se-á registado o crescimento das torres exteriores, alargadas e reforçadas; fase definiu a planta da alcáçova de Alenquer tal como a conhecemos aos nossos dias. Beatriz anota que as fases seguintes se alternam entre momentos de destruição e de reconstrução, até ao verificar do abandono definitivo do castelo, potencialmente no século XVIII²⁰⁰.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 62.

²⁰⁰ Márcio Beatriz, *op. cit.*, pp. 120-121. Vide anexo 14.

3. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

«O património arqueológico não se produz na simples descoberta, mas no exercício da desmontagem, registo, e sobretudo na “remontagem” dos testemunhos.

Dar forma e conteúdo a fragmentos do nosso território de hoje, enquanto novos monumentos da nossa passada existência constitui um desafio à nossa criatividade técnica, científica, e cultural.»

José Mateus, 2003²⁰¹

No presente capítulo apresentamos o espólio arqueológico recolhido por Hipólito Cabaço no castelo de Alenquer. O material encontra-se associado por grupos que nos permitem, indubitavelmente, atestar algumas etapas de ocupação do *sítio*. Considera, também, outros que, muito embora não tendo datações seguras dado tratar-se de material residual, não podem ser descartados, deixando em aberto algumas questões quanto à ocupação do espaço.

Dentro dessas etapas, o material encontra-se associado em grupos funcionais, encontrando-se aqui elencadas os tipos formais reconhecidos na colecção, cuja representação gráfica e fotográfica é apresentada em catálogo anexo.

3.1. A Colecção

Começamos, primeiramente, por explanar que se designa vulgarmente por castelo de Alenquer não apenas o castelo, sede de poder político-militar, mas também a alcáçova onde se erguia, e toda a área da antiga cerca urbana da vila. Essa indistinção nos espaços levou a que o acervo recolhido por Hipólito Cabaço no “castelo de Alenquer” integre materiais recolhidos nos diversos pontos por ele explorados, quer no recinto superior da fortaleza quer na Porta da Conceição.

²⁰¹ José Eduardo Mateus, “Arqueologia Ambiental sob a Tutela da Cultura: uma experiência com 20 anos, um desafio para a nossa Arqueologia”, in *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*, Trabalhos de Arqueologia 29, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2003, p. 21.

A colecção encontra-se guardada no MMHC. Parte dela até há alguns anos em exposição permanente naquele espaço, e outra depositada na reserva arqueológica da instituição, guardada num total de onze caixotes de madeira²⁰². Ressalve-se, desde logo, que o próprio acondicionamento do material levanta dúvidas quanto à sua proveniência, porquanto as referidas caixas de madeira se encontram assinaladas com proveniências diversas como seja, por exemplo, o caso do caixote n.º. 57-A, assinalado com uma etiqueta em papel já corroída onde se lê “Mineralogia/Alenquer-Castelo/Alenquer-Porta da Conceição/Alenquer-Convento S. Francisco/Alenquer-Bezerra/Castelo (encosta)/Torre de S. Tiago/...das Lages”, ou do n.º. 78-A, sinalizado com “Alenquer-Castelo/Alenquer-Encosta Nascente/Alenquer-Qta Sto António (antigo Casal do Médico)”²⁰³.

Considerando que os materiais provenientes da Encosta da Bezerra não foram recolhidos por Cabaço, e que os mesmos se encontram estudados e publicados recentemente, não os considerámos. De igual forma não foram estudados os exemplares fósseis e os restos faunísticos reconhecidos no acervo.

O conjunto artefactual em apreço constitui-se como um grupo heterogéneo, com datações assaz diversas, factor atribuível à sequência ocupacional da vila de Alenquer desde tempos remotos até aos nossos dias. Não obstante terem sido recolhidos sem recurso a metodologias próprias que possibilitassem os convenientes registos das realidades estratigráficas – e as suas co-relações com as estruturas então identificadas –, os artefactos oferecem-nos evidências de um amplo espaço cronológico, entre o 1º/2º quartel do III milénio a.C. e a época contemporânea, fundamentais para uma melhor compreensão da sucessão ocupacional de Alenquer e, particularmente, do espaço físico onde se ergueu o castelo.

Muito embora de forma deficitária, o material arqueológico encontra-se, na sua maioria, marcado. Por vezes verifica-se um só número de inventário para várias peças que compõem um conjunto; outras vezes, utiliza-se um mesmo número de inventário,

²⁰² O Museu Municipal Hipólito Cabaço encontra-se encerrado ao público desde 2010 encontrando-se, desde 2014, em processo de realojamento em novo local.

²⁰³ Caixotes 19-A [Alenquer-Castelo], 21 [Alenquer-Castelo], 26-A [Alenquer-Porta da Conceição], 33-A [Alenquer-Castelo/Alenquer-Porta da Conceição], 34-A [Alenquer-Castelo/Alenquer-Porta da Conceição], 41-A [Alenquer-Castelo], 54-A [Alenquer-Castelo], 57-A [Mineralogia/Alenquer-Castelo/Alenquer-Porta da Conceição/Alenquer-Convento S. Francisco/Alenquer-Bezerra/Castelo (encosta)/Torre de S. Tiago/...das Lages], 72-A [Alenquer-Castelo], 76-A [Mineralogia/Alenquer-Castelo/Alenquer-Encosta Nascente/Alenquer-Castelo (encosta)] e 78-A [Alenquer-Castelo/Alenquer-Encosta Nascente/Alenquer-Qta Sto António (antigo Casal do Médico)].

subdividido: é o caso, *e.g.*, das unidades 1648/1, 1648/2, 1648/3, e assim por diante. Casos existem, ainda, em que a peça foi marcada somente pela aposição de um número numa etiqueta, entretanto descolada com o passar do tempo, perdendo-se a numeração atribuída. Muitas das lacunas encontradas não puderam ser sanadas pela consulta do inventário museológico geral do MMHC que pode dizer-se inexistente, dado que se apresenta em fichas em suporte de papel, muitas delas “em branco”, sem qualquer preenchimento.

Pelo sobredito, e a par de nenhum dos exemplares fornecer informações ou referências estratigráficas, optámos por não marcar de novo os materiais, utilizando-se as marcações iniciais apostas quer nas peças quer, por vezes, nos sacos. O espólio foi inventariado na íntegra, dividido por cronologias e sub-dividido por funcionalidades, permitindo a destrição de vivências e salvaguarda das memórias colectivas da permanência e utilização daquele espaço, complementando a história local.

Refira-se, ainda, que alguns dos exemplares foram sujeitos a trabalhos de restauro por Cabaço, podendo estar adulterados na sua forma original. Desses, destaquem-se os copos e as jarrinhas.

Durante o presente trabalho tomámos em consideração espólios exumados noutros locais que, com cronologias bem definidas, nos serviram de paralelos, e nos permitiram identificar objectos integráveis nos períodos proto-histórico, pré-romano/romano, alta idade média, séculos X-XIII, tardo-medieval/moderno, época contemporânea, em funções como culto e superstição, adorno, vestuário, escrita, iluminação, cozinha e mesa, transacções monetárias, costura, ócio, ferragens, mobiliário, outros instrumentos e utensílios de trabalho, guerra; que nos permitirão avaliar e construir, ainda que não de uma forma global, a vida quotidiana, militar e civil, experimentada naquele espaço²⁰⁴.

3.1.1. Proto-História

Foram reconhecidos cinquenta e cinco fragmentos de **cerâmica calcolítica**, na sua maioria amorfos.

²⁰⁴ Vide anexo 16.

De medidas variáveis, alguns dos fragmentos apresentam decoração composta por linhas incisadas convergentes, formando VV (Nº. Inv.s 3125 e 2200/49), que conhece paralelos em sítios da região da Baixa Estremadura com ocupação do calcolítico pleno, bem como outros de domínio mais setentrional, como seja o povoado de Pragança.

Recorde-se que a recolha de materiais de cronologia sidérica por Cabaço, por baixo da muralha da Porta da Conceição, foi dada a conhecer, em primeira mão, por João Fernandes Gomes, que deu à estampa “Um vaso campaniforme de Alenquer” identificado a partir de 29 fragmentos cerâmicos. Nesse artigo, Gomes aventou a ideia da existência de um povoado, fortificado ou não, naquela encosta sobranceira ao rio, capaz de assegurar alimento e uma estrutura necessária a potenciais actividades comerciais²⁰⁵.

3.1.2. Pré-Romano/Romano

Algumas das contas reconhecidas na colecção parecem apontar para cronologia romana, e até anterior, não podendo, contudo, descartar-se que sejam de cronologia ulterior.

Utilizadas para produção de pendentes, colares e pulseiras, as **contas** foram produzidas numa enorme janela temporal, o que nos dificulta, neste estágio, o seu balizamento cronológico. De reconhecida relevância desde a proto-história, a utilização de aparatos ornamentais fez-se igualmente como produto simbólico de luxo, possuindo estreitos vínculos com o poder, incluindo o económico; revelando-se como instrumentos de expressão pública das diversas classes e estratos sociais.

Uma das contas reconhecidas (Nº. Inv. 1881/12), em pasta de vidro azul-escuro, sem decoração, e com 1,3 cm de diâmetro, apresenta similitude com contas de vidro pré-romanas exumadas no Norte e Centro de Portugal, designadamente com uma conta de colar oblata de *Castelium Marnelis* – estação arqueológica do Cabeço do

²⁰⁵ Maria Gertrudes Branco, *op. cit.*, 2007, p. 129.

Vouga (Águeda) – e outra de tipologia semelhante, recolhida no Castro de Tavadede (Figueira da Foz)²⁰⁶.

Também reconhecidas durante período romano, as contas anulares em pasta de vidro azul-escuro foram produzidas até mais tardiamente, como o comprova o achado de uma unidade a bordo da fragata Sto. António de Taná, naufragada em Mombaça em 1697²⁰⁷. Pelo que atrás se disse, é conveniente frisar que, à falta de conhecermos o contexto estratigráfico em que foi recolhida, não pode tomar-se como estanque a datação ora apresentada.

Igualmente integrável neste período é uma conta de formato esférico, semi-achatada, de pasta de vidro negro, e 0,7 cm de diâmetro. Apresenta-se totalmente lisa (Nº. Inv. 1881/3).

Outras três contas (Nº.s Inv. 1881 – contas nºs. 1 e 2 - e Nº. Inv. 1881/4), de configuração esférica, em pasta de vidro negro, e com 1,0 cm de diâmetro, apresentam-se oculadas, decoradas com pequenos pontos brancos junto a um dos lados da perfuração.

Parecem denotar influência de contas de cronologia sidérica e romana, nomeadamente a identificada no Castro do Monte do Padrão (Santo Tirso), datada da 1ª. metade do século II-meados do século III²⁰⁸. Estas contas, potencialmente integráveis na II Idade do Ferro, podem, contudo, integrar-se em período posterior, nomeadamente tardo-romano/alto-medieval.

Veja-se, ainda, a propósito das contas oculadas, que o seu uso como objecto simbólico apotropaico/profiláctico, ligado à crença em poderes ocultos, ainda é exercido em alguns países da África Ocidental e noutros lugares que conheceram raízes africanas e a influência dos seus costumes, como seja o arquipélago de Cabo Verde. Ali, as *contas di odjo* continuam a utilizar-se como amuletos para afastar o mau-olhado.

²⁰⁶ Hugo Fernando Parracho Gomes, *O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa, 2012, pp. 92 e 216.

²⁰⁷ Andreia Martins Torres, “As contas a bordo da fragata Sto. António de Taná: um exemplo de intercâmbios num mundo global”, in *História Revista*, Vol. 18, nº 2, Goiânia, 2013, p. 205 [Em linha] [Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/29861> (consultado em 25/06/2016)].

²⁰⁸ Álvaro de Brito Moreira, *Museu Municipal Abade Pedrosa. Coleção Arqueológica*, Câmara Municipal de Santo Tirso, 2007, p. 101.

3.1.3. Alta Idade Média

Foi reconhecido um fragmento contendo parte de uma **placa de cinturão**, em bronze (Nº. Inv. 1969/1), apresentando decoração insculpida e engastes no reverso.

Com uma medida de 3,4x3,4 cm, essa peça exhibe morfologia semelhante a uma das apresentadas por Gustavo Portocarrero, de influência itálica/bizantina, e potencialmente integrável nos séculos VI-VIII²⁰⁹.

Ressalve-se, todavia, que o fragmento se encontra em mau estado de conservação, não tendo sido possível a leitura total da sua temática decorativa, podendo tratar-se de objecto mais tardio, conquanto se conhecem modelos de placa de cinturão análogos, *e.g.* no século XII.

3.1.4. Séculos X-XIII

Na colecção em estudo foram reconhecidos escassos materiais datáveis dos séculos X-XIII.

Integrável neste período é uma **taça** carenada (Nº. Inv. 1670), de pasta vermelha contendo alguns elementos não plásticos, assente em base de pé alto plano. Este exemplar, que se encontra restaurado, mostra decoração composta por estrias horizontais e apresenta 15,3 cm x 10,6 cm.

Esta tipologia, designada por Gutiérrez González de taças “fuentes”, encontra-se representada em pintura ou escultura românica, onde predominam as cenas do antigo e novo testamento, entre as quais passagens da vida de Jesus como a Última Ceia.

Podiam ser individuais ou compartilhadas²¹⁰.

²⁰⁹ Cf. Gustavo Portocarrero, “Fivelas de cinturão visigóticas da coleção estrada (séc. V- VIII d.C.): formas e simbolismos identitários, sócio económicos e funerários”, in *Actas das II e III Jornadas Internacionais do MIAA*, Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes, p. 49 [Em linha] [disponível em http://www.miaa.cm-abrantes.pt/atas_II_III.pdf (consultado em 02/08/2016)].

²¹⁰ José Avelino Gutiérrez González *et alii*, “Notas sobre la Cerámica en la Iconografía Cristiana del Norte Peninsular (SS. X-XII)”, in *Actas do Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (coord. Maria José Gonçalves e Susana Gómez-Martínez; Silves, 2012), Vol. 2, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, Gráfica Comercial de Loulé, 2016, p. 70, onde se encontra representado um exemplar de San Isidoro (Norte da Península).

As transacções monetárias durante este período encontram-se representadas por quatro **numismas**: um estrangeiro, possivelmente do Reino de Leão e Castela (S/Nº. Inv.), datável dos séculos X-XIII; e por três dinheiros, cuja cronologia pode ir até ao século XIV.

Trata-se de três dinheiros da Dinastia de Borgonha, ou Afonsina (S/Nº. Inv.): um presumivelmente datável do reinado de D. Afonso III (1238-1253), mas que poderá integrar-se nos períodos de governação posteriores, de D. Dinis (1279-1325), D. Afonso IV (1325-1357) ou D. Pedro I (1357-1367). Os outros dois podem integrar-se cronologicamente até ao governo posterior, de D. Fernando (1367-1383).

Também as funções de costura se encontram representadas neste período.

A maioria das **agulhas** reconhecidas não apresenta decoração. Trata-se de porções em osso contendo extremidade proximal perfurada e extremidade distal afilada. O seu comprimento máximo é variável entre os 6,2 cm e os 7,1 cm, e a largura máxima entre os 0,8 cm e os 1,0 cm. Outras encontram-se destituídas da parte proximal (Nº. Inv. 1661/19 e 1661/63); outras sem a parte distal (Nº.s Inv. 1661/2 e 1665).

Dentro desta categoria de agulhas sem decoração, foram identificados alguns exemplares que indiciam poder tratar-se de objectos em fase de laboração, não possuindo ainda a extremidade proximal perfurada (Nº. Inv. 1665).

Alguns exemplares de agulhas em osso, de configuração triangular, achatada, mostram decoração constituída por pequenos pontos incisos (Nº. Inv. 1665), e têm paralelo no castelo de Silves, em estratos do século XII-XIII²¹¹.

A face militar do castelo de Alenquer nesta etapa encontra-se escassamente reproduzida.

É claramente integrável neste período o remate inferior da **bainha de uma adaga** em liga de bronze (Nº. Inv. 1669/3), correlacionado com as armas brancas utilizadas para perfurar/estocar o corpo dos adversários pela sua eficaz dinâmica de empunhar, perpassando especialmente na zona das articulações²¹².

²¹¹ Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, *op. cit.* (Museu Nacional de Arqueologia, 2001), Lisboa, 2001, p. 128.

²¹² Mário Barroca *et alii*, *op. cit.*, pp. 189-199.

Estas peças eram utilizadas para protecção da lâmina, e da bainha não restou nada, porquanto o seu fabrico terá sido em material perecível, como seja em couro, tecido, madeira. O exemplar reconhecido, com finas incisões, e de configuração rectangular e circular, apresenta paralelo com elementos congéneres exumados no castelo de Belmonte e no castelo de S. Jorge, em Lisboa, de meados do século XI-século XII²¹³.

3.1.5. Tardo-Medieval/Moderno

O período tardo-medieval/moderno é o mais representado na colecção em apreço, tendo sido reconhecidos objectos agregáveis em diversas funcionalidades como culto e superstição, adorno, vestuário, iluminação, cozinha e mesa, transacções monetárias, costura, ócio, ferragens, outros instrumentos e utensílios de trabalho, e guerra.

Os objectos de culto religioso encontram-se aqui representados através de **cruzes simples** em ferro, de produção artesanal (Nº. Inv. 1664) e de um **terço** (S/Nº. Inv.).

Não encontrámos à data paralelos para as primeiras – muito concrecionadas, o que dificulta a análise do objecto completo -, nem para o terço elaborado em fio de couro e contas de sementes, matéria-prima barata e acessível, que conhece perduração de uso ao longo do tempo, como o comprovam os exemplares contas de sementes recolhidas a bordo da fragata Stº. António de Taná²¹⁴. Este rosário apresenta-se incompleto, faltando-lhe 18 contas.

Elementos de ligação ao divino, estes artefactos apresentam uma potencial cronologia entre os séculos XIV e XVII, que se conhecem amplamente marcados pela instabilidade e desorganização política, crise económica e religiosa (grande Cisma da Igreja Romana), fome e peste, assim como por conflitos políticos, económicos e sociais decorrentes da ocupação filipina e da União Ibérica (1580-1640) motivadores,

²¹³ Mário Barroca *et alii*, *op. cit.*, p. 343.

²¹⁴ Andreia Martins Torres, *op. cit.*, pp. 199-200.

per si, de *proselitismo*²¹⁵, seja por crença, redenção/salvação ou canal de comunicação e intercedência junto de Deus. Nos tempos em que o ciclo de vida era curto e a vulnerabilidade do Homem aumentava, a religiosidade assumia-se como expressão máxima do comportamento social.

Símbolos de um contínuo imaginário cristão, os objectos de culto reconhecidos no castelo de Alenquer mostram-se, assim, como sinais da prática cristã, do pacto entre Deus e os Homens; *grosso modo* a esfera do sagrado e do religioso no quotidiano individual, seja ele privado ou semi-privado quando se rezam orações ou ladainhas (Nº. Inv. 1880); ou quando assume contorno público ou semi-público.

Na colecção exumada por Cabaço na fortificação de Alenquer identificaram-se dois artefactos em osso polido, atribuíveis à esfera do simbólico (**amuletos**). Trata-se de um pequeno busto, de perfil (Nª. Inv. 1665), e de um objecto em forma de cabeça oculada, configuração quadrangular com a parte superior arredondada (Nº. Inv. 1665). Este último encontra-se incompleto.

Não havendo aqui lugar à distinção entre aquilo que é considerado sagrado e/ou profano – até pela própria subjectividade na interpretação do conceito e sua simbologia –, entendemos estes artefactos como manifestação do simbólico, da superstição.

É possível que estes objectos façam parte integrante do conjunto em osso mencionado por Luciano Ribeiro em 1936, exumados no local onde outrora se ergueu uma “tôrre que ardeu e (...) era, certamente, uma prisão.”²¹⁶ – deste local se recolheram uns grilhões, de cuja existência temos conhecimento, mas aos quais não tivemos acesso dado as circunstâncias de instalação do museu em novo local (em curso) -. E nessa circunstância assumem, a nosso ver, particular importância porquanto são conhecidos objectos mágico-religioso talhados em osso animal, exumados no edifício do Aljube, em Lisboa²¹⁷. De entre os objectos recolhidos no Aljube – onde se contam peças num primeiro, segundo e terceiro estágio de talhe, elaboração e conclusão, respectivamente –, verifica-se a presença de cruces de diversos formatos,

²¹⁵ Mário Jorge Bastos, “Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como Elemento do Proselitismo Cristão (Portugal, Séculos XIV/XVI)”, in *Tempo*, Vol. 2, nº. 3, Rio de Janeiro, 1997, pp. 183-205.

²¹⁶ Luciano Ribeiro, *op. cit.*, p. 64.

²¹⁷ Ana Rita Marques Ferreira, *Arqueozoologia num contexto prisional. Métodos e Técnicas de trabalho do osso utilizados na prisão do Aljube – Lisboa na segunda metade do Século XVI*, dissertação de Mestrado em Quaternário e Pré-História apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2006.

bem como outras tipologias dentro da temática religiosa, e.g. estrelas e crânios, integráveis no século XVI.

Provavelmente produzidos artesanalmente por detidos na prisão que outrora funcionou numa das torres do Castelo de Alenquer, estes dois objectos podem, pois, revestir-se por uma forma de culto de crânios, sob sinal da morte ou de redenção²¹⁸.

Naquilo que concerne a objectos de adorno para uso pessoal quotidiano foram reconhecidos na colecção Cabaço vários exemplares de alfinetes para cabelo ou tocado (Nº. Inv. 1884/8 a 1884/17; 1884/18 e 1884/19; e 1884/20, entre outros), uma conta, uma gema e um fragmento de pulseira. Maioritariamente ligados ao universo feminino, estes objectos utilizaram-se, tal como se utilizam ainda aos dias de hoje, como elementos de ornamentação, embelezamento, ostentação.

Entre os **alfinetes de cabelo/tocado** diferenciados no conjunto artefactual foi possível reconhecer duas tipologias distintas: doze unidades apresentam a extremidade proximal rematada por enrolamento de fio (Nº. Inv. 1884/8 a 1884/17) e um apresenta cabeça esférica oca constituída por uma meia-esfera (1884/18 e 1884/19).

Entre os dez exemplares completos verifica-se presença de extremidade distal afilada. Mostrando diversidade de dimensão ao nível do diâmetro da cabeça, comprimento e espessura do corpo – variável entre os 0,2-0,4 cm, 4,0-6,2 cm e 0,1-0,2 cm, respectivamente –, a maioria dos alfinetes é inserível no Tipo I dos identificados por Guilherme Cardoso na Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Cadaval²¹⁹.

Esta tipologia de alfinetes de cabeça em fio enrolado, também reconhecida no castelo de Castelo Branco²²⁰, encontra-se associada a níveis datáveis dos séculos XV a XVI em Castelo Novo, Portel e Palmela²²¹. No perímetro histórico de Cascais têm vindo a ser identificados em estratos arqueológicos datáveis da segunda metade do século XV até ao século XIX²²², sendo, ainda, conhecidos em contexto insular,

²¹⁸ Sendo os presos do Aljube eclesiásticos, Ana Rita Ferreira conclui que os crânios ali recolhidos assumiriam significado de redenção (in Ana Rita Ferreira, *op. cit.*, p. 51). No caso do *Sítio* em apreço não conseguimos, à falta de dados, ultimar conclusões.

²¹⁹ Guilherme Cardoso, “A Igreja de Nossa Senhora da Encarnação do Cadaval. Trabalhos arqueológicos realizados em 2003”, *Arqueologia do Cadaval* 3, Cadaval, Museu Municipal do Cadaval, 2007, p. 39.

²²⁰ Carlos Boavida, *Castelo de Castelo Branco: Contributo para o Estudo de uma Fortificação da Raia Beirã*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 245; Carlos Boavida, *op. cit.*, p. 21.

²²¹ Carlos Boavida, *op. cit.*, 2011, p. 20.

²²² Guilherme Cardoso, *op. cit.*, 2007, p. 13.

nomeadamente na Ilha da Madeira (Machico), em estratos datados do século XVI²²³. Serviam para prensão de adornos de cabeça ou coberturas, como sejam os véus ou toucados, encontrando-se representados em obras flamengas do século XV e XVI, e.g. “Lady Wearing a Gauze Headdress” e “Portrait of a Lady”, de Rogier van der Weyden, de 1445 e 1464²²⁴.

Um exemplar, apresentando cabeça esférica oca constituída por uma meia-esfera, insere-se no Tipo II reconhecido por Cardoso na Igreja do Cadaval²²⁵ que, muito embora reconhecido descontextualizado, foi integrado no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII. Também no Castelo de Montemor-o-Novo aparecem associados a contextos modernos e, não obstante tratarem-se de artefactos mais raros, deveriam, pelas suas dimensões, servir o mesmo fim²²⁶.

Desde sempre usado como adorno para o rosto, um adorno natural, o cabelo foi penteado conforme gostos e modas vigentes em cada época, variando os estilos ao longo da história em consonância com as dinâmicas sociais e culturais, estéticas e costumes e, até, com as contingências impostas pelos próprios cânones religiosos. Nascido e desenvolvido dentro do quadro político-cultural do império romano, o Cristianismo veio a impor a renúncia às prerrogativas da carne e disposições no tocante à discrição, em especial da mulher, cuja principal atribuição e obrigação era, na Idade Média, ser responsável pela manutenção do seu lar e pela educação dos seus filhos. Outrora olhados como um atributo sexual, símbolo de beleza e liberdade, na Alta Idade Média os cabelos passaram a ser, por uma conduta moral, imposta ou voluntária, necessariamente tapados. E se usar o cabelo solto era, para a mulher, desvelar a sua intimidade – o que somente deveria acontecer em particular, na privacidade do seu quarto –, os longos cabelos passam a ser penteados com risco ao meio ou entrançados, e cobertos por diversos artigos: *barbettes*, *fillets*, *crespines*, *henim*, coifas, lenços, véus, entre outros. Diferenciador de *status* social ou objecto de

²²³ Élvio Martins Sousa, *Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Ilha da Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII)*, dissertação de Doutoramento em História, Especialização em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, p. 489.

²²⁴ Carlos Boavida, *op. cit.*, 2011, p. 20.

²²⁵ Guilherme Cardoso, *op. cit.*, 2007, p. 13.

²²⁶ Veja-se em <http://montemorbase.com/basedados.php?txtKeyword=alfinete&submit=submit>. (consultado em 28/03/2017).

uso comum, esses adornos e coberturas de cabeça foram usados até tardiamente, cumprindo funções socioculturais, muitas das vezes com carácter simbólico²²⁷. Tome-se, e.g., a passagem do versículo 6 do capítulo 11 da 1ª epístola de S. Paulo aos Coríntios: “se para a mulher é coisa indecente tosquiar-se ou rapar-se, que ponha o véu.”²²⁸.

Pertencente a um conjunto inventariado com o N.º. Inv. 1881, encontra-se uma **conta** gomada em azeviche (N.º. Inv. 1881/17) datável do século XVII, que conhece paralelo num exemplar recolhido do naufrágio da fragata de Santo António de Taná, potencialmente adquirida em Vigo²²⁹ – guardadas numa caixinha junto com um papel onde se lê, manuscrito pela mão de Luciano Ribeiro, “N.º. 1881. 1ª Dinastia. 9 contas (Castelo de Alemquer)”.

Voltemos, ainda, à conta de azeviche. Essa matéria-prima foi usada na Península Ibérica desde tempos remotos, muitas das vezes ligada ao luto em objectos de carácter religioso como terços ou rosários, sendo reconhecida como marca de prestígio²³⁰. A sua utilização é de igual modo conhecida como signo de protecção, de carácter apotropaico, contra o mau-olhado em amuletos, e.g. em “figas”, e em objectos híbridos – amuleto complementado por medalha de santo e/ou crucifixo –, denotando a congregação de crenças populares e religiosas num só objecto. Destinadas privilegiadamente a mulheres e crianças, as peças em azeviche conheceram, ainda que de forma mais discreta, uso masculino²³¹.

De azeviche é, igualmente, uma **gema** reconhecida na colecção (N.º. Inv. 4948), facetada com formas hexagonais mostrando, numa das faces, decoração composta por

²²⁷ Veja-se, sem prejuízo de outros, Carl Kohler, *História do Vestuário*, Martins Fontes, São Paulo, 1993; Ana Rodrigues Oliveira e António Resende de Oliveira “A mulher”, in *História da Vida Privada em Portugal* (Dir. José Mattoso), Círculo de Leitores, Col. Temas e Debates, 2011, pp. 300-323; António Resende de Oliveira, “A sexualidade”, in *História da Vida Privada em Portugal* (Dir. José Mattoso), Círculo de Leitores, Col. Temas e Debates, 2011, pp. 324-347.

²²⁸ Novo Testamento, 1Cor 11:6.

²²⁹ Andreia Martins Torres, *op. cit.*, 2013, p. 197.

²³⁰ A origem destes objectos pode ser diversa, porquanto existem minas de azeviche por todo o mundo. Na Europa os maiores centros exportadores são conhecidos em Inglaterra, Espanha, França, Alemanha e Polónia – Cf. Andreia Torres, *op. cit.*, p. 195. Em Portugal o azeviche é conhecido no concelho de Peniche, e a sua extracção encontra-se documentada no concelho da Batalha, nas minas de Alcanadas, desde o século XVII sendo, à altura, essa Vila, sede “(...) de várias oficinas que trabalhavam o azeviche que ocorria na região (...)”, in José M. Brandão, “Minas de Alcanadas (Batalha): prelúdio, fuga, final”, in *Actas das Jornadas Internacionais “Memórias do Carvão”*, Câmaras Municipais da Batalha e de Porto de Mós, 2015, pp. 331-358. Sobre este assunto poderá, ainda, ver-se José M. Brandão, “Historiografia mineira. Contribuição para o estabelecimento de uma cronologia de factos relevantes na vida das minas de lignite de Alcanadas e Chão Preto (Batalha, Portugal)”, in *Actas do Simpósio Ibero-americano “Património geológico, arqueológico e mineiro em regiões cársicas”*, Batalha, 2007, pp. 181-192.

²³¹ Andreia Martins Torres, *op. cit.*, p. 195.

pequenos óvulos inscritos numa dupla elipse; tratando-se de elemento decorativo de um anel, ou de um pingente.

Outro dos elementos de adorno identificado foi uma **pulseira** em vidro torcido (Nº. Inv. 4948), objecto grandemente utilizado nos séculos XVI e XVII, e que conhece uso comprovado desde a romanização da Península Ibérica. Este tipo de adorno conheceu permanência durante as subseqüentes épocas medieval e moderna, e uso difundido, tanto quanto se conhece paralelo em contexto insular²³², mormente na Ilha da Madeira (Machico).

Neste período foram, também, identificados complementos de vestuário, como sejam agulhetas, botões e fivelas. Esses, para além do lado prático, exerciam, ainda, função de ornamentação no quotidiano e, pelas suas características mais ou menos grandiosas, num material mais ou menos caro, desempenhavam um papel distintivo do ponto de vista social.

As porções de **agulhetas** (Nº. Inv. 1883) aqui reconhecidas, em folha de cobre, apresentam-se enroladas em forma tubular afunilada, com uma costura lateral no seu comprimento. Têm medida variável entre 2,3 cm-5,4 cm x 0,3 cm-0,4 cm, e serviam para ajustar as vestimentas quando presas a um barbilho, ajustando-as e afunilando-as.

Este tipo de complemento encontra-se retratado em ilustrações europeias do século XV-XVI, mormente em partes superiores de vestidos femininos (corpetes) e em mangas e meias que se uniam às vestimentas masculinas²³³. Conhecem paralelo em contexto insular, na Ilha da Madeira (Machico), associadas a contexto do século XVI²³⁴.

De entre os **botões** reconhecidos neste período, todos aparentam corresponder a fabrico artesanal, e são em osso polido. Destinados a uma função prática de prender ou segurar vestimentas, por abotoamento numa “casa” ou presilha, os botões também foram utilizados para decorá-las, tendo-se o seu uso generalizado a partir do século XVIII, integrado nos padrões da moda.

²³² Élvio Martins Sousa, *op. cit.*, 2011, p. 691.

²³³ Élvio Martins Sousa, *op. cit.*, p. 486.

²³⁴ Idem, *ibidem*, p. 487.

Um dos botões (Nº. Inv. 1665) apresenta pequenos orifícios, perfurados na própria placa, servindo-lhe de decoração. Mede 3,1 cm x 2,4 cm, e conhece paralelo em Beja²³⁵, integrando-se nos séculos XV-XVI.

Integrados no mesmo conjunto inventariado com o Nº. 1665 foram identificados outros dois botões em osso polido. Um deles apresentando configuração circular e perfuração central (medidas: Ø – 1,7 cm; 1,3 cm x 1,3 cm); e outro de configuração quadrangular mostrando, igualmente, perfuração central (medidas: Ø – 1,7 cm; 1,3 cm x 1,3 cm).

Outros dos objectos de vestuário identificados foram as fivelas, as quais apresentam diversidade quanto à sua configuração e dimensão.

Uma das três **fivelas** em ferro apresenta configuração quadrangular encontra-se destituída do gancho e fuzilhão com os quais se articulava. Na superfície frontal verifica-se tendência aplanada onde se supõe que repousasse o espigão, entretanto desaparecido (Nº. Inv. 1664 - medidas: C. – 5,2 cm; L.M. – 4,8 cm; E. – 0,7 cm); outra mostra configuração semi-ovalada e encontra-se destituída do gancho e fuzilhão com os quais se articulava (Nº. Inv. 1664 - medidas: C. – 4,6 cm; L.M. – 3,5 cm; E. – 0,6 cm); e uma última, completa, apresenta configuração sub-quadrangular e fuzilhão de espessura constante ao longo da sua extensão longitudinal encaixado num aro (Nº. Inv. 1664 - medidas: C. – 3,4 cm; L.M. – 2,4 cm; E. – 0,6 cm; C.f – 2,5 cm; L.M.f – 0,5 cm; E.f – 0,2 cm).

Não obstante os elementos se encontrarem concrecionados, mormente os dois últimos – o que dificulta a sua análise global –, não descuramos que possam tratar-se de produções artesanais locais, ou que o seu uso fosse destinado a estar associado a uma correio de couro para suspensão, *e.g.*, de pequenas bolsas.

No acervo foram, ainda, reconhecidos exemplares de fivelas em cobre: dois fragmentos contendo parte de fivela em cobre de configuração quadrangular, com bordadura achatada (Nº. Inv. 1883 - medidas: C. – 3,8 cm; L.M. – 2,0 cm; E. – 0,4 cm); um conjunto de três fivelas de configuração semi-ovalada, com fuzilhão (Nº. Inv. 1881/3, 1881/4 e 1881/7 – medidas variáveis entre os 2,1 e os 2,3 cm de comprimento e 1,7 e 2,3 cm de largura); uma fivela ovalada, com fuzilhão (Nº. Inv. 1881/8 –

²³⁵ Andrea Martins *et alii*, “Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 13, 2010, p. 159.

medidas: C. – 1,9 cm; L. – 1,9 cm). Estes exemplares são integráveis nos séculos XVI-XVIII²³⁶.

A necessidade de iluminar o inalcançável ao olho humano, mormente em locais sem luz natural e/ou em períodos noturnos, ditou o fabrico de diversos tipos de luminárias como forma de permitir a extensão da luz natural. Desdobrando a acção do Homem e, até, favorecendo a sua própria defesa – não esqueçamos que a noite era o momento propício para condutas criminosas, como roubar e violar –, lucernas, candis e candeias influenciaram de forma positiva a qualidade de vida das populações passadas²³⁷.

Na colecção em estudo identificou-se grande número de **candeias**, de dois tipos distintos: sem asa (N.ºs Inv. 1648/1, 1648/2, 1648/3, 1648/4, 1648/7, 1648/9, entre outros), e com asa (N.ºs. Inv. 1648/23, 1649/5, 1649/6, 1649/9, entre outros), de fabrico a torno e manual. Todas elas apresentam marcas de uso pelo fogo.

De cerâmica fosca não vidrada, as candeias apresentam uma variedade cromática nas pastas, variando entre o castanho-alaranjado e o castanho-acinzentado; o bege-rosado e o bege-acinzentado. De forma idêntica a alguns copos e jarrinhas, também alguns destes exemplares também se encontram restaurados com uma pasta cor de laranja feita, à altura, por Cabaço, e têm apenas umas etiquetas manuscritas pelo próprio, com a aposição de “C. de Alenquer” e “P. Conceição”.

A maioria dessas unidades, assentes em base plana e mostrando reservatório aberto e bico trilobado – onde assentava o pavio –, e medidas variáveis, apresentam paralelos no castelo de Tomar²³⁸ e na Travessa da Lameira, 21, em Santarém²³⁹, sendo

²³⁶ Élvio Martins Sousa, *op. cit.*, 2011, pp. 484-485.

²³⁷ Do latim *lychnus*, a designação lucerna é conferida às luminárias romanas. A designação luminária reporta às luminárias mais utilizadas no período islâmico, e que apresentavam formas fechadas. Já a designação candeia é comumente usada para nomear as luminárias com forma mais aberta; sendo aceite que o seu surgimento no *Al-Ándalus* se fez a partir dos séculos XII-XIII, substituindo os candis árabes – Cf. Helena Catarino, “História da cultura material de época islâmica e o exemplo de uma cozinha do Castelo Velho de Alcoutim (Algarve)”, in *Revista Portuguesa de História*, 37, Instituto de História Económica e Social, Universidade de Coimbra, 2005, p. 366; e Liliana Serrano, *Lucernas, candis e candeias. Para uma distribuição geográfica no território Português*, dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 75 [Em linha] [disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/19172> (consultado em 20/04/2016)].

²³⁸ Salete Ponte *et alii*, “Intervenção Arqueológica no Castelo de Tomar”, in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Ed. Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2001, p. 433; e Liliana Serrano, *op. cit.*, p. 176.

integráveis no 3º quartel do século XII. Também na ermida de N^a. Sr^a. de Sales, em Viladecans (Baix Lobregat, Barcelona), foi reconhecido um exemplar deste tipo de candeia, esse apresentando-se vidrado e enquadrado num contexto cronológico ulterior, avançado entre os séculos XIV e XV²⁴⁰, o que mostra um perdurar das formas. Também no forno da Mata da Machada se atestou essa longa duração, até inícios do século XVI²⁴¹.

As restantes, também elas de medidas variáveis, mostram características idênticas sendo que, partindo do interior do receptáculo, apresentam uma asa. Essas, com paralelo na Rua do Castelo, em Palmela²⁴², Nossa Senhora do Castelo, em Aljustrel²⁴³, em Castillo del Rio (Aspe) e em Torre Grossa (Jijona), na província de Alicante²⁴⁴, são integráveis nos séculos XII-XIII.

A evolução morfológica destes contentores de fogo, de formas fechadas a formas com reservatório aberto, parece indicar que o valor do azeite usado como combustível deixara de ser – muito embora tratando-se de um produto nobre e de preços altos –, uma preocupação. Estudos historiográficos indicam que, depois de um período de crise aquando da *Reconquista*, a cultura da oliveira voltou a florescer²⁴⁵. A sua plantação em Alenquer está, aliás, bem documentada²⁴⁶.

O seu uso não deixa, de forma idêntica, de nos remeter para a necessidade do recolher obrigatório, imposto pelos poderes central e municipais como medida de

²³⁹ Henrique Mendes, João Pimenta e António Valongo, “Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira n.º 21. Centro Histórico de Santarém”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 5, n.º. 1, 2002, pp. 266 e 274.

²⁴⁰ Jaume Coll i Conesa, Ferrán Puig i Verdaguer, Josep M^o. Solias i Arís, “Cerâmica medieval aparecida en la ermita de Ntra. Sra. de Sales (Viladecans, Baix Lobregat, Barcelona)”, in *Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Ministerio de Cultura/Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Madrid, 1996, p. 289.

²⁴¹ C. Torres, *Um forno de cerâmica dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa, Mata da Machada – Barreiro*, Câmara Municipal do Barreiro, Barreiro, 1980.

²⁴² Isabel Cristina Fernandes e A. Rafael Carvalho, “Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa n.º. 4 da Rua do Castelo (Palmela)”, in *op. cit.*, 1995, pp. 91 e 94.

²⁴³ Carlos Ramos *et alii*, “O Castelo de Aljustrel – campanhas de 1989 e 1992”, in *Vipasca, Arqueologia e História*, n.º. 2, série 1, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, 1993, p. 13; e Liliana Serrano, *op. cit.*, p. 181.

²⁴⁴ Rafael Azuar Ruiz, “Algunas notas sobre el candil de cazoleta abierta y de pellizco, hispanomusulmán”, in *Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Ministerio de Cultura/Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Madrid, 1996, p. 181 e 183. O autor faz, ainda, referência à notícia da descoberta de exemplares iguais na província de Múrcia (p. 180).

²⁴⁵ Maria José Azevedo Santos, “O Azeite e a vida do homem medieval”, *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2006, pp. 140.

²⁴⁶ A plantação da oliveira fazia-se conjuntamente em terrenos de searas, hortas e forrageais. Cf. Maria José Santos, *op. cit.*, p. 141.

defesa e protecção das populações contra malfeitores e marginais²⁴⁷. Recorde-se, ainda, o seu simbolismo na preparação dos assaltos furtivos a uma fortaleza, quase sempre levados a cabo à noite, em aproveitamento do favorecimento dos atacantes furtivos face à falta de luz. A título de exemplo, durante o cerco castelhano de 1384, a senha para avanço das forças de Juan I em Lisboa era a colocação de uma candeia numa das seteiras abertas no lanço de muralha²⁴⁸.

A iluminação encontra-se, ainda, representada por um **candelabro** em cerâmica fosca não vidrada, com bordo retorcido e parte superior ondulada, com orifício para colocação de combustível sólido com pavio (vela) - N.º. Inv. 1702 -, para o qual não encontramos, à data, nenhum paralelo.

Integráveis na funcionalidade cozinha e mesa, foram reconhecidos cinco fragmentos de **cerâmica com decoração pintada a branco**, cozida em atmosfera redutora (S/N.º. Inv.), quatro deles amorfos e um contendo parte de uma asa vertical, decorada com o motivo “espigas”.

Estes fragmentos podem ser datáveis de meados do século XI ao século XIV, e conhecem paralelos com congéneres recolhidos no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros e no Mandarim Chinês, em Lisboa²⁴⁹, no Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras²⁵⁰, no Convento de S. Francisco de Santarém²⁵¹, e noutros locais a Norte de Lisboa, *e.g.*, Torres Novas e Sertã²⁵².

Copos em cerâmica fosca não vidrada, com corpo troncocónico assente em base plana, foram, também, reconhecidos. De pasta alaranjada contendo alguns elementos não plásticos, alguns deles apresentam decoração compostas por estrias no

²⁴⁷ Isabel Vaz de Freitas Botelho Cardoso, “Recolher obrigatório: uma imposição da noite medieval”, sep. *Revista Ciências Históricas*, vol. XIII, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1998, pp. 31-41.

²⁴⁸ Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, p. 194.

²⁴⁹ Jacinta Bugalhão *et alii*, “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros e Mandarim Chinês)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 10, n.º. 1, 2007, pp. 317-343.

²⁵⁰ Isabel Luna e Guilherme Cardoso, “Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho do Concelho de Torres Vedras”, in *Actas do 3.º Seminário do Património da Região Oeste* (Cadaval, 2004), Cadaval, 2006, pp. 99-112.

²⁵¹ Carla do Carmo Lopes e Maria de Magalhães Ramalho, “Presença Islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém”, in *Garb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Ministério da Cultura/IPPAR/Junta de Extremadura, 2001, pp. 31-87; Marco Liberato, *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

²⁵² Susana Gómez Martínez, “A cerâmica islâmica no GHarb al-Ándalus”, in *A cerâmica islâmica em Portugal*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 2007, p. 99.

bordo e corpo (N.ºs Inv. 1668/18, 1672 e 1672/6), outros existem que se apresentam sem qualquer decoração (N.º Inv. 2184/7). O seu comprimento máximo varia entre os 11,7 cm e os 15,5 cm, e a sua largura entre os 8,5 cm e os 17,5 cm.

Serviam para beber líquidos durante as refeições, e apresentam morfologia idêntica ao exemplar recolhido na Alcáçova do Castelo de Mértola, datável dos séculos IX-X, e características morfológicas semelhantes à parte superior do corpo de um copo em vidro, datado do século X-XI, recolhido nesse mesmo arqueossítio²⁵³. Esta forma, caracterizada por paredes rectas, apresenta morfologia semelhante a exemplares recolhidos no Castelo de S. Jorge, em Lisboa, em níveis de meados do século XI. Contudo, quer os copos recolhidos em Mértola, quer as formas recolhidas naquele espaço em Lisboa apresentam decoração composta por pintura de engobe branco, o primeiro com um primeiro registo de linhas que emolduram uma sequência de arcos secantes e linhas onduladas, os segundos com linhas horizontais, enquanto que os exemplares reconhecidos na colecção Cabaço se encontram desprovidos dela²⁵⁴.

À dificuldade de encontrar paralelos para estas peças que nos permitam uma datação fidedigna, cremos tratarem-se de produções locais/regionais que, durante a fase de ocupação cristã reproduziram dentro da tradição hispano-árabe. Ressalve-se, no entanto, que poderão ser atribuíveis a produções posteriores, dos séculos XV-XVI, considerando que na Rua do Poço Novo, em Cascais, foi exumada uma caneca de morfologia semelhante ao N.º Inv. 2184/7, embora esse exemplar apresente maior altura (Caneca da R. do Poço Novo: 13,3 cm x 8,2 cm)²⁵⁵.

As **jarrinhas** em cerâmica fosca não vidrada, maioritariamente de pasta alaranjada contendo alguns elementos não plásticos, de perfil globular assente em pé alto de base plano, mostrando uma ou duas asas laterais (N.ºs Inv. 1668/17 e 1703/11); ou de pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos, de perfil globular assente em pé alto de base plano, mostrando duas asas laterais (N.º Inv. 1703/2) foram, também, identificadas. Mostram parte superior troncocónica, e

²⁵³ Cláudio Torres *et alii*, “Cerâmica islâmica de Mértola – propostas de cronologia e funcionalidade”, in *Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, p. 503.

²⁵⁴ Os copos exumados no Castelo de S. Jorge (Lisboa) apresentam decoração composta por linhas horizontais pintadas a branco. Cf. Ana Gomes *et alii*, *op. cit.*, p.127.

²⁵⁵ Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues, “Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais”, *Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, p. 577 e 582.

encontram-se desprovidas de decoração. Todas sofreram restauro por Cabaço, e o seu comprimento máximo varia entre os 9,6 cm e os 10,3 cm, e uma largura máxima entre os 8,5 cm e os 13,4 cm. Mostram-se restaurados na sua grande maioria.

Uma outra parte de jarrinha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada contendo alguns elementos não plásticos, de corpo troncocónico assente em pé alto de base plana (N.º Inv. 1674) foi aqui reconhecida. Mostra decoração composta por estrias e uma asa lateral, e apresenta 12,0 cm x 10,0 cm.

Peça de morfologia idêntica, mas de maiores dimensões (19,8 cm x 21,1 cm), que designámos por jarro, também se encontra aqui representada. De coloração castanha contendo alguns elementos não plásticos, apresenta perfil globular e parte superior troncocónica, assentando em base plana. Mostra duas asas verticais laterais (N.º Inv. 1704).

Estas peças apresentam semelhança morfológica com congéneres recolhidos em contextos islâmicos dos séculos VIII-XI em Évora²⁵⁶, em estrato datável do século XII do criptopórtico da Alcáçova de Mértola²⁵⁷, no *Cerro da Vila*²⁵⁸, onde, nos níveis islâmicos, se atestou reportório variado do período emiral, califal e taifa²⁵⁹; e com as formas da Fase Califal e Epi-Omíada representadas por Retuerce Velasco e Zozaya²⁶⁰. Mostram, igualmente, semelhança morfológica com jarras dos séculos XII-XIII recolhidas no castelo de Silves²⁶¹

Esta dilatação nas balizas cronológicas permite-nos aventar que, à semelhança dos copos, também estas jarrinhas houvessem sido produzidas local ou regionalmente durante a fase de ocupação cristã, reproduzindo dentro da tradição hispano-árabe. Aliás, reconheça-se que esta tipologia foi registada em contextos alto-medievais, de

²⁵⁶ José Rui Santos, *Um olhar sobre o quotidiano de Évora no período medieval – islâmico. Séculos VIII a XI*, dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora, 2015, p. iv.

²⁵⁷ Cláudio Torres *et alii*, *op. cit.*, p. 530.

²⁵⁸ José Luís de Matos, “Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila”, in *Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, pp. 429-456;

²⁵⁹ Susana Gómez Martínez, “A cerâmica islâmica no GHarb al-Ândalus”, in *A cerâmica islâmica em Portugal*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 2007, pp. 95-116.

²⁶⁰ Manuel Retuerce Velasco e Juan Zozaya, “Variantes y constantes en la cerámica andalusi”, in *Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, pp. 315-322.

²⁶¹ Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, *Palácio Almoada da Alcáçova de Silves* (Museu Nacional de Arqueologia, 2001), Lisboa, 2001, pp. 64 e 92.

finais do século XIII/Século XIV, em Santarém²⁶², e no antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro), em contextos do século XV²⁶³. Em ambos os sítios a cerâmica encontra-se pintada a branco, o que não acontece no material aqui em apreço. Para além desses, também durante a escavação de um silo medieval na vila do Crato se recolheram produções típicas dos períodos tardo-medieval e moderno, designadas pela autora de pucarinhas, com cronologias balizadas entre os séculos XV/XVI, as quais mostram características morfológicas com as que identificámos no acervo em apreço²⁶⁴.

Esta funcionalidade encontra-se, também, representada por materiais de fabrico regional/nacional, com poucas variantes tipológicas: panelas, um tacho e testos; bilhas, cântaros, uma malga, um prato, um púcaro e taças, de cerâmica vidrada e não vidrada.

Dentro da loiça para consumo e serviço foram reconhecidas cinco bilhas: um fragmento contendo porção de bordo e arranque de asa de **bilha** (Nº. Inv. 1671) em cerâmica fosca não vidrada, de pasta laranja-vermelhada, homogénea e compacta, contendo alguns elementos não plásticos (medidas: 14,7 cm x 13,4 cm); uma **bilha** em cerâmica fosca não vidrada (Nº. Inv. 1680), de pasta laranja-vermelhada, homogénea e compacta, contendo alguns elementos não plásticos, corpo globular e bordo e colo plano, com ligeiras estrias, de onde parte uma asa lateral (medidas: 14,5 cm x 18,9 cm); uma **bilha** em cerâmica fosca não vidrada (Nº. Inv. 1680/3), de pasta castanha-alaranjada, homogénea e compacta, que apresenta parte do corpo inferior globular, colo estreitado, bordo aplanado e uma asa lateral vertical (medidas: 17,2 cm x 25,2 cm).

Para além dessas foram recolhidos mais dois exemplares de bilha incompletos (Nº. Inv. 2188 e 2188/1). Ambas se apresentam em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada, homogénea e compacta, e mostram corpo globular, assente em base plana. Restauradas por Cabaço, e de dimensões semelhantes, numa delas é possível observar o arranque de uma asa lateral (Nº. Inv. 2188/1).

²⁶² Marco Liberato e Helena Santos, “Circulação de materiais setentrionais na Santarém Medieval”, in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (coord. Maria José Gonçalves e Susana Gómez-Martínez; Silves, 2012), Vol. 1, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, Gráfica Comercial de Loulé, 2016, p. 464.

²⁶³ Ricardo Costeira da Silva, “Traços Mouriscos” na cerâmica do século XV do antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro), in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo...*, vol. 2, 2016, pp. 924-927.

²⁶⁴ Helena Catarino, “Cerâmicas Tardo-Medievais/Modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo na vila do Crato”, in *1^ª. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo* (Tondela, 1992), Rainho&Neves, Lda, Santa Maria da Feira, 1995, pp. 131 e 136.

A juntar a essa loiça de consumo e serviço, e transporte de líquidos, juntam-se três **cântaros**: um em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada, com alguns elementos não plásticos; corpo globular assente em pé plano e colo estreitado de onde arranca uma asa lateral vertical (medidas: 13,7 cm x 14,4 cm) – N.º Inv. 1681); outro em cerâmica fosca não vidrada, de pasta castanha, homogénea e compacta, que apresenta parte do corpo inferior ligeiramente globular e colo estreitado de onde parte uma asa lateral vertical (medidas: 10,4 cm x 15,3 cm) – N.º Inv. 1681/2; e um último, também em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada, com alguns elementos não plásticos; que mostra corpo globular assente em pé plano, colo estreito e uma asa lateral vertical (medidas: 13,6 cm x 17,7 cm) – N.º Inv. 1681/6.

Todas estas formas encontram paralelo no Poço dos Paços do Concelho, em Torres Vedras, cujo rico e abundante espólio se situa entre os séculos XIV e XX²⁶⁵, no poço seiscentista do Vale de Alcântara, Lisboa, de onde se recolheram fragmentos de panelas, púcaras, tachos, frigideiras, alguidares, potes e púcaros de cerâmica fosca similares aos aqui reconhecidos²⁶⁶, nos silos da Avenida Miguel Fernandes, em Beja, onde a cerâmica fosca se encontra representada por numerosas formas que abrangem todos, ou quase todos, os tipos de peça de uso quotidiano dos séculos XIV-XVII²⁶⁷.

Para cozinhar, a **panela**, forma fechada de corpo globular, e colo diferenciado, com uma ou duas asas, foi, também aqui, reconhecida. Estas formas podiam facilmente ser tapadas com testos, e usadas sobre brasas e fogo directo sobre lareira ou fogareiro.

Todos os exemplares se apresentam em cerâmica fosca, com variantes cromáticas ao nível da pasta, entre o castanho e o castanho-alaranjado, e corpo globular. Uma das panelas apresenta duas asas laterais verticais, e colo estrangulado (N.º Inv. 1677); outras duas apresentam duas asas laterais verticais e colo ligeiramente estrangulado (N.º.s Inv. 1678 e 1679). Uma última mostra bordo aplanado e corpo globular, com duas asas laterais retorcidas; e colo ligeiramente estrangulado (N.º Inv. 1715). Todas mostram sinais de uso pelo fogo.

²⁶⁵ Isabel Luna e Guilherme Cardoso, *op. cit.*, 2006.

²⁶⁶ Luísa Batalha e Guilherme Cardoso, “Poço seiscentista no Vale de Alcântara (Santa Isabel, Lisboa)”, in *EMERITA - Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, 1, 2013, [Em linha] [disponível em www.emerita.pt (consultado em 23/03/2017)].

²⁶⁷ Andrea Martins, César Neves e Vera Aldeias, “Arqueologia Medieval-Moderna - os silos da Avenida Miguel Fernandes – Beja”, pp. 1-9 [Em linha] [disponível em http://www.academia.edu/1397296/2010_Arqueologia_Medieval-Moderna_os_silos_da_Avenida_Miguel_Fernandes_Beja (consultado em 27/03/2017)].

A panela inventariada com o N.º. 1677 encontra paralelo em Tavira, sendo integrável em finais do século XV-século XVI²⁶⁸; e igualmente inseríveis no tipo IV das panelas recolhidas da abóbada da galilé da igreja de Sta. Maria de Beja, que conhece paralelos na olaria de Beringel e Serpa²⁶⁹. As inventariadas com os N.ºs. 1678 e 1679 apresentam morfologia idêntica às recolhidas em Montemor-o-Novo; nos castelos de Castelo Novo e de Penamacor²⁷⁰; e no Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras²⁷¹, sendo integráveis nos séculos XV-XVII. A inventariada com o N.º. 1715 conhece paralelo em Torres Vedras, sendo integrável no século XVII²⁷².

Um **tacho** em cerâmica fosca não vidrada (N.º. Inv. 2186), de pasta alaranjada, mostrando bordo aplanado de onde partem duas asas laterais sub-triangulares, apresenta paralelo com congénere exumado em Tavira, integrável em finais XV-século XVI²⁷³.

Foi, também, identificado um **púcaro** (N.º. Inv. 1676) de corpo semi-globular assente em base plana, apresentando uma asa lateral (medidas: 15,0 cm x 15,2 cm). Esta peça encontra-se restaurada e mostra vestígios de queimado pelo fogo.

Os **testos** (N.º.s Inv. 1652, 1677/1 e 1679/1, entre outros) apresentam parede oblíqua, com aba demarcada do recipiente por inflexão, assentando em fundo com ligeiro ônfalo. As pastas variam entre os castanhos e os vermelhos, e mostram diâmetros variáveis. São formas reconhecidas em variadíssimos sítios arqueológicos medievais-modernos, destacando-se o paralelo com exemplares recolhidos no Largo 5 de Outubro, em Cascais, datáveis do século XIV/XVI²⁷⁴.

De cerâmica de levar à mesa foram reconhecidos uma **malga** (N.º. Inv. 1669/1), um **prato** (N.º. Inv. 1654/2) e uma **taça** (N.º. Inv. 1669), todos em cerâmica fosca.

²⁶⁸ Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco, “Entre Tachos e Panelas: a evolução das formas de cozinha (Tavira)”, in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo ...*, Vol. 1, 2016, p. 379.

²⁶⁹ Joaquim Figueira Mestre, “Olaria medieval de Beja. Contribuição para o seu estudo”, in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* (Lisboa, 1987), Campo Arqueológico de Mértola, Rainho&Neves Lda, Santa Maria da Feira, 1991, pp. 570 e 572.

²⁷⁰ Silvína Silvério, Luís de Barros e André Teixeira, “Escavações arqueológicas no castelo de Penamacor/Cimo da Vila: resultados da primeira campanha (2003)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7, n.º. 2., 2004, pp. 473-540; Silvína Silvério e Elisabete Barradas, “A Cerâmica Medieval e Tardo-Medieval na Beira Interior: Materiais provenientes dos Castelos de Castelo Novo e Penamacor (Sécs. XII-XVI)”, in *Actas do Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo ...*, Vol. 1, 2016, p. 182-183.

²⁷¹ Isabel Luna e Guilherme Cardoso, *op. cit.*, 2006, pp. 104, 106 e 107.

²⁷² Idem, *ibidem*, pp. 100 e 107.

²⁷³ Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco, *op. cit.*, p. 381.

²⁷⁴ Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues, *op. cit.*, p. 579 e 584.

Raros exemplares de cerâmica engobada e brunida, de gosto barroco - séculos XVII/XVIII²⁷⁵ - foram, de igual modo, identificados (Nº. Inv. 19737). Ressalve-se que esses fragmentos são passíveis de pertencerem à colecção “Encosta da Bezerra”, local de onde foram recolhidos em grande quantidade.

De entre os exemplares de mesa foram, também, reconhecidos materiais importados.

Um fragmento contendo porção de fundo de **escudela**, de pasta branca, homogénea e depurada, com decoração em reflexo metálico e azul, mostra na face interna decoração de motivo zoomórfico (pelicano), de produção Valenciana (S/Nº. Inv.); um outro fragmento contendo fundo de escudela, de pasta branca, homogénea, e depurada, que mostra na face interna decoração geométrica, em reflexo metálico e azul, da série da *espora*, de produção Valenciana (S/Nº. Inv.), tema tipicamente muçulmano. De entre os vários locais do território português onde se confirma a sua presença elenque-se o castelo de Sesimbra²⁷⁶, a Rua do Poço Novo, em Cascais²⁷⁷, o poço dos antigos Paços do Concelho de Torres Vedras²⁷⁸, o conjunto de silos identificados na Avenida Miguel Fernandes, em Beja²⁷⁹.

Estas produções de Manises datam do século XV, e encontram-se revestidas com esmalte. Essa oficina da zona levantina espanhola, que continuou um novo capítulo na cerâmica hispano-mourisca, com a laboração de oleiros muçulmanos sob domínio de reinos cristãos, conheceu um grande mercado na Europa e no Norte e África no século XV e primeira metade da centúria seguinte²⁸⁰.

Para além dos atrás citados foi, ainda, identificada uma **tigela** vidrada a verde e manganês (Nº. Inv. 1713), de pasta branca, homogénea e depurada, que apresenta na face interna motivos geométricos, seguindo modelos moçárabes. Trata-se de uma produção da Catalunha, da série verde e roxa, datável do século XIV²⁸¹. De acordo com Sanchez-Pacheco e Giral, um dos maiores centros produtores catalães era

²⁷⁵ Manuela Almeida Ferreira, “O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa”, in *1^{as}. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo* (Tondela, 1992), Rainho&Neves, Lda, Santa Maria da Feira, 1995, pp. 151-161.

²⁷⁶ Ana Isabel Vieira, “Cerâmicas dos séculos XIV a XVI do Castelo de Sesimbra”, in *O Arqueólogo Português*, Série V, 1, 2011, pp. 675-676.

²⁷⁷ Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues, *op. cit.*, 1991 p. 583 (figs. 35 e 39).

²⁷⁸ Isabel Luna e Guilherme Cardoso, *op. cit.*, pp. 99-112.

²⁷⁹ Andrea Martins *et alii*, *op. cit.*, p. 156.

²⁸⁰ Trinidad Sanchez-Pacheco e Maria Dolores Giral, *Cerâmica Espanhola, dos Árabes a Miró nas colecções do Museu de Cerâmica de Barcelona* (Museu Nacional do Azulejo), IPM, 1996, pp. 16-18.

²⁸¹ Trinidad Sanchez-Pacheco e Maria Dolores Giral, *op. cit.*, p. 74.

Barcelona. As cores usadas são comuns às oficinas de Paterna (Valência) e Teruel (Aragão) vinculando-se, mormente, aos motivos decorativos do mundo árabe.

As transacções monetárias encontram-se registadas através de nove exemplares de **numismas** da Dinastia de Avis, ou Joanina (S/Nº. Inv.): oito ceitis e um real. Tratam-se de dois ceitis do reinado de D. Afonso V (1438-1481), outro integrável nesse reinado, podendo ser do governo seguinte, de D. João II (1477; 1481-1495), três análogos, que pode datar até ao período de governação de D. Manuel I (1495-1521) – S/Nº. Inv. -; um com clara datação do reinado de D. Manuel I, e um último nitidamente integrável no reinado de D. João III (1521-1557); um real de D. Sebastião (1557-1578).

Também a actividade têxtil se encontra comprovada neste período, através de exemplares de **agulha**, em haste de cobre, com secção cilíndrica e extremidades distal afilada (Nº. Inv. 1884), destinados à costura; e de quatro **dedais** em ferro, lisos (Nº. Inv. 1884).

O entretenimento das populações que ocuparam o castelo de Alenquer encontra-se representado pelo uso de jogos. E não se creia que estes pequenos artefactos, concebidos para diversão e/ou ocupação dos tempos livres, se circunscrevesse somente ao uso infantil. Os dados que têm vindo a ser recolhidos em registos arqueológicos remetem para a prática de actividades lúdicas em todas as idades²⁸².

Tratam-se de um fragmento de apito (Nº. Inv. 1682), de berlindes em barro com Ø médio de 0,8 cm. (Nºs. Inv. 2200 e 26287), de dados em osso polido (Nº. Inv. 1665), de dois fragmentos de estatueta (Nºs. Inv. 1683 e 5086), e de marcas de jogo discóides, em barro (Nºs. Inv. 1959/1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 16, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26 e 27).

Um dos fragmentos identificados pertencente a um **apito**, do tipo “botijo de pajarito”, com exemplares recolhidos em Palma de Maiorca, integráveis em época moderna²⁸³.

²⁸² A título de exemplo, no Castelo de Silves – Cf. Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, *op. cit.*, 2001, p. 115.

²⁸³ Vide AAVV, *Del rito al juego. Juguetes y silbatos de cerámica desde el Islam hasta la Actualidad*, Catálogo da exposição (Museu de Almería, Dezembro 2006-Fevereiro 2007 - Coord. Ana Dolores Navarro Ortega), Junta de Andalucía/Consejería de Cultura, 2006, p. 48.

No que diz respeito aos **dados**, conhecem paralelo em exemplares recolhidos no castelo de Silves em contexto do século XIII²⁸⁴, em Beja em contexto Moderno²⁸⁵, e na necrópole de Penamacor²⁸⁶, sendo o seu uso conhecido até ao século XVI. Alguns destes exemplares tratar-se-ão presumivelmente de objectos produzidos localmente, atendendo à identificação de numerosos exemplares em fase de manufactura.

Indissociáveis da vida humana, este elemento de actividade lúdica está associada a jogos que requerem pensamento racional e rigor, características de primazia deste género de jogos de tabuleiro, de que é exemplo o alquerque²⁸⁷. Tornados costumeiros para diversão e lazer, sobre os jogos caíam responsabilidades sobre os “perigos morais” a que estavam sujeitos os exércitos²⁸⁸.

Há, ainda, a assinalar a presença de dois fragmentos de estatuária: de **estatueta antropomorfa** em terracota, representando tronco e cabeça (Nº. Inv. 1683) e de **estatueta equestre** (Nº. Inv. 5086), de cavaleiro montado a cavalo, em cerâmica, ligado ao arquétipo do imaginário masculino, em conexão com os feitos da arte militar. Ambos conhecem paralelos em Espanha, em estratos datáveis dos séculos XVI-XVII²⁸⁹.

As ferragens identificadas na colecção em apreço encontram-se relacionadas com portas, destacando-se um **cadeado** (Nº. Inv. 1666), uma **chave** modelo “gorja” (Nº. Inv. 19804) e um **leme** (Nº. Inv. 1662), todos eles em ferro.

Para além dessas, foi também reconhecido um conjunto de **pregos** de diferente tipo, em ferro, relacionáveis com necessidades estruturais, e possível uso em construções/estruturas, nomeadamente de madeira.

²⁸⁴ Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, *op. cit.*, 2001, p. 122.

²⁸⁵ Andrea Martins *et alii*, *op. cit.*, p. 159.

²⁸⁶ Silvina Silvério, *Evidências Históricas do Castelo de Penamacor*, Câmara Municipal de Penamacor/Museu Municipal, 2007, p. 24 [Em linha] [Disponível em http://www.cm-penamacor.pt/00_exposicoes/arqueologia.pdf (consultado em 18/06/2016)].

²⁸⁷ Um conjunto de regras para estes jogos foi, pela primeira vez - ainda que não de forma especificada - publicado no século XII, no livro dos jogos de tabuleiro do Rei Afonso X de Castela.

²⁸⁸ Miguel Gomes Martins, *op. cit.* p. 316.

²⁸⁹ Vide *Del rito al juego. Juguetes y silbatos de cerámica...* (catálogo). Para além dos exemplares reconhecidos em Espanha, Jacques Thiriot apresenta exemplares de estatuetas deste género datáveis do século XIV, recolhidos em França; e em Portugal há a registar a recolha de um exemplar na necrópole de Penamacor, datável do século XV – in Jacques Thiriot, “Figurines humaines et animalières de terre cuite du XIVe siècle des fouilles du Petit Palais à Avignon”, in *Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Ministerio de Cultura/Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Madrid, 1996, pp. 59-68; Silvina Silvério, *op. cit.*, 2007, p. 24.

A presença deste tipo de ferragens encontra-se largamente atestada tanto em sítios militares como civis, facilmente explicável pela necessidade prática de vedar um vão numa parede com uma porta guarnecida, a qual pode ser fechada/trancada, limitando o acesso a um determinado sítio; e de unir objectos.

É sabido que muitas destas estruturas fortificadas possuíam pequenas áreas residenciais. Em alguns casos, as próprias torres assumiam, simultaneamente, funções defensivas e residenciais. Veja-se o exemplo do castelo de Lanhoso²⁹⁰. Possuíam, também, algumas estruturas de apoio, nas quais se empregariam este tipo de materiais; não esquecendo que algumas torres de menagem possuíam uma altura correspondente a 3 ou 4 pisos²⁹¹, e que a sua divisão interior seria geralmente de madeira, obrigando a pregagens.

Também se encontram representados na colecção exumada no castelo de Alenquer instrumentos e utensílios para trabalho, doméstico ou profissional.

Com efeito, reconhecemos objectos utilizáveis tanto em tarefas domésticas quanto em ofícios, como é o caso dos **afiadores/amoladores** de facas (N.ºs. Inv. 1663/3 e 1663/4). Os objectos atribuíveis a essa função são peças em xisto de secção rectangular e faces planas, marcados com linhas incisivas; têm apenas um paralelo arqueológico conhecido em Portugal num congénere recolhido na Ilha da Madeira (Machico), datável de finais do século XV-meados do século XVI²⁹².

A actividade ferramenteira encontra-se confirmada através da presença de um fragmento contendo parte de um **alicate** em ferro (N.º. Inv. 1662), congénere dos instrumentos utilizados, ainda hoje, por ferreiros. Este instrumento pode estar relacionado com uma actividade conexas à militar, nomeadamente pela necessidade de ferrar as montadas através da aplicação de uma lâmina de ferro (a ferradura), para protecção ou correcção do aprumo do pé dos equídeos.

De elencar, ainda, dois **compassos** (N.º. Inv. 1874 e 22880), integráveis no século XVI; e vários **estiletos** em osso, em estágio de talhe (N.ºs. Inv. 1661, 1661/4, 1661/24 e 1661/56).

Dentro desta funcionalidade identificaram-se duas **facas** em ferro, de perfil alongado (N.º. Inv. 1655/2 e 1655/3).

²⁹⁰ Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, p. 20.

²⁹¹ *Idem*, *ibidem*, p. 25.

²⁹² Élvio Martins Sousa, *op. cit.*, 2011, p. 694.

A actividade agrícola encontra-se representada por duas **foices** em ferro (Nº. Inv. 1662 e 5295), idênticas às representadas na iconografia medieval, nomeadamente no *Apocalipse do Lorvão* (1189) e no *Calendário Agrícola* de um manuscrito de Pietro de Crescenzi (1306). Sendo este um instrumento com larga utilização, integramos os dois exemplares reconhecidos – um deles mostrando entalhe para encabamento –, de forma lata, neste período.

Há, ainda, a notar a presença de uma **pinça** em cobre (Nº. Inv. 1884/1); de um fragmento contendo parte de **tesoura**, constituído por uma lâmina em ferro (S/Nº. Inv.); e de um conjunto de vinte e um trespes para a produção oleira (Nº. Inv. 1908/2, 3, 7, 8; 5023; 5038, 5038/1;19731; 20413; 20421; 20427; 20428; 20760; 20762; 21183; 29726; 23369; 23382; 23393; 23400 e 23408), as quais apresentam dimensão variável. Estas últimas foram, igualmente, recolhidas em grande número na Encosta da Bezerra.

Foi, também, identificado um conjunto de cinco **pederneiras** em sílex, cuja função, pela sua eficaz percussão, pode estar relacionado com a necessidade de produzir fogo. É, pois, em seguimento da necessidade de se produzirem lascas de sílex que, batidas com força contra um fuzil produzissem faísca, que contextualizamos os dois **núcleos** em sílex utilizados como bloco de debitagem (apresentados em cronologia indeterminada).

A utilização destes métodos de “ferir o lume” encontram paralelo em contexto peninsular e insular, nomeadamente na Ilha da Madeira²⁹³ (Machico), em contextos associados ao lar. É sugestiva a referência sobre a tarefa rotineira, normalmente confinada às mulheres, de acender o lume: “...When that I rise early in the morn, before that my head with dressing adorn, I sweep and cleane the house as need, doth require. Or, if it be cold, I make a fire”²⁹⁴.

O seu uso deveria ser tão rotineiro que se encontra documentada a venda de pederneiras provenientes da zona saloia no mercado da ribeira, durante o 1º. quartel do século XVII²⁹⁵; e segundo J. Leite de Vasconcellos, este “modo de acender o lume” conheceu uso até meados do século XIX²⁹⁶.

²⁹³ Idem, *ibidem*, p. 320.

²⁹⁴ Fonte inglesa do final do século XVII apud Élvio Sousa, *op. cit.*, p. 320.

²⁹⁵ Idem, *ibidem*.

²⁹⁶ José Leite de Vasconcellos apud Élvio Sousa, *ibidem*.

Contudo, as pederneiras foram também recurso no campo militar, em peças de artilharia ou espingardas, devendo sobrelevar-se o seu potencial uso nesse campo, atendendo ao *Sítio* em questão.

Por último, e naquilo que toca a utensílios representativos de actividades artesanais, refira-se uma **tira de osso para produção de botões** (Nº. Inv. 1665).

A produção de botões em osso de animal polido, tanto quanto se sabe apenas registada em sítios militares, tratar-se-ia presumivelmente de uma actividade residual, conhecendo paralelos, *e.g.*, nos Fortes de São João Baptista (Machico) e de São José (Funchal), ambos na Ilha da Madeira, em estratos de época moderna²⁹⁷, e igualmente em nos silos de Beja, já amplamente citados.

A faceta militar encontra-se, neste período, atestada por variados elementos: armas de mão e de haste, de arremesso e de sítio, e inúmeros componentes de cavalaria relacionáveis com a arte da guerra.

As armas de mão estão retratadas pela presença de duas ponteiros de bainhas de punhal para protecção da lâmina, pontas de lança, um punhal, uma faca, noz e virotes de besta.

Um dos exemplares de **ponteiras de bainha de punhal** reconhecidos (Nº. Inv. 1969/4), em liga de bronze, com configuração triangular e faces ligeiramente arredondadas, apresenta paralelo com elementos congéneres exumados do castelo de Belmonte e do castelo de S. Jorge, em Lisboa, datáveis dos séculos XIV-XV²⁹⁸. Um outro exemplar em ferro (Nº. Inv. 1655), não apresenta motivos ornamentais vazados, sendo incluído por Barroca na mesma janela temporal do anteriormente descrito²⁹⁹.

A **ponta de lança** (S/Nº. Inv.), particular por se tratar de peça muito comprida, foi muito utilizada quer por cavaleiros quer por peões, tendo por fim manter distância do adversário. Um exemplar, com 16,1 cm x 2,2 cm, mostra forma fusiforme, base oca e fendida, para acabamento de haste, e conhece paralelo no Castelo Velho de Alcoutim, sendo integrável no século XI³⁰⁰. Deste armamento, utilizado até ao século XV, foi identificado um outro exemplar (S/Nº. Inv.), em ferro, apresentando dois orifícios para encaixe de pega, ou haste, para estoque (medidas: 35,8 cm x 4,3 cm).

²⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 467-468.

²⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 344.

²⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 345.

³⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 349.

Um **punhal** em ferro (S/Nº. Inv.), concrecionado, mostra zona que seria encaixada na pega; e uma **faca** em ferro de perfil alongado (Nº. Inv. 1664), encontra-se incompleta.

O uso da **besta** – a arma transportável de tipo neurobalística que conheceu uso mais difundido em Portugal sobretudo entre os peões – foi testemunhado através da identificação de um exemplar incompleto da respectiva **noz**, com 2,3 cm x 1,9 cm, em osso polido (Nº. Inv. 1661/34). Esse mecanismo de tipo roldana servia para armar a besta antes do respectivo disparo, e apresenta paralelo em Santarém³⁰¹ e em Beja³⁰², sendo integrável no século XI-1ª metade do século XII. Ressalve-se, contudo, que este armamento foi utilizado até ao século XVI.

Foram identificadas seis **pontas de virote de besta** em ferro (Nº. Inv. 1658), com medidas variáveis entre os 5,7 cm e os 7,5 cm, presumivelmente datáveis do séc. XIV-XVI. Apresentando similitudes com os exemplares recolhidos nos castelos da Guarda e de Faria (Barcelos), estas peças destinavam-se ao tiro de besta, cuja potência, rigor e fiabilidade eram superiores ao tiro de arco³⁰³.

Relembrem, aliás, um acontecimento durante o cerco de 1384, em que “deu huñ viratom pello rrosto a Joham Affomso filho dAffomso Esteevz da Azãhuja, de que morreo esse dia. (...)” e “(...) dous beesteiros, huñ da villa e outro do arreall, tirarom huñ ao outro; e daquell primeiro tiro, sse açertarom ambos, e forom logo mortos”³⁰⁴. Encontra-se documentada, por João Pedro Ferro, a existência de um escrivão, de um meirinho e de um porteiro dos besteiros em 1497; e de um total de cerca de cinquenta besteiros no concelho, a essa data³⁰⁵.

As armas de arremesso/neurobalística estão representadas no castelo de Alenquer por **projécteis de catapulta** e de **funda** lançados, através de técnicas de

³⁰¹ Carla do Carmo Lopes e Maria de Magalhães Ramalho, “Presença Islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém”, in *Garb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Ministério da Cultura/IPPAR/Junta de Extremadura, 2001, p.77.

³⁰² Andrea Martins *et alii*, “Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 13, 2010, pp. 145-165.p. 158.

³⁰³ Mário Barroca *et alii*, *op. cit.*, pp. 396-406, entre as quais se contam os exemplares de Alenquer.

³⁰⁴ Paulo Jorge Agostinho, *op. cit.*, p. 197.

³⁰⁵ João Pedro Ferro, *op. cit.*, pp. 246-268.

impulso/propulsão, por armas de arremesso feitas em corda, couro ou outros materiais, bem conhecidos pelos exércitos romanos, e cujo uso foi registado por Vegécio³⁰⁶.

A utilização de armas de sítio no castelo de Alenquer encontra-se documentada pelos **projecteis de catapulta** - armamento de sítio - existentes na colecção. De calcário, e dimensão variável (N.ºs Inv. 1929, 2194/1, 2194/2, 2194/3, 3799/1, 3799/2 e 3799/3, 3802), foram presumivelmente empregues nos séculos XII-XIII, durante os quais ocorreram vários cercos, sendo a sua cronologia extensível até ao século XV. Estes engenhos de torsão com alavanca encontram-se, igualmente confirmados, entre outros, nos castelos de Tomar, Silves (em finais do século XII) e Torres Vedras (século XIV?)³⁰⁷.

Os nove **projecteis de funda** reconhecidos na colecção, em calcário e com um diâmetro médio de 3,0 cm (N.ºs. Inv. 1963/19 e 1963/21-28), apresentam paralelo em diversos sítios militares portugueses, nomeadamente no castelo de Silves³⁰⁸, datáveis do século XIII.

A cavalaria encontra-se confirmada pela presença de **arreios** para cilhar, duas **esporas e ferraduras** em ferro.

Sabemos que os equídeos assumiram particular importância na vida do Homem, mormente durante a época medieval em consideração da composição das hostes, com inúmeros homens de armas, entre os quais os cavaleiros. Para montar correctamente o cavalo mostrava-se necessário o **arreio** do animal, *item* a que pertenceriam alguns elementos metálicos identificados (N.ºs Inv. 1664 e 1876), assim como a ferragem da borda da parede do casco com **ferradura**, com vista à protecção e aprumo do pé, indispensável quando o desgaste do casco é exagerado, nomeadamente por uso contínuo em terreno acidentado ou pedregoso. Já no que se refere às esporas – conhecidas no período romano – vão conhecendo alterações e adaptações à anatomia do pé, com vista a um uso mais confortável e capaz na arte de cavalgar³⁰⁹.

Nesse seguimento se inserem as duas **esporas** de roldana em ferro identificadas no acervo (N.º. Inv. 5295), uma delas com 16,1 cmx9,2 cm e apresentando seis puas,

³⁰⁶ Tradadista tardo-romano. Sobre a sua obra veja-se, sem prejuízo de outros, João Gouveia Monteiro, “Vegécio e a prática militar: influência real e condicionalismos”, in *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.s. VII, Coimbra, 2009, pp. 69-118.

³⁰⁷ Mário Barroca *et alii*, *op. cit.*, pp. 409-416.

³⁰⁸ Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, *op. cit.*, p. 143.

³⁰⁹ Paulo Jorge Agostinho, *op. cit.*, p. 300.

que apresenta paralelos com uma congénere exumada do castelo de Faria, em Barcelos; e uma outra, com igual curvatura lateral, que se mostra sem talão e com os dois braços fragmentados. Ambos exemplares são inseríveis no século XIV³¹⁰.

Como já atrás referimos, as estruturas fortificadas/castelos possuíam estruturas de apoio à actividade militar, nomeadamente estrebarias e cavalariças, não sendo, pois, de desconsiderar que também a praça-forte de Alenquer as tivesse tido.

3.1.6. Época Contemporânea

Os objectos de culto e superstição encontram-se aqui representados através de uma cruz de calvário (Nº. Inv. 4948) e de uma figa.

A **cruz de calvário** em liga de cobre, apresentando Cristo em vulto perfeito, mostra “INRI” numa cartela que encima a cabeça e, no braço esquerdo, um pequeno monte com três caveiras. Este exemplar, para culto religioso, com 0,43 cm x 0,26 cm, encontra-se destituído do braço direito e mostra orifício para suspensão. Conhece paralelo no castelo de Castelo Branco³¹¹, datável do século XVII-XVIII.

A superstição encontra-se representada por uma **figa** em osso (Nº. Inv. 1665/19), constituída por uma pequena mão fechada com o dedo polegar enfiado entre o dedo indicador e o dedo do meio. Apresenta orifício para ser utilizado como pendente, revelando uso como amuleto. Este exemplar conhece paralelo com um congénere, de proveniência indeterminada, integrado nos séculos XVIII/XIX³¹².

Naquilo que concerne a vestuário reconheceu-se a presença de **botões** em osso (Nº. Inv. 1665 e 4948) e em cobre (Nº. Inv. 1884/21, 1884/22, 1884/23 e 1969/13).

Os botões em osso conhecem paralelo em Beja³¹³ e no Forte de São João Baptista (Machico), datáveis do período compreendido entre o século XVII e XVIII.

³¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 300.

³¹¹ Carlos Boavida, “Artefactos Metálicos do Castelo de Castelo Branco (Portugal)”, in *Açafa On-line nº 4*, Associação de Estudos do Alto Tejo, 2011, p. 25 [Em linha] [disponível em http://www.altotejo.org/acafa/docsn4/Artefactos_metalicos_do_castelo_de_C_Branco.pdf (consultado em 22/08/2016)].

³¹² Cf. <https://www.museudodinheiro.pt/uploads/2015/12/roteiro-de-pecas-arqueologicas-em-exposicao.pdf> (consultado em 28/03/2017).

³¹³ Andrea Martins *et alii*, “Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 13, 2010, p. 159.

São, ainda similares ao identificado por Guilherme Cardoso em contexto funerário na Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Cadaval que, por sua vez, apresenta analogia com outros recolhidos por esse arqueólogo em Cascais e Alcabideche, em contextos de necrópole datáveis de entre o século XVIII e XIX³¹⁴. A presença destes elementos encontra-se testemunhada em inúmeros arqueossítios de cronologia moderna e contemporânea como sejam, por exemplo, o Castelo de Montemor-o-Novo (MNCAS[5/07]0780)³¹⁵.

Distintos em forma e tamanho, têm forma circular, ligeiramente achatada, com 2,1 cm de diâmetro, forma ligeiramente côncava; configuração circular e forma circular, ligeiramente achatada - constatando-se, efectivamente, que a *Cada botão sua casaca*³¹⁶ -, os botões em cobre do castelo de Alenquer apresentam paralelo com exemplares recolhidos em outros arqueossítios, como sejam o castelo de Castelo Branco e, em contexto insular, nos Fortes de São Baptista e de S. José, na Ilha da Madeira, reconhecendo-se a sua frequência em contextos militares, nomeadamente em estratos datados dos séculos XVII-XIX³¹⁷.

Estes objectos podiam ser usados polidos ou forrados de tecido, tanto no vestuário masculino militar quanto civil. Permitem-nos a abordagem das indumentárias a que estariam associados, especialmente na da fidalguia, cuja moda, a partir do século XVII, incluía, entre outras, as seguintes peças: gibão curto; a véstia, um casaco longo, até perto dos joelhos, com botões na parte da frente; o *justaucorps*, que sobrepunha a véstia, profusamente decorado com botões na parte da frente, na abertura das costas, nos bolsos e nos punhos, muito utilizado até ao século XVIII³¹⁸.

O uso destes botões na parte da frente de casacas, nos seus bolsos e punhos – a que corresponderão as abotoaduras³¹⁹ – encontra-se representado na iconografia, desde meados do século XVII até ao século XIX. Vejam-se, por exemplo, as gravuras que

³¹⁴ Guilherme Cardoso, *op. cit.*, 2007, p. 40.

³¹⁵ Consultável em <http://montemorbase.com/basedados.php?Page=28>. (consultado em 29/03/2017).

³¹⁶ André Teixeira e Luís Serrão Gil, “Cada botão sua casaca: indumentária recuperada nas escavações arqueológicas da fragata *Santo António de Taná*, naufragada em Mombaça em 1697”, in *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Volume 2, Centro de História de Além-Mar, 2012, pp. 671-682 [Em linha] [disponível em http://www.academia.edu/2411156/Cada_bot%C3%A3o_sua_casaca_indument%C3%A1ria_recuperada_nas_escava%C3%A7%C3%B5es_arqueol%C3%B3gicas_da_Santo_Ant%C3%B3nio_de_Tan%C3%A1_naufragada_em_Momba%C3%A7a_em_1697 (consultado em 29/03/2017)].

³¹⁷ Élvio Martins Sousa, *op. cit.*, 2011, p. 691.

³¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 672.

³¹⁹ Designação atribuída aos botões de pequena dimensão, de uso no punho de peças de vestuário masculino, e.g. casaca.

retratam os trajes masculinos ao gosto da moda francesa ditada pela Corte de Luís XIV (1643-1715), sob a Regência à Restauração (1715-1820)³²⁰; e a obra retratística de Domenico Pellegrini, e.g. “retrato de conde da Barca”, de início do século XIX³²¹.

Identificou-se um **fimal** em cobre (Nº. Inv. 19814), de formato quadrangular, apresentando bordadura decorada com motivos geométricos incisos (medidas: C. – 4,00 cm; L.M. – 3,2 cm; E. – 0,3 cm). Este exemplar apresenta paralelo com um congénere exumado em contexto insular, integrável no século XVIII³²².

De relevância no quotidiano, quer para registo e organização de informação quer como auxiliar na comunicação, também a prática da escrita se encontra representada no castelo de Alenquer, através da presença de um **tinteiro** (Nº. Inv. 1969/15). O exemplar reconhecido, de estanho e sextavado, apresenta decoração geométrica e vegetalista e tem paralelo com um tinteiro recolhido de um naufrágio identificado na baía da cidade da Horta (Ilha do Faial, Açores), potencialmente relacionado com um navio mercante de inícios do século XVIII – ao que tudo indica de nacionalidade inglesa –, que operou no Oceano Atlântico durante o 1º quartel do século XVIII. O estudo do espólio ali recolhido possibilitou assinalar, a par de um importante e variado material (nomeadamente de armamento, instrumentos de trabalho e de uso pessoal, e de um conjunto de presas de elefante), um tinteiro pariforme ao exemplar de Alenquer, mas que a falta de dados de investigação acerca, por exemplo, do circuito do navio, não permitiu ainda aferir da sua proveniência³²³.

Não obstante não sabermos da sua origem, a sua presença no castelo de Alenquer materializa fenómenos de deslocação e dinâmicas de mobilidade.

Cozinha e mesa encontra-se representada por um **cabo de talher**, provavelmente de faca, em osso polido (Nº. Inv. 1664). Tanto quanto se sabe que o acto de comer à mesa passava pela partilha de comida em pratos comuns, o uso da utensilagem individual, mormente de talheres, denota novos hábitos, tornados mais

³²⁰ Ludmila Kybalová, Olga Herbenová e Milena Lamarová, *Encyclopédie illustrée du Costume et de la Mode*, Gründ, Paris, 1989, pp. 189-260.

³²¹ Ludmila Kybalová, Olga Herbenová e Milena Lamarová, *op. cit.*, p. 21.

³²² Élvio Martins Sousa, *op. cit.*, p. 486.

³²³ José Bettencourt e Patrícia Carvalho, “A história submersa na baía da Horta: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos no “naufrágio do marfim” (primeiro quartel do século XVIII)”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Actas do V Colóquio (Maio, 2010), Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp. 145.

visíveis a partir de meados do século XVII; dado que até então muita da utensilagem era colocada no centro da mesa, para uso repartido.

Foram identificados **dedais** em folha de cobre, cujo corpo se encontra decorado com padrão regular por recartilhagem (Nº. Inv. 34919). Este último conhece paralelo com um exumado no Solar do Ribeirinho (Machico, Madeira), integrável em contexto dos séculos XVII-XVIII³²⁴, e no castelo de Penamacor³²⁵. Esses objectos, utilizados no processo de costura, serviam – tal como ainda hoje – à protecção à extremidade distal do dedo.

A presença de mobiliário na área do castelo de Alenquer confirma-se, entre outros, por uma dobradiça, pelo espelho de uma fechadura e por dois florões decorativos, em bronze, e um gancho.

O espelho da **fechadura** (Nº. Inv. 1969/8) apresenta decoração vazada de inspiração fitomórfica e medalhão central côncavo ao estilo oriental, ao gosto do século XVII ou dos inícios do século XVIII, conhecendo analogia com peça semelhante exumada na escavação do Palácio dos Marqueses de Marialva, em Lisboa³²⁶, e que espelha a disposição de recursos económicos razoáveis à aquisição de mobiliário ornamentado.

Elementos decorativos de mobiliário serão, igualmente, dois **florões** em bronze (Nº. Inv. 1969/11 e 1969/12). Um deles apresenta perfuração central, e a temática decorativa de ambos admite a sua inserção no período entre os séculos XVII-XVIII³²⁷.

3.1.7. Cronologia Indeterminada

De cronologia indeterminada foram identificados três **anéis** (Nº. Inv. 1881 e 1881/1), em bronze; e reconhecidas três porções de presuntivos **brincos**, constituídos por elos metálicos adornados com pequenas contas azuis, em pasta de vidro, para uso decorativo de orelhas (Nº. Inv. 1881 e 4948). Um dos anéis (Nº. Inv. 1884/1) parece

³²⁴ Élvio Martins Sousa, *op. cit.*, 2011, p. 669.

³²⁵ Silvina Silvério, *op. cit.*, 2007, p. 22.

³²⁶ Andreia Martins Torres, “O Mobiliário do Palácio Marialva (Lisboa). Discursos Socioeconómicos”, in *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Volume 1, Centro de História de Além-Mar, 2012, pp. 97.

³²⁷ Élvio Martins Sousa, *op. cit.*, 2011, p. 495.

apresentar semelhanças com um recolhido no Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande, que também apresenta incrustação, e é integrado por Élvio Sousa no século XVII³²⁸.

De adorno há, ainda a destacar as **contas** inventariadas com os N.ºs. 1881/10 e 1881/15, ambas ligeiramente achatadas, em cobre e em turquesa (?) respectivamente.

A necessidade de provimento de alimento patenteia-se pelo fragmento de uma **mó** em calcário (N.º. Inv. 1957) e de um **movente** em diorite (N.º. Inv. 3962), ambos de cronologia indeterminada. Curiosamente, este último trata-se do reaproveitamento de um machado polido pré-histórico, apresentando uma das faces plana, em resultado da impressão de movimento. Desse modo, julgamos poder tratar-se de um artefacto usado na moagem de cereais que, como é sabido, ocuparam lugar de destaque na dieta das populações.

Por outro, identificou-se um objecto atribuível à actividade de tecelagem: uma **fusaiola** (1884/21).

Foram identificados dois **moldes**, um deles contendo motivo cruciforme (N.º. Inv. 19231), e outro para fundição (N.º. Inv. 1650); uma **rela** (N.º. Inv. 1712).

Foram reconhecidos outros instrumentos, tais como duas **moedas**, cuja leitura não foi possível efectuar (S/ N.º. Inv.), dois **selos** para documentos em chumbo (N.º. Inv. 5014 e 2201/67), cuja leitura não nos foi possível realizar; e um **sinete**³²⁹ (N.º. Inv. 1969/2) em bronze. Ressalve-se que os selos em chumbo tiveram utilização desde época medieval, para diversas utilizações.

3.2. Ensaio sobre a colecção

Por tudo quanto atrás se elencou podemos afirmar que as escavações realizadas por Hipólito Cabaço no recinto superior da fortaleza de Alenquer e na área da Porta da Conceição proporcionaram, muito embora sem recursos metodológicos, importantes testemunhos representativos da utilização militar e civil daquele espaço em distintas épocas³³⁰.

³²⁸ *Ibidem*, p. 494.

³²⁹ Também no Castelo de Castelo Branco se reconheceu um cabo de sinete, cuja cronologia não se encontra aferida – Cf. Carlos Boavida, *op. cit.*, 2011, p. 14.

³³⁰ Vide anexo 15.

É perfeitamente aceitável que durante período pré-romano e durante o domínio romano ali tivesse existido um local de defesa/vigia. Recorde-se a alusão à descoberta de muitas moedas dos imperadores Trajano (98-117), Adriano (117-138), Antonino Pio (138-161), entre outros; e o testemunho de “cipós e mármores” postos a descoberto aquando do derrube da Torre de S. Priscos, depois integrados na estrutura da Capela da Senhora de Monte do Carmo, outrora existente na praça da vila, próxima ao castelo³³¹ que, conjuntamente com os abundantes achados feitos na área de Alenquer, indiciam uma forte presença romana na região, intensificada a partir do século I d.C..

Dali facilmente se controlariam importante eixos viários, fluvial e terrestre – como a via que ligava *Olisipo* a *Emerita Augusta*, por *Scallabis* –, importantes vias de comunicação e rotas de circulação de pessoas e bens.

E é também considerável que os visigodos, apoiando-se nas estruturas romanas, ali se tivessem instalado na Alta Idade Média; e que aí tivessem permanecido até à invasão da península ibérica pelos muçulmanos a partir de 711. Ademais, a hipótese da existência de uma estrutura militar islâmica, correspondente à primeira fase do dispositivo militar de Alenquer - de tipo torre atalaia, de pequena escala, para vigia do território e defesa do aglomerado populacional – já havia sido considerada³³².

Contudo, essa hipótese não pode ser clarificada, dado que os elementos potencialmente integráveis nesse período - as cerâmicas com decoração pintada a branco - conheceram prolongamento de uso até ao século XIV, tratando-se de elementos residuais.

A partir do século XIII, poderia considerar-se a presença humana neste espaço, através de elementos necessários às práticas quotidianas, como preparar alimentos e tomar refeições à mesa, entre outros. Contudo, muitos dos materiais podem remeter a cronologia mais dilatada, pelo que é difícil quando se adensa a ocupação deste espaço.

A persistência do uso do espaço é, igualmente, confirmada pelos objectos de uso pessoal ligados ao vestuário, seus complementos e adorno, como sejam os alfinetes de cabelo/tocado, brincos e pulseira que, sendo de uso feminino, nos reportam à presença de mulheres de categorias sociais nobres e privilegiadas,

³³¹ Bento Pereira do Carmo apud “Alemquer Histórica”, in *O Alemquerense*, nº 57, 07/02/1889. Estes,

³³² Márcio Beatriz, *op. cit.*, p. 97.

certamente esposas de alcaides, fidalgos, cavaleiros, escudeiros, vassallos, besteiros ou monteiros que acompanhariam os seus maridos³³³. A instalação dos homens do alcaide nas fortalezas juntamente com as suas famílias encontra-se, ademais, documentada³³⁴.

Na sua maioria esses objectos são datáveis da tardo-medievalidade/período moderno, não querendo isso dizer que as populações civis não se fixassem ali, pelo menos durante períodos de instabilidade, em que careciam de protecção e segurança. No estudo que efectuou dentro da valência da arqueologia da arquitectura, Beatriz que é no final do século XV que se conclui aquela que foi a maior fase de desenvolvimento da fortificação³³⁵.

A colecção em estudo permitiu, igualmente, identificar as relações comerciais no espaço peninsular, verificadas em tantos outros contextos arqueológicos. Veja-se, a este propósito, que as importações são confirmadas pelos fragmentos de cerâmica espanhola, importada da zona do Levante, e por um tinteiro de possível origem inglesa.

Muitos dos objectos reconhecidos na colecção Hipólito Cabaço são integráveis em primitivos usos em áreas habitacionais e em potenciais áreas de estruturas de apoio à actividade bélica, como sejam *e.g.* oficinas de ferreiros/armeiros, estrebarias/cavaliarias e outras necessárias ao aprovisionamento do espaço militar. Haveria certamente também áreas residenciais, locais de habitação das guarnições estacionadas no reduto militar. Tal encontra-se bem documentado em inúmeros castelos portugueses.

Todavia, dessas existências estruturais, os registos das intervenções arqueológicas apenas assinalam, genericamente, a existência de *construções fernandinas e pré-fernandinas* junto da *alcáçova pré-fernandina*³³⁶, além duma cisterna, essencial para a armazenagem de grandes quantidades de água potável, atendendo a que o abastecimento de água era, face aos longos períodos de cerco, um dos principais requisitos dos castelos e vilas amuralhadas. Muito embora a existência de uma cisterna no castelo de Alenquer se encontre documentada pelo registo da sua descoberta e limpeza, pelo rol dos objectos dali exumados e pela sua localização

³³³ Sobre a divisão e hierarquias sociais na Alenquer Medieval cf. João Pedro Ferro, *op. cit.*, 104.

³³⁴ Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, 2016, p. 120.

³³⁵ Márcio Beatriz, *op. cit.*, pp. 101-102.

³³⁶ Luciano Ribeiro, *op. cit.*, 1936, p. 64.

registada em planta, dela não resta nada visível actualmente, e do espólio dali exumado não se conhecem indícios.

Creemos que o material recolhido da cisterna possa ter sido mesclado com o restante espólio exumado nos diversos pontos do castelo explorados por Cabaço. Talvez o cabo de sinete reconhecido na colecção com o N.º Inv. 1969/2 corresponda ao “fragmento em metal que parece ter sido de uma campainha.”³³⁷; o dedal com o N.º Inv. 4919 seja o “dedal em cobre.”³³⁸; e uma das esporas identificadas a “Metade de um esporim em metal”³³⁹ elencados por Cabaço na *Relação das moedas e outros objetos encontrados na limpeza da Cisterna do Castelo de Alenquer. (na cisterna)*³⁴⁰. Será uma hipótese a considerar.

Confirmámos a existência de uma actividade de circunstância associada à indústria do osso ocorrida numa das estruturas defensivas do castelo de Alenquer adaptada a prisão, presídio que deverá ter funcionado até meados do século XVI, altura em que foi edificado um outro espaço, também na Vila Alta, junto à então existente Igreja Matriz de Santo Estêvão, para esse fim³⁴¹.

Segundo dados fornecidos por Luciano Ribeiro, do que restava de uma torre teriam sido recolhidos, a par de restos de enxergas e gargantilhas, *objectos da indústria do osso*, entre os quais reconhecemos agulhas de costura e de roca, estiletos, dados, e outros. Do conjunto de artefactos em osso animal reconhecido na colecção em apreço faz parte material em diversas fases de talhe.

Integrante do património das Rainhas, o castelo de Alenquer foi alvo de cercos e de ataques, de confrontos entre sitiadores e sitiados. Esse assédio militar encontra-se confirmado pela presença de armas de mão, como a adaga e o punhal; armas de haste, como a lança; armas de arremesso, como a funda e a besta; e armas de sítio, como a catapulta, maioritariamente integráveis na tardo-medievalidade e inícios da época moderna. Perante a ameaça de cerco era, pois, nestas fortificações que se refugiavam as populações.

³³⁷ CACMA, {Acta} 1927 Março 03 {Manuscrito}, AHMA (transcrição parcial).

³³⁸ Idem, *ibidem*.

³³⁹ Idem, *ibidem*.

³⁴⁰ Idem, *ibidem*.

³⁴¹ Sobre a edificação da nova cadeia, a expensas do município, vide Bento Pereira do Carmo, in *O Alemquerense*, n.º. 61, de 08 de Março de 1889, alude à edificação da cadeia às expensas do município (conforme Relatório do Alvará de 12 de Fevereiro de 1543).

Para isso, e para que a resistência aos cercos fosse bem sucedida, deveriam estar suficientemente abastecidas de víveres e de água. Depois, ali, as actividades multiplicavam-se, entre tarefas domésticas, profissionais e outras, de circunstância, como são demonstrativas as de trabalho do osso.

A actividade oleira encontra-se igualmente bem representada na colecção, através de um conjunto de trempes e de uma presumível rela. Esses primeiros objectos, usados como tripés para suporte de cerâmica no forno de cozedura e charneira de torno de oleiro, respectivamente, atestam a produção cerâmica na vila, documentada no Castelo de Alenquer desde 1212 através do Foral outorgado por D. Sancha: “os habitantes de Alenquer poderão ter livremente lojas e fornos de pão e de louça; e dos fornos de telha darão decima”³⁴²; aliás, actividade bem documentada através dos estudos de Guilherme Cardoso, para a qual terão, também, servido dois pequenos seixos, para alisamento de superfícies (N.ºs Inv. 1963/15 e 1963/16)³⁴³.

O conjunto material atesta a permanência e utilização do espaço até ao século XVIII, corroborando a formulação de Márcio Beatriz, conseguida através da análise dos paramentos da fortificação³⁴⁴.

³⁴² António de Oliveira Melo *et alii*, *op. cit.*, 1987, p. 310; e Guilherme Cardoso *et alii*, *op. cit.*, 2016, p. 56.

³⁴³ Guilherme Cardoso, João J. F. Gomes e Severino Rodrigues, “Aspectos da Produção de Cerâmicas Vidradas, em Alenquer, durante o Século XVI”, in *Catálogo da Exposição Temporária “Arqueologia no Distrito de Lisboa. Alenquer, Cadaval e Cascais”* (7 a 30 de Novembro de 2001, Lisboa), Assembleia Distrital de Lisboa, Lisboa, 2001, pp. 1-9.

³⁴⁴ Márcio Beatriz, *op. cit.*, p. 121. Segundo o autor, a partir da fase 4 (a última fase construtiva) conhece-se um retrocesso dos métodos construtivos.

CONCLUSÃO

Nas décadas de 20 e 30 do século XX Hipólito Cabaço realizou escavações em vários pontos do castelo de Alenquer, dos quais resultou avultado espólio arqueológico, muito fragmentado na sua maioria, e sem referência estratigráfica.

Homem de espírito voluntarioso, nascido numa família tradicional, Cabaço manteve em grande parte da sua vida a actividade que lhe permitia a “alegria de achar”, a Arqueologia. A ele se deve a descoberta de inúmeros sítios arqueológicos, que foi explorando sem recurso a métodos científicos, mas sempre com o apoio de rectarguarda de grandes nomes da arqueologia do seu tempo, com os quais encetou contactos próximos, como sejam Henri Breuil, Eugénio Jalhay, Afonso do Paço, Mendes Corrêa, entre tantos outros.

A narrativa dos trabalhos no castelo de Alenquer feita por Luciano Ribeiro indica, de forma lata, a descoberta de estruturas fernandinas e pré-fernandinas, bem como objectos em quantidade notável, enquadráveis nos dois estratos então observados, correspondentes à primeira e segunda dinastia. Uma parcela do espólio cerâmico foi apresentada por José Luís de Matos, que se centrou em formas completas de cerâmica comum, classificadas genericamente de medieval. O espólio manteve-se, pois, inédito na sua essência até ao presente.

O conjunto material em que centrámos o nosso estudo mostra importantes testemunhos da ocupação humana do “Monte do Castelo” em fase anterior ao próprio processo de encastelamento. O material, cuja análise se viu dificultada pela falta de elementos, pôde ser datado por comparação com outros recolhidos em sítios bem estudados, onde a cronologia é segura.

É indiscutível que a origem da Vila de Alenquer se deve, essencialmente, à reunião de um conjunto de características naturais capazes de proporcionar abundância, segurança e comodidade necessárias às populações que ali se fixaram. Quer pelas suas condições oro-hidrográficas, clima, fauna e natureza, quer pela sua localização geográfica entre dois importantes núcleos – Lisboa e Santarém –, Alenquer conheceu, à semelhança de outros núcleos habitacionais, um persistente assentamento de gentes desde, pelo menos, a Proto-História.

A importância física e estratégica do “Monte do Castelo” não terá sido subaproveitada por povos pretéritos nas suas orgânicas civis, administrativas e militares.

É provável que antes do processo de acastelamento tenha existido uma ocupação calcolítica do espaço posteriormente ocupado pela Porta da Conceição; e embora sendo escassos, e de datação incerta, os elementos sugerem que, antes da fundação do castelo, o *Sítio* terá conhecido ocupações primitivas, potencialmente desde a II Idade do Ferro.

Também a placa de cinturão, vestígio singular, não deixa clara a fundação do castelo; assim como também não fica claramente documentada a presença islâmica, mas apenas uma ocupação na 1ª. Dinastia como, aliás, já indiciavam os dados de Cabaço relativos às moedas.

Objectos como os copos e as jarrinhas mostram uma estandardização de formas, mostrando semelhança morfológica com exemplares integráveis em cronologias medievais plenas, mas cuja utilização perdurou no tempo durante a tardo-medievalidade. A sua presença em distintos locais do al-Ândalus poderá ser indiciadora de contactos comerciais ou, por outro lado, difusão de gostos e conceitos, atribuindo-se a reproduções regionais.

Tomado pelas forças cristãs de D. Afonso Henriques no ano de 1148, a fortaleza de Alenquer sofreu variados cercos, já atrás elencados. A vivência medieval cristã e moderna do recinto também se encontra representada. Veja-se, a exemplo, as candeias e todo um reportório que atesta a ocupação do local.

É indubitável que o material tardo-medieval e de inícios da época moderna documenta aquela que corresponderá à última fase de ocupação intensiva deste espaço com propósitos militares; e que a ocupação do espaço se terá dado, embora de forma pontual, até meados do século XVIII.

As evidências sugerem que o castelo tivesse importância no panorama nacional até ao século XV, e que o espaço tenha conhecido um progressivo abandono militar ao longo do século XVI. O advento de novas formas de guerra, com a adopção da pirobalística que exigiam novas estruturas defensivas, e a não adaptação da fortificação do castelo a essa nova realidade, terão ditado a sua decadência.

Os próprios materiais recolhidos da cisterna por Cabaço parecem indiciar que o seu entulhamento terá ocorrido no início da Dinastia Filipina, o que é já demonstrativo de que estaria em fase de abandono em finais do século XVI-inícios do século XVII.

Alguns fragmentos, provavelmente de superfície, são mais tardios e mostram continuidade da presença humana naquele local. É sabido que o seu ponto mais alto – denominado *Jogo da Bola* – foi utilizado como local de recreio no decurso do século XIX, e ainda no século XX; continuando o local a ser utilizado ainda aos nossos dias.

A heterogeneidade e a larga diacronia cronológica reconhecida na colecção – balizada entre o 1º/2º quartel do III milénio a.C. e a época contemporânea – levam a ponderar que parte do espólio seja residual, e possa ter sido exumado dos três silos identificados por Cabaço na área da alcáçova de Alenquer, e que se mostram na planta publicada de Luciano Ribeiro³⁴⁵.

A prática de armazenagem em silos – concavidades subterrâneas de configuração geralmente periforme –, para conservação de cereais e outros alimentos, vulgarizou-se durante a idade média; e os dados arqueológicos confirmam o seu entulhamento a partir do momento do seu desuso. Também essa realidade se encontra documentada no castelo de Alenquer.

Os dados arqueológicos em apreço corroboram que, muito embora vocacionado para a prática da guerra, o castelo medieval de Alenquer assumiu uma importante componente civil, política e administrativa. Confirmam-no os variados elementos relacionados com a esfera feminina e outros, de uso colectivo. A utilização da alcáçova é testemunhada pela presença de vários materiais reconhecidos na colecção em apreço, como sejam as produções exógenas, assim como os vários numismas a que aludem Cabaço e Ribeiro – da Dinastia de Avis (D. João I, D. Duarte I, D. Afonso V, D. João II, D. João III e D. Sebastião) e de Bragança (D. João V) –, exumados na cisterna, e os escassos exemplares identificados no acervo, datáveis dos séculos X-XVI.

Juntamente com outros castelos como, *e.g.*, os de Lisboa, Santarém, Torres Novas, assumiu importância na dominação da linha do Tejo. Implantado no topo de uma colina com pendor acidentado, mas com largo domínio visual, dali se avista, *e.g.*, o Tejo e parte da margem esquerda do seu estuário. Cumpriria, pois,

³⁴⁵ Esses três silos encontram-se documentos em planta, no desenho publicado por Luciano Ribeiro em 1936 (anexo 1).

convenientemente a sua função, provavelmente em estreita ligação com outras fortificações existentes na região, que utilizavam diversas formas de comunicação entre si, *e.g.*, sinais de fogo. Seria uma fortificação possante. Provam-no a resistência aos cercos de D. Afonso II em 1212, e das forças de D. João I em inícios de 1384.

A falta de metodologia apurada nos trabalhos desenvolvidos e as lacunas na hermenêutica aplicada à época são agentes das manifestas dificuldades sentidas na actualidade, tanto no conhecimento acerca do castelo e da cerca urbana de Alenquer, como no dos quotidianos das suas populações. Porém, e na realidade, a circunstância dos trabalhos arqueológicos não ter incidido na totalidade da alcáçova pode revelar-se como uma possibilidade de se obterem dados científicos fiáveis no futuro, nomeadamente, da sua data de fundação, campanhas de obras, estruturas de defesa e delimitação de áreas funcionais e privadas/residenciais, como os *apostamentos* para as guarnições – que se queria em número suficiente para assegurar a vigilância, defesa e o policiamento da fortaleza.

Foi um desafio extraordinário poder ver desfilar pelos nossos olhos séculos de História, testemunhos que, sendo anónimos, nos falam de gentes, das suas vidas e crenças, da morte, num lato período cronológico. Muitas são as dúvidas que restam, na medida em que o conjunto material em apreço somente reflecte uma pequena parcela da vivência na estrutura fortificada. Longe de estar concluído, este trabalho constituiu-se como mais uma achega no conhecimento da história local, bem como da região em que se integra, respondendo a algumas questões e deixando outras tantas por responder; e que, esperamos, futuros trabalhos arqueológicos possam vir a clarificar.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1. Imprensa

A Verdade, nº 1198, de 14/02/1943.

A Verdade, nº 1205, de 04/04/1943.

A Verdade, nº 1597, de 15/10/1950.

A Verdade, Ano 40, nº 2043, 1959.

Correio do Ribatejo, de 19/03/1960

O Alemquerense, nº 57, de 07/02/1889.

1.2. Documentação

SALAZAR ALONSO, Rafael, Alcaide Presidente del Ayuntamiento de Madrid, {Ofício} 1935 Abril 10 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, {Ofício} 1947 Abril 8 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

CABAÇO, Hipólito, {Rascunho de Carta} 1934 Outubro 24 {a} (Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior?) {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Notas} 1936 Outubro {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Carta} 1938 Abril 24 {a} Manuel Heleno {Manuscrito}, Arquivo Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (APMH/5/1/113 – APMH-1/54/CO/CX2/113).

_____, {Rascunho de Carta}, 1946 Julho 10 {a} Afonso do Paço (?) {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Rascunho de Carta} 1947 Janeiro 6 {a} Ministro da Guerra {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Rascunho de carta} s/d {a} (?), Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Rascunho de Carta} s/d {a} Ministro da Guerra {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

CABAÇO, Maria da Piedade, {Carta} s/d {a} Maria Amélia Pereira {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

Câmara Municipal de Alenquer, {Ofício} 1937 Julho 17 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (Nº. 521).

_____, {Ofício} 1938 Junho 28 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (Nº. 569).

_____, {Ofício} 1938 Julho 04 {a} Presidente da 4ª Secção da Junta Nacional de Educação {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (Nº. 604).

_____, {Ofício} 1940 Julho 26 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer {Nº 808}.

Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, {Acta} 1927 Fevereiro 24 {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Acta} 1927 Março 03 {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Acta} 1927 Março 10 {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

Comissão Concelhia das Comemorações Centenárias em Alenquer, {Ofício} 1940 Maio 24 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

Comissão Organizadora Festas do Espírito Santo, {Carta} 1945 Abril 2 {a} Coronel Linhares de Lima, Presidente da Junta de Província da Estremadura {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

CORRÊA, A. A. Mendes, {Ofício} 1946 Novembro 04 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (Proc. 1/27, N.º. 402).

DE JAUREGUI, María Francisca, {Ofício} 1947 Janeiro 23 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, {Ofício} 1970 Junho 04 {a} José Luís de Matos {Dactilografado}, Direcção-Geral do Património Cultural.

_____, {Ofício} 1970 Junho 20 {a} José Luís de Matos {Dactilografado}, Direcção-Geral do Património Cultural.

FARIA, António Machado de, {Ofício} 1935 Janeiro 26 {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

HELENO, Manuel, {Ofício} 1938 Maio 10 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (Of. N.º. 4.753).

_____, {Ofício} 1938 Maio 31 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (Of. N.º. 4764).

Instituto de Sintra, {Ofício-Convite} 1948 Agosto 12 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

JALHAY, Eugénio, {Carta} ? Agosto 14 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos Santos, {Ofício} 1935 Maio 14 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Ofício} 1936 Abril 21 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Ofício} 1936 Maio 6 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Ofício} 1936 Junho 1 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Postal} 1937 Outubro 31 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

LEISNER, Georg, {Carta} 1943 Dezembro 19 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

LEISNER, Georg; LEISNER, Vera, {Carta} 1944 Dezembro 29 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

MATOS, José Luís de, {Carta} 1970 Maio 08 {a} Director Geral do Ensino Superior e Belas Artes {Manuscrito}, Direcção-Geral do Património Cultural.

Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, {Informação} 1970 Junho 02 (JN9/1(24)) {Manuscrito}, Direcção-Geral do Património Cultural.

Ministério da Educação Nacional/Junta Nacional da Educação, {Parecer} 1970 Junho
12 {Manuscrito}, Direcção-Geral do Património Cultural.

PAÇO, Afonso do, {Carta} 1938 Fevereiro 02 {a} Ministro da educação,
{Manuscrito}, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

_____, {Carta} 1963 Abril 18 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, Arquivo
Histórico Municipal de Alenquer.

PEREIRA, Maria Amélia Horta, {Carta} 1969 Janeiro 21 {a} Maria da Piedade
Cabaço {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

PINTO, Rui de Serpa, {Carta} 1931 Agosto 17 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito},
Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Ofício} 1931 Agosto 31 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, Arquivo
Histórico Municipal de Alenquer.

_____, {Carta} 1931 Setembro 04 {a} Hipólito Cabaço {Manuscrito}, Arquivo
Histórico Municipal de Alenquer.

Presidente da Câmara Municipal de Alenquer, {Convite} 1940 Julho 16 {a} Hipólito
Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

RIBEIRO, Luciano José d'Oliveira, {Carta} 1934 Dezembro 23 {a} Hipólito Cabaço
{Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

SAVORY, H. N., {Ofício} 1963 Setembro 13 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado},
Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

Sessão de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, {Acta} Sessão nº.
17, 1935 Dezembro 19 {Manuscrito}, Associação dos Arqueólogos
Portugueses [Lisboa (PT/AAPP/ACTA/UIO192/0006, de 1934 a 1938)].

_____, {Acta} Sessão nº. 22, 1936 Dezembro 17 {Manuscrito}, Associação dos
Arqueólogos Portugueses [Lisboa (PT/AAPP/ACTA/UIO192/0006, de 1934
a 1938)].

_____, {Acta} Sessão nº. 24, 1937 Fevereiro 18 {Manuscrito}, Associação dos
Arqueólogos Portugueses [Lisboa (PT/AAPP/ACTA/UIO192/0006, de 1934
a 1938)].

_____, {Acta} Sessão nº. 25, 1937 Abril 22 {Manuscrito}, Associação dos
Arqueólogos Portugueses [Lisboa (PT/AAPP/ACTA/UIO192/0006, de 1934
a 1938)].

_____, {Acta} Sessão nº. 30, 1938 Abril 22 {Manuscrito}, Associação dos
Arqueólogos Portugueses [Lisboa (PT/AAPP/ACTA/UIO192/0006, de 1934
a 1938)].

2. Estudos

AAVV

*Del rito al juego. Juguetes y silbatos de cerámica desde el Islam hasta la
Actualidad*, Catálogo da exposição (Museu de Almería, Dezembro 2006-Fevereiro

2007 – Coord. Ana Dolores Navarro Ortega), Junta de Andalucía/Consejería de Cultura, 2006.

ACCIAIUOLI, Margarida

Os anos 40 em Portugal, o país, o regime e as artes «restauração» e «celebração», dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Vol. 1, Lisboa, 1991.

AGOSTINHO, Paulo Jorge

Vestidos para matar: o armamento de guerra na Cronística Portuguesa de Quatrocentos, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ALEXANDRE, Valentim

“O Processo de Independência do Brasil”, in *História da Expansão Portuguesa* (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), Volume 4, Círculo de Leitores, 1998.

ATHAYDE, Alfredo

“Ossadas pré-históricas da gruta dos refugidos”, in *Homenagem a Martins Sarmiento*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1933, pp. 31-36.

AZUAR RUIZ, Rafael

“Algunas notas sobre el candil de cazoleta abierta y de pellizco, hispanomusulmán”, in *Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Ministerio de Cultura/Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Madrid, 1996, pp. 180-183.

BARBOSA, Ernani

Alenquer nas épocas Pré e Proto-históricas, dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1955.

BARROCA, Mário, MONTEIRO, João Gouveia, SOLER DEL CAMPO, Alvaro

Pera Guerrejar: Armamento Medieval no Espaço Português (séc. IX-XV), Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Palmela, 2000.

BASTOS, Mário Jorge

“Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como Elemento do Proselitismo Cristão (Portugal, Séculos XIV/XVI)”, in *Tempo*, Vol. 2, nº. 3, Rio de Janeiro, 1997, pp. 183-205.

BETTENCOURT, José, CARVALHO, Patrícia

“A história submersa na baía da Horta: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos no “naufrágio do marfim” (primeiro quartel do século XVIII)”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Actas do V Colóquio (Maio, 2010), Núcleo Cultural da Horta, 2011.

BOAVIDA, Carlos

Castelo de Castelo Branco: Contributo para o Estudo de uma Fortificação da Raia Beirã, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

BOLAMA, Marquez D’Avila

Nova Carta Corográfica de Portugal, Vol.1, Typ. Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1909.

BRANDÃO, José M.

“Historiografia mineira. Contribuição para o estabelecimento de uma cronologia de factos relevantes na vida das minas de lignite de Alcanadas e Chão Preto (Batalha, Portugal)”, in *Actas do Simpósio Ibero-americano “Património geológico, arqueológico e mineiro em regiões cársicas”*, Batalha, 2007, pp. 181-192.

“Minas de Alcanadas (Batalha): prelúdio, fuga, final”, in *Actas das Jornadas Internacionais “Memórias do Carvão”*, Câmaras Municipais da Batalha e de Porto de Mós, 2015, pp. 331-358.

BREUIL, Henri, ZBYSZEWSKI, Georges

“Le Paléolithique de la collection de M. Hipolito da Costa Cabaço, a Alenquer”, in *Damianus a Goes*, nº 4, Lisboa, 1943, pp. 97-153.

BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Sofia, SOUSA, Maria João Sousa

“Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 10, nº. 1, 2007, pp. 317-343.

CABAÇO, Hipólito, JALHAY, Eugénio

Estela Funerária de Alenquer, sep. «Revista de Arqueologia», tomo 2º, fasc. IV, Lisboa, 1935.

CARDOSO, Guilherme, RODRIGUES, Severino

“Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais”, *Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, pp. 575-585.

CARDOSO, Guilherme; GOMES, João J. F.; RODRIGUES, Severino

“Aspectos da Produção de Cerâmicas Vidradas, em Alenquer, durante o Século XVI”, in *Catálogo da Exposição Temporária “Arqueologia no Distrito de Lisboa. Alenquer, Cadaval e Cascais”* (7 a 30 de Novembro de 2001, Lisboa), Assembleia Distrital de Lisboa, Lisboa, 2001, pp. 1-9.

CARDOSO, Guilherme

“A Igreja de Nossa Senhora da Encarnação do Cadaval. Trabalhos arqueológicos realizados em 2003”, *Arqueologia do Cadaval 3*, Cadaval, Museu Municipal do Cadaval, 2007.

CARDOSO, Isabel Vaz de Freitas Botelho

“Recolher obrigatório: uma imposição da noite medieval”, sep. *Revista Ciências Históricas*, vol. XIII, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1998, pp. 31-41.

CATARINO, Helena

“Cerâmicas Tardo-Medievais/Modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo na vila do Crato”, in *1^{as}. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo* (Tondela, 1992), Rainho&Neves, Lda, Santa Maria da Feira, 1995, pp. 129-136.

“História da cultura material de época islâmica e o exemplo de uma cozinha do Castelo Velho de Alcoutim (Algarve)”, in *Revista Portuguesa de História*, 37, Instituto de História Económica e Social, Universidade de Coimbra, 2005.

COLL I CONESA, Jaume, PUIG I VERDAGUER, Ferrán, SOLIAS I ARÍS, Josep M^o.

“Cerámica medieval aparecida en la ermita de Ntra. Sra. de Sales (Viladecans, Baix Llobregat, Barcelona)”, in *Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Ministerio de Cultura/Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Madrid, 1996, pp. 283-293.

CORRÊA, António Augusto Esteves Mendes

“A sepultura neolítica do Vale das Lajes e os eólitos da Ota”, in *Bulletí de la Assoc. Catalana d’Antrop., Etnolog. I Prehistoria*, Vol. III, Barcelona, 1925, pp. 117-146.

“Novas estações líticas em Muge”, in *Congresso do Mundo Português - Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*, Lisboa, 1940, pp. 111-127.

COVANEIRO, Jaquelina, CAVACO Sandra

“Entre Tachos e Panelas: a evolução das formas de cozinha (Tavira)”, in *Actas do Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (coord. Maria José Gonçalves e Susana Gómez-Martínez; Silves, 2012), Vol. 1, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, Gráfica Comercial de Loulé, 2016, pp. 377-386.

DIAS, Maria Manuela (coord.), GASPAR, Catarina

Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer) [Epigrafia do Território Português I], Centro de Estudos Clássicos/Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

DOMINGOS, José Batista Barreto, GOMES, João José Fernandes,

“Objectos Histórico-Arqueológicos de Alenquer no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses”, in *Actas das V Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1993), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1994, pp. 229-237.

FABIÃO, Carlos

“Um Século de Arqueologia em Portugal – I”, in *Al-madan*, IIª Série, nº 8, 1999, pp. 104-126.

Uma História da Arqueologia Portuguesa. Das origens à descoberta da Arte do Côa, Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, CTT Correios de Portugal, 2011.

FERNANDES, Isabel Cristina, CARVALHO, A. Rafael

“Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa nº. 4 da Rua do Castelo (Palmela)”, in *1ªs. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo* (Tondela, 1992), Rainho&Neves, Lda, Santa Maria da Feira, 1995, pp. 77-96.

FERNANDES, Isabel Cristina

“Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação”, in *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXVI, 2005.

FERREIRA, Ana Rita Marques

Arqueozoologia num contexto prisional. Métodos e Técnicas de trabalho do osso utilizados na prisão do Aljube – Lisboa na segunda metade do Século XVI, dissertação de Mestrado em Quaternário e Pré-História apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2006.

FERREIRA, Fernando Rodrigues *et alii*

Causas de Morte de Damião de Goes, Câmara Municipal de Alenquer, Soartes – artes gráficas, lda, 2006.

FERREIRA, Manuela Almeida

“O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa”, in *1^{as}. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo* (Tondela, 1992), Rainho&Neves, Lda, Santa Maria da Feira, 1995, pp. 151-161.

FERRO, João Pedro

Alenquer Medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo, Patrimonia Historica, Cascais, 1996.

GOMES, Hugo Parracho

O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa, 2012.

GOMES, João José Fernandes

“Um vaso campaniforme de Alenquer”, in *Setúbal Arqueológica*, Vol. IV, Assembleia Distrital de Setúbal, 1978^a, pp. 61-66.

“Loiças ante-campaniformes do Museu Municipal de Hipólito Cabaço – Alenquer”, in *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1978b, pp. 115-124.

“Alenquer. Encosta do Castelo de Alenquer”, *Informação Arqueológica*, nº. 6, 1984.

GOMES, João José Fernandes, DOMINGOS, José Batista Barreto

“Sítios Arqueológicos representados no Museu Municipal de Hipólito Cabaço (Alenquer). 2. Complexo Arqueológico de Ota”, in *Actas das V Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1993), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1994, pp. 7-15.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela

Palácio Almoada da Alcáçova de Silves (Museu Nacional de Arqueologia, 2001), Lisboa, 2001.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana

“A cerâmica islâmica no GHarb al-Ândalus”, in *A cerâmica islâmica em Portugal*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 2007, pp. 95-116.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino *et alii*

“Notas sobre la Cerámica en la Iconografía Cristiana del Norte Peninsular (SS. X-XII)”, in *Actas do Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (coord. Maria José Gonçalves e Susana Gómez-Martínez; Silves, 2012), Vol. 2, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, Gráfica Comercial de Loulé, 2016, pp. 68-83.

HENRIQUES, Guilherme João Carlos

A Vila de Alenquer, Fac-símile da edição de 1902, arruda editora, 2002.

Alenquer e Seu Concelho, Fac-símile da edição de 1873, arruda editora, 2005.

JALHAY, Eugénio, CABAÇO, Hipólito

“A espada de bronze do Moinho do Raposo (Alenquer): Subsídio para o estudo da época do bronze em Portugal”, in *Boletim de la Comission de Monumentos Historicos e Artisticos de Orense*, 14, Orense, 1944.

KYBALOVÁ, Ludmila, HERBENOVÁ, Olga, LAMAROVÁ, Milena

Encyclopédie illustrée du Costume et de la Mode, Gründ, Paris, 1989, pp. 189-260.

KOHLER, Carl

História do Vestuário, Martins Fontes, São Paulo, 1993.

LIBERATO, Marco

A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

LIBERATO, Marco, SANTOS, Helena

“Circulação de materiais setentrionais na Santarém Medieval”, in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (coord. Maria José Gonçalves e Susana Gómez-Martínez; Silves, 2012), Vol. 1, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, Gráfica Comercial de Loulé, 2016, pp. 461-465.

LUNA, Isabel, CARDOSO, Guilherme

“Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho do Concelho de Torres Vedras”, in *Actas do 3º Seminário do Património da Região Oeste* (Cadaval, 2004), Cadaval, 2006, pp. 99-112.

LOPES, Carla do Carmo, RAMALHO, Maria de Magalhães

“Presença Islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém”, in *Garb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Ministério da Cultura/IPPAR/Junta de Extremadura, 2001, pp. 31-87.

MACHADO, Raul

Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa, (texto latino de Damião de Góis), Livraria Avelar Machado, Lisboa, 1937.

MARTINS, Andrea *et alii*

“Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 13, 2010, pp. 145-165.

MARTINS, José Eduardo Ferreira, P.

Alenquer 1758. O Actual Concelho nas Memórias Paroquiais, arruda editora, 2008.

MARTINS, Miguel Gomes

Guerreiros de Pedra. Castelos, Muralhas e Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2016.

MATOS, José Luís de

“Notícia de uma Coleção de Cerâmica Medieval do Museu Hipólito Cabaço de Alenquer”, in *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970), Vol. II, Ministério da Educação Nacional/Junta Nacional da Educação, Coimbra, 1971, pp. 571-576.

“Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila”, in *Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, pp. 429-456.

MELO, António *et alii*

O concelho de Alenquer. Subsídios para um roteiro de arte e etnografia, Vols. 1 e 4, Câmara Municipal de Alenquer, Alenquer, 1989-1991.

MENDES, Henrique, PIMENTA, João, VALONGO, António

“Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira n.º 21. Centro Histórico de Santarém”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 5, n.º. 1, 2002, pp. 259-276.

MESTRE, Joaquim Figueira

“Olaria medieval de Beja. Contribuição para o seu estudo”, in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* (Lisboa, 1987), Campo Arqueológico de Mértola, Rainho&Neves Lda, Santa Maria da Feira, 1991, pp. 565-574.

MOREIRA, Álvaro de Brito

Museu Municipal Abade Pedrosa. Coleção Arqueológica, Câmara Municipal de Santo Tirso, 2007.

NETO, Maria João Baptista

Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-

1960), Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues, OLIVEIRA, António Resende de

“A mulher”, in *História da Vida Privada em Portugal* (Dir. José Mattoso), Círculo de Leitores, Col. Temas e Debates, 2011, pp. 300-323.

OLIVEIRA, António Resende de

“A sexualidade”, in *História da Vida Privada em Portugal* (Dir. José Mattoso), Círculo de Leitores, Col. Temas e Debates, 2011, pp. 324-347.

PAÇO, Afonso do

“Figurinha de barro da Pedra de Ouro”, in *Congresso do Mundo Português – Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal* (I Congresso), Vol. I, Lisboa, 1940, pp. 221-231.

“Uma vasilha de barro, de grandes dimensões, do “castro” de Vila-Nova-de-São-Pedro”, *Congresso Luso-Espanhol* (1942), Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Imprensa Portuguesa, Porto, 1943, pp. 132-143.

“Paleolítico de Alenquer”, in *Brotéria*, Vol. LXXXII, Lisboa, 1966.

“Castelo da Pedra de Ouro”, *Separata dos Anais*, 2ª Série, vol. 16, Lisboa, 1966, pp. 117-155.

PAÇO, Afonso do, CABAÇO, Hipólito

“Paleolítico das Caldas da Rainha”, in *Brotéria*, vol. LXXVIII, Lisboa, 1964, pp. 158-165.

PAULO, Leopoldina

“Restos humanos pré-históricos do Monte do Pedregal”, in *Congresso do Mundo Português – Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*, Vol. I, Lisboa, 1940, pp. 653-665.

PEREIRA, E., RODRIGUES, G.

Portugal: dicionário histórico, chorográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico, Vol. 1, João Romano Torres, Lisboa, 1904.

PEREIRA, Maria Amélia Horta

“6 machados do Castelo da Ota e 1 lâmina de punhal de S. João de Abrantes ou as Culturas do Cobre e do Bronze na bacia do Tejo”, in *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 1969, pp. 239-270.

“O Dolium Cinerário, com Skyphos vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer)”, in *Conimbriga*, IX, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1970a, pp. 45-74.

“Hipólito Cabaço”, in *Arqueologia e História*, 9ª Série, Vol. II, Lisboa, 1970b.

PONTE, Salete *et alii*

“Intervenção Arqueológica no Castelo de Tomar”, in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Ed. Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2001, pp. 423-438.

RAMOS, Carlos *et alii*

“O Castelo de Aljustrel – campanhas de 1989 e 1992”, in *Vipasca, Arqueologia e História*, nº. 2, série 1, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, 1993, pp. 11-40.

RAPOSO, Luís, SILVA, António Carlos

A Linguagem das Coisas. Ensaios e Crónicas de Arqueologia, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1996.

RAPOSO, Raquel Caçote

“Hipólito Cabaço e a arqueologia no concelho de Salvaterra de Magos: um contributo à luz do seu acervo epistolar”, in *Magos, Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*, nº. 2, 2015, pp. 51-69.

RETUERCE VELASCO, Manuel, ZOZAYA, Juan

“Variantes y constantes en la cerámica andalusi”, in *Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, pp. 315-322.

RIBEIRO, Carlos

Descrição do solo Quaternário das Bacias Hydrographicas do Tejo e Sado,
Typographia da Academia Real das Sciencias, 1866.

RIBEIRO, Luciano

“Duas matrizes sigilares encontradas em Alenquer”, in *Arqueologia e História*,
série 6, Vol. 10, Lisboa, 1932, pp. 95-101.

“Três matrizes sigilares”, in *Revista de Arqueologia*, t. I, fasc. IX. Lisboa,
1934, pp. 281-284.

Alenquer. Subsídios para a sua história, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de
Alenquer, Fac-símile da edição de 1936.

“Damião de Góis e a sua sepultura em Alenquer”, in *Boletim da Junta de
Província da Estremadura*, série 2, nº 9, 1945, pp. 197-203.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, DAVEAU, Suzanne

Geografia de Portugal. I - A posição geográfica e o território, Ed. João Sá da
Costa, Lisboa, 1987.

ROGEIRO, Filipe

Alenquer – Presépio de Portugal, Ferraz & Azevedo, Lda, Mem Martins, 2005.

ROSAS, Lúcia

“A Génese dos Monumentos Nacionais”, in *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010* (coord. Jorge Custódio), Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 2010, pp. 41-46.

SANCHEZ-PACHECO, Trinidad, GIRAL, Maria Dolores

Cerâmica Espanhola, dos Árabes a Miró nas colecções do Museu de Cerâmica de Barcelona (Museu Nacional do Azulejo), IPM, 1996.

SANTOS, José Rui

Um olhar sobre o quotidiano de Évora no período medieval – islâmico. Séculos VIII a XI, dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora, 2015.

SANTOS, Manuel Farinha dos, ROLÃO, José Manuel

“Paleolítico Superior Tardio da Jazida do Camarnal (Alenquer)”, in *Actas das V Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1993), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1994, pp. 25-30.

SANTOS, Maria José Azevedo

“O Azeite e a vida do homem medieval”, *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2006, pp. 139-158.

SILVA, Ricardo Costeira da

“”Traços Mouriscos” na cerâmica do século XV do antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro)”, in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*(coord. Maria José Gonçalves e

Susana Gómez-Martínez; Silves, 2012), Vol. 2, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, Gráfica Comercial de Loulé, 2016, pp. 924-927.

SILVÉRIO Silvina, BARROS, Luís de, TEIXEIRA, André

“Escavações arqueológicas no castelo de Penamacor/Cimo da Vila: resultados da primeira campanha (2003)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7, n.º 2., 2004, pp. 473-540.

SILVÉRIO, Silvina, BARRADAS, Elisabete,

“A Cerâmica Medieval e Tardo-Medieval na Beira Interior: Materiais provenientes dos Castelos de Castelo Novo e Penamacor (Sécs. XII-XVI)”, in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (coord. Maria José Gonçalves e Susana Gómez-Martínez; Silves, 2012), Vol. 1, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, Gráfica Comercial de Loulé, 2016, pp. 180-187.

SIMÕES, Maria Miguel Lucas

As regiões de “Torres” e “Alenquer” no contexto do calcolítico da Estremadura portuguesa, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.

SOARES, Fernando Luso

A Vila de Alenquer – Ensaio Historiográfico, Tip. Couto Martins, Lisboa, 1941.

SOUSA, Élvio Martins

Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Ilha da Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII), dissertação de Doutoramento em História,

Especialização em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

THIRIOT, Jacques

“Figurines humaines et animalières de terre cuite du XIVe siècle des fouilles du Petit Palais à Avignon”, in *Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Ministerio de Cultura/Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Madrid, 1996, pp. 59-68.

TORRES, Cláudio

Um forno de cerâmica dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa, Mata da Machada – Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Barreiro, 1980.

TORRES, Cláudio, PALMA, Manuel P., REGO, Miguel, MACIAS, Santiago

“Cerâmica islâmica de Mértola – propostas de cronologia e funcionalidade”, in *Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, pp. 497-536.

VENÂNCIO, Luís

Alenquer – Concelho Multissecular e Monumental, Sporting Clube de Alenquer, 1983.

VIEIRA, Ana Isabel

“Cerâmicas dos séculos XIV a XVI do Castelo de Sesimbra”, in *O Arqueólogo Português*, Série V, 1, 2011, pp. 657-687.

3. Webgrafia

ABREU, João Manuel Ferreira

Necrópoles Romanas do Território Português, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://dited.bn.pt/30754/1741/2190.pdf> (consultado em 10/01/2015)].

ARAÚJO, Ana Cristina

“Casal da Prata (Camarnal, Alenquer)”, in *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação*, Trabalhos de Arqueologia 39, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2004, pp. 37-43 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/trabalhosdearqueologia/39/3.pdf> (consultado em 15/03/2015)].

BARBOSA, Ernani

“O Castro da Pedra de Ouro (Alenquer) ”, in *O Arqueólogo Português*, III, 2^a série, Lisboa, 1956a, pp. 75-85 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_2/volume_3/pedra_ouro.pdf (consultado em 25/01/2015)].

“O Castro de Ota (Alenquer)”, in *O Arqueólogo Português*, III, 2^a série, Lisboa, 1956b, pp. 117-124 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_2/volume_3/castro_ota.pdf (consultado em 02/02/2015)].

BARBOSA, Inácio de Vilhena

As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d'armas, Typografia do Panorama, Vol. I, Lisboa, 1860 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://archive.org/details/ascidadesevillas01barb> (consultado em 02/02/2015)].

BATALHA, Luísa, CARDOSO, Guilherme

“Poço seiscentista no Vale de Alcântara (Santa Isabel, Lisboa)”, in *EMERITA - Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, 1, 2013, [Em linha] [disponível em www.emerita.pt (consultado em 23/03/2017)].

BEATRIZ, Márcio André Vidal

O Castelo de Alenquer. O contributo da arqueologia da arquitectura, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://run.unl.pt/handle/10362/13634> (consultado em 10/10/2014)].

BOAVIDA, Carlos

“Artefactos Metálicos do Castelo de Castelo Branco (Portugal)”, in *Açafa Online n.º 4*, Associação de Estudos do Alto Tejo, 2011 [Em linha] [disponível em http://www.altotejo.org/acafa/docsn4/Artefactos_metalicos_do_castelo_de_C_Branco.pdf (consultado em 22/08/2016)].

BRANCO, Maria Gertrudes

A Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da Colecção Hipólito Cabaço, Trabalhos de Arqueologia 49, Instituto Português de Arqueologia, 2007 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/shop/catalog/asset/trabalhos-de-arqueologia-49-a-pedra-de-ouro-alenquer-uma-leitura-actual-da-colecao-hipolito-cabaco/> (consultado em 15/11/2014)].

CARDOSO, João Luís

“O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, III Série, vol. 2, Lisboa, 2011, pp. 228-297 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6115> (consultado em 28/03/2015)].

CARDOSO, Guilherme; GOMES, João José Fernandes; RODRIGUES, Severino; BATALHA, Luísa

“Produção Oleira Renascentista na Bacia Hidrográfica do Baixo Tejo: a Produção de Cerâmicas Vidradas em Alenquer, durante o Século XVI”, in *Al-madan online*, Tomo 2, IIª série (20), 2016, pp. 54-63.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

Geografia – Superfície, limites e orografia [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-alenquer.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=320ebbee-fa9d-42c0-b2b1-c5a413e718d2> (consultado a 06/01/2015)].

Património natural [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-alenquer.pt/Catalogs/ListEntities.aspx?category=22> (consultado a 06/01/2015)].

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (UNIARQ)

Projecto FETE – Indígenas e Fenícios no Estuário do Tejo [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://www.uniarq.net/projecto-fete.html> (consultado em 10/01/2015)].

CENTRO DE INFORMAÇÃO GEOESPACIAL DO EXÉRCITO

Carta Militar de Portugal, folha N.º 376 (Alenquer). [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://www.igeoe.pt> (consultado a 06/01/2015)].

COSTA, António Carvalho da, P.

Corografia portugueza, e descripçam topografica do famoso reyno de portugal, com as notícias das fundações das cidades, villas, & lugares [...] & outras curiosas observaçoens (2ª ed.), Tomo III, Typ. Domingos Gonçalves Gouvea, Braga, [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: http://purl.pt/434/4/hg-1067-v/hg-1067-v_item4/hg-1067-v_PDF/hg-1067-v_PDF_24-C-R0150/hg-1067-v_0000_capa-671_t24-C-R0150.pdf (consultado a 10/04/2015)].

COSTA, Miguel

Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia, dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010 [Em linha] [Disponível em WWW: <URL <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18169> (consultada em 18/03/2015)].

DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO

Decreto-Lei nº. 27424, de 31/12/1936 – Comissão Municipal de Arte e Arqueologia (Código Administrativo 1936) [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://dre.pt/application/file/a/331697> (consultado em 04/12/2016)].

Decreto nº. 40361, de 20/10/1955 – Classificação do Castelo de Alenquer como Imóvel de Interesse Público [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1955/10/22800/09140915.pdf> (consultado em 08/01/2015)].

Decreto nº. 516, de 22/11/1971 – Classificação de Vila Nova de São Pedro como Monumento Nacional [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1971/11/27400/17981799.pdf> (consultado em 09/01/2015)].

Decreto n.º. 29/90, de 17/07/1990 – Classificação da Pedra de Ouro como Monumento Nacional [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1990/07/16300/29722974.pdf> (consultado em 08/01/2015)].

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Arquivo Leisner – Correspondência com Hipólito Cabaço [Em linha. [Disponível em WWW: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/recursos/arquivos-dgpc/arquivo-leisner/> (consultado a 05/01/2015)].

FERNÁNDEZ GARCÍA, Susana

“Los Puñales tipo “Porto de Mos” en el Bronce Final de la Península Ibérica”, in *Complutum*, 8, 1997, pp. 97-124 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/viewFile/CMPL9797120097A/29803> (consultado em 20/01/2015)].

GASPAR, Jorge

“Os portos fluviais do Tejo”, in *Finisterra*, V, 10, 1970, pp. 153-204 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2440/2077> (consultado a 09/09/2016)].

GOMES, Rosa Varela

“A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas”, in *O Arqueólogo Português*, série V, 2, Lisboa, 2012, pp. 13-75 [Em linha]. [Disponível em WWW:<URL:http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_5/volume_2/a_arqueologia.pdf (consultado em 16/05/2016)].

HISPANIA EPIGRAPHICA ONLINE

Tríplice sepultura proveniente da Necrópole de Paredes [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=alenquer&rec=20915 (consultado em 18/02/2016)].

LOPES, André Texugo

O 4º e o 3º milénios a.n.e. no sítio da Ota (Alenquer). Perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/25959> (consultado em 18/01/2017)],

LOURENÇO, José Henrique Leitão

A Indústria na Vila de Alenquer (1565-1931), dissertação de Mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3559> (consultado a 02/04/2015)].

LOURINHO, Inês

1147. Uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1776> (consultado em 23/12/2016)].

MANTAS, Vasco Gil

“A estrada romana de *Olisipo* a *Scallabis*. Traçado e vestígios”, in *Cira Arqueologia Online. CIRA-ARQUEOLOGIA I – Atas Mesa Redonda “De Olisipo a Ierabriga”*, Câmara Municipal Vila Franca de Xira/Museu Municipal Vila Franca de Xira, 2012, pp. 7-23 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: [121](http://www.cm-</p></div><div data-bbox=)

vfxira.pt/uploads/document/file/895/Cira_Arqueologia_N_1.pdf (consultado a 25/03/2015)].

“O Miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados”, in Cira-Arqueologia, N.º. 5, Câmara Municipal Vila Franca de Xira/Museu Municipal Vila Franca de Xira, 2016/17, p. 77 [Em linha]. [Disponível em [WWW: <URL: https://www.cm-vfxira.pt/frontoffice/pages/2492](http://WWW:<URL: https://www.cm-vfxira.pt/frontoffice/pages/2492) (consultado a 17/09/2017)].

MARTINS, Andrea, NEVES, César, ALDEIAS, Vera

“Arqueologia Medieval-Moderna - os silos da Avenida Miguel Fernandes – Beja”, pp. 1-9 [Em linha] [disponível em http://www.academia.edu/1397296/2010_Arqueologia_Medieval-Moderna_os_silos_da_Avenida_Miguel_Fernandes_Beja (consultado em 27/03/2017)].

MONTEMORBASE

<http://montemorbase.com/basedados.php?txtKeyword=alfinete&submit=submit>. (consultado em 28/03/2017).

<http://montemorbase.com/basedados.php?Page=28> (consultado em 28/03/2017).

MUSEU DO DINHEIRO

<https://www.museudodinheiro.pt/uploads/2015/12/roteiro-de-pecas-arqueologicas-em-exposicao.pdf> (consultado em 28/03/2017).

PAVIANI, Aldo

“Alenquer, aspectos geográficos de uma vila portuguesa”, in *Finisterra*, Vol. VIII, n.º. 5, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1968, pp. 32-78 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL: <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2512/2140> (consultado a 05/11/2014)].

PORTOCARRERO, Gustavo

“Fivelas de cinturão visigóticas da coleção estrada (séc. V- VIII d.C.): formas e simbolismos identitários, sócio económicos e funerários”, in *Actas das II e III Jornadas Internacionais do MIAA*, Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes, pp. 47-54 [Em linha] [disponível em http://www.miaa.cm-abrantes.pt/atas_II_III.pdf (consultado em 02/08/2016)].

RIBEIRO, Maria

O povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda, dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 2013 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2685> (consultado em 20/02/2015)].

RIBEIRO, Maria, CARDOSO, João Luís

“Três décadas de escavações em Vila Nova de São Pedro (1937-1967), in *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2013, pp. 39-47 [Em linha]. [Disponível em WWW: <URL https://congressoaap.files.wordpress.com/2016/12/artigo_004c.pdf (consultado em 05/03/2015)].

SERRANO, Liliana,

Lucernas, candis e candeias. Para uma distribuição geográfica no território Português, dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011 [Em linha] [disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/19172> (consultado em 20/04/2016)].

SILVÉRIO, Silvina

Evidências Históricas do Castelo de Penamacor, Câmara Municipal de Penamacor/Museu Municipal, 2007, p. 24 [Em linha] [Disponível em http://www.cm-penamacor.pt/00_exposicoes/arqueologia.pdf (consultado em 18/06/2016)].

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

[Em linha] [Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6265 (consultado em 14/12/2014)].

TEIXEIRA, André, GIL, Luís Serrão

“Cada botão sua casaca: indumentária recuperada nas escavações arqueológicas da fragata *Santo António de Taná*, naufragada em Mombaça em 1697”, in *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Volume 2, Centro de História de Além-Mar, 2012, pp. 671-682 [Em linha] [disponível em http://www.academia.edu/2411156/Cada_bot%C3%A3o_sua_casaca_indument%C3%A1ria_recuperada_nas_escava%C3%A7%C3%B5es_arqueol%C3%B3gicas_da_Santo_Ant%C3%B3nio_de_Tan%C3%A1_naufragada_em_Momba%C3%A7a_em_1697 (consultado em 29/03/2017)].

TORRES, Andreia Martins

“As contas a bordo da fragata Sto. António de Taná: um exemplo de intercâmbios num mundo global”, in *História Revista*, Vol. 18, nº 2, Goiânia, 2013 [Em linha] [Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/29861> (consultado em 25/06/2016)].

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO DOCUMENTAL

Anexo 1 – Hipólito Cabaço, {Notas} 1936 Outubro {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

Anexo 2 – Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta} 1934 Outubro 24 {a} Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (?) {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

Anexo 3 – Afonso do Paço, {Carta} 1938 Fevereiro 02 {a} Ministro da Educação {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

Anexo 4 – Associação dos Arqueólogos Portugueses, {Proposta de Sócio} 1935 Junho 04 {de} Hipólito Cabaço.

Anexo 5 – Hipólito Cabaço, {Notas} 1937 Janeiro 17 {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer, in Raquel Raposo, op. cit., pp. 60-61.

Anexo 6 – Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta} 1946 Julho 10 {a} Afonso do Paço (?) {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

Anexo 7 – Proposta criação de um museu e biblioteca municipal anexa: Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, {Acta} 1927 Março 10 {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (transcrição parcial).

Anexo 8 – Relatório e descrição dos objectos encontrados na cisterna do castelo: Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, {Acta} 1927 Março 03 {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (transcrição parcial).

Anexo 9 – Câmara Municipal de Alenquer, {Ofício} 1938 Junho 28 {a} Hipólito Cabaço {Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (N.º. 569).

ANEXO ICONOGRÁFICO

Anexo 10 – Alenquer em finais do Séc. XIX (desenho do original por J. Christino), in *O Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Extranjero*, 7º Ano, Vol. VII, nº. 216, 21 de Dezembro de 1884, p. 284.

Anexo 11 – Planta de Alenquer, in João Pedro Ferro, op. cit., pp. 59-60.

Anexo 12 – Esboço geomorfológico da estremadura, com particularização da área em que se insere o *Sítio* em questão, in Carlos Bateira, op. cit., p. 58.

Anexo 13 – Planta do Castelo de Alenquer. Parte da Alcáçova de construção Fernandina (segundo Luciano Ribeiro), in João Pedro Ferro, op. cit., p. 51.

Anexo 14 – Planta do Castelo de Alenquer aos nossos dias, in Márcio Beatriz, op. cit., p. 27.

Anexo 15 – Reconstituição áreas intervencionadas por Cabaço.

Anexo 16 – Cronologias.

ANEXO DOCUMENTAL

«Dia 20-10-1936

Relatório

Abertura de uma vala paralela à linha Norte/Sul e trabalho de crivagem. Objectos encontrados: pontas de seta 8, inteiras, fracturadas 3, 2 furadores em metal e vários outros pedaços de metal sem feitio, 3 contas, 2 facas inteiras, 18 fracturadas, vários objectos de osso partido, 1 pequeno vaso, um raspador, bola de sílex, machados inteiros 2, partidos 3, placas inteiras 3, partidas 1.

José Gomes Moreira – 1 dia a 6\$50

José Costa – 1 dia a 6\$50

Maria Sousa – 1 dia a 3\$00

Maria Luísa – 1 dia a 3\$00

Zulmira Gomes – 1 dia a 3\$00

Adelaide Rosa – 1 dia a 3\$00

Total – 25\$00

Dia 21-10-1936

Relatório

Prosseguimento da abertura da vala e trabalho de crivagem como em dia anterior. Relação dos objectos encontrados: pontas de seta inteiras 7, partidas 6, vários objectos em metal, 1 conta, vários objectos em osso fracturado, facas inteiras 4, partidas 9, placas inteiras 3, partidas 4, machados partidos 6, inteiro 1.

José Moreira – 1 dia 6\$50

José Costa – 1 dia 6\$50

Maria Sousa – 1 dia 3\$00

Maria Luísa – 1 dia 3\$00

Adelaide Rosa – 1 dia 3\$00

Zulmira – 1 dia 3\$00

Dia 22-10-1936

Prosseguimento da abertura d vala, trabalho de crivagem. Objectos encontrados, pontas de seta inteiras 5, partidas 2, facas inteiras 2, vários objectos em metal, objectos em osso fracturado, placas partidas 5, machados partidos 3.

José Gomes Moreira – 1 dia 6\$50

José da Costa – 1 dia 6\$50

Maria Sousa – 1 dia 3\$00

Maria Luíza – 1 dia 3\$00

Adelaide Rosa – 1 dia 3\$00

Zulmira Gomes – 1 dia 3\$00

Dia 23-10-1936

Prosseguimento da abertura da vala, trabalho de crivagem. Relação dos objectos encontrados: pontas de seta inteiras 4, partidas 1, placas inteiras 2, partidas 2, facas partidas 6, contas 4.

Dia 24-10-1936

Prosseguimento da abertura da vala, trabalho de crivagem. Relação dos objectos encontrados: pontas de seta inteiras 12, partidas 6, facas inteiras 5, partidas 6, contas 7, alguns objectos em metal e outros que desconheço, placas inteiras 2, partidas 2, machados inteiros 1, partidos 2.

José Gomes Moreira – 1 dia 6\$50

José da Costa – 1 dia 6\$50

Maria Sousa – 1 dia 3\$00

Maria Luíza – 1 dia 3\$00

Adelaide Rosa – 1 dia 3\$00

Zulmira Gomes – 1 dia 3\$00

Dia 26-10-1936

Abertura da 2ª vala, trabalho de crivagem. Relação dos objectos encontrados: pontas de seta inteiras 8, partidas 5, facas inteiras 7, partidas 6, raspadeiras 8, contas 2, alguns metais, placas inteiras 1, partidas 1, machados inteiros 1, partidos 5.

Dia 27-10-1936

Continuação da abertura da vala, trabalho de crivagem. Objectos encontrados: machados inteiros 2, partidos 4, placas inteiras 4, partidas 5, pontas de seta inteiras 13, partidas 6, raspadeira 12, objectos de metal 2, facas inteiras 7, partidas 12, vários objectos.

José Gomes Moreira – 1 dia 6\$50

José da Costa – 1 dia 6\$50

Maria Sousa – 1 dia 3\$00

Maria Luíza – 1 dia 3\$00

Adelaide Rosa – 1 dia 3\$00

Zulmira Gomes – 1 dia 3\$00

Dia 28-10-1936

Trabalhos de prosseguimento da vala, trabalho de crivagem. Relação dos objectos encontrados: pontas de seta inteiras 8, partidas 2, raspadeiras 3, machados inteiros 1, partidos 2, dois objectos de metal.

José Gomes Moreira – 1 dia a 6\$50

José Costa – 1 dia a 6\$50

Maria Sousa – 1 dia a 3\$00

Maria Luíza – 1 dia a 3\$00

Zulmira Gomes – 1 dia a 3\$00

Adelaide Rosa – 1 dia a 3\$00

Dia 29-10-1936

Trabalhos feitos na vala, serviço de crivagem. Relação dos objectos encontrados: pontas de seta inteiras 8, partidas 4, facas partidas 6, facas inteiras 1, partidas 3, raspadeiras 2.

José Gomes Moreira – 1 dia 6\$50

José da Costa – 1 dia 6\$50

Maria Sousa – 1 dia 3\$00

Maria Luíza – 1 dia 3\$00

Adelaide Rosa – 1 dia 3\$00

Zulmira Gomes – 1 dia 3\$00

Dia 30-10-1936

Continuação da vala, serviço de crivagem. Objectos encontrados: pontas de seta inteiras 3, partidas 3, placas inteiras 1, partidas 3, facas inteiras 2, contas 1.

José Gomes Moreira – 1 dia 6\$50

José da Costa – 1 dia 6\$50

Maria Sousa – 1 dia 3\$00

Maria Luíza – 1 dia 3\$00

Adelaide Rosa – 1 dia 3\$00

Zulmira Gomes – 1 dia 3\$00»

Hipólito Cabaço, {Notas} 1936 Outubro {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

«Alenquer, 24 de Outubro de 1934

Meu Excelentíssimo Amigo,

Acuso seu favor de 9 do corrente que muito lhe agradeço e ao qual só hoje respondo por lhe querer dar informações mais completas sobre umas pesquisas que estava fazendo. Ossos das Aguas d'Alenquer – hoje despachei-lhe um caixote com eles, o que me parece ter sofrido lesão vai embrulhado em papel.

Pesquisas feitas:

Cabeço das Eiras – Pedra d'Oiro -» Castro ou estação eneolítica? Fica situado num Cabeço em forma de península de encostas abruptas menos do lado do istmo, no qual ainda existem as fundações de uma muralha bastante larga feita de grandes blocos de pedra sem argamassa. Este cabeço fica sobranceiro á aldeia da Pedra d'Oiro, d'este concelho e a uns 3 a 4 kilometros a poente de Alenquer.

Já ha alguns anos que tinha descoberto esta estação e por umas cavadelas que ali dei quando da descoberta achei silex e ceramica que me persuadiram ser de pedra polida; por falta de tempo e saúde não pude ali voltar para melhor identificação. Agora soube que o dono do terreno iria arrotea-lo este inverno. Como dahi resultará a destruição de tudo, resolvi ir ali a ver se poderia salvar algo e melhor identificar a época da estação. Assim fiz e da pequena area escavada e crivada, uns 300 m² mais ou menos, achei o que segue:

50 pontas de seta em silex umas com este formato , e outras mas mais deste último.

5 machados polidos em diorite, só um em bom estado.

1 goiva em diorite com o cortante em meia lua côncava.

1 ponta de lança em cobre? Decorada com uma nervura central e com a ponta e pedunculo partido.

2 pontas pequenas de arma de arremêço ou frontões em cobre?.

1 pequena faca em cobre? Muito interessante a meu ver, pois o formato é quae se d'algumas facas de silex encontradas ali.

3 contas em pedra.

2 conchas de berbigão furadas.

1 dente de porco furado.

Diversas facas em silex e fragmentos.

1 ponta de lança em silex e fragmentos d'outras.

6 placas de barro cosido com 4 furos e diversos fragmentos um dos quaes tem traços e pequenos furos incisos assim serão pêsos? serão ornamentos?.

Muitas lascas de silex.

Muitos restos de cosinha: conchas, primando as ameijoas e berbigões, muitos ossos de animais pois esta pesquisa tem rendido mais de 100 litros de ossos, apesar de faltar neles os ossos mais moles, o que parece indicar que estes romanos já tinham cães que os comiam.

Pelos ossos e dentes pude identificar boi entre estes um de grande corpolencia, porco, cabra ou carneiros, coelhos e muitos outros que não sei de que serão.

Muitos restos de ceramica, feita ha mão, sem ser torneada, nem os fragmentos com traços:

\\

Muito escaqueirada, nada se pode reconstituir, por alguns dos bordos parece tratar-se de loiça do campaniforme, de vasos de pequenas e media capacidade.

Gostava muito de descobrir, se possível, onde esta gente está enterrada, muito me obsequiava pois disendo-me como eram enterrados e que disposição e forma tinham os túmulos d'esta epoca, e em estações semelhantes onde era o local preferido para esse fim, se dentro do recinto do castro, se fora, em que horientação, que distancia, etc e todos os mais dados que julgue interessantes.

Ainda ali queria faser mais umas pesquisas mas os homens de Lisboa, por uma noticia vinda no Diário de Notícias, pela coscovilhice d'um correspondente que não conheço oficiaram administrador daqui para me aplicar o art. 10 da Lei que rege estas coisas, felizmente o homem era conhecido e me escapei, mas tive de parar por agora. Este Sr de Lisboa, não sei porquê, trasendo-me de ponta. Acho bem a Lei e que fosse rigorosamente aplicada a todos, mas só para mim acho muita honra, tanto mais que com o argumento das arroteias, pois fomento da cultura cerealifera, dentro de 3 anos aqui na

região tudo estará amanhado e todas essas velharias perdidas como em tantos locais tem já acontecido. Eu limito-me a salvar o que posso.

Eles tem mais sciencia e sabedoria que eu mas mais amor e carinho por estas antiguidades não tem. As poucas coisas que tenho coletado estão em logar seguro, todos as podem ver e estudar e o seu destino será o Museu Regional se o fizerem, ou caso contra, outro qualquer do Estado, o que sempre é bem melhor que serem destruidas sem proveito para alguém. Enfim, gente que não faz nem deixa fazer. A titulo de curiosidade lembra-se o ano passado da descoberta da caverna de Rio Maior? Jornaes falaram, sabios foram vêr, disseram muito interessante, agora não, a terra está húmida, no verão será, governo deu oito mil escudos para a exploração. Ha oito dias passei ao local da caverna, indaguei, disseram-me: mandaram tapar-lhe a boca a cal e areia, nunca mais cá voltaram, ha tempos sonhadores de tesoiros foram lá de noite, arrombaram, escavacharam, seguramente estragaram, autoridade tornou a mandar tapar. E lá está á espera que outros vão estragar o resto. São assim, avaros e comodistas, e contra isto? Batatas e paciencia.

Desculpe-me esta massada que lhe dou de ler tão longa carta e peço-lhe o favor de dar os meus respeitosos cumprimentos ao Exmº Sr Dr Mendes Correia e creia-me com a minha maior estima e consideração.

Parecia-me muito interessante o estudo da clacificação da forma d'etes castros, mas principalmente a do Castro da Pedra d'Oiro, se assim o entender está ao seu dispor e enviar-lhos-ei. Os restos humanos, se lhe interessarem também os envio.

Concheiro do Camarnal -> Pouco antes da morte do Exmº Sr Dr Serpa Pinto tinha-lhe mandado 2 caixotes com silex e fauna d'ali para ele proceder ao estudo e comparar com Muge. Quer que lhe mande tambem uma porção?»

Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta}, 1934 Outubro 24 {a} Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (?) {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.


 REGIMENTO
 DE 38
 TELEGRAFISTAS
 PARTICULAR
 VEREIS AMOR DA PATRIA, NÃO MOVIDO
 DE PREMIO VIL, MAS ALTO E QUASI ETERNO
 Camões-busladas, Canto I-Est.X

Meu Caríssimo
 Como melhores cumprimentos faço favor de fazer com a maior urgência e brevemente juntos, para tentar obter as autorizações antes do Carnaval.
 Creia-me m.º f.º grato
 Um x.º
 Afonso do Paço

Sr. Ministro da E. U.
 Excelên.ª

A respeito da Rec. In. T. de Associação dos Arq. Port. de reg.º procede nos próximos dias, férias de Carnaval e tempo a seguir, a pesquisas e escavações na freguesia do Vale de Alpendrede e outros que se encontram na vertente oriental de Serra de Fronte Jante, trabalhos estes que serão levados a cabo pelos Sr. Prof. Joaquim Furtado, Sr. J. Galvão, Sr. Afonso do Paço, Sr. Alvaro Cortal e Sr. Hipólito Calvão.

Pede a V.ª Ex.ª se digna conceder-lhe a necessária autorização.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
(REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS E ARQUEÓLOGOS CIVIS PORTUGUESES)

PROPOSTA PARA ADMISSÃO DE SÓCIO

Correspondente (*)

Nome: *Heopólito de Almeida da Costa Cabaco*
 Filiação: *Manuel da Costa Cabaco e
 Maria da Piedade de Almeida da Costa Cabaco*
 Naturalidade: *Aldeia Galega de Alenquer*
 Nacionalidade: *Portuguez*
 Residência: *Alenquer*
 Estado: *Casado*
 Profissão ou posição social: *Proprietario*
 Habilitações literárias ou científicas: *Curso de Comercio.*

Nota — (*) Efectivo ou correspondente.

Obras publicadas, de carácter arqueológico ou histórico:

*"A vida e termo de Alenquer" - crónica histórica: 1934.
 de colaboração com P.^o Eugénio Jalboy.
 "Arte funerária de Alenquer" - Lisboa 1938
 in "Revista de Arqueologia" Tomo 2: Foz. IV*

Obras publicadas, de outra natureza: *nenhuma*

Colectividades científicas a que pertence: *nenhuma*

Colectividades científicas a que pertenceu: *nenhuma.*

Recompensas honoríficas que possui: nenhuma.

Lisboa, 4 de Junho de 19 35

a) Hypólito de Almeida da Costa Cabaco.

PROPOSTO POR:

António Machado de Sá
Manuel Alves Costa

Eugénio Jalhay Alfredo de Sá

Luís Pedro

Aprovado em 27 de Junho de 19 35
por maioridade

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Augusto Soares de Costa

O SECRETÁRIO GERAL

a) António Machado de Sá de Sá (alves)

Número de ordem:

Associação dos Arqueólogos Portugueses, {Proposta de Sócio} 1935 Junho 04 {de} Hipólito Cabaço.

- «1. Arneiro dos Pescadores – picos
2. Concheiro da Flor da Beira – typo do da Fonte do Padre Pedro. Muito erodado e de pequena possansa. Recoberto por erosão das encostas confinantes.
3. Vale do Cocharrinho – picos
4. Ponte de Coelho – picos
5. Monte dos Ossos – concheiro
6. Cova da Onça – concheiro – estes 2 concheiros são contíguos. São do typo do da Fonte do Padre Pedro, embora muito maior area e possansa. O da Cova da Onça está quase destruído por o seu material ter sido aproveitado para as obras de defesa do Paul de Magos. O do Monte dos Ossos muito revolvido pela cultura. Está quasi todo ocupado pela plantação de videiras.
7. Local onde suponho tivesse existido o concheiro da Quinta da Sardinha, indicado por Carlos Ribeiro.
8. Cabeço dos Mórros – concheiro – typo do Cabeço d’Arruda e não devia ter tido menor area e tamanho. Agora, por ter sido aproveitado o seu material para obras de defesa em diversas épocas, só resta a parte inferior com uma possansa de 1 m a 1,50 m.
9. Magos de Baixo – Muitas conchas, predominando as ostras e muitas toneladas de escórias de fundição; mutos restos de cerâmica com características romanas. Julgo têr sido ferraria da época romana. Mas não vejo donde poderia têr vindo o minério para a alimentar. Julgo interessante indagar a origem do minério, o que farei se Deus me der vida e saude.
10. Magos de Cima – Consta-me que ali também há conchas, restos de paredes muito antigas, e que há tempo ali apareceram esqueletos e um santo em cobre. Julgo tratar-se tambem de restos romanos. Infelizmente nunca ali pude ir, pois sempre que estive em Magos de Baixo o Paul estava inundado não me permitindo a passagem para a outra margem.
11. Local onde foi construída a barragem da albufeira para irrigação do Paul de Magos. Na margem esquerda, na encosta do cabeço que faz o estreitamento do paul, estreitamento esse que foi aproveitado para a barragem, existia um pequeno concheiro do typo do da Fonte do Padre Pedro, do qual hoje nada se vê, por motivo das dictas obras. Nos cortes

feitos na margem direita do Paul, nas encostas onde foi retirado material para a dicta barragem aparecem camadas ou bolsadas de calhaus rolados que julgo eguais e de identica formação ao das encostas da ribeira da glória. Por falta de tempo não pude ver se por ali aparecem picos, mas acho provavel que tal facto sucêda.

12. Bicas – Benavente – Muitas lascas de sílex e quartzite, nada caracteristicos, sem restos de ceramica ou de cosinha, pela disposição em que se encontram parece-me tratar-se de fundos de cabanas, mas só uma exploração mais completa poderá fixar do que se trata e de que época são estes achados.

13. Porto de Sabugueiro – povoação romana. Cabeço da via Via Romana para Mérida.

Estudo o que até à data escavei sobre arqueologia na area compreendida na carta n° 18-C – esc. 1/50.000

Alenquer, 17 de Janeiro de 1937

{assinatura} (HCabaço)»

Hipólito Cabaço, {Notas} 1937 Janeiro 17 {Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer, in Raquel Raposo, *op. Cit.*, pp. 60-61ⁱ.

ⁱ Este manuscrito parece tratar-se de uma legenda, possivelmente de uma carta militar (a carta n° 18-C é, certamente, aludida por lapso, atendendo que essa referência diz respeito a área da Guarda), onde H. Cabaço assinalaria, com numeração, os locais intervencionados. Seria essa a carta apresentada por A. do Paço na Sessão de Pré-História da AAP de 18/02/1937?

«Consolação, 10/7/946

Meu presado amigo,

Desejo a sua bôa saude e agradeço seu postal.

Vi hoje no “notícias”, a noticia da sua ida e Exmº P. Jalhay a Mação e a descoberta do “Castelo Velho” do Caratão. Sobre este assunto envio-lhe os seguintes informes que julgo lhe deve interessar e bem ao Exmº P. Jalhay. Aí por volta de 1937 a 1938 fui a Mação por causa duma prospeção de oiro. Os afluentes do Tejo a nascente de Mação, transportam ainda oiro quando das enxurradas e ainda por ali trabalhar oireiros, quando da crise de trabalho. As 2 ribeiras a nascente do Caratão que se juntam perto dumas nascentes de aguas sulfurosas, a que chamam da Fadagosa, e mesmo na confluencia, acima dita, tirei eu por lavagens das areias.

Em 4 ou 5 bateias, perto de 1 grama d’oiro e uns oirei. Nos 2 que ali tabalharam, depois de eu ali estar, nesse mesmo banco d’areia, que lhes indiquei, tiravam por dia uma media de 50\$00 cada, pagando o oiro a 16\$00, o grama. O oiro é em pó muito fino e muito puro. Estou certo que uma exploração pelos métodos modernos pode ali auferir bons lucros. O oiro não vem de filões, mas sim de camadas do quaternário antigo que reveste até certa altitude as chãs dos montes e algumas encostas, (...) constituído por areias mais ou menos argilosas e de mistura, calhaus rolados, com granito e quartzite, alguns maiores que cabeças humanas, tudo isso vindo da meseta, quando o Tejo ainda corria, em nivel superior. A nascente da aldeia do Caratão, ao cimo da encosta, na coroadada do monte, que depois desce para a ribeira, existem enormes montões de calhaus, restos dos trabalhos de exploração mineira dos aluviões antigos.

Os exploradores, cavavam a aluvião, escolhiam os seixos. Estes que ali amontoavam eram enormes pargas e ainda ali se veem e as terras eram transportadas e lavadas na ribeira que esta no vale profino.

Quando havia chuvadas e agua no local também as lavavam ali no local da exploração, ainda ali se vê uma lagoa, uma albufeira, que servia para deposito das aguas dos montes e encostas superiores e talvez tambem recebem a agua da pequena ribeira que passa a poente do Caratão, captada muito a montante, e que para ali viria por rêgo, a meia

encosta. Tentei saber no local dos trabalhos quem teriam sido os exploradores, que tão grandes trabalhos fizeram mas devido a t er estado ali pouco tempo nada consegui encontrar que me desse a chave do mist erio. Nessa ocasião um pastor disse-me que havia ali proximo um cabeço a que chamavam o “Castelo Velho”. Como devem calcular fui at e l a. Simples prospecc o de superfície, vi que era um castro ou por outra um local fortificado. E fiquei com a convic o que os mineiros das ditas aluviões, ali tinham um posto de defesa, e pelo que vi, pareceu-me ser de época luso-romana, embora sem os seguintes de civiliza o da ultima, o que atribui   possível rudeza dos exploradores. Escravos ou tribos nativas. Lembro-me que n’esse dia estava um calor abrasador e o tempo urgia, de modo que nada ali aprofundei, na ideia de ali voltar e melhor verificar, por afazeres e dificuldades de transportes nunca mais ali voltei, at e que hoje pelo “Notícias” revivi o que tinha j a no rol dos esquecidos. Esse oiro que Fenicios e Cartagineses vinham, segundo dizem, buscar a Lusitania, teria algum sahido d’ali? A resposta est a em boas mãos, V. Ex^{as} o dirão.»

Hipólito Cabaço, {Rascunho de Carta}, 1946 Julho 10 {a} Afonso do Paço (?)
{Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer.

«(...) Quarta proposta: - criação de um Museu e Bibliotheca Municipal anexa.

Considerando que um Museu é um auxílio indispensável da história, ministrando-lhe meios de compreensão directo de muitos factos e manancial inexgotável para o artista e é também meio de comprovação, digo de recreação do espírito que pela contemplação de objectos pertencentes a tempos e gerações que se extinguiram, evoca a vida antiga acompanhada de seus usos, crenças e trabalhos e que em todo o caso há sêmpre consolo em conhecer os laços que nos prendem ao passado e em avaliar os esforços e as lutas dos nossos maiores na indefinida e escabrosa vida dos portugueses;

Considerando que o termo de Alenquer abunda em relíquias do passado;

Considerando que com pouca despeza ou quazi sem ela se podem aproveitar os muitos elementos arqueológicos que existem n'esta região e constituem com eles desde já o nucleo de um museu;

Considerando que creando isto e radicando o gosto não faltariam depois pessoas integrantes e dedicadas que fossem continuamente ministrando mais elementos;

Considerando que para se fazer não é indispensável obter grandes obras d'arte, que deslumbrem quem as vê – às vezes um simples caco tem mais importância do que um objecto muito bonito, e que com moedas antigas, fragmentos de cerâmica romana ou prehistórica, pedras esculpturadas (brazões, etc) e mais uma infinidade de coisas que hora se acha pelos campos, ora a curiosidade tem já guardadas em casa se pode organizar, acto contínuo o princípio de um museu;

Considerando que um Museu não deve limitar-se exclusivamente à arqueologia, pois um museu local não deve ser apenas para curiosidade mas também para entender, e que em todas as terras há sempre muitos elementos já arqueológicos já de outra espécie, os quaes sem chamarem demasiadamente a atenção das pessoas que estão habituadas a vel'os, lhes parecem por isto banaes, teem contudo muito interesse para os forasteiros e em geral para os estudiosos;

Considerando que se pode desde já com elementos que estão á pota organizar um museu muito interessante,

Considerando que em todas as terras há pessoas que tem gosto já por um já por outro dos fasamentos indicados e que com boa vontade e (...) da Patria e da Sciencia tudo se consegue;

Considerando que um Museu nas condições apontadas não é cousa imperplexa e inexecutável ou mesmo estranha. Posto que como fica ponderado nós precisamos conhecer-nos e não será conhecido o compute do Paiz sem primeiro se proceder, deixem-me dizer assim, a arrolamentos locais, pois o homem que não conhece a sua historia e o mais em que vive é um ser irreal, vivendo apenas como um porco “dormindo e comendo” devendo aliás ser mais alguma coisa do que isto.

Considerando que inexecutável também não é, porque basta por o pé para fora da porta para encontrar em abundancia os materiais que preencham as secções que exporei;

Considerando que também não é estranha, porque só nos países civilizados a existência de estabelecimentos d’este género é coisa corrente e vulgar, mas mesmo no nosso já há bastantes assim, e muitas camaras e corporações cónscias da nobre missão civilizadora que provem desempenhar os terem creado;

Considerando que no Porto há Museu Municipal, que em Guimarães a Sociedade Martins Sarmento possui um dos mais interessantes museus do nosso paiz; Em Beja a Camara Municipal possui outro nas mesmas condições; há dois museus em Coimbra, o do Instituto e o do Bispo; e que existem também em Santarém, Elvas, Extremoz, Redondo, etc. Em Faro há o do Infante D. Henrique, em Évora o chamado Cenaculo, em homenagem ao fundador, o venerando arcebispo do mesmo nome, na Figueira da Foz também um importante de iniciativa particular.

Proponho: que seja creado desde já um museu local, ao qual será agregada a Bibliotheca e Archivo Municipal, e que se poderá chamar “Museu e Bibliotheca Municipal”, composto das seguintes secções:

I SECÇÃO – Bibliotheca e Archivo, compreendendo os livros da actual Bibliotheca e arquivo municipal e outros que esta camara venha a adquirir, todo o arquivo municipal na parte que diz respeito aos livros antigos ou modernos aos quaes não haja necessidade de consultar por serviço da secretaria da camara.

II SECÇÃO – Archeologia, compreendendo antiguidades prehistóricas, como machados de pedra e de metal, vasos, contas, numismática, coleção de moedas e medalhas, esculpturas, como braços de pedra, colunas, figuras, inscrições latinas e portuguezas, cerâmicas, vidros, objectos de ourivesaria, etc, etc.

III SECÇÃO – Etnografia moderna, compreendendo também artes e industrias do concelho. N’esta acomodar-se-iam por exemplo instrumentos de lavoura, trajes

característicos, instrumentos do campo, aparelhos de caça e de pesca, polvorinhos enfeitados, redes, cacifos, objectos de uso doméstico, leitos, cadeiras, o que tudo ás vezes reveste formas especiaes, modelos ou desenhos de teares, (...), formas de chaminés, nas quaes existe grande variedade de modelos, pelo casi, o que denota divindade de gôsto e de uso.

Com relação ás arte e indústrias, pode agrupar-se ferragens características, louças, rendas, objectos de madeira ou cana, como rocas, cochares, etc.

IV SECÇÃO – de Antropologia – aqui podem agrupar-se os ossos que cada pessoa encontre pelos campos e se podem extrair dos cemitérios antigos. Com os craneos devem colocar-se tambem quanto possível os restos dos esqueletos. Podem agrupar-se tambem colecções do cabelo que constituem sempre elementos de estudo antropológico. Podem archivar-se fotografias, medidas, etc, e mesmo produtos telarologicos (monstruosidades) e patológicos interessantes. Esta secção podia ficar em particular a cargo de médico da localidade.

V SECÇÃO – de História Natural – Não furtos igualmente com que preenchem esta secção – variedades de rochas e de minerais, animaes embalsamados, produtos agrícolas, amostras de madeiras, etc.

E mais proponho que para as instalações mecenasias, seja adaptada a igreja da misericordia o que para tanto se oficia á Comissão ou seja Administrativa da mesma pedindo que a esta á Camara em troca do refeitório do Convento de S. Francisco, conforme em tempos o provedor mostrou desejos, que se oficia ao Exmº Sr Francisco Rapozo de Souza S Acta. Pedindo-lhe para aceitar o cargo de Director do Muzeu e Bibliotheca. Que se oficia ao exmº Ministro da Instrução, informando-o do estado lastimoso em que se encontra a Bibliotheca Municipal, do que esta Camara se propõe fazer sobre este assunto e pedindo-lhe que da Bibliotheca Municipal sejam cedidas a esta Camara obras das que existem em duplicado, oficiando-se no mesmo (...) ao Director da referida Bibliotheca.

Que se oficia ao Sr Doutor Eduardo de Moura Gomes, facultativo municipal, convidando-o a tomar a seu cargo a secção de Antropologia e ao Professor da Escola do Conde Ferreira, senhor Manoel Gonçalves, convidando-o a aceitar o cargo de Bibliothecario-arquivista e secretario do Muzeu e Bibliotheca Municipal.

Postas em discussão estas propostas e em seguida a aprovação foram aprovadas por unanimidade. Foram ainda tomadas as seguintes deliberações: (...)»

Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, {Acta} 1927 Março 10
{Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (transcrição parcial).

«(...) Mandar exarar no acto o relatorio e descrição dos objetos encontrados na cisterna do Castelo d'esta vila, trabalho de que se encarregou o Sr Presidente Hipolito da Costa Cabaço, e o qual é do theor que segue: “Breve noticia sobre a Cisterna do Castelo de Alenquer e descrição das moedas e mais objetos ali encontrados quando da limpeza a que se procedeu apóz a sua descoberta, em vinte de Fevereiro de Mil Novecentos Vinte e Sete.” – Nas guerras e combates da antiguidade, geralmente a vitoria pertencia áqueles que tivessem exercitos mais numerosos. Forçoso era que os mais fracos em numero de combatentes arranjassem um meio artificial para lhe poder resistir e evitar assim, quanto possivel o choque corpo a corpo. D'aqui nasceram os campos intrincheirados e povoações fortificadas, pois só disto podia resultar o equilibrio do emprego de forças muito deseguaes. Diversos castelos antigos que ainda se conservam, claramente nos mostram a natureza e variedade dessas seculares fortificações. Em logares geralmente escarpados, robustas muralhas com seteiras e fossos permitiam que os defensores pudessem a coberto do alcance das armas inimigas, usarem das suas e dificultarem o contacto. Mas este meio de defesa, apezar de muitas vezes salutar, era moroso, obrigando por isso os defensores a armazenar os mantimentos necessarios a um longo assédio, e daí a, nos locaes onde não havia nascentes de agua, fazerem depósitos ou cisternas para captar e guardar este elemento tão indispensavel à vida. O Castelo de Alenquer, pela sua situação sobre um monte de encostas abruptas, pela fortaleza das suas muralhas, deve, desde tempos remotos até ao uso da artilharia, ter sido um local privelegiado para poder resistir as investidas ou cobiça de qualquer exercito. Mas apesar da fortaleza das suas muralhas, magnífica situação de defeza natural, carencia de nascentes de água, não constava, nem por escrito, nem pela tradição oral, que ali existisse qualquer cisterna, poço ou equivalente, o que não fazia sentido com a sua forte situação, pois sem água de nada poderiam servir muralhas, situação, etc, etc. D'ai o ter-se radicado no meu espírito a certeza que no Castelo devia existir uma ou mais cisternas. Fiado no rifão que diz: quem procura sempre alcança, procurei e achei a cisterna que passo a descrever: - No meio do local ocupado pela Alcaçova do Castelo, e sob metro e meio de entulho e terra, encontrei a boca da cisterna, ou por outra, o buraco na abóbada, onde em tempos assentava a boca, ou bocal. A cisterna estava toda entulhada de pedra e terra, menos nas duas extremidades norte e sul, indo o entulho em declive desde o bocal, que estava completamente entulhado, até essas extremidades onde havia um espaço vasio de um metro e cicoenta. A cisterna é de forma quadrilonga, medindo a face norte, de comprido dois metros e sessenta e oito, a do sul

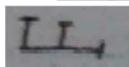
dois metros e setenta e quatro, a do nascente seis metros e quarenta e sete e a do poente seis metros e quarenta, e tem de altura, desde o fundo até ao começo da aboboda três metros e sessenta e nove. Estas quatro faces e o fundo são em cantaria faceada a picão de dentes finos, de bom acabamento e de eguaes dimensões no sentido da altura, tendo estas paredes todas elas, doze ordens de cantarias desde o fundo ao começo da aboboda. As pequenas juntas, que havia entre cada cantaria, foram cheias com uma especie de cimento romano, muito fino e consistente. A aboboda é em arco abatido com um raio de cinquenta e seis centímetros. Foi feita sobre uma forma de tabuões, conforme se pode ver pela moldagem na parte que estava em contacto com os ditos. Sobre a forma foi deitado um cimento grosseiro, composto de cal, areia grossa e fragmentos de argila cosida, misturado com pedras de diversos tamanhos, numa espessura de oitenta centímetros, o que no todo deu a esta abobada a consistencia de um rochedo. A capacidade d'esta cisterna é de setenta e quatro metros cubicos pouco mais ou menos, ou sejam cento quarenta e oito pipas.

Tanto no angulo superior do lado nordeste, como no do lado sudoeste, existiam duas pequenas entradas onde vinham desaguar quatro canos, que seguramente serviam para transportar as aguas da chuva que caiam sobre os telhados ou açoteias da Alcaçova. Estes canos eram feitos com tejo-leiras de otimo barro encarnado, sendo duas de cotovelo lateralmente, uma no fundo, e a cobertura com lages. O bocal estava colocado no centro da cisterna; era de pedra, sem efeitos, nem desenhos, de forma redonda e em quatro peças; foi encontrado, todo partido, dentro da cisterna com o entulho. As paredes por fora das cantarias, ou por outra, as paredes da cisterna tem um metro e quarenta de espessura, são feitas de alvenaria e, pela parte de dentro, revestidas com cantarias, como acima fica dito. Todo o conjunto forma um bloco de tal consistencia que seriam necessarios bastantes kilos de dinamite para a sua inteira demolição. Está em estado de ser novamente aproveitada, tanto pela sua solidez, como por estar completamente vedada. Não tem qualquer outra comunicação com o exterior, a não ser, as duas pequenas entradas de água, acima citadas, e o bocal. Nas cantarias interiores foram encontradas as seguintes marcas de canteiro ou pedreiro:

Na parede do lado poente



Na parede do lado sul



Na parede do lado nascente  , donde se deduz que os, construtores desta cisterna foram dois; pois os sinais ou marcas das paredes dos lados poente e sul são as mesmas, provindo a diferença da posição da marca, da maneira em que foi assente nas cantarias.

Sobre a época de construção desta cisterna, apesar de, na ocasião da descoberta, ter julgado que fosse de construção árabe, cheguei á conclusão, depois de diversas observações e deduções, que deve ter sido construída ou reconstruída, no século quatorze, possivelmente no reinado de D. Fernando, ou durante a regência de D. Leonor Telles, pelas razões que passo a expor. - Primeiro - A moeda mais antiga que apareceu na cisterna foi um ceitil de D. João I (vide I); o que, apesar de não me indicar a época da sua construção, me indica que foi anterior, e que, abstraindo a circunstância da cisterna ter sido limpa n'essa ocasião, o que é possível, me faz crer, que a cisterna foi construída na proximidade dessa época.

Segundo - Os sinais ou marcas dos pedreiros ou canteiros terem bastante semelhança com os sinais encontrados, por mim, em monumentos dessa época e, em o formato dos ditos sinais, principalmente o F, não poder ser confundido com qualquer letra árabe, ou gótica de tipo mais antigo.

Terceiro - Em terem sido mandadas fazer, por D. Fernando e por D. Leonor Telles, as últimas obras de reconstrução e fortificação no Castelo de Alenquer.

A data do entulhamento da cisterna fixo-a no domínio dos Filipes; pois que as moedas mais antigas digo mais recentes, que apareceram na cisterna, são de D. Sebastião (vide 12, 13 e 14), e que indica que, depois desta época pouco, ou nenhum serviço teve. A decadência e a pobreza, em que o reino ficou depois de Alcacer Kibir, não permitiam que fossem reparados os castelos. Durante o domínio dos espanhóis, estes por sua vez, tinham interesse em que todos os meios de defesa dos portugueses desaparecessem.

D' ai a falta de reparações nos castelos e a ruína deles.

Temos, portanto, que a construção ou reconstrução desta cisterna, a meu ver, deve ter sido entre os anos de mil trezentos e cincoenta a mil trezentos e oitenta e cinco e o seu entulhamento depois do ano de mil quinhentos e setenta e oito. Feito em Alenquer em vinte e oito de Fevereiro de mil novecentos e vinte e sete. Autor: Hipólito da Costa Cabaço. - Relação das moedas e outros objetos encontrados na limpeza da Cisterna do Castelo de Alenquer. (na cisterna).

MOEDAS - Nº 1 cobre – ceitel de D. João I – Anos de mil trezentos e oitenta e três a mil quatro centos e trinta e três (+ IHNS: DEI: GRA: REX) – Quinas cantonadas por quatro castelos. R (+ ADIVTORIVM: NOSTR) – Dentro de um círculo, formado por oito arcos, INHS, encimadas estas letras pela coroa real, por baixo L (Lisboa). Das legendas só é legível o que vai sublinhado. Estas moedas deviam ter sido cunhadas depois da conquista de Ceuta (1415), valiam a Sexta parte de um real e foram as primeiras moedas portuguesas cunhadas em cobre; pois antes destas só tinham havido cunhagens de oiro, prata e bilhão.

Numero dois – cobre Real Preto – D. Duarte – Anos mil quatro centos e trinta e três a mil quatro centos e trinta e oito. + EDVARD.....REX.....No centro E coroado. R-EDVAD.....PORT. Quinas cantonadas por quatro castelos. Só é legível o que vai sublinhado.

Numero três e quatro – cobre – ceitel – D. Afonso V – Anos mil quatro centos e trinta e oito a mil quatrocentos e oitenta e um. Três torres com muralhas banhadas pelo mar. R – Escudo com as quinas cantonadas por quatro castelos, e assente sobre a cruz de Aviz. As legendas não são legíveis.

Numero cinco – Cobre – ceitel – D. João II – Anos mil quatro centos e oitenta e um a mil quatro centos e noventa e cinco. Escudo com as quinas cantonadas por quatro castelos, em cima e de cada lado um ponto. R – Três torres, assentado em muralhas banhadas pelo mar.

Numero seis, sete, oito, nove e dez – cobre – ceitis – D. João III – Anos mil quinhentos e vinte e um a mil quinhentos e cinquenta e sete. IOANES: III.R. Escudo do reino entre três pontos. R-IOANES: III. Três torres sobre muralhas banhadas pelo mar.

Numero onze – cobre – real – D. João III – No centro, num quadrilongo, entre dois ornatos e dois laços IO.JJJ R.PA. R – No centro, por baixo da coroa, e entre duas estrelas, R.

As orlas pontuadas.

Numero doze, treze e catorze – cobre – V Reaes – D. Sebastião – mil quinhentos cinquenta e sete a mil quinhentos e setenta e oito. + SEBASTIANVS: I: D: G: P: ETALGARBIORVM – armas do reino. R – REX SETVS DECIMVS. No centro, entre duas cruzetas ou estrelas um V.

Numero quinze – Uma fivela redonda de cobre.

Numero desasseis – Uma argola de ferro.

Numero dezassete – Uma escapula em ferro.

Numero dezoito – Um fragmento em metal que parece ter sido de uma campainha.

Numero desanove – Um fragmento de cobre que parece ter feito parte de uma vasilha ou vaso.

Numero vinte – 6 bocados de ferro, fragmentos de pregos e escapulas.

Numero vinte e um – Um seixo que serviu para nele assentar e trabalhar o eixo duma roda de azenha.

Numero vinte e dois – 2 objectos em barro, em forma de hélice, usados para oleiros para, quando da cozedura da loiça, separar as diferentes peças.

Numero vinte e trez – Diversos fragmentos de barro de bilhas, potes e outras vasilhas, que parece, foram empregadas na extracção da água da cisterna.

Numero vinte e quatro – Um alfinete em cobre, de cabeça redonda.

Numero vinte e cinco – Metade de uma tesoura em ferro.

Numero vinte e seis – Parte de lâmina dum punhal ou espadim em aço.

Numero vinte e sete – Um dedal em cobre.

Numero vinte e oito – Metade de um esporim em metal.

Numero vinte e nove – um X Reis de D. João V, datado de mil sete centos e trinta e sete.

Numero trinta – III Reis de D. João V, datado de mil sete centos e trinta e cinco.

Os objectos dos números um a vinte e quatro foram encontrados no fundo da cisterna, os números vinte e cinco a trinta no entulho que tapava a parte superior da abobada.

Todos estes objectos e moedas estão em poder da Câmara Municipal de Alenquer.»

Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, {Acta} 1927 Março 03
{Manuscrito}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (transcrição parcial).



Câmara Municipal de Alemquer

Telefone n.º 30

*

N.º 569

P.º n.º

SERVIÇO DA REPÚBLICA

Alemquer, 28 de Junho de 1938.

Exmo. Snr.

Hipolito Cabaço

ALEMQUER

Rogando a V.Exa. se digne responder directamente ou informar esta Câmara o que tiver por conveniente se transcreve um officio recebido da Junta Nacional de Educação do teor seguinte:

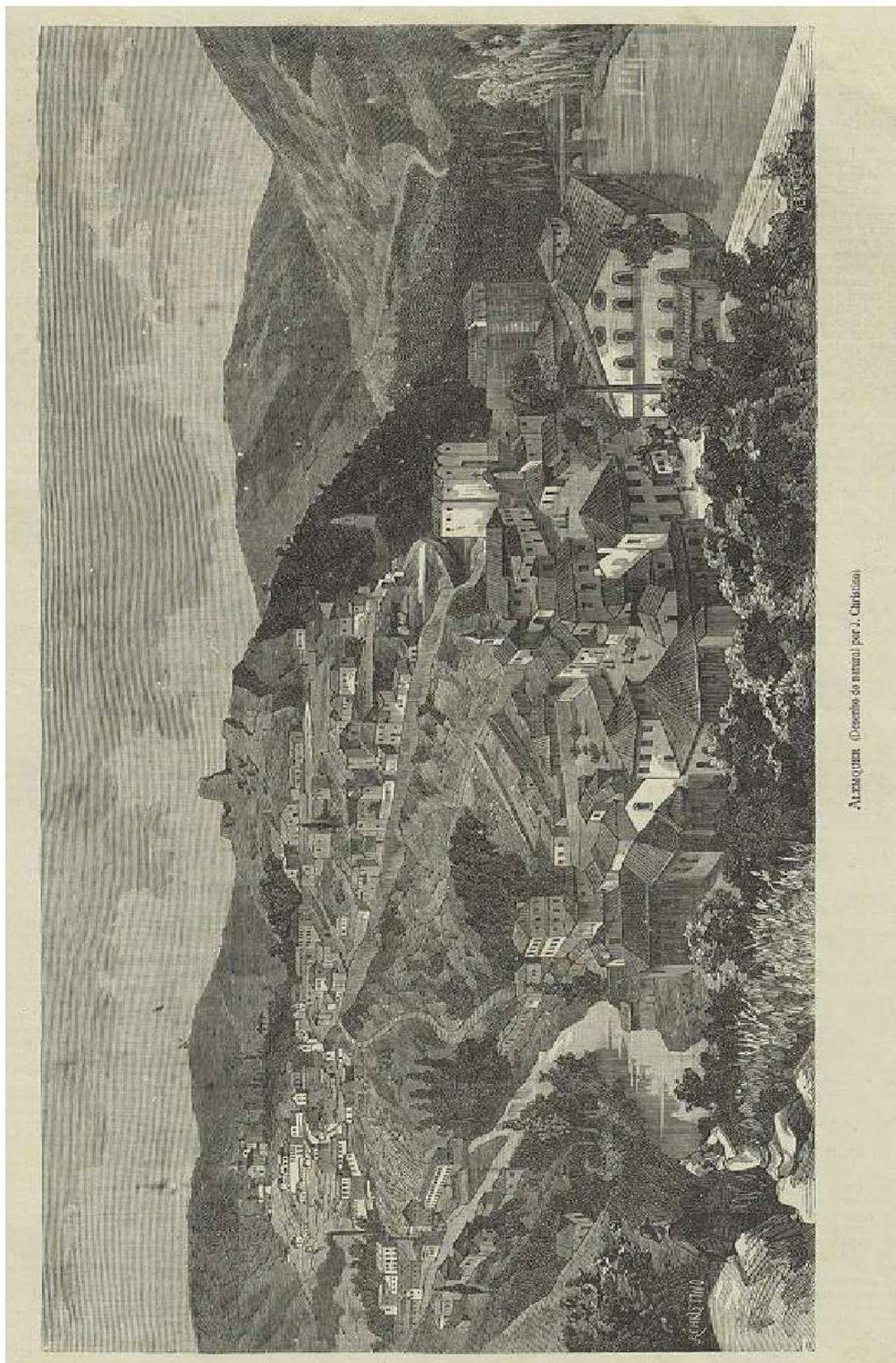
"Pela imprensa periódica houve conhecimento de que em principios de 1934 se haviam feito, a expensas da Câmara Municipal de Alemquer e sob a direcção do Snr. Hipolito Cabaço, trabalhos destinados a desobstruir a Alcaçova dessa vila. No cumprimento das obrigações impostas á Junta Nacional de Educação pelo nº 6º do § 1º do artigo 21º do seu Regimento (decreto-lei nº 26.611, de 19 de Maio de 1936), venho rogar a V.Exa. que se digne comunicar-me se os referidos trabalhos tiveram continuação quais os resultados obtidos e quais as providencias tomadas para assegurar a conservação do mesmo monumento".

A Bem da Nação.

O Presidente

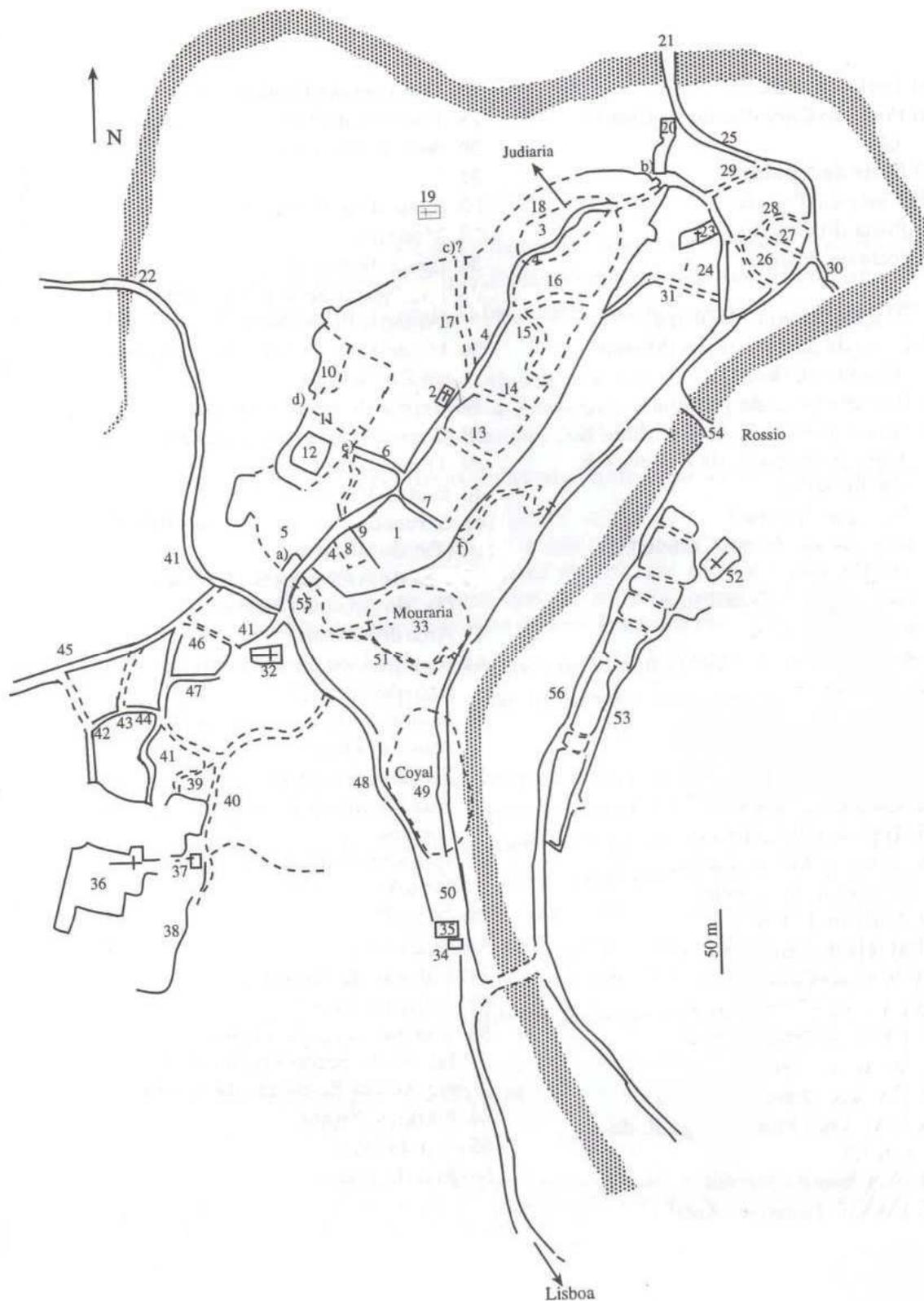
Câmara Municipal de Alenquer, {Ofício} 1938 Junho 28 {a} Hipólito Cabaço
{Dactilografado}, Arquivo Histórico Municipal de Alenquer (Nº. 569).

ANEXO ICONOGRÁFICO



Alenquer (Desenho do original por J. Christino)

Alenquer em finais do século XIX (desenho do original por J. Christino), in *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 7º Ano, Vol. VII, nº. 216, 21 de Dezembro de 1884, p. 284.



Legenda: a) Porta da Vila; b) Porta do Carvalho ou da Conceição; c) Porta de Santiago; d) Porta da Traição; e) Porta do Castelo ?; f) Porta ou postigo; 1. Praça (Câmara Municipal); 2. Igreja de Santo Estêvão (Museu Hipólito Cabaço); 3. Judiaria (Rua da

Judiaria); 4. “Rua Direita” (R. Maria Milne do Carmo, antiga R. da Cadeia + R. da Judiaria); 5. Açougues Velhos ?; 6. Rua que vai dar ao Castelo (Tv. do Castelo); 7. Escadinhas do Município; 8. Paços do Concelho ?; 9. Arco de Santo António ?; 10. Castelo; 11. Alcáçova; 12. Torre de Menagem; 13. Calçada do Arco de Almeida; 14. Calçada Conde de Ferreira; 15. Travessa do Cotovelo; 16. Travessa Moisés Carmo; 17. Travessa do Castelo; 18. Adro dos Judeus ?; 19. Igreja de Santiago; 20. Torre da Couraça; 21. Ponte da Couraça; 22. Ponte de Pancas; 23. Igreja da Várzea; 24. Calçada Damião de Góis; 25. Rua Serpa Pinto (antiga R. do Areal); 26. Travessa da Várzea; 27. Beco do Bairro do Areal; 28. Travessa da Fábrica; 29. Travessa da Torre da Couraça; 30. Beco detrás dos Paços; 31. ?; 32. Igreja de S. Pedro; 33. Mouraria; 34. Igreja do Espírito Santo ; 35. Albergaria do Espírito Santo (Antigos Paços Reais ?); 36. Mosteiro de S. Francisco (primeiros Paços Reais); 37. Capela de Santo António; 38. Cerca do Convento de S. Francisco; 39. Travessa do Castelo Picão; 40. Rua do Terreirinho; 41. Serventia para a Ponte de Pancas (Tv. do Bezerra); 42. Rua do Arco para S. Francisco (Tv. do Arco dos Pinéus); 43. Arco dos Pinéus; 44. Rua do Arco para S. Pedro (Tv. do Arco dos Pinéus); 45. Rua que vai para Freiria (R. Amorim Lima); 46. Escadas do Correio Velho; 47. Rua Direita que vai para S. Francisco; 48. Calçada (Calçada do Espírito Santo); 49. “Coyal” ?; 50. Rossio; 51. Calçada da Mesquita; 52. Igreja de Triana; 53. Rua que vai para a Igreja de Triana (R. Bento Pereira do Carmo, antiga R. detrás da Triana); 54. Ponte de Triana; 55. Rua do Prior; 56. Rua de Triana

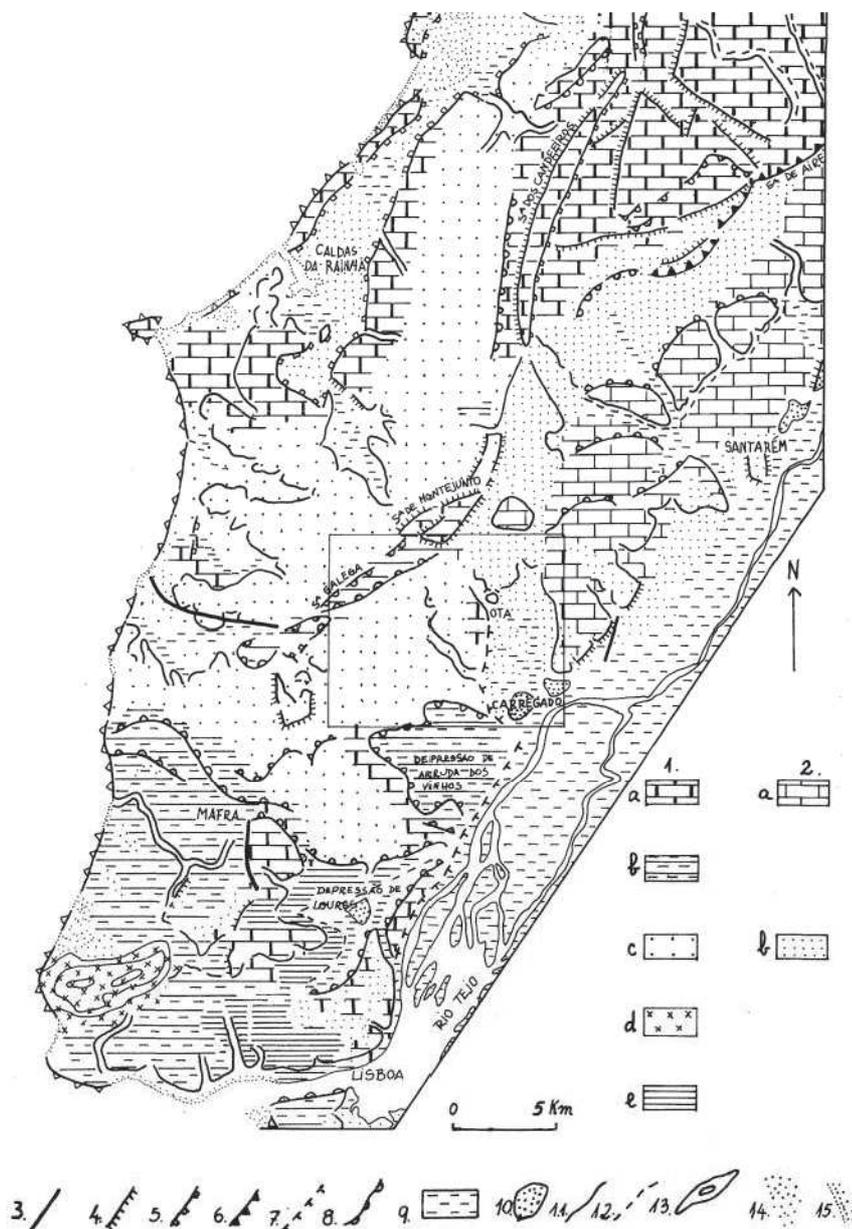
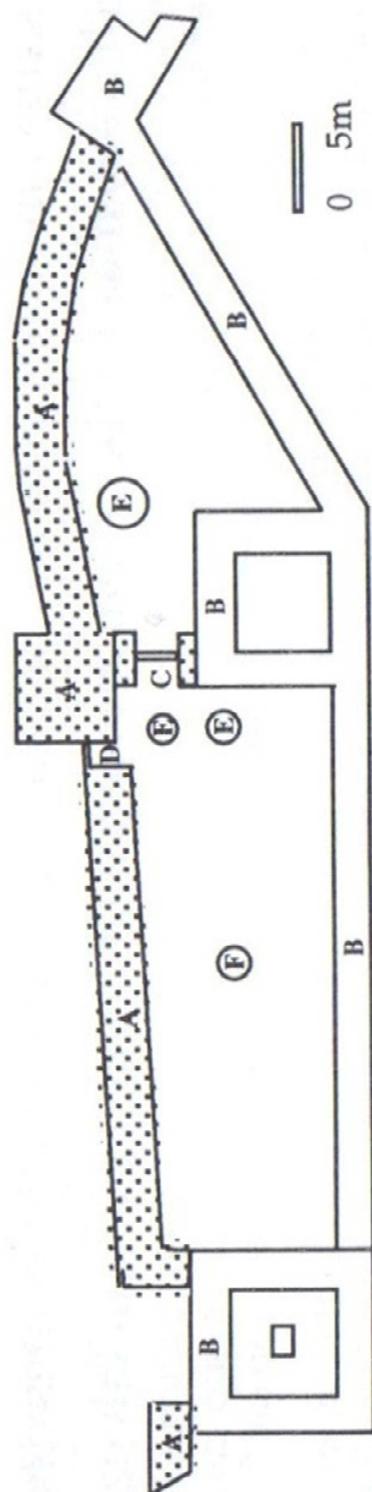


Fig. 1 — Esboço geomorfológico da Estremadura. Adaptado do Mapa geomorfológico de Portugal, D. B. Ferreira, 1981.

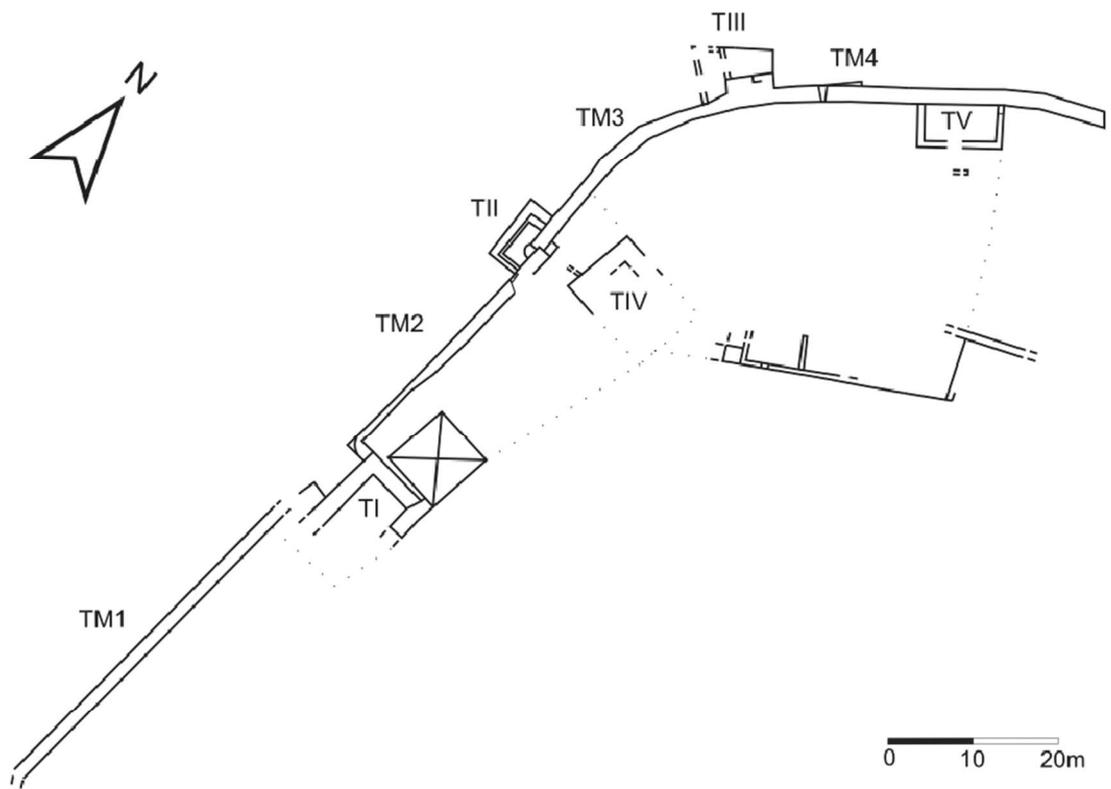
1. Rochas secundárias: a- calcários, b- rochas predominantemente margosas, por vezes com intercalações detriticas, c- rochas predominantemente detriticas, d- maciços subvulcânicos (granitos, sienitos, gabros), e- complexo basáltico (derrames lávicos e piroclásticos). 2. Rochas terciárias e quaternárias: a- calcários, b- rochas predominantemente detriticas. 3. Falha. 4. Escarpa de falha. 5. Rebordo de vale tifónico. 6. Rebordo de cavalgamento. 7. Rebordo de flexura. 8. Cornija de relevo monoclinar. 9. Fundo aluvial. 10. Terraço. 11. Rebordo de erosão. 12. Base de vertente. 13. Relevo residual em rocha resistente. 14. Praia. 15. Dunas e areias eólicas recentes. O rectângulo delimita, aproximadamente, a área em estudo.

Esboço geomorfológico da Estremadura, com particularização da área em que se insere o Sítio em estudo, in Carlos Bateira, *op. cit.*, 1991, p. 58.



A - Muralha e torre Fernandinas. B - Muralha e torre Pré-Fernandinas.
 C - Porta da Entrada. D - Porta da Traição. E - Silos. F - Cisterna

Fig. 1 – Planta do Castelo de Alenquer. Parte da Alcáçova de construção Fernandina
 (segundo Luciano Ribeiro, in João Pedro Ferro, *op. cit.*, 1996, p. 51).

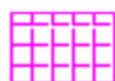


Planta do Castelo de Alenquer aos nossos dias.

(in Márcio Beatriz, *op. cit.*, 2014, p. 27).



 Possível trajeto da muralha de Alenquer, segundo Márcio Beatriz



Possíveis zonas de escavação do Sr. Hipólito Cabaço

A Porta da Conceição

B Alcáçova e Almedina do Castelo

Material	PERÍODO				SÉCULO											
	Calcolítico	Idade do Ferro	Romano	Tardo-romano	Alto-medieval	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Cerâmica decoração incisa, em VV																
Conchas																
Pasta vidro azul escuro																
Pasta vidro negro																
Pasta vidro negro oculadas																
Azeviche																
Placa de cinturão																
Cerâmica pintada a branco																
Copos																
Jarrinhas																
Taça carenada "Fuentes"																
Candeias sem asa																
Candeias com asa																
Moedas																
Reino Leão e Castela																
Dinheiro																
Cetill																
Real																
Agulhas em osso																
Ponta de lança																
Bainha de adaga																
Projéteis catapulta																
Noz de besta (osso)																
Cruz de calvário																
Figa (osso)																
Alfinetes de cabelo																
Agulhetas																
Botões (osso)																
Botões (cobre)																
Fivela																
Firmal																
Bilhas (corpo globular e base plana)																
Cântaros (corpo globular e base plana)																
Panelas																
Tacho																
Testos																
Escudela esmaltada dourado																
Tigela verde e mangarés																
Dados																
Atizador / Amolador																
Trepes																
Pomeira bainha punhal																
Pontas virate de besta																
Esporas de roldana																
Busto (osso polido)																
Cabeça oculada (osso polido)																
Pulseira (vidro torcido)																
Tinteiro (estanho)																
Dedais (folha de cobre)																
Fechadura (cobre)																
Flores (bronze)																
Tira - produção botões (osso)																

CATÁLOGO DE MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Proto-História

Cozinha e Mesa

Nº. 1 – *Recipiente* (Nº. Inv. 3125 e 2200/49)



Cinquenta e cinco fragmentos de cerâmica calcólica, na maioria amorfos. Alguns apresentam decoração composta por linhas incisadas convergentes, formando VV.

Variável.

Pré-Romano/Romano

Adorno

Nº. 2 – *Conta* (Nº. Inv. 1881/12)



Conta anular de pasta de vidro azul-escuro.

Apresenta-se totalmente lisa.

Ø – 1,3 cm.

Nº. 3 – Conta (Nº. Inv. 1881/3)



Conta de formato esférico, semi-achatada, de pasta de vidro negro. Apresenta-se totalmente lisa.

Ø – 0,7 cm.

Nº. 4 – Conta (Nº. Inv. 1881)



Conta de formato esférico de pasta de vidro negro oculada. Apresenta resquícios de decoração composta por pequenos pontos brancos.

Ø – 1,0 cm.

Nº. 5 – Conta (Nº. Inv. 1881)



Conta de formato esférico de pasta de vidro negro oculada. Apresenta decoração composta por pequenos pontos brancos.

Ø – 1,0 cm.

Nº. 6 – Conta (Nº. Inv. 1881/4)



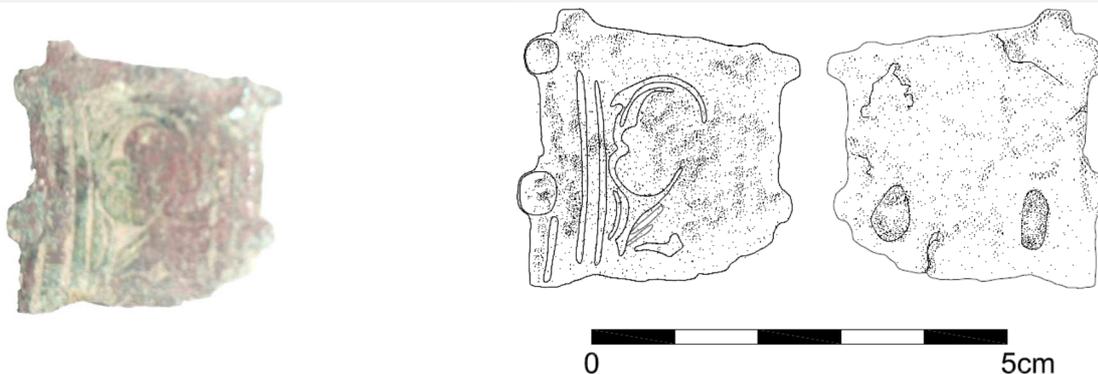
Conta de formato esférico de pasta de vidro negro oculada. Apresenta decoração composta por pequenos pontos brancos.

Ø – 1,0 cm.

Alta Idade Média

Vestuário

Nº. 7 – Placa de cinturão (Nº. Inv. 1969/1)



Fragmento contendo parte de placa de cinturão em bronze. Apresenta decoração insculpida. Apresenta engastes no reverso.

C.M. – 3,4 cm; A.M. – 3,4 cm.

Séculos X-XIII

Cozinha e Mesa

Nº. 8 – Taça (Nº. Inv. 1670)



Taça carenada, de pasta vermelha, contendo alguns elementos não plásticos. Assenta em base de pé alto plano, e encontra-se restaurada. Mostra decoração composta por estrias horizontais.

C.M. – 15,3 cm; A – 10,6 cm.

Transacções monetárias

Nº. 9 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Moeda estrangeira, provavelmente do reino de Leão e Castela.

C.M. – 2,1 cm; L.M. – 2,3cm.

Nº. 10 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Dinheiro (D. Afonso III/D. Dinis/D. Afonso IV/D. Pedro I).

C.M. – Ø 1,8 cm.

Nº. 11 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Dinheiro (D. Afonso III/D. Dinis/D. Afonso IV/D. Pedro I/D. Fernando).

C.M. – Ø1.7 cm.

Nº. 12 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Dinheiro (D. Afonso III/D. Dinis/D. Afonso IV/D. Pedro I/D. Fernando).

C.M. – 1,4 cm; L.M. – 1,8 cm.

Costura

Nº. 13 – *Agulha (Nº. Inv. 1661/2)*



Agulha em osso. Apresenta configuração retangular, achatada, e perfuração na parte proximal.

C.M. – 10,8 cm; L.M. – 1,5 cm.

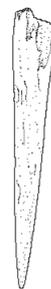
Nº. 14 – *Agulha (Nº. Inv. 1661/19)*



Agulha em osso. Apresenta configuração sub-triangular, achatada, e extremidade distal afilada. Encontra-se destituída da parte proximal.

C.M. – 3,7 cm; L.M. – 1,0 cm.

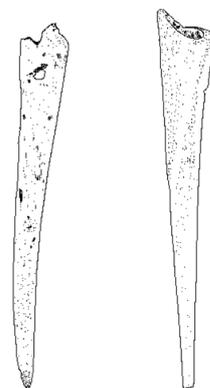
Nº. 15 – Agulha (Nº. Inv. 1661/63)



Agulha em osso. Apresenta configuração triangular, achatada, e extremidade distal afilada. Encontra-se destituída da parte proximal.

C.M. – 5,4 cm; L.M. – 0,8 cm.

Nº. 16 – Agulhas (Nº. Inv. 1665)

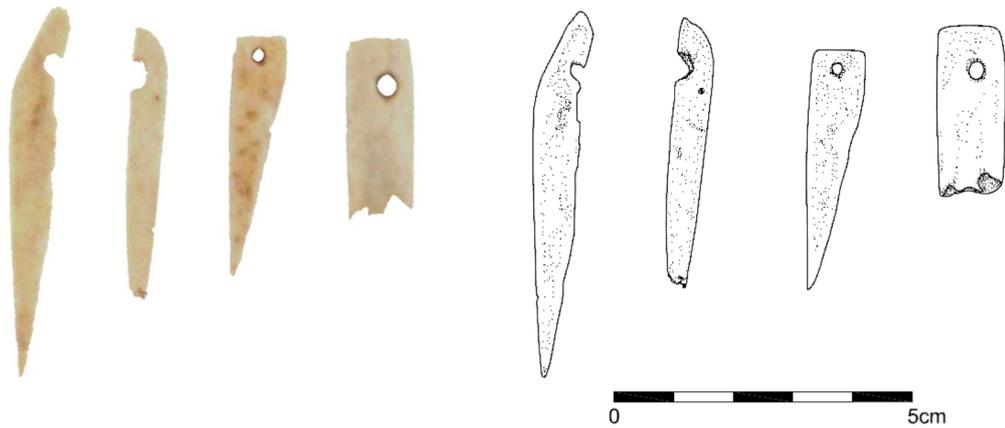


Agulhas em osso. Apresentam configuração triangular, achatada, e extremidade distal afilada. Não apresentam perfuração na parte proximal.

C.M. – 7,1 cm; L.M. – 1,0 cm.

C.M. – 7,4 cm; L.M. – 1,1 cm.

Nº. 17 – Agulhas (Nº. Inv. 1665)



Fragmentos contendo partes de agulha em osso: uma porção constituída por extremidade proximal contendo perfuração e extremidade distal afilada; uma porção contendo extremidade proximal contendo perfuração, e destituída de extremidade distal; duas porções de extremidade proximal contendo perfuração.

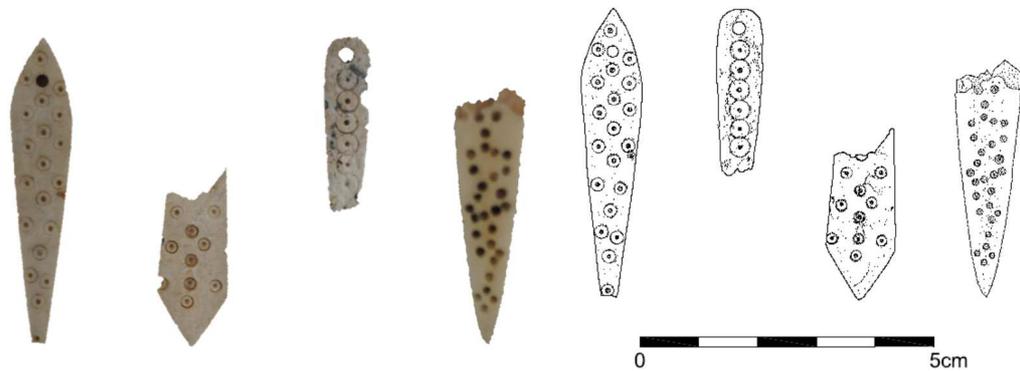
C.M. – 6,2 cm; L.M. – 0,8 cm.

C.M. – 4,6 cm; L.M. – 0,7 cm.

C.M. – 4,1 cm; L.M. – 0,9 cm.

C.M. – 2,9 cm; L.M. – 1,2 cm.

Nº. 18 – Agulhas (Nº. Inv. 1665)



Fragmentos contendo partes de agulha em osso. Apresentam configuração triangular, achatada. Mostram decoração constituída por pequenos pontos incisos.

C.M. – 5,0 cm; L.M. – 1,0 cm.

C.M. – 2,9 cm; L.M. – 0,8 cm.

C.M. – 3,0 cm; L.M. – 1,2 cm.

C.M. – 4,1 cm; L.M. – 1,2 cm.

Guerra

Nº. 19 – *Ponteira de bainha de adaga (Nº. Inv. 1969/3)*



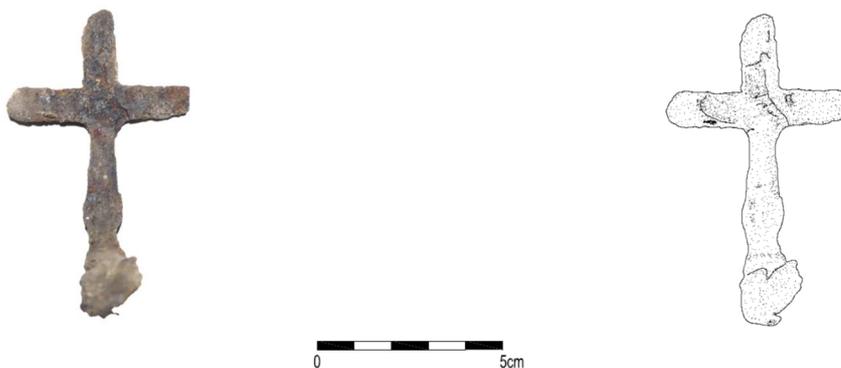
Parte de remate inferior de bainha de adaga, em liga de bronze. Apresenta finas incisões, de configuração rectangular e circular.

C.M. – 5,4 cm; L.M. – 3,7 cm

Tardo-Medieval/Moderno

Culto e superstição

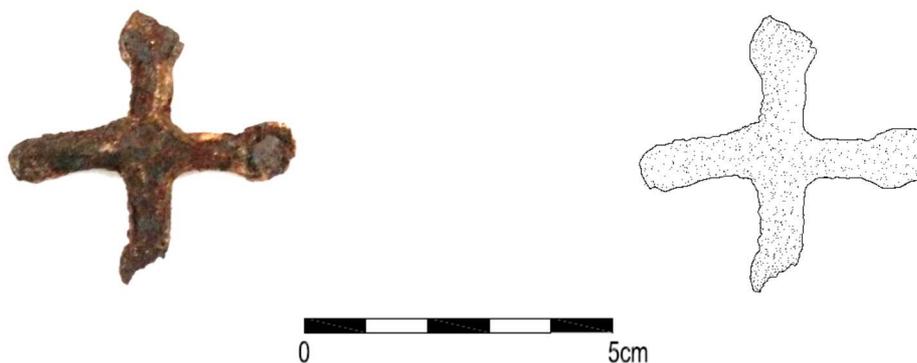
Nº. 20 – Cruz (Nº. Inv. 1664)



Cruz lisa em ferro. Apresenta-se degradada e concrecionada, dificultando a análise do objecto completo.

C. – 8,4 cm; L.M. – 5,1 cm.

Nº. 21 – Cruz (Nº. Inv. 1664)



Cruz lisa em ferro. Apresenta-se degradada e concrecionada, dificultando a análise do objecto completo.

C. – 5,0 cm; L.M. – 5,2 cm.

Nº. 22 – Terço (Nº. Inv. 1880)

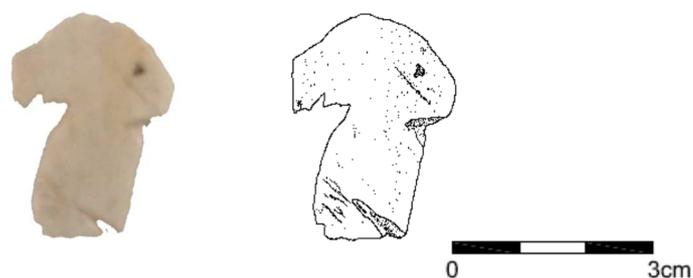


Rosário elaborado a partir de fio de couro e contas de sementes. Apresenta-se incompleto, faltando-lhe 18 contas.

Cct. – 0,10 cm; L.M.ct – 0,8 cm.

Ccz. – 0,35 cm; L.M.cz – 0,23 cm.

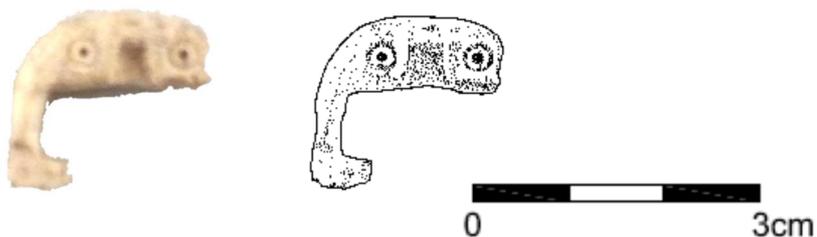
Nº. 23 – Amuleto (Nº. Inv. 1665)



Pequeno busto, de perfil, em osso polido.

C.M. – 3,2 cm; L.M. – 2,3 cm.

Nº. 24 – Amuleto (Nº. Inv. 1665)



Elemento em forma de cabeça, oculada, em osso polido. Apresenta configuração quadrangular com a parte superior arredondada; e mostra-se incompleta.

C.M. – 1,8 cm; L.M. – 1,9 cm.

Adorno

Nº. 25 – Alfinetes de cabelo/tocado (Nº. Inv. 1884/8 a 1884/17)



Alfinetes de haste de cobre de secção circular. Apresentam extremidade proximal rematada por enrolamento de fio e extremidade distal afilada.

1884/8 - Øc. – 0,4 cm; C. – 6,2 cm; E. – 0,2 cm.

1884/9 - Øc. – 0,4 cm; C. – 6,2 cm; E. – 0,2 cm.

1884/10 - Øc. – 0,3 cm; C. – 5,4 cm; E. – 0,2 cm.

1884/11 - Øc. – 0,3 cm; C. – 4,7 cm; E. – 0,1 cm.

1884/12 - Øc. – 0,3 cm; C. – 4,7 cm; E. – 0,1 cm.

1884/13 - Øc. - 0,3 cm; C. - 4,8 cm; E. - 0,1 cm.

1884/14 - Øc. - 0,3 cm; C. - 4,4 cm; E. - 0,1 cm.

1884/15 - Øc. - 0,2 cm; C. - 4,3 cm; E. - 0,1 cm.

1884/16 - Øc. - 0,3 cm; C. - 4,1 cm; E. - 0,1 cm.

1884/17 - Øc. - 0,3 cm; C. - 4,0 cm; E. - 0,1 cm.

Nº. 26 – Alfinetes de cabelo/tocado (Nº. Inv. 1884/18 e 1884/19)

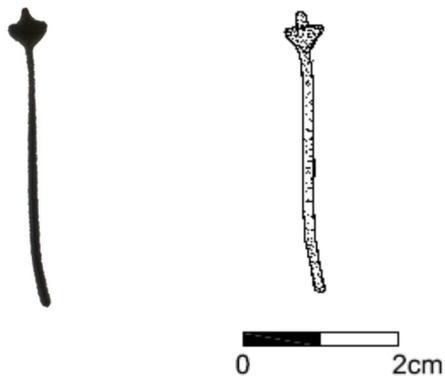


Alfinetes de haste de cobre de secção circular. Apresentam extremidade proximal rematada por enrolamento de fio. Encontram-se destituídos da extremidade distal.

Øc. - 0,4 cm; C. - 4,1 cm; E. - 0,2 cm.

Øc. - 0,3 cm; C. - 2,9 cm; E. - 0,1 cm.

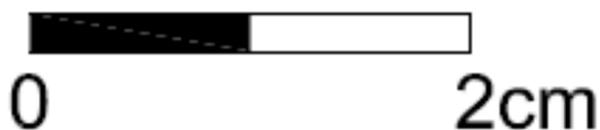
Nº. 27 – Alfinete de cabelo/tocado (Nº. Inv. 1884/20)



Alfinete de haste de cobre de secção circular. Apresenta cabeça esférica, oca, constituída por meia-esfera. Encontra-se destituído da extremidade distal.

Øc. – 0,5 cm; C. – 3,7 cm; E. – 0,1 cm.

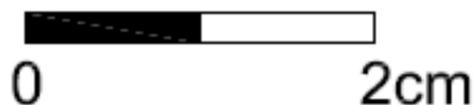
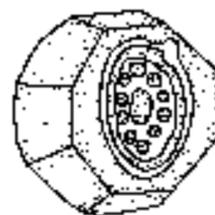
Nº. 28 – Conta (Nº. Inv. 1881/17)



Conta gomada em azeviche. Apresenta-se facetada com formas hexagonais.

Ø – 0,5 cm.

Nº. 29 – Gema (Nº. Inv. 4948)



Gema em azeviche. Apresenta-se facetada com formas hexagonais mostrando, numa das faces, decoração composta por pequenos óvulos inscritos em dupla elipse.

Ø – 1 cm; F. – 0,3 cm.

Nº. 30 – Pulseira (Nº. Inv. 4948)



Fragmento contendo porção de pulseira em vidro torcido. Artigo monocromático, em negro.

C.M. – 2,4 cm; L.M. – 0,4 cm.

Vestuário

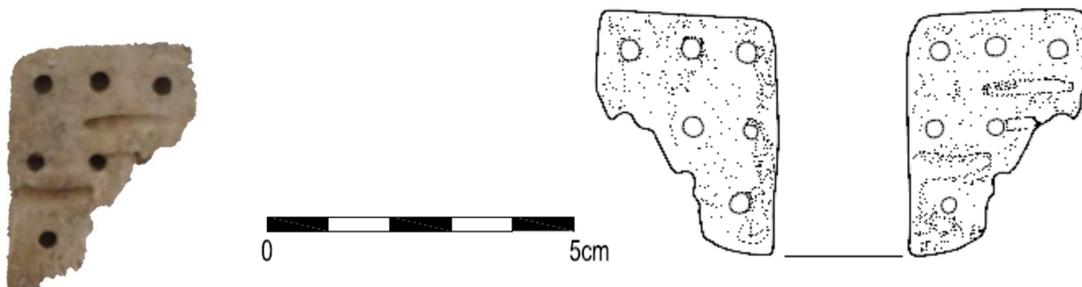
Nº. 31 – Agulhetas (Nº. Inv. 1883)



Fragmentos contendo porções de agulhetas metálicas em folha de cobre. Apresentam-se enrolados em forma tubular afunilado; e mostram uma costura lateral no seu comprimento.

Variável entre 2,3 cm-5,4 cm (C.) e 0,3 cm-0,4 cm (L.)

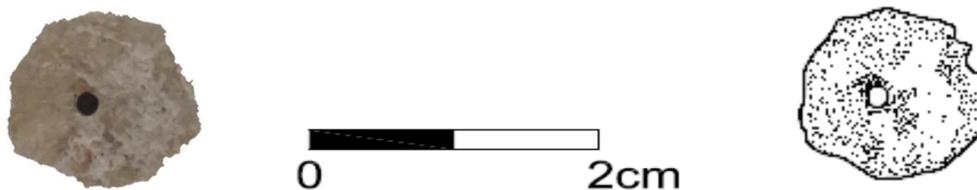
Nº. 32 – Botão (Nº. Inv. 1665)



Botão em osso polido. Apresenta pequenos orifícios, perfurados na própria placa, servindo-lhe de decoração.

C.M. – 3,1 cm; L.M. – 2,4 cm.

Nº. 33 – Botão (Nº. Inv. 1665)

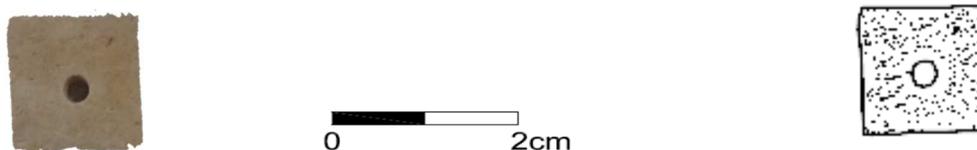


Botão em osso polido. Apresenta configuração circular e mostra perfuração central.

Ø – 1,7 cm.

C.M. – 1,3 cm; L.M. – 1,3 cm.

Nº. 34 – Botão (Nº. Inv. 1665)



Botão em osso polido. Apresenta configuração quadrangular e mostra perfuração central.

Ø – 1,7 cm.

C.M. – 1,3 cm; L.M. – 1,3 cm.

Nº. 35 – Fivela (Nº. Inv. 1664)



Aro de fivela liso em ferro. Apresenta configuração quadrangular e encontra-se destituída do gancho e fuzilhão com os quais se articulava. Na superfície frontal verifica-se tendência aplanada onde se supõe que repousasse o espigão, entretanto desaparecido. Apresenta-se muito concrecionada.

C. – 5,2 cm; L.M. – 4,8 cm; E. – 0,7 cm.

Nº. 36 – Fivela (Nº. Inv. 1664)



Aro de fivela liso em ferro. Apresenta configuração semi-ovalada e encontra-se destituída do gancho e fuzilhão com os quais se articulava. Apresenta-se degradada e concrecionada, dificultando a análise do objecto completo.

C. – 4,6 cm; L.M. – 3,5 cm; E. – 0,6 cm.

Nº. 37 – Fivela (Nº. Inv. 1664)



Fivela, lisa em ferro. Apresenta configuração sub-quadrangular e fuzilhão de espessura constante ao longo da sua extensão longitudinal encaixado num aro. Apresenta-se muito concrecionada.

C. – 3,4 cm; L.M. – 2,4 cm; E. – 0,6 cm.

C.f – 2,5 cm; L.M.f– 0,5 cm; E.f – 0,2 cm.

Nº. 38 – Fivela (Nº. Inv. 1883)



Dois fragmentos contendo parte de fivela em cobre. De configuração quadrangular, apresenta bordadura achatada.

C. – 3,8 cm; L.M. – 2,0 cm; E. – 0,4 cm.

Nº. 39 – Fivela (Nº. Inv. 1881/3, 1881/4, 1881/7)



Três fivelas em cobre. Apresentam configuração semi-ovalada e fuzilhão.

C. – 2,1 cm; L. – 2,3 cm.

C. – 2,3 cm; L. – 2,3 cm.

C. – 2,1 cm; L. – 1,7 cm.

Nº. 40 – Fivela (Nº. Inv. 1881/8)

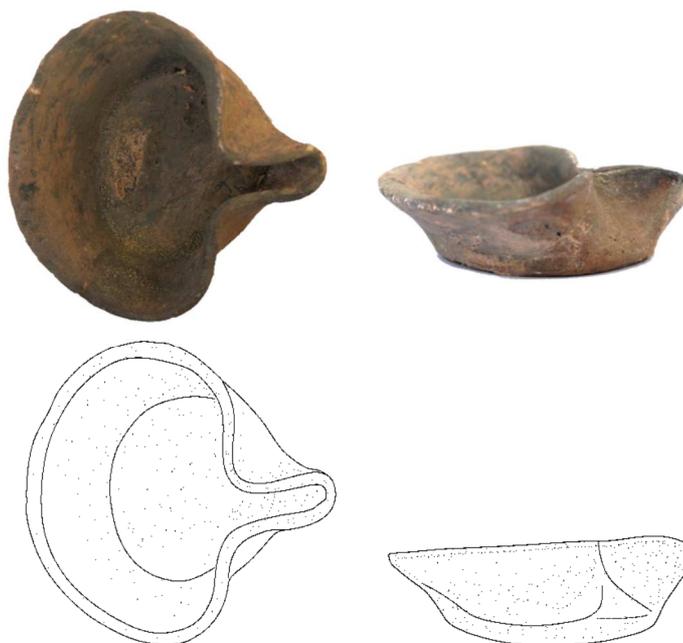


Fivela em cobre. Apresenta configuração ovalada e fuzilhão.

C. – 1,9 cm; L. – 1,9 cm.

Iluminação

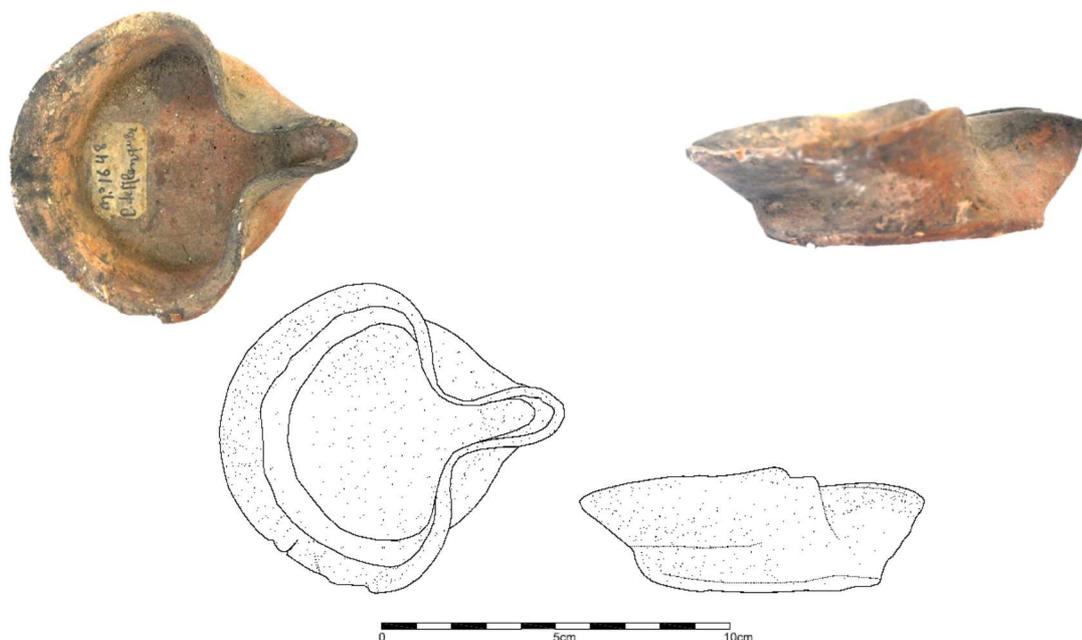
Nº. 41 – Candeia (Nº. Inv. 1648/1)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,7 cm; L.M. – 9,6 cm; A. – 3,0 cm.

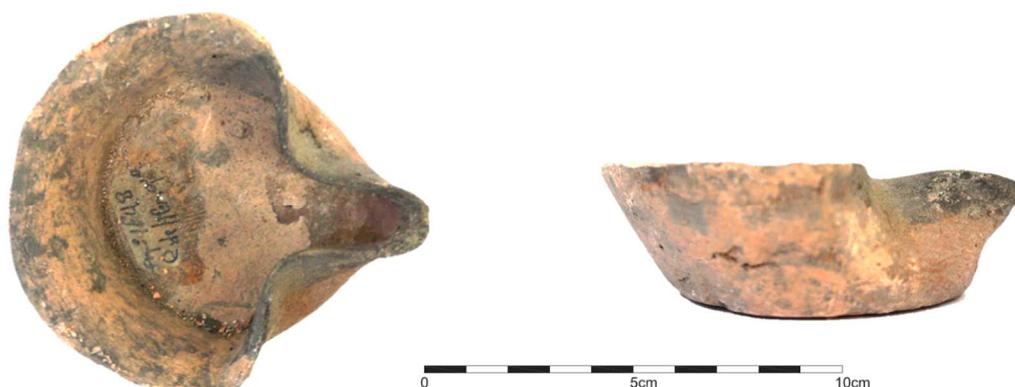
Nº. 42 – Candeia (Nº. Inv. 1648/2)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,9 cm; L.M. – 9,0 cm; A. – 3,6 cm.

Nº. 43 – Candeia (Nº. Inv. 1648/3)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 10,1 cm; L.M. – 9,4 cm; A. – 3,8 cm.

Nº. 44 – Candeia (Nº. Inv. 1648/4)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 8,6 cm; L.M. – 8,3 cm; A. – 3,3 cm.

Nº. 45 – Candeia (Nº. Inv. 1648/7)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,4 cm; L.M. – 8,3 cm; A. – 2,8 cm.

Nº. 46 – Candeia (Nº. Inv. 1648/9)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso, e em mau estado de conservação.

C.M. – 9,9 cm; L.M. – 9,7 cm; A. – 3,1 cm.

Nº. 47 – Candeia (Nº. Inv. 1648/10)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,1 cm; L.M. – 10,4 cm; A. – 2,8 cm.

Nº. 48 – Candeia (Nº. Inv. 1648/12)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 11,0 cm; L.M. – 10,6 cm; A. – 4,1 cm.

Nº. 49 – Candeia (Nº. Inv. 1648/13)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,9 cm; L.M. – 9,3 cm; A. – 3,2 cm.

Nº. 50 – Candeia (Nº. Inv. 1648/14)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,4 cm; L.M. – 8,8 cm; A. – 3,0 cm.

Nº. 51 – Candeia (Nº. Inv. 1648/15)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,6 cm; L.M. – 9,5 cm; A. – 3,1 cm.

Nº. 52 – Candeia (Nº. Inv. 1648/17)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 7,7 cm; L.M. – 7,0 cm; A. – 2,9 cm.

Nº. 53 – Candeia (Nº. Inv. 1648/18)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta bege-rosada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,5 cm; L.M. – 8,9 cm; A. – 3,1 cm.

Nº. 54 – Candeia (Nº. Inv. 1648/19)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta bege-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,5 cm; L.M. – 8,9 cm; A. – 3,1 cm.

Nº. 55 – Candeia (Nº. Inv. 1648/23)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto; bico trilobado; e, partindo do interior do receptáculo, uma asa. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 11,7 cm; L.M. – 10,1 cm; A. – 3,5 cm.

Nº. 56 – Candeia (Nº. Inv. 1649/5)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto; bico trilobado; e, partindo do interior do receptáculo, uma asa. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 11,4 cm; L.M. – 10,1 cm; A. – 3,6 cm.

Nº. 57 – Candeia (Nº. Inv. 1649/6)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta bege-rosada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto; bico trilobado; e,

partindo do interior do receptáculo, uma asa. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 11,0 cm; L.M. – 9,0 cm; A. – 3,5 cm.

Nº. 58 – Candeia (Nº. Inv. 1649/7)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta bege-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 7,9 cm; L.M. – 9,0 cm; A. – 3,4 cm.

Nº. 59 – Candeia (Nº. Inv. 1649/8)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,8 cm; L.M. – 8,9 cm; A. – 3,2 cm.

Nº. 60 – Candeia (Nº. Inv. 1649/9)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta bege-rosada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto; bico trilobado; e, partindo do interior do receptáculo, uma asa. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 12,2 cm; L.M. – 9,2 cm; A. – 3,3 cm.

Nº. 61 – Candeia (Nº. Inv. 1649/11)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta bege-rosada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto; bico trilobado; e, partindo do interior do receptáculo, uma asa. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 13,2 cm; L.M. – 9,4 cm; A. – 3,9 cm.

Nº. 62 – Candeia (Nº. Inv. 1649/13)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto; bico trilobado; e, partindo do interior do receptáculo, uma asa. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 11,2 cm; L.M. – 8,0 cm; A. – 3,7 cm.

Nº. 63 – Candeia (Nº. Inv. 1649/15)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 8,2 cm; L.M. – 8,2 cm; A. – 3,1 cm.

Nº. 64 – Candeia (Nº. Inv. 1649/17)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-acinzentada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto; bico trilobado; e, partindo do interior do receptáculo, uma asa. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 11,0 cm; L.M. – 9,0 cm; A. – 3,5 cm.

Nº. 65 – Candeia (Nº. Inv. 2190/1)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 9,7 cm; L.M. – 9,1 cm; A. – 3,2 cm.

Nº. 66 – Candeia (Nº. Inv. 2190/2)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 10,7 cm; L.M. – 10,5 cm; A. – 4,2 cm.

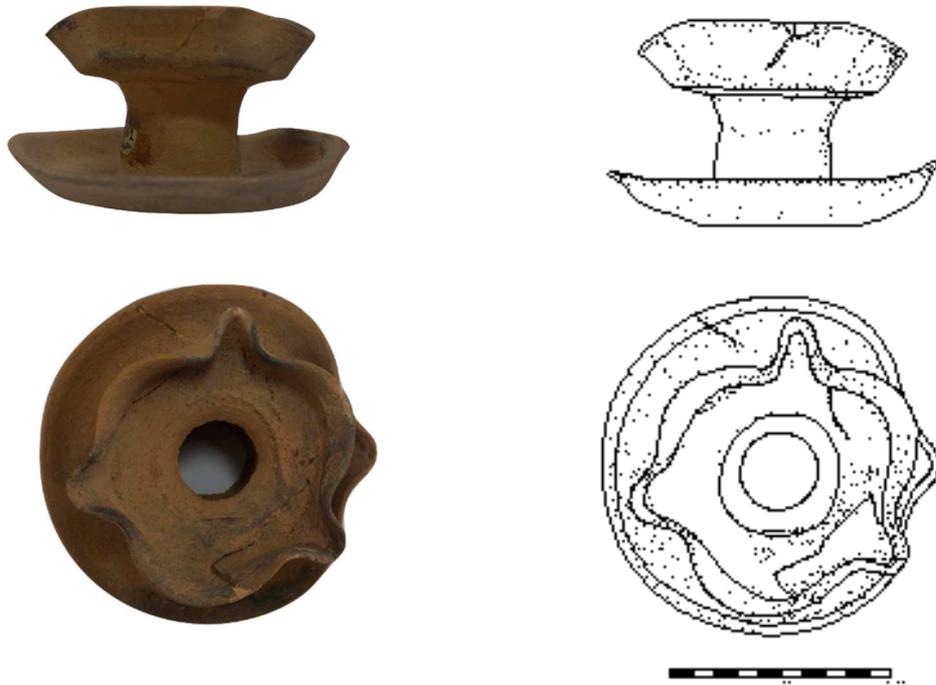
Nº. 67 – Candeia (Nº. Inv. 2190/3)



Candeia em cerâmica fosca não vidrada. Pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta base plana, reservatório aberto e bico trilobado. Apresenta vestígios de queimado pelo uso.

C.M. – 10,7 cm; L.M. – 10,0 cm; A. – 3,6 cm.

Nº. 68 – Candelabro (Nº. Inv. 1702)



Candelabro em cerâmica fosca não vidrada. Apresenta pasta alaranjada com alguns elementos não plásticos. Base com bordo retorcido e parte superior ondulada, com orifício para colocação de combustível sólido com pavio (vela).

C. -Ø 15,6 cm; A. - 9,4 cm.

Cozinha e mesa

Nº. 69 – Recipiente (S/ Nº. Inv.)



Cinco fragmentos de cerâmica fosca – 4 amorfos e um fragmento contendo porção de asa -, com decoração pintada a branco, cozida em atmosfera redutora.

Variável.

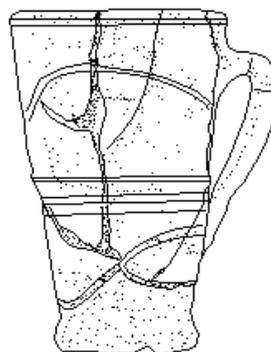
Nº. 70 – Copo (Nº. Inv. 1668/18)



Copo em cerâmica fosca não vidrada. Pasta alaranjada com alguns elementos não plásticos visíveis. Apresenta corpo troncocônico, assente em base plana. Mostra uma asa lateral, e decoração composta por duas linhas junto ao bordo. Mais de metade da peça encontra-se restaurada.

C.M. – 13,3 cm; L.M. – 11,3 cm

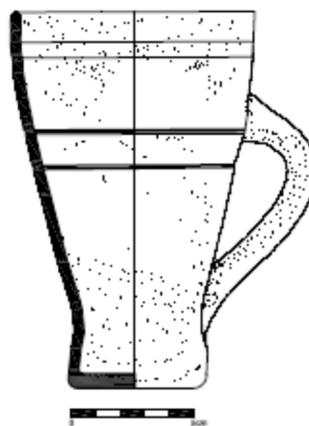
Nº. 71 – Copo (Nº. Inv. 1672)



Copo em cerâmica fosca não vidrada. Pasta alaranjada com alguns elementos não plásticos visíveis. Apresenta corpo troncocônico assente em base plana. Mostra decoração composta por estrias no bordo e corpo, e decoração incisa. Mostra uma asa lateral.

L.M. – 13,1 cm; A. – 12,3 cm.

Nº. 72 – Copo (Nº. Inv. 1672/4)



Copo em cerâmica fosca não vidrada. Pasta alaranjada com alguns elementos não plásticos visíveis. Apresenta corpo troncocónico assente em base plana. Mostra decoração composta por estrias no bordo e corpo, e asa lateral.

C.M. – 15,5 cm; L.M. – 10,0 cm.

Nº. 73 – Copo (Nº. Inv. 1672/6)



Copo em cerâmica fosca não vidrada. Pasta alaranjada com alguns elementos não plásticos visíveis. Apresenta corpo troncocónico assente em base plana. Mostra decoração composta por estrias no bordo e corpo, e asa lateral.

C.M. – 13,5 cm; L.M. – 9,0 cm.

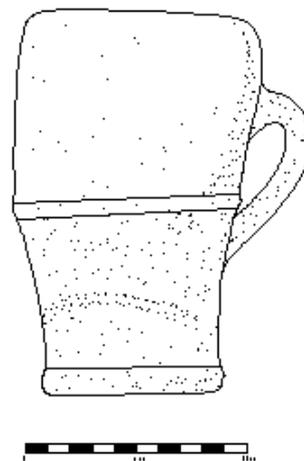
Nº. 74 – Copo (Nº. Inv. 1672/7)



Copo em cerâmica fosca não vidrada. Pasta alaranjada com alguns elementos não plásticos visíveis. Apresenta corpo troncocônico assente em base plana. Mostra decoração composta por estrias no bordo e corpo, e asa lateral.

C.M. – 11,9 cm; L.M. – 9,8 cm.

Nº. 75 – Copo (Nº. Inv. 2184)



Copo em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada com alguns elementos não plásticos visíveis. Apresenta base plana e asa lateral, e mostra decoração incisa na parte inferior. Encontra-se restaurado.

C.M. – 14,0 cm; A. – 17,5 cm.

Nº. 76 – Copo (Nº. Inv. 2184/7)



Copo em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada com alguns elementos não plásticos visíveis. Apresenta corpo troncocónico assente em base plana, e asa lateral.

C.M. – 11,7 cm; L.M. – 8,5 cm.

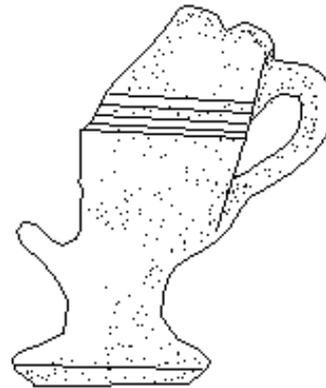
Nº. 77 – Jarrinha (Nº. Inv. 1668/17)



Jarrinha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta perfil globular; bordo vertical plano, ligeiramente invertido. Mostra colo troncocónico, e uma asa vertical.

C.M. – 9,6 cm; L.M. – 8,5 cm.

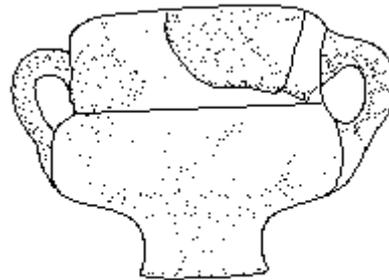
Nº. 78 – Jarrinha (Nº. Inv. 1674)



Jarrinha. Fragmento contendo parte de jarrinha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta corpo troncocónico assente em base de pé alto plano. Mostra decoração composta por estrias no corpo, e asa lateral.

L.M. – 10,0 cm; A. – 12,0 cm.

Nº. 79 – Jarrinha (Nº. Inv. 1703/2)



Jarrinha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta castanha-alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta perfil globular e parte superior troncocónica, assentando em base plana. Apresenta duas asas verticais laterais.

L.M. – 13,4 cm; A. – 9,6 cm.

Nº. 80 – Jarrinha (Nº. Inv. 1703/3)



Jarrinha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta perfil globular e parte superior troncocónica, assentando em base plana. Apresenta uma asa vertical lateral, verificando-se o arranque de uma segunda asa.

L.M. – 12,3cm; A. – 10,7 cm.

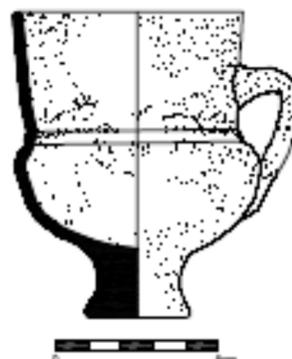
Nº. 81 – Jarrinha (Nº. Inv. 1703/10)



Jarrinha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta perfil globular e parte superior troncocónica, assentando em base plana. Apresenta duas asas verticais laterais.

C.M. – 9,7 cm; L.M. – 8,6 cm.

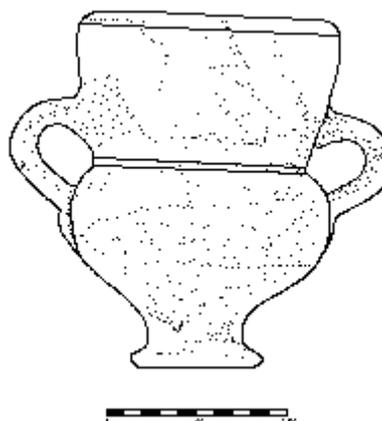
Nº. 82 – Jarrinha (Nº. Inv. 1703/11)



Jarrinha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta perfil globular e parte superior troncocónica, assentando em base plana. Apresenta uma asa vertical lateral.

C.M. – 9,6 cm; L.M. – 10,2 cm.

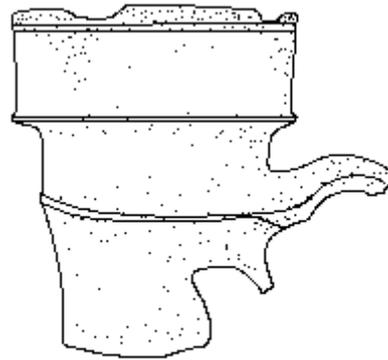
Nº. 83 – Jarro (Nº. Inv. 1704)



Jarrinha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta castanha contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta perfil globular e parte superior troncocónica, assentando em base plana. Apresenta duas asas verticais laterais.

L.M. – 21,1 cm; A. – 19,8 cm.

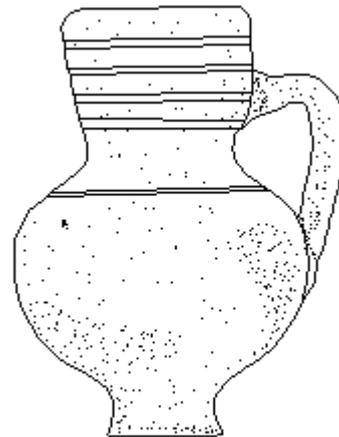
Nº. 84 – Bilha (Nº. Inv. 1671)



Bilha. Fragmento contendo porção de bordo e arranque de asa de bilha em cerâmica fosca não vidrada. Pasta laranja-avermelhada, homogênea e compacta, contendo alguns elementos não plásticos.

C. – 14,7 cm; A – 13,4 cm

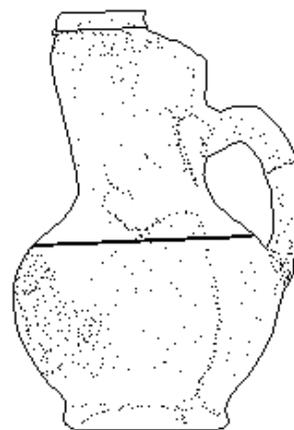
Nº. 85 – Bilha (Nº. Inv. 1680)



Bilha em cerâmica fosca não vidrada. Pasta laranja-avermelhada, homogênea e compacta, contendo alguns elementos não plásticos; corpo globular e bordo e colo plano, com ligeiras estrias, de onde parte uma asa lateral.

C. – 14,5 cm; A – 18,9 cm

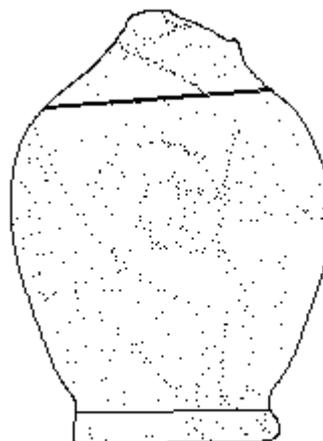
Nº. 86 – Bilha (Nº. Inv. 1680/3)



Bilha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta castanha-alaranjada, homogénea e compacta. Apresenta parte do corpo inferior globular, colo estreitado, bordo aplanado e uma asa lateral vertical.

C. – 17,2 cm; A – 25,2 cm

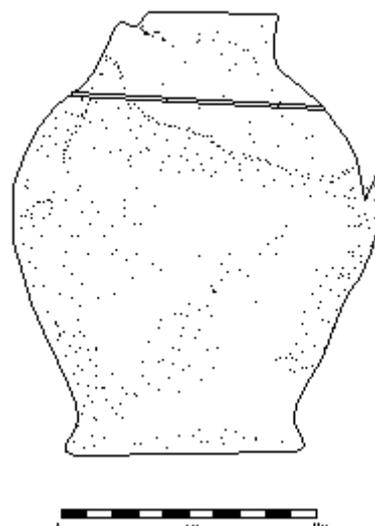
Nº. 87 – Bilha (Nº. Inv. 2188)



Bilha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada, homogénea e compacta. Apresenta corpo globular, assente em base plana. Encontra-se destituída da parte superior.

L. – Ø 14,3 cm; A – 19,4 cm

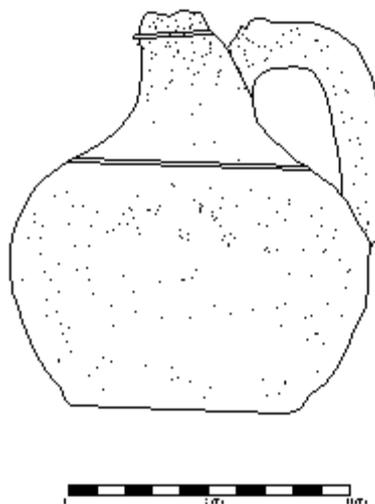
Nº. 88 – Bilha (Nº. Inv. 2188/1)



Bilha em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada, homogênea e compacta. Apresenta corpo globular, assente em base plana. Encontra-se restaurada na parte superior, mostra arranque de asa lateral.

L. – Ø 14,3 cm; A – 17,5 cm

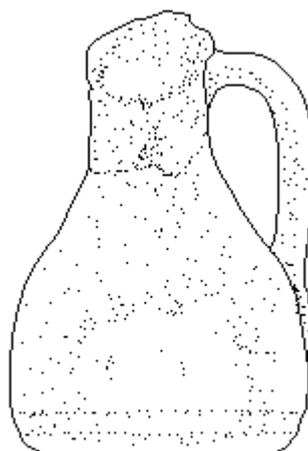
Nº. 89 – Cântaro (Nº. Inv. 1681)



Cântaro em cerâmica fosca não vidrada. Apresenta pasta alaranjada, com alguns elementos não plásticos, corpo globular assente em pé plano; colo estreitado de onde arranca uma asa lateral vertical.

C. – 13,7 cm; A – 14,4 cm

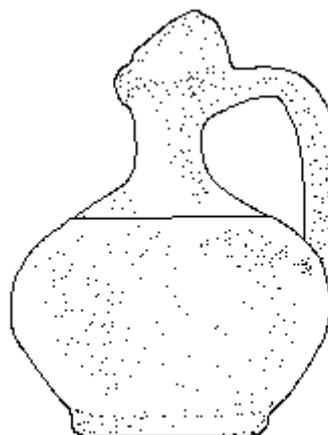
Nº. 90 – Cântaro (Nº. Inv. 1681/2)



Cântaro em cerâmica fosca não vidrada, de pasta castanha, homogénea e compacta. Apresenta parte do corpo inferior ligeiramente globular e colo estreitado de onde parte uma asa lateral vertical.

C. – 10,4 cm; A – 15,3 cm

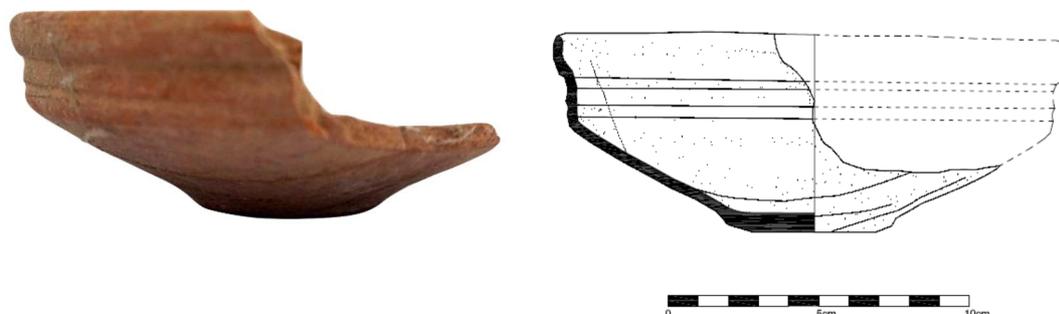
Nº. 91 – Cântaro (Nº. Inv. 1681/6)



Cântaro em cerâmica fosca não vidrada. Apresenta pasta alaranjada, com alguns elementos não plásticos, corpo globular assente em pé plano, colo estreito; e uma asa lateral vertical.

C. – 13,6 cm; A – 17,7 cm

Nº. 92 – Malga (Nº. Inv. 1669/1)



Malga em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta face interior côncava e bordo extrovertido, com inflexão com ressalto. Assenta em base plana.

C.M. – 17,3 cm; L.M. – 6,2 cm.

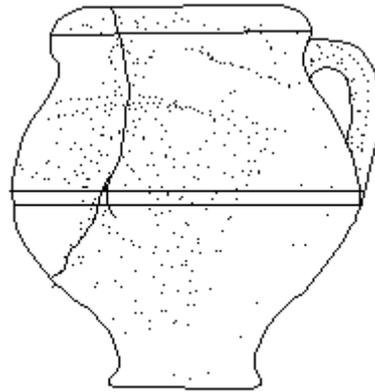
Nº. 93 – Panela (Nº. Inv. 1677)



Panela em cerâmica fosca não vidrada. Apresenta pasta de coloração castanho-alaranjada, com alguns elementos não plásticos, e corpo globular, com duas asas laterais verticais, e colo estrangulado. Mostra vestígios de queimado pelo fogo.

C. –Ø 16,0 cm; A – 16,7 cm

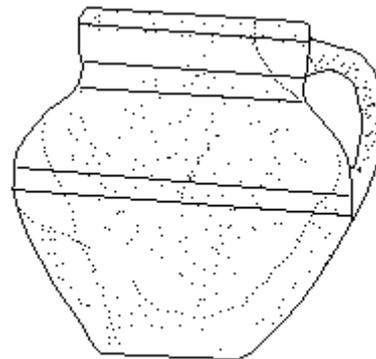
Nº. 94 – Panela (Nº. Inv. 1678)



Panela em cerâmica fosca não vidrada. Apresenta pasta de coloração castanho-alaranjada, com alguns elementos não plásticos, e corpo globular, com duas asas laterais verticais, e colo ligeiramente estrangulado. Mostra vestígios de queimado pelo fogo.

C. -Ø 17,0 cm; A – 17,5 cm

Nº. 95 – Panela (Nº. Inv. 1679)



Panela em cerâmica fosca não vidrada. Apresenta pasta de coloração acastanhada, com alguns elementos não plásticos, e corpo globular, com uma asa lateral vertical, e colo ligeiramente estrangulado. Mostra vestígios de queimado pelo fogo.

C. -Ø 19,8 cm; A – 18,3 cm

Nº. 96 – Panela (Nº. Inv. 1715)



Panela em cerâmica fosca não vidrada. Apresenta pasta de coloração castanha, com alguns elementos não plásticos, bordo aplanado e corpo globular, com duas asas laterais retorcidas; e colo ligeiramente estrangulado. Mostra vestígios de queimado pelo fogo, e apresenta-se restaurada.

C. – Ø 29,4 cm; A – 21,2 cm

Nº. 97 – Prato (Nº. Inv. 1654/2)



Prato em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada contendo alguns elementos não plásticos. Apresenta recipiente aberto, com bordo extrovertido e lábio de perfil semicircular, espessado externamente. Superfície interna brunida.

C. -Ø 30,0 cm; A - 7,1 cm

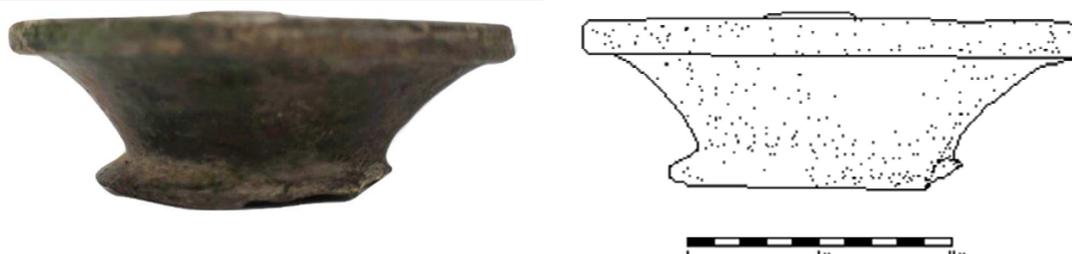
Nº. 98 – Púcaro (Nº. Inv. 1676)



Púcaro em cerâmica fosca não vidrada. Apresenta corpo semi-globular assente em base plana e uma asa lateral. Mostra vestígios de queimado pelo fogo, e apresenta-se restaurado.

C. -15,0 cm; A - 15,2 cm

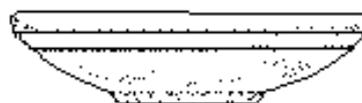
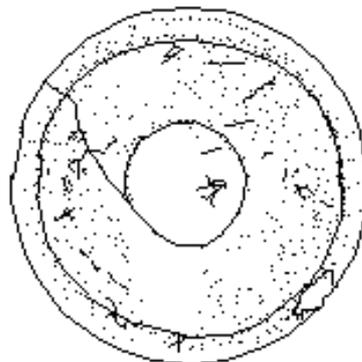
Nº. 99 – Taça (Nº. Inv. 1654)



Taça em cerâmica vidrada a verde. Pasta acinzentada contendo elementos não plásticos. Apresenta restos de material plumbífero, e mostra sinais de ter sido exposta ao calor.

C. -Ø 18,8 cm; A - 6,5 cm

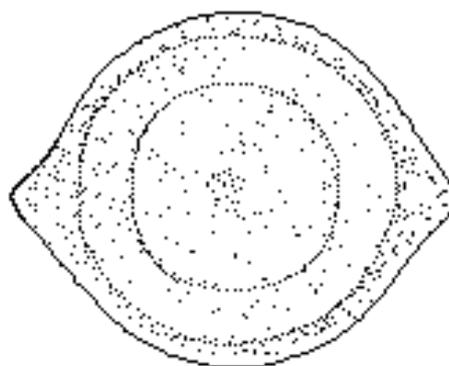
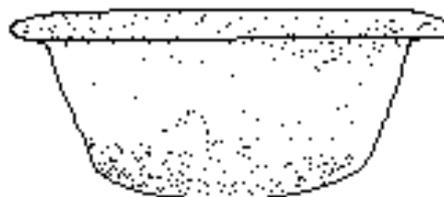
Nº. 100 – Taça (Nº. Inv. 1669)



Taça carenada, de pasta vermelha, assente em pé em anel. Contém poucos elementos não plásticos.

C.M. – 13,7 cm; L.M. – 3,5 cm.

Nº. 101 – Tacho (Nº. Inv. 2186)



Tacho em cerâmica fosca não vidrada, de pasta alaranjada. Recipiente aberto com bordo aplanado de onde partem duas asas laterais sub-triangulares.

C.M. – 31,5 cm; L.M. – Ø26,2 cm; A -13,9 cm.

Nº. 102 – Testo (Nº. Inv. 1652)



Testo em cerâmica fosca não vidrada, de pasta acastanhada. Apresenta parede oblíqua, com aba demarcada do recipiente por inflexão, assentando em fundo com ligeiro ônfalo.

L.M. – Ø11,9cm

Nº. 103 – Testo (Nº. Inv. 1677/1)



Testo em cerâmica fosca não vidrada, de pasta avermelhada. Apresenta parede oblíqua, com aba demarcada do recipiente por inflexão, assentando em fundo com ligeiro ônfalo. Mostra vestígios de queimado pelo fogo.

L.M. – Ø15,7cm

Nº. 104 – Testo (Nº. Inv. 1679/1)



Testo em cerâmica fosca não vidrada, de pasta acastanhada. Apresenta parede oblíqua, com aba demarcada do recipiente por inflexão, assentando em fundo com ligeiro ônfalo. Encontra-se restaurado.

L.M. – Ø11,5 cm.

Importadas

Nº. 105 – Escudela (S/Nº. Inv.)

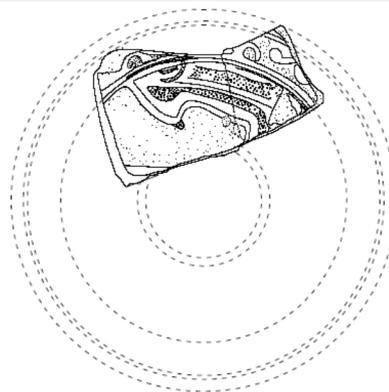


Fragmento contendo porção de fundo de escudela. Apresenta pasta branca, homogênea e depurada, com revestimento esmaltado. Na face interna mostra decoração de motivo zoomórfico (pelicano), a dourado.

Produção Valenciana.

C.M. – 10,5 cm; L.M. – 6,2 cm.

Nº. 106 – Escudela (S/Nº. Inv.)

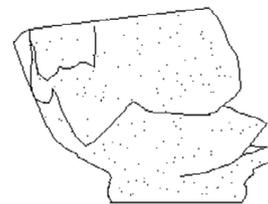
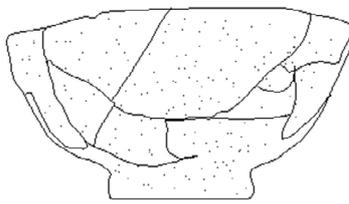
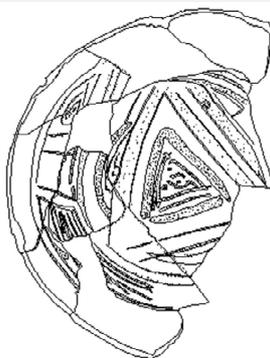


Fragmento contendo fundo de escudela. Apresenta pasta branca, homogénea, e depurada. Na face interna mostra decoração geométrica, a dourado, da série da *espora*.

Produção Valenciana.

C.M. – 12,6 cm; L.M. – 7,8 cm.

Nº. 107 – Tigela (Nº. Inv. 1713)



Tigela vidrada a verde e manganês. Apresenta pasta branca, homogénea e depurada. Na face interna apresenta motivos geométricos, seguindo modelos moçárabes. Produção da Catalunha (série verde e roxa).

C.M. – 16,0 cm; L.M. – 8,9 cm.

Transacções monetárias

Nº. 108 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Ceitel (D. Afonso V).

C.M. – Ø 1,9 cm.

Nº. 109 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Ceitel (D. Afonso V).

C.M. – Ø 2,2 cm.

Nº. 110 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Ceitel (D. Afonso V/D. João II).

C.M. – Ø2,0 cm.

Nº. 111 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Ceitel (D. Afonso V/D. João II/D. Manuel I).

C.M. – Ø1.7cm.

Nº. 112 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Ceitel (D. Afonso V/D. João II/D. Manuel I).

C.M. – 2,2 cm; L.M. – 2,5 cm

Nº. 113 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Ceitel (D. Afonso V/D. João II/D. Manuel I).

C.M. – Ø 1,9 cm.

Nº. 114 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Ceutil (D. Manuel I).

C.M. – Ø 1,8 cm.

Nº. 115 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Ceutil (D. João III).

C.M. – Ø 1,6 cm.

Nº. 116 – Numisma (S/Nº. Inv.)

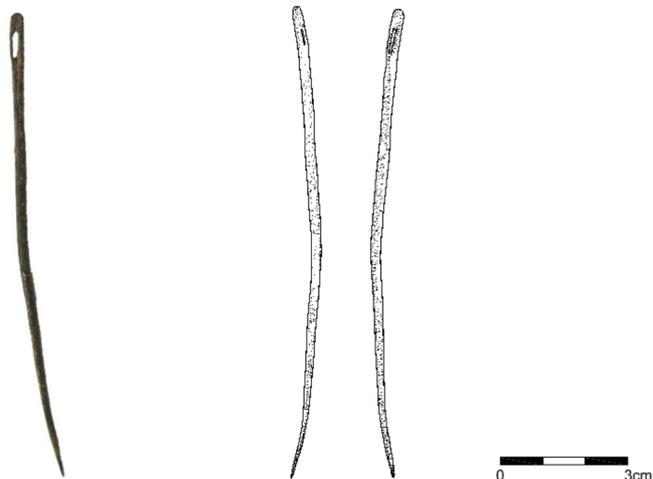


Real (D. Sebastião).

C.M. – Ø 2,2 cm.

Costura

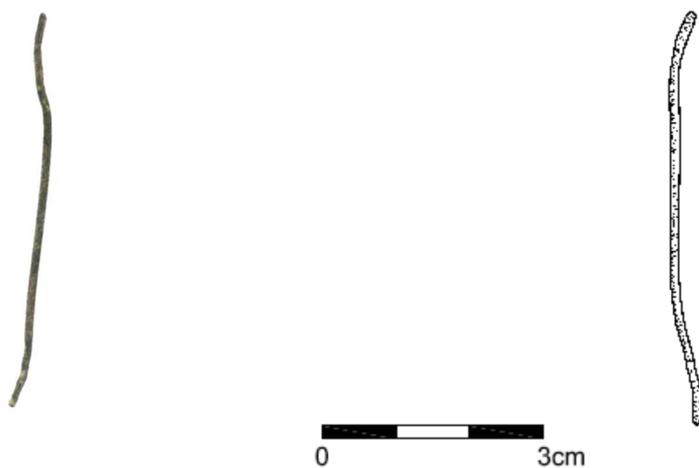
Nº. 117 – *Agulhas (Nº. Inv. 1884)*



Agulha de haste de cobre de secção cilíndrica. Apresenta extremidade proximal perfurada e extremidade distal afilada.

C. – 1,14 cm; L.M. – 0,02 cm.

Nº. 118 – *Agulhas (Nº. Inv. 1884)*



Dois fragmentos contendo porção de agulha. Hastes de cobre de secção cilíndrica.

C. – 5,7 cm; L.M. – 0,01 cm.

Nº. 119 – *Dedal* (Nº. Inv. 1884)



Dedal em ferro. Apresenta-se simples, sem decoração.

C.M. – 3,0 cm; L.M. – 2,5 cm.

Nº. 120 – *Dedal* (Nº. Inv. 1884)



Dedal em ferro. Apresenta-se simples, sem decoração, em mau estado de conservação.

C.M. – 3,0 cm; L.M. – 2,5 cm.

Ócio

Nº. 121 – *Apito* (Nº. Inv. 1682)



Fragmento contendo parte de um apito (“botijo de pajarito”), de pasta vermelha.

C.M. – 8.4 cm; L.M. – 4,8 cm.

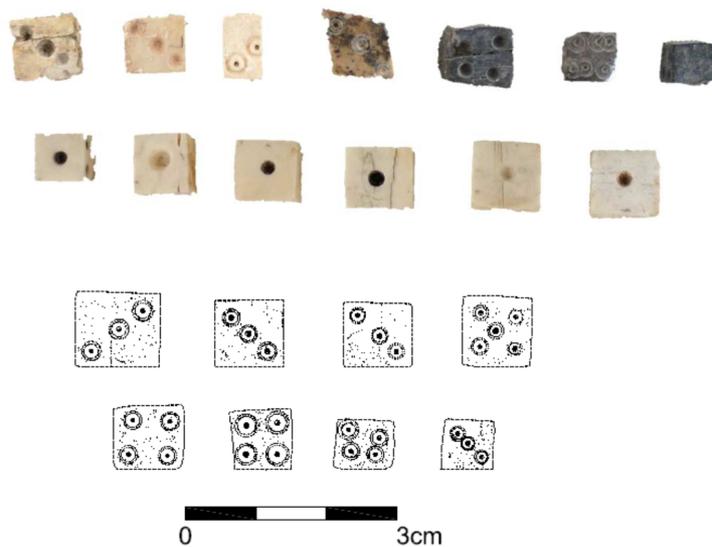
Nº. 122 – Berlindes (Nº. Inv. 2200 e 26287)



Berlindes em barro.

Ø médio – 0,8 cm.

Nº. 123 – Dados (Nº. Inv. 1665)



Conjunto de dados em osso polido, alguns deles em fase de elaboração.

L. variável entre 0,7 cm e 1,0 cm.

Nº. 124 – Estatueta antropomorfa (Nº. Inv. 1683)



Fragmento de figura humana em terracota, representando a tronco e cabeça.

C.M. – 5,1 cm; L.M. – 4,3 cm.

Nº. 125 – Estatueta equestre (Nº. Inv. 5086)



Fragmento duma pequena estatueta de cavaleiro montado a cavalo em cerâmica de coloração bege.

C.M. – 6,6 cm; L.M. – 5,3 cm.

Nº. 126 – *Marcas de jogo* (Nº. Inv. 1959/1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 16, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26 e 27)



Conjunto de vinte marcas de jogo discoides em barro. Algumas tratam-se de reaproveitamentos de paredes de recipientes. Uma delas apresenta decoração cruciforme (Nº. Inv. 1959/4).

Ø variável entre 1,4 cm e 5,0 cm.

Ferragens

Nº. 127 – *Cadeado* (Nº. Inv. 1666)



Cadeado redondo em ferro. Apresenta fechadura concrecionada, não sendo possível aferir qual o modelo de chave compatível.

C.M. – 23,3 cm; L.M. – 13,5 cm.

Nº. 128 – Chave (Nº. Inv. 19804)



Chave “Modelo Gorja” em ferro. Apresenta-se constituída por cabeça em argola, corpo cilíndrico e dente recortado.

C.M. – 12,3 cm; L.c. – 4,6 cm; L.d. – 3,6 cm.

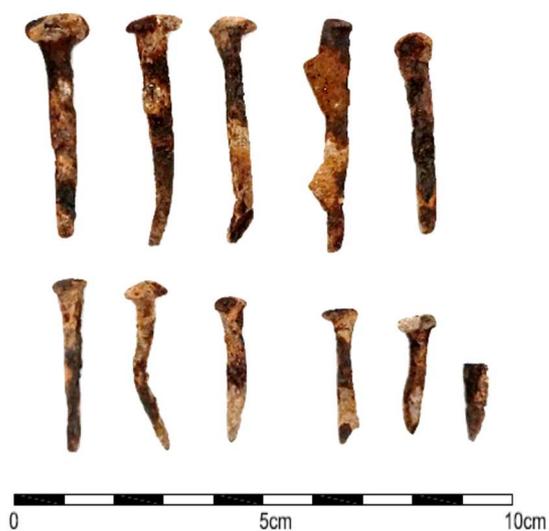
Nº. 129 – Leme (Nº. Inv. 1662)



Leme de porta em ferro. Apresenta-se simples, sem recortes.

C.M. – 21,8 cm; L.M. – 4,4 cm.

Nº. 130 – Pregos (Nº. Inv. 1298 e 1660)



Pregos em ferro de diferente tipo: de cabeça plana destacada; de cabeça circular destacada, tipo cavilha. Encontram-se muito concrecionados, dificultando uma completa leitura dos objectos.

Variável entre 2,5 cm e 4,8 cm.

Nº. 131 – Pregos (Nº. Inv. 1298 e 1660)

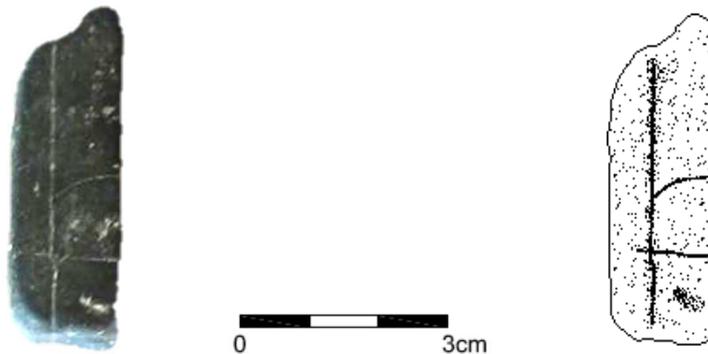


Fragmentos contendo extremidade distal de pregos em ferro.

Variável entre 3,2 cm e 4,7 cm.

Outros Instrumentos e Utensílios de Trabalho

Nº. 132 – Afiador/Amolador (Nº. Inv. 1663/3)



Peça em xisto, de secção rectangular e faces planas. Encontra-se marcado com linhas incisas, possivelmente por amolar facas.

1963/3 - C.M. – 5,3 cm; L.M. – 1.8 cm.

Nº. 133 – Afiador/Amolador (Nº. Inv. 1663/4)

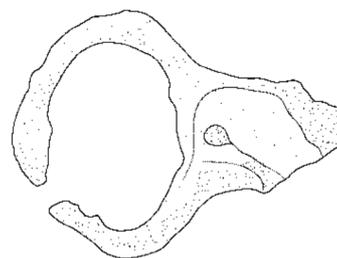


Peça em xisto, de secção rectangular e faces planas. Encontra-se marcado com linhas incisas, possivelmente por amolar facas.

1963/3 - C.M. – 5,3 cm; L.M. – 2,6 cm.

1963/4 - C.M. – 15,4 cm; L.M. – 3,8 cm.

Nº. 134 – Alicate (Nº. Inv. 1662)



Fragmento contendo parte de alicate em ferro.

C.M. – 5,5 cm L.M. – 4,1 cm.

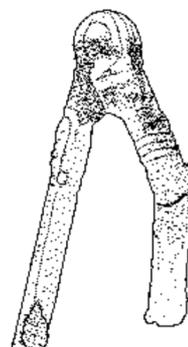
Nº. 135 – Compasso (Nº. Inv. 1874)



Compasso em bronze.

C.M. – 11,2 cm; L.M. – 4,0 cm.

Nº. 136 – Compasso (Nº. Inv. 22880)



Fragmento contendo porção de compasso em cobre. Apresenta-se destituído da sua parte distal.

C.M. – 5,6 cm; L.M. – 1,1 cm.

Nº. 137 – Estiletas (Nº. Inv. 1661/56, 1661/4 e 1661/24)



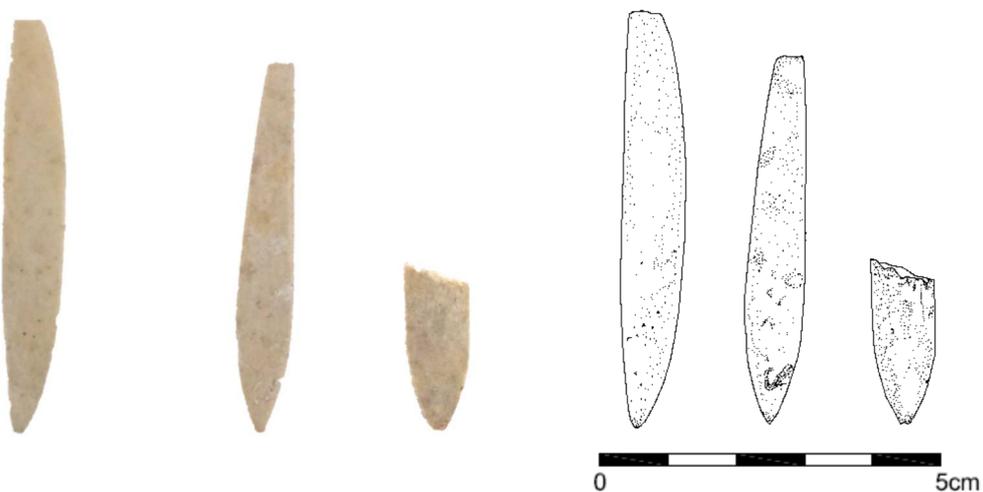
Estiletas em osso. Apresentam corpo de configuração triangular, em estágio de talhe.

C.M. – 7,6 cm; L.M. – 1,4 cm.

C.M. – 6,1 cm; L.M. – 1,6 cm.

C.M. – 5,6 cm; L.M. – 1,2 cm.

Nº. 138 – Estiletas (Nº. Inv. 1661)



Estiletos em osso. Apresentam corpo de configuração triangular.

C.M. – 6,6 cm; L.M. – 1,0 cm.

C.M. – 5,8 cm; L.M. – 0,9 cm.

C.M. – 2,7 cm; L.M. – 1,0 cm.

Nº. 139 – Facas (Nº. Inv. 1655/2 e 1655/3)



Duas facas em ferro. Apresentam perfil alongado.

C.M.: – 15,2 cm; L.M. – 1,8 cm.

C.M.: – 10,6 cm; L.M. – 1,9 cm.

Nº. 140 – Foice (Nº. Inv. 1662)



Foice em ferro de perfil curvilíneo.

C.M: – 24,2 cm; L.M. – 3,5 cm.

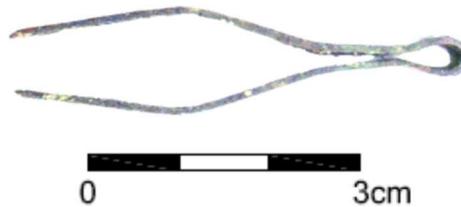
Nº. 141– Foice (Nº. Inv. 5295)



Foice em ferro de perfil curvilíneo.

C.M. – 16,5 cm; L.M. – 1,4 cm.

Nº. 142 – Pinças (Nº. Inv. 1884/1)



Pinça em cobre.

C.M. – 5,3 cm; L.M. – 1,4 cm.

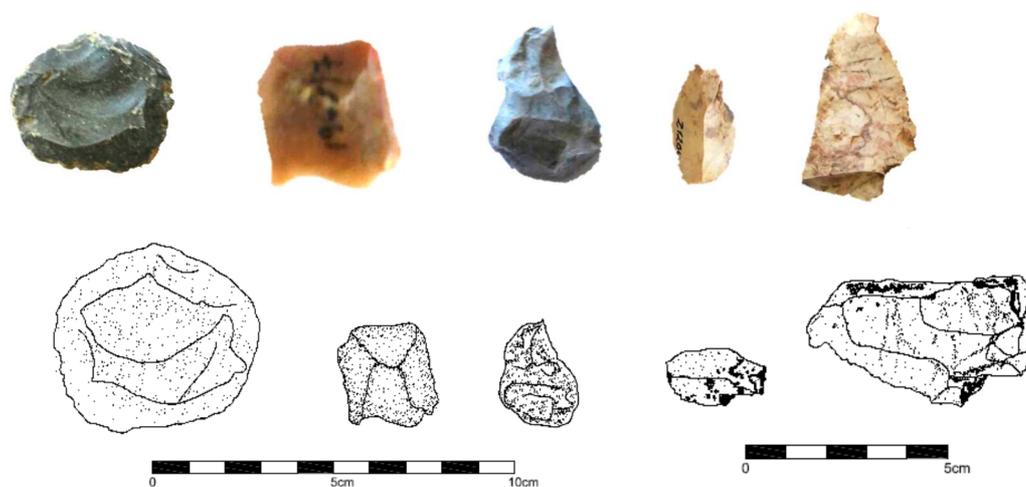
Nº. 143 – Tesoura (S/Nº. Inv.)



Tesoura. Fragmento contendo parte de tesoura. Constitui-se por uma lâmina em ferro.

C.M. – 10,0 cm; L.M. – 2,6 cm.

Nº. 144 – Pederneiras (Nº. Inv. 1963/5, 1963/7, 1963/8, 21204 e 21205)



Conjunto de cinco pederneiras em sílex.

C.M. – 5,6 cm; L.M. – 5,1 cm.

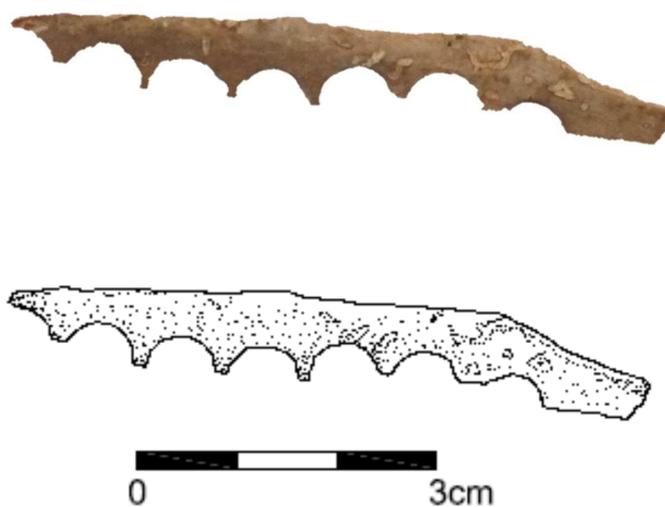
C.M. – 2,8 cm; L.M. – 2,4 cm.

C.M. – 2,9 cm; L.M. – 2,2 cm.

C.M. – 2,4 cm; L.M. – 1,4 cm.

C.M. – 5,5 cm; L.M. – 3,1 cm.

Nº. 145 – Tira para botões (Nº. Inv. 1665)



Tira para botões, em osso. Encontra-se incompleta.

C.M. – 6,4 cm; L.M. – 0,9 cm.

Nº. 146 – Trempe (Nº. Inv. 1908/2, 3, 7, 8; 5023; 5038, 5038/1; 19731; 20413; 20421; 20427; 20428; 20760; 20762; 21183; 29726; 23369; 23382; 23393; 23400 e 23408)



Conjunto de vinte e um tripés para suporte de cerâmica no forno de cozedura. Pastas beges, alaranjadas e vermelhas. Alguns apresentam escorrências de vidro.

Variável.

Guerra

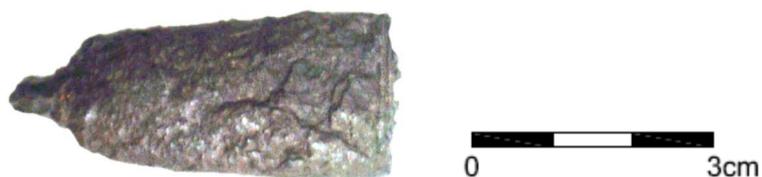
Nº. 147 – Ponta de bainha de punhal (Nº. Inv. 1969/4)



Remate inferior de bainha de punhal em liga de bronze. Apresenta configuração triangular e faces ligeiramente arredondadas. Mostra na ponta uma pequena excrescência circular estrangulada, fundida na própria peça.

C.M. – 6,2 cm; L.M. – 4,4 cm.

Nº. 148 – *Ponteira de bainha de punhal (S/Nº. Inv.)*



Remate inferior de bainha de punhal em ferro. Apresenta configuração semi-ovalada e, na ponta, uma pequena excrescência circular estrangulada, fundida na própria peça.

C.M. – 5,3 cm; L.M. – 2,3 cm.

Nº. 149 – *Ponta de lança (S/Nº. Inv.)*



Ponta de lança em ferro de perfil alongado. Mostra mau estado de conservação, encontrando-se incompleta.

C.M. – 16,1 cm; L.M. – 2,2 cm.

Nº. 150 – Lança (S/Nº. Inv.)



Lança em ferro. Apresenta dois orifícios para encaixe de pega, ou haste, para estoque.

C.M. – 35,8 cm; L.M. – 4,3 cm.

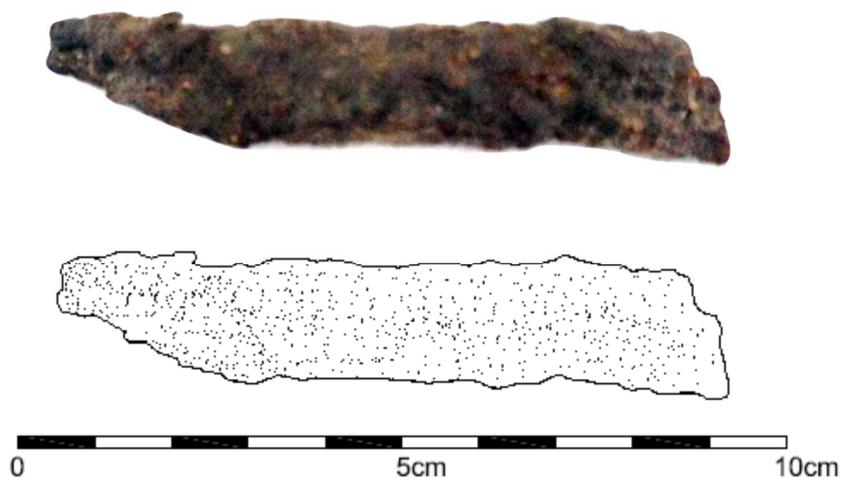
Nº. 151 – Punhal (S/Nº. Inv.)



Punhal em ferro. Apresenta-se concrecionada, mas sendo possível observar a zona que seria encaixada na pega.

C.M. – 25,8 cm; L.M. – 3,0 cm.

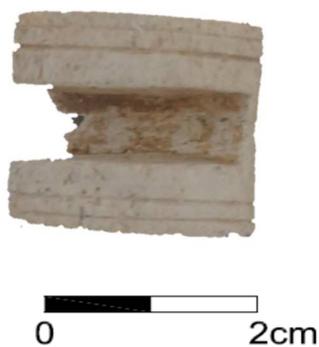
Nº. 152 – Faca (Nº. Inv. 1664)



Faca em ferro de perfil alongado. Mostra mau estado de conservação, encontrando-se incompleta.

C.M. – 8,7 cm; L.M. – 1,6 cm.

Nº. 153 – Noz de besta (Nº. Inv. 1661/34)



Noz de besta, em osso polido. Encontra-se incompleta.

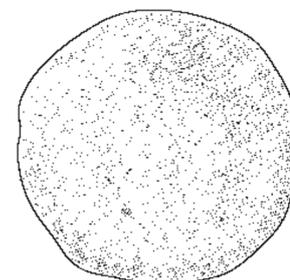
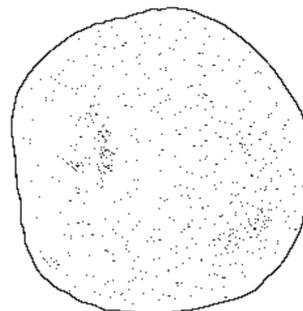
C.M. – 2,3 cm; L.M. – 1,9 cm.

Nº. 154 – Pontas de virote de besta (Nº. Inv.1658)



Seis pontas de virote de besta em ferro. Apresentam corpo alongado e bico triangular.
Variável.

Nº. 155 – Projécteis de catapulta (Nº. Inv. 1929)

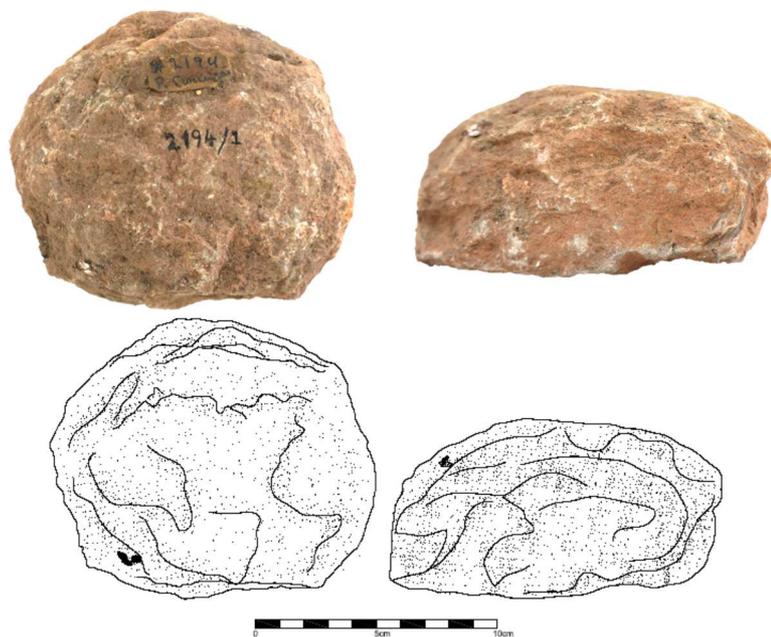


Dois projectéis de catapulta, em calcário.

C.M. – 11,8 cm; L.M. – 11,5 cm.

C.M. – 11,8 cm; 11,7 cm.

Nº. 156 – Projétil de catapulta (Nº. Inv. 2194/1)



Projétil de catapulta, em calcário.

C.M. – 11,7 cm; L.M. – 13,5 cm.

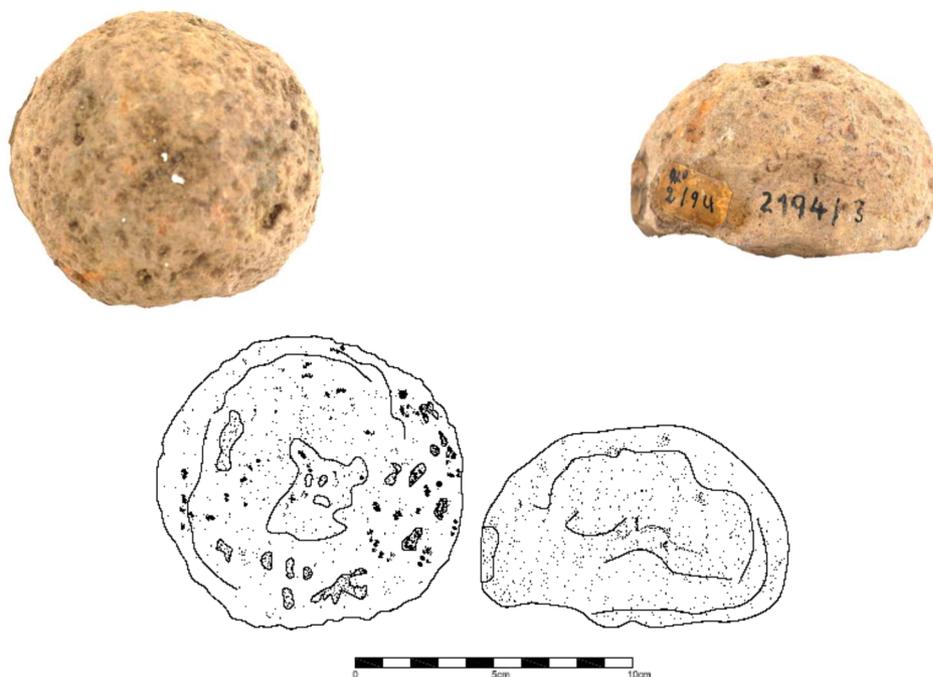
Nº. 157 – Projétil de catapulta (Nº. Inv. 2194/2)



Projétil de catapulta, em calcário.

C.M. – 10,3 cm; L.M. – 10,7 cm.

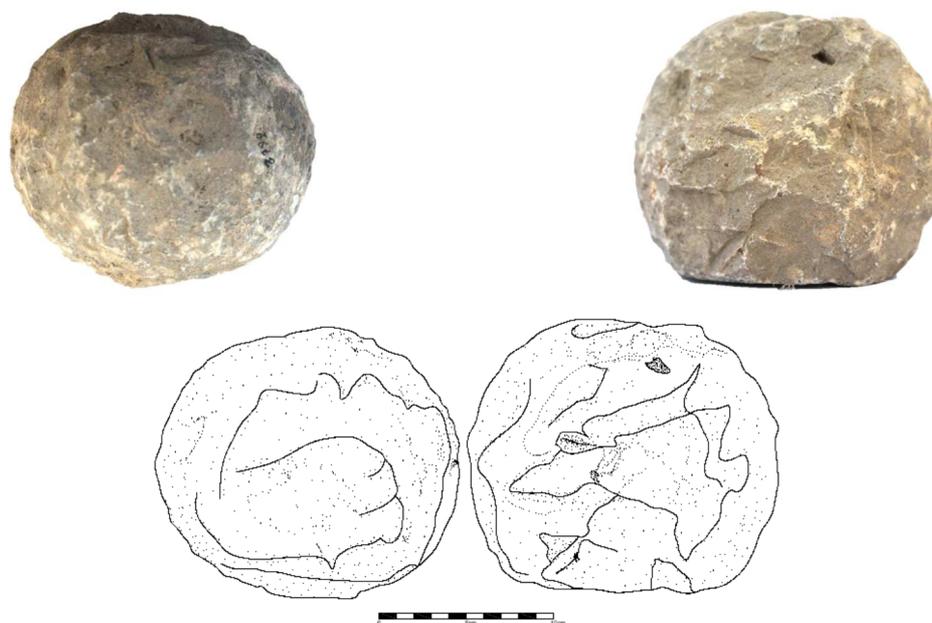
Nº. 158 – Projétil de catapulta (Nº. Inv. 2194/3)

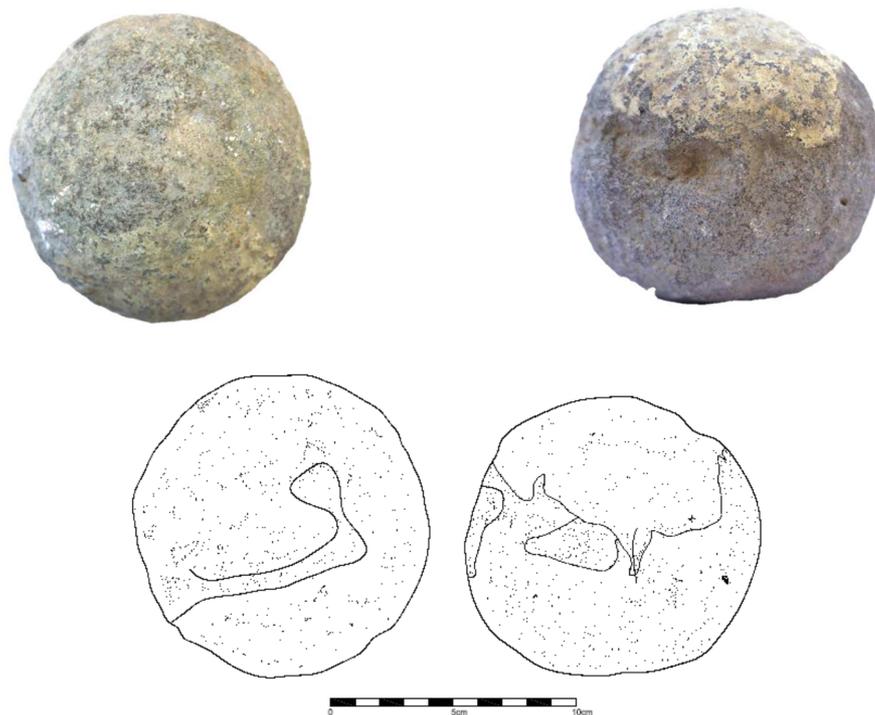
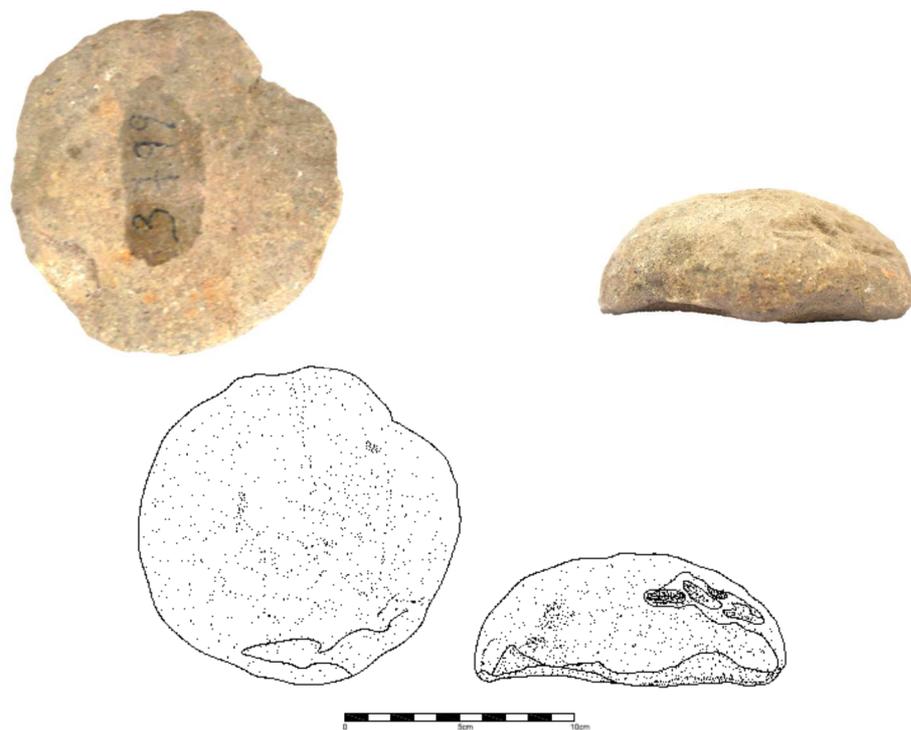


Projétil de catapulta, em calcário.

C.M. – 10,7 cm; L.M. – 11,0 cm.

Nº. 159 – Projéteis de catapulta (Nº. Inv. 3799/1, 3799/2 e 3799/3)





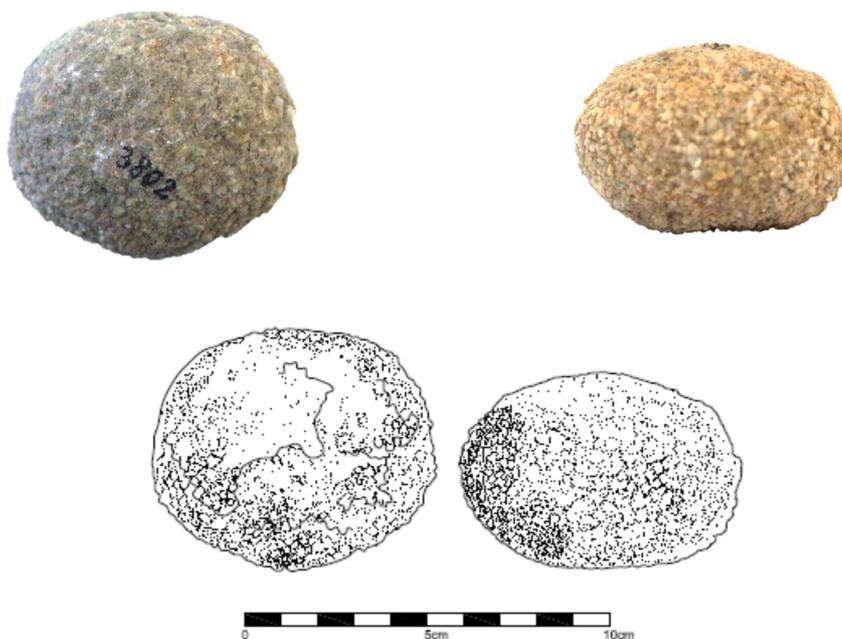
Três projectéis de catapulta, em calcário.

C.M. – 15,9 cm; L.M. – 17,4 cm.

C.M. – 14,0 cm; 14,0 cm.

C.M. – 15,9 cm; 17,4 cm.

Nº. 160 – Projétil de catapulta (Nº. Inv. 3802)



Projétil de catapulta, em calcário.

C.M. – 6,7 cm; L.M. – 7,7 cm.

Nº. 161– Projéteis de funda (Nº. Inv. 1963/19 e 1963/21-28)



Conjunto de nove projéteis de funda em calcário.

Ø médio de 3,0 cm.

Nº. 162 – Arreio de cabresto (Nº. Inv. 1660)



Arreio de cabresto liso em ferro. Apresenta configuração semi-ovalada.

C. – 5,7 cm; L.M. – 3,5 cm; E. – 0,6 cm.

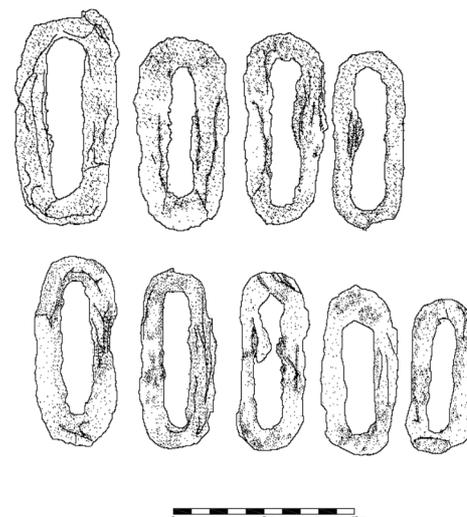
Nº. 163 – Arreio de cabresto (Nº. Inv. 1664)



Arreio de cabresto liso em ferro.

C.M. – 11,6 cm; L.M. – 4,2 cm.

Nº. 164 – Arreios de cabresto (Nº. Inv. 1876)



Conjunto de arreios de cabresto lisos em ferro.

Variável entre 8,6 cm-10,9 cm (C.M.) e 3,5 cm-5,2 cm (L.M.).

Nº. 165 – Ferraduras (Nº. Inv. 1876/2 e 5295)



Ferraduras em ferro. Apenas uma se encontra completa.

C.M. – 11,5 cm; L.M. – 3,8 cm.

C.M. – 11,6 cm; L.M. – 12,2 cm.

Nº. 166 – Espora (Nº. Inv. 5295)



Espora de roldana em ferro. Apresenta seis puas.

C.M. – 16,1 cm; L.M. – 9,2 cm.

Nº. 167 – Espora (Nº. Inv.5295)



Espora de roldana em ferro.

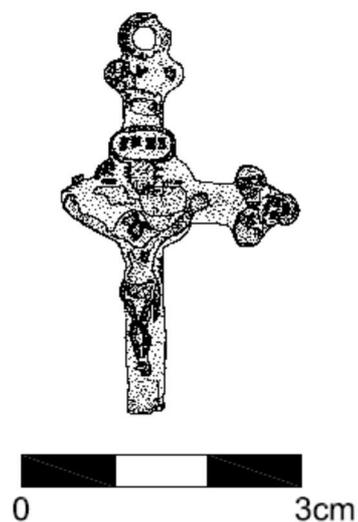
Apresenta-se destituído do espigão.

C.M. – 14,5 cm; L.M. – 8,9 cm.

Época Contemporânea

Culto e superstição

Nº. 168 – Cruz de Calvário (Nº. Inv. 4948)



Cruz de calvário em liga de cobre, apresentando Cristo em vulto perfeito. Numa cartela sobre a cabeça lê-se “INRI”. No braço esquerdo apresenta pequeno monte com 3 caveiras. Apresenta orifício para suspensão e encontra-se destituída do braço direito.

Ccz. – 0,43 cm; L.M.cz – 0,26 cm.

Nº. 169 – Figa (Nº. Inv. 1665/19)

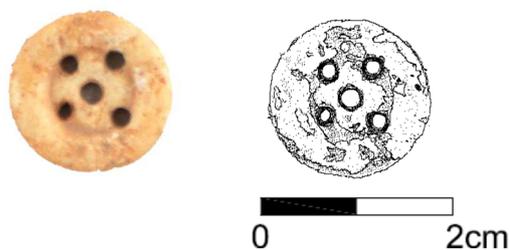


Figa. Pequena mão fechada com dedo polegar enfiado entre o dedo indicador e o dedo do meio, usado como amuleto. Apresenta orifício para ser utilizado como pendente.

C. – 3,2 cm; L.M. – 0,9 cm

Vestuário

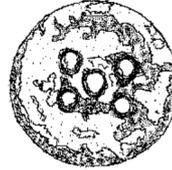
Nº. 170 – Botão (Nº. Inv. 1665)



Botão em osso polido. Apresenta uma das faces com borda arredondada e, num centro plano, 5 furos. Verso ligeiramente côncavo.

Ø – 1,7 cm.

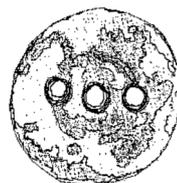
Nº. 171 – Botão (Nº. Inv. 1665)



Botão em osso polido. Apresenta uma das faces ligeiramente convexa e, num centro plano, 5 furos. Verso ligeiramente côncavo.

Ø – 1,4 cm.

Nº. 172 – Botão (Nº. Inv. 1665)



Botão em osso polido. Apresenta uma das faces com borda arredondada e, num centro plano, 3 furos. Verso ligeiramente côncavo.

Ø – 1,4 cm.

Nº. 173 – Botões (Nº. Inv. 4948)



Duas porções de botão em osso polido. De formato cilíndrico, ligeiramente achatado, apresentam orifício central circular.

C. – 2,0 cm; L. – 1,1 cm.

C. – 2,4 cm; L. – 1,2 cm.

Nº. 174 – Firmal (Nº. Inv. 19814)

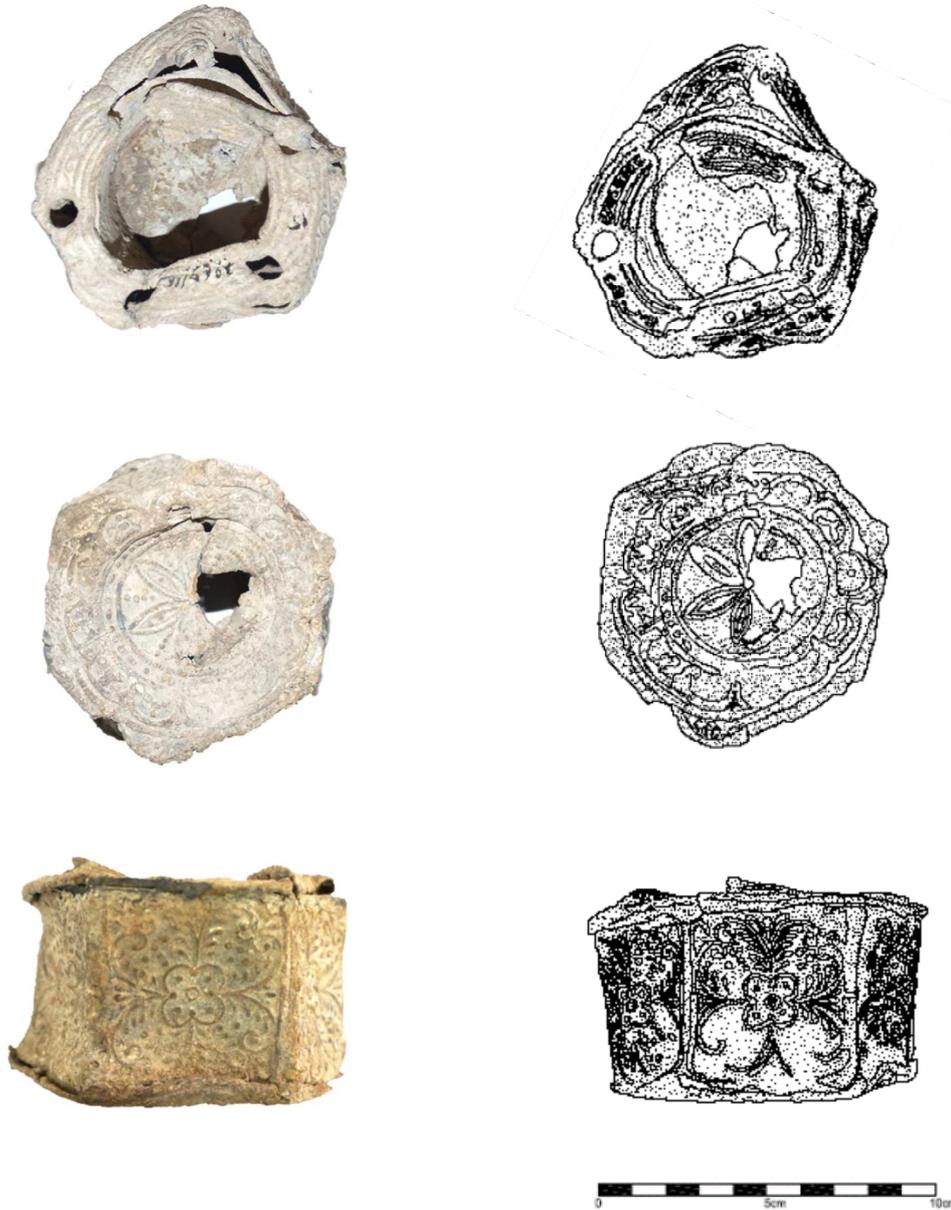


Firmal em cobre de formato quadrangular. Apresenta bordadura decorada com motivos geométricos incisos.

C. – 4,00 cm; L.M. – 3,2 cm; E. – 0,3 cm.

Escrita

Nº. 175 – Tinteiro (Nº. Inv. 1969/15)



Tinteiro em estanho sextavado. Apresenta decoração geométrica e vegetalista. Não conserva o reservatório interior e encontra-se em mau estado de conservação.

C.M. – 9,7 cm; A. – 6,2 cm; F. – 5 cm.

Cozinha e Mesa

Nº. 176 – *Cabo de Talher (Nº. Inv. 1664)*



Cabo de talher, provavelmente de faca, em osso polido. Apresenta forma tubular, achatada.

C.M. – 8,5 cm; L.M. – 1,6 cm.

Costura

Nº. 177 – *Dedal (Nº. Inv. 34919)*



Dedal em folha de cobre. Apresenta corpo decorado com padrão regular por recartilhagem.

C. – 1,8 cm; L.M. – 1,5 cm.

Mobiliário

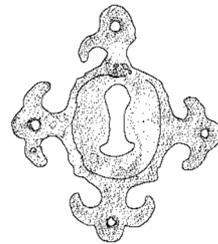
Nº. 178 – Dobradiça (Nº. Inv. 1885/7)



Dobradiça em cobre.

C.M. – 3,0 cm; L.M. – 1,1 cm.

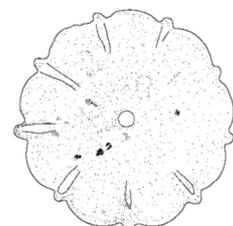
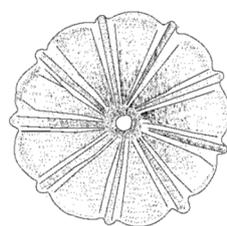
Nº. 179 – Fechadura (Nº. Inv. 1969/8)



Espelho de fechadura em cobre. Apresenta decoração vazada de inspiração fitomórfica e medalhão central côncavo, ao estilo oriental.

C.M. – 4,1 cm; A.M. – 4,7 cm.

Nº. 180 – Florão (Nº. Inv. 1969/11)



Florão decorativo em bronze. Apresenta perfuração central.

L.M. – 0,59 cm.

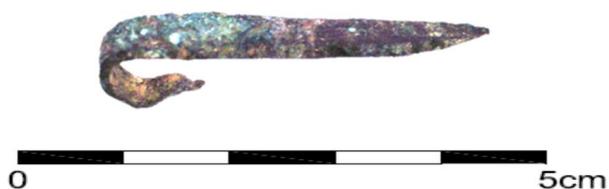
Nº. 181 – Florão (Nº. Inv. 1969/12)



Florão decorativo em bronze.

L.M. – 0,31 cm.

Nº. 182 – Gancho (Nº. Inv. 1885/8)



Gancho em cobre. Apresenta configuração tipo “camarão aberto”.

C.M. – 3,6 cm; L.M. – 0,9 cm.

Cronologia Indeterminada

Adorno

Nº. 183 – Anel (Nº. Inv. 1881)



Anel em bronze.

C.M. – Ø 2,2 cm

Nº. 184 – Anéis (Nº. Inv. 1881/1 e 1884/1)

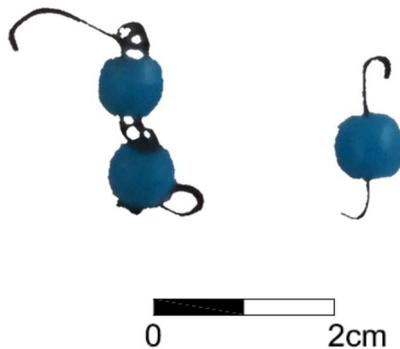


Anel. Dois fragmentos pertencentes a anel, em bronze. Um dos fragmentos apresenta incrustação em forma de novelo, contendo ao centro uma pedra de coloração branca.

C.M. – Ø 2,4 cm.

C.M. – Ø 2,0 cm

Nº. 185 – Brincos (?) (Nº. Inv. 1881)

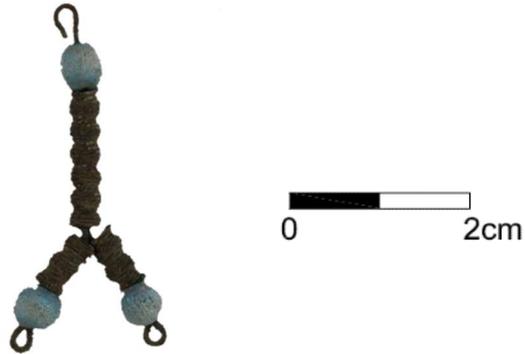


Duas porções contendo parte de brinco (?). Constitui-se por elos metálicos de bronze adornados com pequenas contas azuis.

C.M. – 2,5 cm.

C.M. – 1,1 cm.

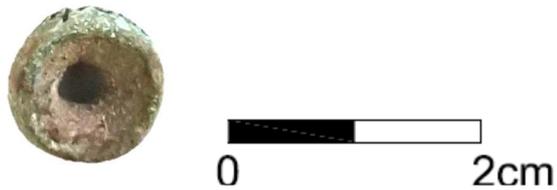
Nº. 186 – Brinco (?) (Nº. Inv. 4948)



Porção contendo parte de brinco (?). Constitui-se por elos metálicos de bronze adornados com pequenas contas azuis.

C.M. – 3,7 cm; L.M. – 1,7 cm.

Nº. 187 – Conta (Nº. Inv. 1881/10)



Conta de formato esférico, lisa e ligeiramente achatada, em cobre. Apresenta perfuração central.

Ø – 1,2 cm.

Nº. 188 – Conta (Nº. Inv. 1881/15)

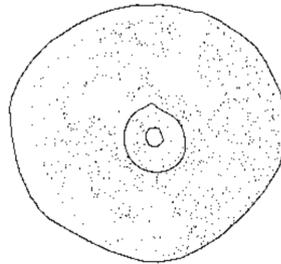


Conta de formato ovalado, lisa e ligeiramente achatada, em turquesa (?). Apresenta duas pequenas perfurações laterais.

Ø – 0,7 cm.

Costura

Nº. 189 – *Fusaiola* (Nº. Inv. 1884/21)

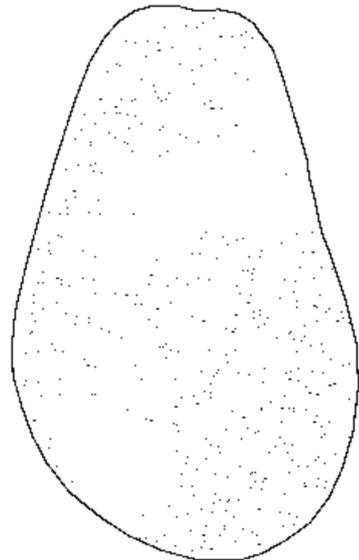


Fusaiola em liga de cobre.

Ø – 3,8 cm.

Outros Instrumentos e Utensílios de Trabalho

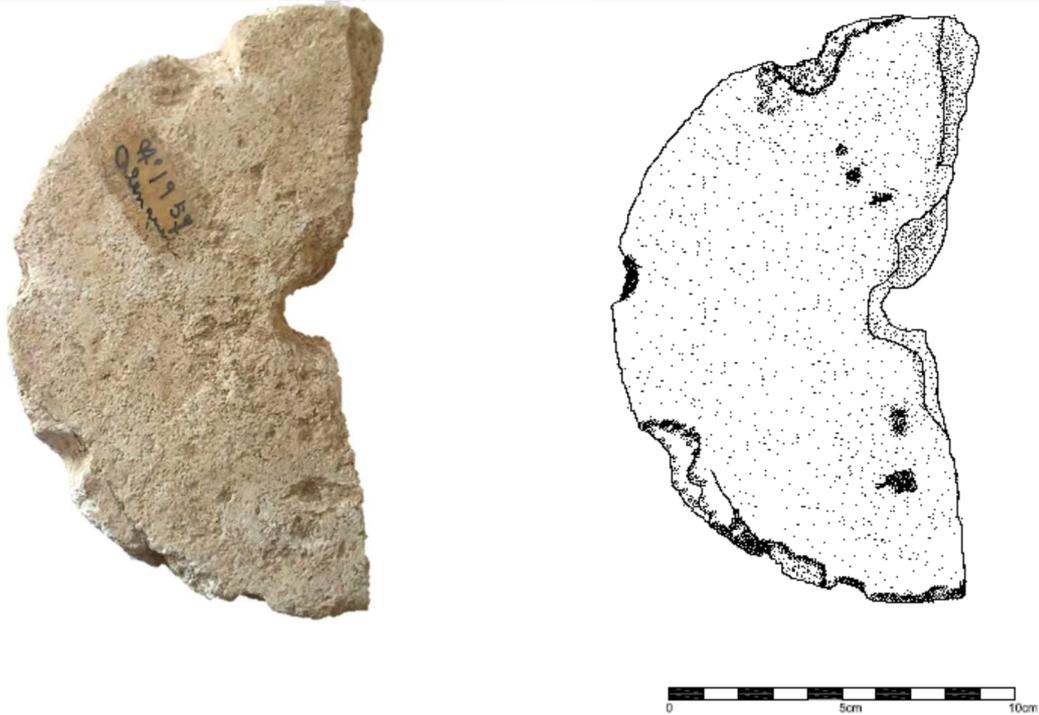
Nº. 190 – *Movente* (Nº. Inv. 3962)



Movente em diorite. Trata-se do reaproveitamento de um machado polido, pré-histórico. Apresenta uma das faces plana, resultante da impressão de movimento.

C.M. – 16,3 cm; L.M. – 10,0 cm.

Nº. 191 – Mó (Nº. Inv. 1957)



Fragmento de mó em calcário. Apresenta configuração circular e mostra perfuração central e entalhes nos bordos.

C.M. – 17, 1 cm; L.M. – 9,2 cm.

Nº. 192 – Molde (Nº. Inv. 19231)



Molde para selos em calcário. Numa das faces apresenta decoração cruciforme.

C.M. – 11,8 cm; L.M. – 8,9 cm.

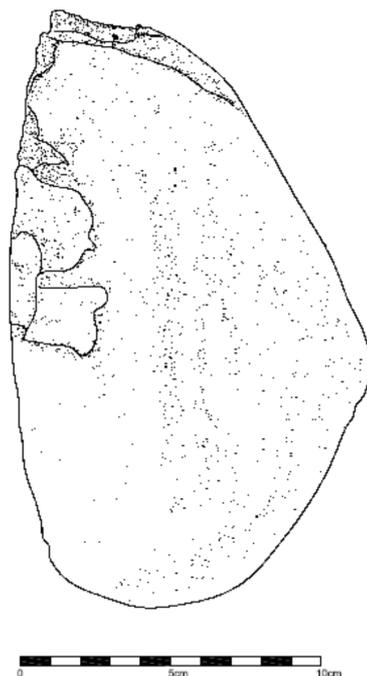
Nº. 193 – Molde (Nº. Inv. 1650)



Molde para fundição. Apresenta, no seu interior, restos de cobre. Encontra-se restaurado.

C.M. – 11,6cm; L.M. – 7,2 cm.

Nº. 194 – Núcleo (Nº. Inv. 1929)



Sílex usado como bloco de debitagem.

C.M. – 20,1 cm; L.M. – 12,0 cm.

Nº. 195 – Núcleo (Nº. Inv. 21475)



Sílex usado como bloco de debitagem.

C.M. – 14,6 cm; L.M. – 11,3 cm.

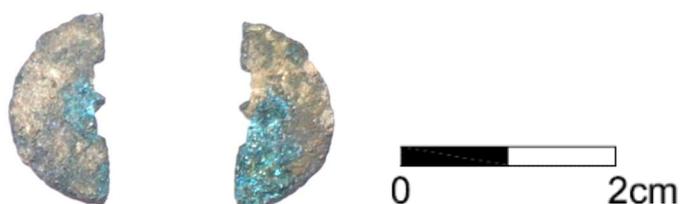
Nº. 196 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Moeda em cobre sem leitura.

C.M. – Ø2,0cm.

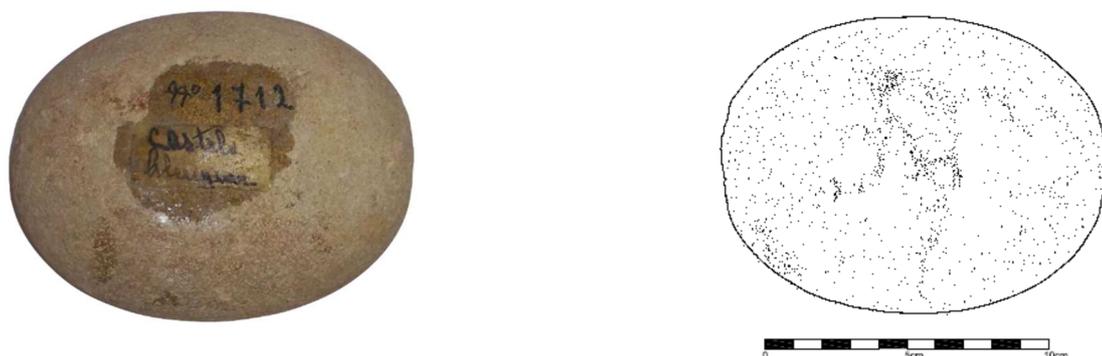
Nº. 197 – Numisma (S/Nº. Inv.)



Moeda em cobre sem leitura.

C.M. – 1,6 cm; L.M. – 0,8 cm.

Nº. 198 – Relo (?) (Nº. Inv. 1712)



Seixo. Apresenta desgaste nas superfícies, tratando-se de objecto aproveitado para eventual actividade oleira.

C.M. – 13,6 cm; L.M. – 10,5 cm.

Nº. 199 – Selo (Nº. Inv. 5014)

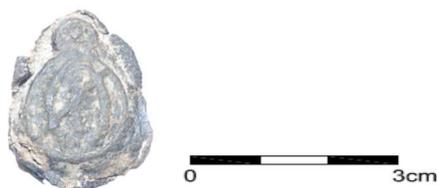


Selo para selagem de documentos em chumbo. Numa das faces apresenta manuscrito “90”, o que dificulta a sua leitura.

C.M. – Ø 1,7 cm.

C.M. – Ø 1,8 cm.

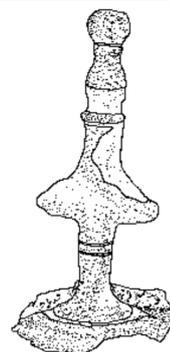
Nº. 200 – Selo (Nº. Inv. 2201/67)



Selo para selagem de documentos em chumbo.

C.M. – 2,1 cm; L.M. – 2,6 cm

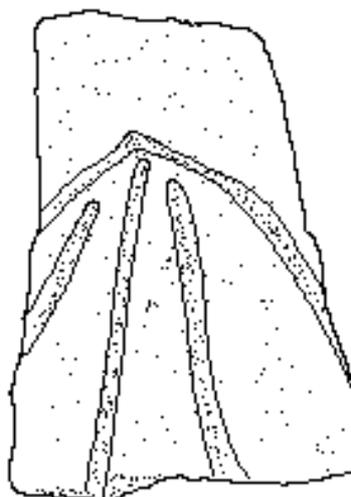
Nº. 201 – Sinete (Nº. Inv. 1969/2)



Sinete. Fragmento contendo cabo de sinete em bronze. Apresenta perfil cilíndrico, e secção circular. A extremidade proximal é composta por pequena orla circular; a proximidade distal é marcada por parte do elemento troncocónico (sinete).

C. – 0,65; L. – 0,31 cm; Øc. – 0,8 cm.

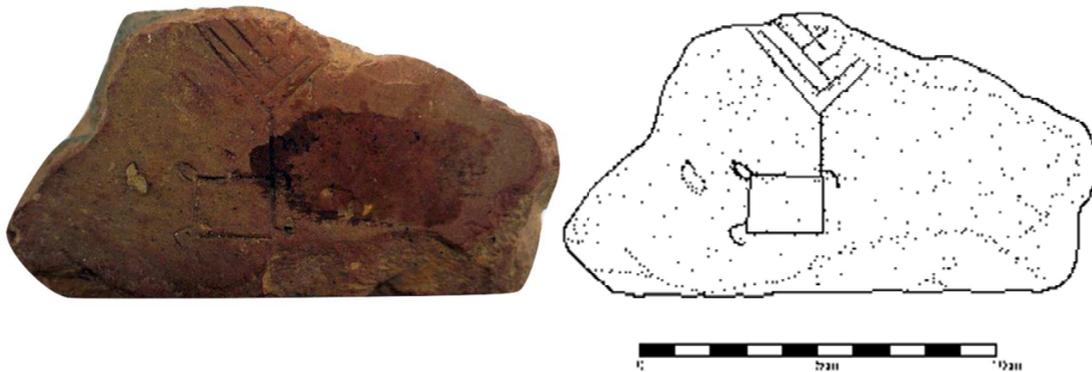
Nº. 202 – Indeterminado (Nº. Inv. 1930)



Indeterminado. Fragmento cerâmico de pasta laranja contendo decoração incisa composta por cinco linhas.

C.M. – 9,8 cm; L.M. – 6,5 cm.

Nº. 203 – Indeterminado (Nº. Inv. 1981)



Indeterminado. Fragmento cerâmico de pasta castanha-avermelhada contendo decoração incisa composta por formas geométricas retilíneas.

C.M. – 15,1 cm; L.M. – 7,9 cm.

Nº. 204 – Indeterminado (Nº. Inv. 2244)



Indeterminado. Fragmento cerâmico de pasta castanha-avermelhada contendo decoração incisa composta por formas geométricas circulares e retilíneas.

C.M. – 11,0 cm; L.M. – 8,0 cm.